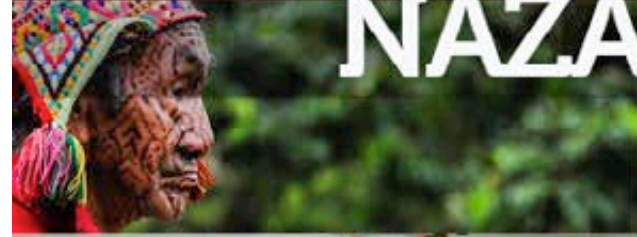


Plano de Governo

2015 - 2018

TIÃO VIANA NAZARÉ ARAÚJO



Plano de Governo

**TIÃO VIANA
NAZARÉ ARAÚJO**

José Fernandes do Rêgo

COORDENADOR GERAL

COORDENADORES DE EIXO

ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Claudia Lima Saldanha
Edegard de Deus

EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

Rennan Biths de Lima Lima

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Mayara de Souza Galdino
Mirna Caniso
Vângela Maria Lima do Nascimento

INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Claudia Lima Saldanha
Ítalo César Soares de Medeiros
Rennan Biths de Lima Lima

GESTÃO PÚBLICA

Solange Maria Chalub Bandeira Teixeira

ESPECIALISTAS

Alejandro Antônio Fonseca Duarte - Clima
Edson Alves de Araújo - Solos
Eufan Ferreira do Amaral - Hidrografia, Solos e Vegetação
José Fernandes do Rêgo – Introdução, Diretrizes, Imagem-Objetivo, Visão
Estratégica, Objetivos Estratégicos e Eixos Estratégicos
Marcus Vinícius Neves – Síntese da História da Luta do Povo Acreano
Nilson Gomes Bardales - Solos
Orlando Sabino da Costa Filho - Demografia e Economia
Silvio Simione da Silva - Geografia
Vera Lúcia Reis - Hidrografia, Clima e Eventos Extremos e Mudanças do Clima

COORDENADORES DE PROGRAMAÇÃO

Adla Ferreira
Andrea Zílio
Antonio Torres
Carlos Edegard de Deus
Clóvis Melo
Concita Maia
Dirceu Augusto Silva
Edson Américo Manchini
Edvaldo Soares de Magalhães
Emylson Farias da Silva
Fábio Vaz de Lima

Felismar Mesquita Moreira
Flora Valladares Coelho
Francis Mary Alves de Lima
Glenilson Araújo Figueiredo
Heloísa Aldenora Oliveira Pantoja
Ildor Reni Graebner
Irailton Lima de Souza
Joaquim Manoel Mansour Macêdo
José Alberto Flores da Silva
Jose de Lima Kaxinawa
José dos Reis Anastácio

Karla Kristina Oliveira
Leonildo Rosas Rodrigues
Luiz Augusto Mesquita de Azevedo
Magaly Medeiros
Mamed Dankar
Marcelo Minghelli
Márcio Veríssimo
Marco Antônio Brandão Lopes
Maria Rita Paro de Lima
Nilson Mourão
Ocírodo de Oliveira Júnior
Pascoal Torres Muniz

Leonardo Neder
Petronilo Lopes Rodrigues Filho
Rachel Araújo Moreira Lopes Coelho
Rodrigo Fernandes das Neves
Rostênio Ferreira de Sousa
Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho
Sebastião Fernando Ferreira de Lima
Silvia Monteiro e Silva
Suely Souza Melo da Costa
Wagner Alves de Souza

COLABORADORES

Adalgisa Bandeira de Araújo
Ademir Batista de Almeida
Adriano Alex dos Santos e Rosário
Alan de Oliveira Ferraz
Alan Palú
Alana Carolina Laurentino Maia
Albuquerque
Albeci Coelho Filho
Alberto Dalacosta Filho
Alberto Tavares
Aldo Colombo Júnior
Alessandro Nasserala
Alex de Souza Cavalcante
Alexandre Benvido
Alexandre Nunes
Altemar Pereira de Lima
Amábile Silva Link
Anderson de Aguiar Mariano
Anderson Martins Nascimento
André Costa do Nascimento
André Luiz Galo Mansour
Andreya de Oliveira Abomorad
Antônio F. das Chagas Teles de Almeida
Árika Lima Sekiguchi
Aroldo de Souza
Aulenir Sousa de Araujo
Aysilon Melo da Silva
Camila Rocha
Carlos Alberto Ramos de Souza
Carlos Alberto Rebelo de Sousa Filho
Carlos Alberto Rodrigues
Carlos Alberto Silva Araújo
Carlos Batista da Costa
Carlos Flávio Gomes Portela Richard
Carlos Henrique Lima e Silva
Carmem Bastos Nardino
Carolina Di Deus
Célia Maria Gomes da Silva
Cezar Henrique Freitas de Souza
Claudenir Maria Ferreira da Rocha
Claudia de Paoli
Claudio Malveira
Cleber Peres de Albuquerque
Cleide Helena Prudencio da Silva

Crislainy Peixoto
Cristina Maria Batista de Lacerda
Dalzineide Santos de Freitas
Daniel Carvalho
Dannya Kátira Batista Coutinho
Dayana da Silva Firmino
Denes da Costa Freitas
Deygiane Souza Lima Idalino
Diana Braga
Dinah Rodrigues Borges
Diogo de Lima
Douglas Augusto Thomaz
Ebes Araújo de Vasconcelos
Edener Franco da Silva
Ediza Pinehiro de Melo
Edvaldo Tavares de Araújo
Elineide Meirelles Medeiros
Elisangela de Souza Aly Araújo
Elson Martins
Emilly Ganum Areal
Erivaldo Jose Costa de Castro
Eudinez Pinheiro Ferreira
Ezequiel de Oliveira Bino
Fernanda Maria dos Santos Alves
Fernando Arzandun
Flávia Dinah Rodrigues de Souza
Francisca Bezerra de Souza
Francisca das Chagas Souza da Silva
Francisca Reis dos Santos
Francisco Alberto Espindola da Silva
Francisco Márcio Alves do Amor Divino
Francisco Dantas
Geny Polanco Ribeiro Barbosa Texeira
Gerlande Thadeu Sales Bento
Giovane Galvão de Freitas Lima Filho
Giullihermes Silva
Gustavo José de Figueiredo
Hamilton Melo de Araujo Junior
Helder Ribeiro Luz
Herbson da Silva Souza
Irlan Silva do nascimento
Israel Monteiro de Souza
Itamar Magalhães da Silva
Izis Melo da Silva

Jair Ribeiro dos Santos
Janderson Pontes de Assis
Janete Melo d'Albuquerque Lima
Jaqueson da Luz Queiroga
Jean Mauro de Abreu Morais
Jefferson Viana Alves
João Paulo Mastrangelo
Joelda Pais
Joquebede Oliveira da Silva
Jorge Henrique Garcia
José Cristino Lima Matos
José da Nóbrega
José Rosemar de Andrade Messias
Joselito Leitão Costa
Josenir de Araújo Calixto
Karen Christine Ferreira da Silva
Kleyber Souza Guimarães
Laila Oliveira Barros
Laís Medeiros
Lázara Marcelino de Souza
Ligia Maria Pereira de Souza Carvalho
Lourival Marques
Luciane Barbosa da Silva
Luzelândio Freitas Pinheiro
Madalena Ferreira da Silva
Marcella Maria Moura de Souza
Marcelo Piedrafita
Marcos da Silva Kinpara
Maria Augusta Bezerra Rosas Verçosas
Maria Conceição Marques de Souza
Maria da Conceição Farias Mourão
Maria da Conceição Ferreira
Maria de Fátima Ferreira da Silva
Maria do Socorro de Oliveira
Maria Edna Rodrigues Costa
Maria Edna Rodrigues da Costa
Maria José de Lima Bezerra
Maria Marli Ferreira da Silva
Maria Orlene Silva Bessa
Maria Somaria Teixeira Nunes
Marina Jardim
Mário Cesar Souza de Freitas
Marize Barbosa Freire de Lucena
Marly da Costa Alencar
Marly Ribeiro Leôncio

Milvia Regiany Pereira da Silva
Nádia Maria Viana Reis
Nágila Maria Dourado de Carvalho
Nara Júlia de Lima Camelo
Natália Albuquerque
Nilton César Boscaro
Nilzete Costa de Melo
Onildo Rodrigues de Souza Filho
Ozânia Maria de Almeida
Paulo Cesar Gomes da Silva
Raimunda Aparecida de Souza Guimarães
Raimunda Das Dores Leal
Raimundo Nonato Aires da Silva
Regina Maria Batista Pereira
Ricardo Brandão dos Santos
Rivamar Guedes de Lima
Roberto Marques da Silva
Robson Charles Nascimento de Souza
Rodrigo Botelho da Fonseca Accioly
Ronei Sant'Ana de Menezes
Roney Caldera
Rosa Maria Silva Braga
Rosemir Monteiro Araújo Lima
Rubens Albino Bastos
Rubia de Abreu Cavalcante
Samara Raquel Damásio Ricarte
Samir Rogério Cardoso de Freitas
Sara Maria Viana de Melo
Sérgio Murilo Nunes Moncada
Sídia Maria C. de Sousa Gomes
Silvio Gorzoni Cortizo
Soad Farias
Sócrates José Guimarães
Soterio Maximiliano.
Suelen Alves
Susie Elizabeth Lamas
Tamila Sales dos Santos Sampaio
Thales Bessa Lopes
Ulysses Freitas Pereira de Araújo
Úrsula Maria Maia Nogueira Silva
Valdecir Nicacio Lima
Vera Alice Pereira da Silva
Vicente de Paula Simões Neto
Wellyton Melo
Wolvenar Camargo

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	14
2	DIRETRIZES	18
3	SITUAÇÃO ATUAL	19
3.1	SÍNTESE DA HISTÓRIA DA LUTA DO POVO ACREANO	19
3.2	DEMOGRAFIA	23
3.3	GEOGRAFIA	29
3.4	HIDROGRAFIA	37
3.4.1	BACIA HIDROGRÁFICA DO JURUÁ	39
3.4.2	BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PURUS	40
3.4.3	BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACRE	41
3.5	SOLOS	44
3.6	VEGETAÇÃO	47
3.7	CLIMA	51
3.8	EVENTOS EXTREMOS E MUDANÇAS DO CLIMA NO ESTADO DO ACRE	54
3.9	ECONOMIA	58
3.9.1	EMPREGO E RENDA	60
3.9.2	BALANÇA COMERCIAL DO ACRE	62
4	IMAGEM-OBJETIVO	65
5	VISÃO ESTRATÉGICA	66
5.1	AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO GOVERNO LULA	66
5.2	GOVERNO DILMA ROUSSEFF: SOLIDEZ DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO	68
5.3	ESTADO DO ACRE: A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	72
5.4	A ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO DO ACRE	78
6	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	85
7	EIXOS ESTRATÉGICOS	86
8	EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL	88
8.1	ÁREA DE RESULTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	90
8.1.1	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	91
8.1.1.1	PROJETO INCENTIVO À FRUTICULTURA	93
8.1.1.2	PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE AÇAÍ	93
8.1.1.3	PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE CAFÉ	94
8.1.1.4	PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE FEIJÃO	94
8.1.1.5	PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS	94
8.1.1.6	PROJETO INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE MANDIOCA	94
8.1.1.7	PROJETO INCENTIVO A MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	95
8.1.1.8	PROJETO RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS	95
8.1.1.9	PROJETO IMPLANTAÇÃO DA CEASA CRUZEIRO DO SUL	95
8.1.1.10	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	96
8.1.1.11	PROJETO RIO QUE TE QUERO RIO	96
8.1.1.12	PROJETO SEGURANÇA ALIMENTAR	97
8.1.1.13	PROJETO AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAGEM DE GRÃOS	98
8.1.1.14	PROJETO FOMENTO A PISCICULTURA	98
8.1.1.15	PROJETO FOMENTO À CRIAÇÃO DE OVINOS	98
8.1.1.16	PROJETO FOMENTO A AVICULTURA	99
8.1.1.17	PROJETO INCENTIVO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE LEITE NO ESTADO DO ACRE	99

8.1.1.18	PROJETO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA PECUÁRIA DE CORTE	99
8.1.1.19	PROJETO FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER	100
8.1.1.20	PROJETO EXTENSÃO INDÍGENA PARA UMA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E SEGURANÇA ALIMENTAR 100	
8.1.1.21	PROJETO APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	100
8.1.2	PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO	101
8.1.2.1	PROJETO IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL FLORESTAL DE TARAUCÁ	103
8.1.2.2	PROJETO AMPLIAÇÃO DA FÁBRICA DE PRESERVATIVO MASCULINO EM XAPURI	104
8.1.2.3	PROJETO ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SETOR MARCENEIRO	104
8.1.2.4	PROJETO CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA DE GRANULADO ESCURO BRASILEIRO – GEB	105
8.1.2.5	PROJETO IMPLANTAÇÃO DA FÁBRICA DE LUVAS EM XAPURI	105
8.1.2.6	PROJETO FOMENTO AS COMPRAS GOVERNAMENTAIS COM VALORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA LOCAL 105	
8.1.2.7	PROJETO AMPLIAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL COM BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	106
8.1.2.8	PROJETO IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS DE BASE COMUNITÁRIA	106
8.1.2.9	PROJETO CONSOLIDAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE PISCICULTURA	106
8.1.2.10	PROJETO APOIO E IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIA DE FRUTICULTURAS	107
8.1.2.11	PROJETO APOIO A IMPLANTAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE LATICÍNIOS.....	107
8.1.2.12	PROJETO CONSOLIDAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE SUINOCULTURA.....	107
8.1.2.13	PROJETO IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE FÉCULA EM CRUZEIRO DO SUL	108
8.1.2.14	PROJETO IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E DERIVADOS DE COURO EM RIO BRANCO	108
8.1.2.15	PROJETO IMPLANTAÇÃO DE UM PÓLO OLEOQUÍMICO EM CRUZEIRO DO SUL	108
8.1.2.16	PROJETO IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS INDUSTRIAIS	109
8.1.3	PROGRAMA DE TURISMO E COMÉRCIO.....	109
8.1.3.1	PROJETO IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DA SERRA DO DIVISOR.....	110
8.1.3.2	PROJETO ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS DO ACRE.....	111
8.1.3.3	PROJETO PROMOÇÃO DA ROTA TURÍSTICA INTERNACIONAL PANTANAL, AMAZÔNIA, ANDES E PACÍFICO	111
8.1.3.4	PROJETO IMPLANTAÇÃO DO PÓLO LOGÍSTICO EM RIO BRANCO – FASE II	112
8.1.3.5	PROJETO IMPLANTAÇÃO DO PÓLO LOGÍSTICO EM CRUZEIRO DO SUL	112
8.1.3.6	PROJETO INCENTIVO AO COMÉRCIO COM OS PAÍSES DE FRONTEIRA	112
8.2	ÁREA DE RESULTADO MEIO AMBIENTE.....	114
8.2.1	PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	115
8.2.1.1	SUBPROGRAMA SISTEMA DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – SEANP	116
8.2.1.2	SUBPROGRAMA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE AMBIENTAL	117
8.2.1.3	SUBPROGRAMA EDUCAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL.....	119
8.2.2	PROGRAMA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	121
8.2.2.1	PROJETO GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	122
8.2.2.2	PROJETO CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA	122
8.2.2.3	PROJETO CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E MATAS CILIARES.....	122
8.2.2.4	SUBPROGRAMA GESTÃO DO TERRITÓRIO E RISCOS AMBIENTAIS	123
8.2.3	PROGRAMA DE ECONOMIA DE BAIXO CARBONO.....	126
8.2.3.1	SUBPROGRAMA SERVIÇOS AMBIENTAIS	127
8.2.4	SUBPROGRAMA CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS 129	
8.3	ÁREA DE RESULTADO PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	132
8.3.1	PROJETO INOVA ACRE.....	134
8.3.2	PROJETO DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO-CIENTÍFICO.....	134
8.3.3	PROJETO DE DIFUSÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	135

9	EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	136
9.1	ÁREA DE RESULTADO PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	137
9.1.1	PROGRAMA PROTEÇÃO SOCIAL FORTALECENDO AS FAMÍLIAS ACREANAS	138
9.1.1.1	PROJETO COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRÓ MUNICÍPIOS SOCIAIS	140
9.1.1.2	PROJETO OCA SOCIAL	140
9.1.1.3	PROJETO REESTRUTURAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	141
9.1.1.4	PROJETO OBSERVATÓRIO SOCIAL	141
9.1.1.5	PROJETO AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS NO ESTADO DO ACRE	141
9.1.2	PROGRAMA DIREITOS HUMANOS SIM!	142
9.1.2.1	PROJETO GOTA DE LUZ: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	143
9.1.2.2	PROJETO SER HOMEM	144
9.1.2.3	PROJETO PROVITA	144
9.1.2.4	PROJETO PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	144
9.1.2.5	PROJETO HUMANIZA GERAL: HUMANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	145
9.1.2.6	PROJETO CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS	145
9.1.2.7	PROJETO PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	145
9.1.2.8	PROJETO VIDA NOTA MIL: PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	146
9.1.2.9	PROJETO ACRE SEM DROGAS: CUIDADO E GERAÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DROGADIÇÃO E DE RUA	146
9.1.2.10	PROJETO IGUALDADE SIM: PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E ANCESTRAIS DOS POVOS INDÍGENAS	146
9.1.2.11	PROJETO ACRE ACOLHEDOR: ACOLHIMENTO HUMANITÁRIO A IMIGRANTES E REFUGIADOS	147
9.1.2.12	PROJETO PRÓ-CONSUMIDOR: FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	147
9.2	ÁREA DE RESULTADO POLÍTICA PARA AS MULHERES	147
9.2.1	PROGRAMA MULHERES PROTEGIDAS, VALORIZADAS E INCLUÍDAS	148
9.2.1.1	PROJETO FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	150
9.2.1.2	PROJETO DIFUSÃO DA IGUALDADE PARA UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA	151
9.2.1.3	PROJETO INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES INDÍGENAS	151
9.2.1.4	INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES RURAIS	151
9.2.1.5	INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES URBANAS	152
9.2.1.6	PROJETO INTERIORIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA AS MULHERES	152
9.2.1.7	PROJETO IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	153
9.2.1.8	PROJETO FORTALECIMENTO DO TRABALHO DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS	153
9.2.1.9	PROJETO DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER	154
9.3	ÁREA DE RESULTADO CULTURA	154
9.3.1	PROGRAMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA	155
9.3.1.1	PROJETO CULTURA COM AS FRONTEIRAS	156
9.3.1.2	PROJETO PONTOS DE CULTURA INDÍGENA – CONECTADOS NA FLORESTA	157
9.3.1.3	PROJETO JAMAXIN	157
9.3.1.4	PROJETO MODERNIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ACRE	157
9.3.1.5	PROJETO CULTURA E COMUNIDADE	158
9.3.1.6	PROJETO HUMANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	158
9.3.1.7	PROJETO FOMENTO ÀS AÇÕES DA BIBLIOTECA DA FLORESTA	158
9.3.1.8	PROJETO FOMENTO À POLÍTICA DO LIVRO E DO CONHECIMENTO	159
9.3.1.9	PROJETO IDENTIFICAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DOS BENS HISTÓRICOS E REFERENCIAIS ACREANOS	159
9.3.1.10	CRIAÇÃO DE PÓLOS DA ESCOLA DE MÚSICA DO ACRE - EMAC NAS REGIONAIS DO ESTADO	159

9.4	ÁREA DE RESULTADO JUVENTUDE	161
9.4.1	PROGRAMA JUVENTUDE, TEU FUTURO É AGORA	161
9.4.1.1	TALENTO PROFISSIONAL: AMPLIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO	162
9.4.1.2	CULTURA, ESPORTE E LAZER COMO FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL NA JUVENTUDE.....	163
9.4.1.3	AÇÃO INTEGRADA DE PROTEÇÃO CIDADÃ SOBRE JOVENS EXPOSTOS A DROGAS E EXCLUSÃO SOCIAL.....	163
9.4.1.4	INTEGRAÇÃO, AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES PÚBLICAS DE COMBATE À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, ABANDONO E REPROVAÇÃO ESCOLAR.....	164
9.4.1.5	EMPREENDEDORISMO SOCIAL JOVEM: FORMAÇÃO E APOIO PARA A VIDA CÍVICA	164
9.4.1.6	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE JUVENTUDE.....	165
9.5	ÁREA DE RESULTADO POVOS E TERRAS INDÍGENAS.....	166
9.5.1	PROGRAMA ATENÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS	166
9.5.1.1	PROJETO ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS POVOS INDÍGENAS	168
9.5.1.2	PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL E DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM TERRAS INDÍGENAS	169
9.5.1.3	PROJETO VALORIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS E TRADIÇÕES CULTURAIS DOS POVOS INDÍGENAS	170
10	EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	171
10.1	ÁREA DE RESULTADO PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO INTEGRADO	172
10.1.1	PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO INTEGRADO	173
10.1.1.1	PROJETO RUAS DO POVO.....	176
10.1.1.2	PROJETO REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – “ABASTECIMENTO 24 HORAS”	176
10.1.1.3	PROJETO OTIMIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS COM FOCO NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	177
10.1.1.4	PROJETO REGULARIZAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DA VAZÃO E ENCOSTAS DO RIO ACRE NAS ÁREAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO ACRE	177
10.1.1.5	PROJETO COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DO POVO	178
10.1.1.6	PROJETO AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS COM FOCO NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR.....	178
10.1.1.7	PROJETO CONSOLIDAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE RIO BRANCO	178
10.2	ÁREA DE RESULTADO HABITAÇÃO.....	179
10.2.1	PROGRAMA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	180
10.2.1.1	PROJETO HABITAÇÃO URBANA.....	181
10.2.1.2	PROJETO HABITAÇÃO RURAL.....	182
10.2.1.3	PROJETO HABITAÇÃO EMERGENCIAL	182
10.3	ÁREA DE RESULTADO TRANSPORTE	183
10.3.1	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	184
10.3.1.1	PROJETO CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA DE CRUZEIRO DO SUL	184
10.3.1.2	PROJETO CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA DE TARAUACÁ.....	184
10.3.1.3	PROJETO CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA DE FEIJÓ.....	185
10.3.1.4	PROJETO CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E VIAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS	185
10.3.1.5	PROJETO PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA AC – 445, TRECHO BUJARI – PORTO ACRE (VILA DO V)	185
10.3.1.6	PROJETO PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÃO AC-10 COM BR-317 (NA VILA CAQUETÁ)	186

10.3.1.7	PROJETO REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE LIGAÇÃO VIÁRIA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE RODRIGUES ALVES E PORTO WALTER.....	186
10.3.2	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE VIAS ESTRUTURANTES.....	186
10.3.2.1	PROJETO URBANIZAÇÃO DAS VIAS DE ENTRADA DAS CIDADES DE FEIJÓ, TARAUCÁ E PORTO ACRE.....	187
10.3.2.2	PROJETO URBANIZAÇÃO DA SAÍDA PARA O PACIFICO EM BRASILÉIA.....	187
10.3.2.3	PROJETO URBANIZAÇÃO DA AC-405 (ESTRADA DO AEROPORTO) EM CRUZEIRO DO SUL.....	187
10.3.3	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE VICINAL PARA ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO	188
10.3.3.1	PROJETO MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DE RAMAIS.....	188
10.3.4	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FLUVIAL.....	188
10.3.4.1	PROJETO CONSTRUÇÃO DE MINI PORTO NO RIO CAETÉ.....	189
10.3.4.2	PROJETO CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO EM PORTO ACRE.....	189
10.3.4.3	PROJETO CONSTRUÇÃO DO TERMINAL PORTUÁRIO DE PASSAGEIROS EM CRUZEIRO DO SUL..	189
10.3.4.4	O PROJETO VISA CONSTRUIR UM TERMINAL FLUTUANTE DOTADO DE BANHEIROS, ÁREAS DE EMBARQUE/DESEMBARQUE, ÁREAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PASSAGENS E OUTROS SERVIÇOS BÁSICOS	190
10.3.4.5	PROJETO CONSTRUÇÃO DE DOIS PORTOS NO RIO PURUS	190
10.3.4.6	PROJETO CONSOLIDAÇÃO DAS HIDROVIAS DO JURUÁ E PURUS.....	190
10.3.4.7	PROJETO MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA HIDROVIÁRIA E PORTUÁRIA EXISTENTE.	190
10.3.4.8	PROJETO CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSO A VILA CAQUETÁ	191
10.3.5	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE AEROVIÁRIO.....	191
10.3.5.1	PROJETO AMPLIAÇÃO DOS AERÓDROMOS DE TAUMATURGO E PORTO WALTER	191
10.3.5.2	PROJETO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AERÓDROMOS ACRIANOS.....	191
10.3.6	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	192
10.3.6.1	PROJETO REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FERROVIA ENTRE O PERU E CRUZEIRO DO SUL.....	192
10.4	ÁREA DE RESULTADO OBRAS PÚBLICAS.....	192
10.4.1.1	PROJETO CIDADE DO POVO SETOR I – OBRAS DA 2ª ETAPA.....	194
10.4.1.2	PROJETO CIDADE DO POVO SETOR II.....	195
10.4.1.3	PROJETO CIDADE DO POVO – CRUZEIRO DO SUL	195
10.4.1.4	PROJETO IMPLANTAÇÃO DO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO NA AVENIDA AMADEO BARBOSA.....	196
10.4.1.5	PROJETO ORGANIZAÇÃO DAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO – OCA.....	197
10.4.1.6	PROJETO IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE GESTÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL – CIGMA	197
10.4.1.7	PROJETO IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE INTERESSE SOCIAL.....	198
10.4.1.8	PROJETO INTERLIGAÇÃO DA CIDADE DO POVO SETOR I COM A RODOVIA AC 40.....	199
10.4.1.9	PROJETO URBANIZAÇÃO DO ACESSO DA CIDADE DE RIO BRANCO	200
10.4.1.10	PROJETO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA NA SERRA DO DIVISOR	201
10.4.1.11	PROJETO CONSTRUÇÃO DE 2 PONTES NO ALTO ACRE	201
10.4.1.12	PROJETO CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO VIÁRIO QUINTA PONTE, EM RIO BRANCO	202
10.4.1.13	PROJETO CONSTRUÇÃO DO PARQUE DOM GIOCONDO, EM RIO BRANCO	202
10.4.1.14	PROJETO REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA QUANTO A URBANIZAÇÃO DA MARGEM DO RIO ACRE, NO BAIRRO CIDADE NOVA, EM RIO BRANCO	202
10.4.1.15	PROJETO URBANIZAÇÃO DO BALNEÁRIO IGARAPÉ PRETO, EM CRUZEIRO DO SUL	203
11	EIXO SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	204
11.1	ÁREA DE RESULTADO: SAÚDE	205
11.1.1	PROGRAMA PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	207
11.1.1.1	PROJETO ATENÇÃO À SAÚDE.....	210
11.1.1.2	PROJETO APRIMORAMENTO DA GESTÃO.....	211
11.1.1.3	PROJETO GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE	211

11.1.1.4	PROJETO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	212
11.1.1.5	PROJETO SAÚDE PARA A POPULAÇÃO VULNERÁVEL.....	212
11.1.1.6	PROJETO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES EM SAÚDE.....	212
11.1.1.7	PROJETO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	213
11.2	ÁREA DE RESULTADO: EDUCAÇÃO.....	213
11.2.1	PROGRAMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS.....	214
11.2.1.1	PROJETO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	217
11.2.1.2	PROJETO ESCOLA INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	218
11.2.1.3	PROJETO ESCOLA RURAL EM TEMPO INTEGRAL.....	218
11.2.1.4	PROJETO REDE DE TEMPO INTEGRAL	219
11.2.1.5	PROJETO VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	219
11.2.1.6	PROJETO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ACRE (IDEA)	220
11.2.1.7	PROJETO ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	220
11.2.1.8	PROJETO: TODA CRIANÇA COM APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA.....	221
11.2.1.9	PROJETO PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL II	221
11.2.1.10	PROJETO NOVO ENSINO MÉDIO	222
11.2.1.11	PROJETO POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA (ACRE CARINHOSO).....	222
11.2.1.12	PROJETO FAMÍLIA ACREANA FORTALECIDA.....	223
11.2.1.13	PROJETO TODOS NA ESCOLA - NENHUMA CRIANÇA DE 6 A 17 ANOS FORA DA ESCOLA	224
11.2.1.14	PROJETO ASAS DA FLORESTANIA FUNDAMENTAL II E MÉDIO.....	224
11.2.1.15	PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL.....	225
11.2.1.16	PROJETO GESTÃO DEMOCRÁTICA	225
11.2.1.17	PROJETO GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA (GIDE)	226
11.2.1.18	PROJETO ESCOLA DE FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO ESTADUAL	226
11.2.1.19	PROJETO CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTORES ESCOLARES	226
11.2.1.20	PROJETO EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	227
11.2.1.21	PROJETO NÚCLEO ESTADUAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA OS MUNICÍPIOS (NETA):.....	227
11.2.1.22	PROJETO: AMPLIANDO O UNIVERSO CULTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	228
11.2.1.23	PROJETO EDUCAÇÃO BILÍNGUE	228
11.2.1.24	PROJETO INCLUSÃO E CUIDADOS	229
11.2.1.25	PROJETO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS	229
11.2.1.26	PROJETO FORMAÇÃO EM MAGISTÉRIO INDÍGENA.....	229
11.2.1.27	PROJETO KENEMATI.....	230
11.2.1.28	PROJETO ESCOLAS INDÍGENAS ADEQUADAS À DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA	230
11.2.1.29	PROJETO GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS INDÍGENAS.....	231
11.2.2	PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO.....	231
11.2.2.1	PROJETO PROFISSIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ACREANA	232
11.2.3	PROGRAMA DE ESPORTE	233
11.2.3.1	PROJETO GESTÃO COMUNITÁRIA DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS	234
11.2.3.2	PROJETO ESPORTE EDUCAÇÃO	234
11.2.3.3	CENTRO DE TREINAMENTO DE LUTAS OLÍMPICAS	235
11.2.3.4	PROJETO ESPORTE PARTICIPAÇÃO	235
11.2.3.5	PROJETO ESPORTE RENDIMENTO.....	235
11.3	ÁREA DE RESULTADO: SEGURANÇA PÚBLICA	236
11.3.1	PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA	237
11.3.1.1	PROJETO COMUNIDADE SEGURA	238
11.3.1.2	PROJETO REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL E OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR	239
11.3.1.3	PROJETO ESCOLA MAIS SEGURA.....	239
11.3.1.4	PROJETO PROERD NAS ESCOLAS E COMUNIDADES.....	240
11.3.1.5	PROJETO GUARDA MIRIM.....	240
11.3.1.6	PROJETO GABINETE INTEGRADO DE GESTÃO DE POLICIAMENTO ORIENTADO PARA O PROBLEMA 240	
11.3.1.7	PROJETO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO RURAL E FLUVIAL.....	241
11.3.1.8	PROJETO PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	241
11.3.1.9	PROJETO APRIMORAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO 190.....	242

11.3.1.10 PROJETO POLÍCIA OSTENSIVA NA COMUNIDADE	242
11.3.1.11 PROJETO ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR 243	
11.3.1.12 PROJETO ENFRENTAMENTO AO CRIME DE HOMICÍDIO	243
11.3.1.13 PROJETO CRIAÇÃO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA 6ª REGIONAL	243
11.3.1.14 PROJETO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE DROGAS A PARTIR DA FRONTEIRA	244
11.3.1.15 PROJETO FORTALECIMENTO DA INTELIGÊNCIA POLICIAL E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	244
11.3.1.16 PROJETO COMBATE A CIRCULAÇÃO DE DROGAS, ARMAS E DINHEIRO SUJO E DEMAIS ATIVOS	245
11.3.1.17 PROJETO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA POLÍCIA CIVIL NO ESTADO DO ACRE	245
11.3.1.18 PROJETO FORTALECIMENTO DA DELEGACIA ITINERANTE	245
11.3.1.19 AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS	246
11.3.1.20 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	246
11.3.1.21 PROJETO DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	247
11.3.1.22 PROJETO DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO	247
11.3.1.23 PROJETO DETRAN MODERNO	248
11.3.1.24 PROJETO GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO	248
11.3.1.25 PROJETO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA	249
11.3.1.26 PROJETO ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA	249
11.3.1.27 PROJETO GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	250
11.3.1.28 PROJETO AMPLIAÇÃO DO USO DA TECNOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA	250
11.3.1.29 PROJETO FORTALECIMENTO DO CONTROLE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA	251
11.3.1.30 PROJETO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E SAÚDE DOS REEDUCANDOS	251
11.3.1.31 PROJETO DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	251
11.3.1.32 PROJETO ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DO IAPEN	252
11.3.1.33 PROJETO AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA	253
11.3.1.34 PROJETO EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA PARA PRESOS	253
11.3.1.35 PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL DO IAPEN	253
11.3.1.36 PROJETO INTERIORIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	254
11.3.1.37 PROJETO BOMBEIRO MIRIM	254
11.3.1.38 PROJETO BRIGADISTA VOLUNTÁRIO	255
11.3.1.39 PROJETO FORMAÇÃO DE AGENTES DE PREVENÇÃO (COMUNIDADE)	256
11.3.1.40 PROJETO BOMBEIROS NA ESCOLA	256
12 EIXO GESTÃO PÚBLICA	258
12.1 ÁREA DE RESULTADO COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	260
12.1.1 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	260
12.1.1.1 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA	261
12.1.1.2 SUBPROGRAMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	262
12.2 ÁREA DE RESULTADO GESTÃO DE PESSOAS	264
12.2.1 PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	265
12.2.1.1 PROJETO FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	265
12.2.1.2 PROJETO QUALIDADE DE VIDA	266
12.2.1.3 PROJETO ARTE HUMANIZAR	266
12.2.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	266
12.2.2.1 SUBPROGRAMA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS	268
12.2.2.2 SUBPROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	270
12.3 ÁREA DE RESULTADO PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	271
12.3.1 PROGRAMA MELHORIA E INOVAÇÃO DA GESTÃO	272
12.3.1.1 PROJETO EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO	273
12.3.1.2 PROJETO GOVERNO ELETRÔNICO	273
12.3.1.3 PROJETO MELHORIA DE SISTEMAS GERENCIAIS	273
12.3.1.4 PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO E DE FORTALECIMENTO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL - MO	274

12.3.1.5	PROJETO MODERNIZAÇÃO/PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS	274
12.3.1.6	PROJETO MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PGE	275
12.3.1.7	PROJETO ACRECOMPRAS.....	275
12.3.1.8	PROJETO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS/BANCO DE BOAS PRÁTICAS	275
12.3.1.9	PROJETO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	276
12.3.2	PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA.....	276
12.3.2.1	PROJETO APRIMORAMENTO DA GESTÃO FISCAL	276
12.3.2.2	PROJETO IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO FAZENDÁRIO	277
12.3.2.3	PROGRAMA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO.....	277
12.3.2.4	PROJETO CONSTITUIÇÃO DA CARREIRA DO SERVIDOR DA ÁREA DE CONTROLE	277
12.3.3	PROGRAMA DE PLANEJAMENTO, CAPTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS.....	277
12.3.3.1	PROJETO CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	278
12.3.3.2	PROJETO GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS	278
12.3.3.3	PROJETO ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	279

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Acre tem origem, nos anos setenta do século passado, no sonho e no ideário de suas populações tradicionais que, no confronto com a frente pioneira e apoio de setores da classe média urbana, buscavam uma alternativa ao paradigma predatório da política de “modernização” da Amazônia.

Os governos autoritários, à época, associavam modernização à política de desenvolvimento da Amazônia promovida pela ditadura por meio de incentivos fiscais e financeiros aos grandes projetos agropecuários, minero-metalúrgicos, industriais e agroindustriais e recomendados como modelo de ocupação e de desenvolvimento econômico da região.

Os conflitos e as lutas daquele tempo tinham, essencialmente, como razão e objetivo a concepção e a construção de um novo modelo de desenvolvimento, fundado na cultura das populações tradicionais que habitam e mantêm com a floresta uma relação material e simbólica que marca e define uma específica identidade florestal.

No Acre, a floresta, pela paisagem natural e pela formação social e histórica do seu povo, adquiriu um sentido amplo. O seu conceito tem referência nas tradições e como fundamento uma determinação cultural específica. A adjetivação de Florestal não se define apenas pela característica biofísica do espaço, mas determina-se especialmente pelos hábitos, costumes, sentimento de pertencimento, enfim pela identidade. Deste ponto de vista, o espaço urbano é florestal. O Acre na sua especificidade de estado florestal, tem o significado de uma comunidade, constituída pela tradição e pelo sentimento de pertencimento. Para Weber, um dos pais da sociologia moderna, a motivação social que explica a comunidade vem de um “sentimento subjetivo afetivo ou tradicional de partícipes de constituição de um todo”. O conceito de comunidade é amplo e determina-se, entre outros, por fundamentos afetivos, emocionais e tradicionais. O Acre é uma comunidade florestal.

No contexto da luta ideológica e política das décadas de 70, 80 e 90, gerou-se o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre. Alteraram-se as relações de forças sociais em favor do novo projeto e constituíram-se as lideranças e quadros políticos alinhados com a visão de desenvolvimento sustentável. Com esta mudança do ambiente político, no limiar do novo milênio, o povo do Acre pôs no governo estadual a aliança política liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e a Frente Popular do Acre (FPA).

O Acre, sob o domínio do crime organizado, decaído o Estado de direito, o estado privatizado, a economia estagnada, fragilizado em suas instituições e desacreditado perante a nação, precisava ser reconstruído à altura de sua grandiosa história.

Em 15 anos, os governos da FPA fizeram profundas transformações na economia, na infraestrutura, na política, na cidadania, enfim na vida social do Acre.

As mudanças foram densas e de largo alcance. A economia cresceu a uma taxa anual média de 6,5% durante os governos da FPA. Nos 3 anos que antecederam ao governo da FPA, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de apenas 1,9%.

Entre 2004 e 2012 a taxa de desemprego diminuiu 11%. Neste mesmo período, a taxa de mortalidade infantil caiu do alto patamar de 20,6% para 13,9% e a taxa de analfabetismo reduziu-se de 18,8%, para 13,2%. Enquanto o Acre experimentava elevadas taxas de crescimento econômico, a taxa de desmatamento reduzia-se, atestando de forma incontestável a sustentabilidade do desenvolvimento. Com os governos da FPA, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se encontrava antes no nível baixo, com os governos da FPA elevou-se para classificação de médio.

Nos primeiros 12 anos, os governos do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre, romperam com a inércia e inépcias do passado reorientaram a economia para a construção de uma economia de base florestal sustentável, iniciaram a implantação da infraestrutura básica do desenvolvimento, deram os primeiros passos para integração física interna, fizeram avanços na educação como requisito do desenvolvimento, criaram as condições mínimas para acesso aos direitos de cidadania, promoveram importantes mudanças institucionais, restabeleceram o Estado de direito e reconstruíram as destroçadas estruturas do aparelho de Estado.

Coube ao governo Tião Viana promover o grande salto do desenvolvimento sustentável do Acre. A produção agrícola, a piscicultura e a industrialização, a criação de pequenos animais, associadas a inclusão produtiva de trabalhadoras e trabalhadores em situação de pobreza, pelos estímulos governamentais, tiveram uma importante expansão.

A chamada grande estratégia do governo da FPA tem sua síntese no desenvolvimento sustentável. Ela obedece um horizonte de longo prazo. No médio prazo, rege o planejamento de governo no tempo do mandato. É natural, nesta visão, os reajustes de estratégia para atender os objetivos estabelecidos no período de governo, o modelo de gestão e os novos caminhos para proceder a passos largos no desenvolvimento, conforme as mudanças nas realidades econômica, social, política e institucional.

A primeira decisão, a mais importante, é a escolha do método de planejamento. A onda neoliberal que começou em 1980 e teve seu auge com o colapso da União Soviética, na década de noventa, buscava construir uma sociedade regulada pelo mercado e um Estado mínimo. Este propósito conduziu à redução do planejamento estratégico de governo, a um paradigma corporativo completamente inadequado ao planejamento da ação pública. É comum na administração pública brasileira o uso do planejamento estratégico

corporativo para criar a aparência de modernidade. Na maioria dos casos o instrumento de planejamento mostra-se ineficaz.

No Acre, a opção do Governo Tião Viana foi a adoção do planejamento público por meio do método de Planejamento Estratégico Situacional (PES) com ampla participação popular. Ao PES são associadas funções de monitoramento e avaliação. Todos os instrumentos foram integrados no Sistema de Planejamento e Gestão Estratégicos (SIPLAGE), instituído por decreto. Os instrumentos de planejamento são alinhados do nível normativo-estratégico ao operacional e as ferramentas de gestão servem de suporte ao gerenciamento de projetos e processos, assim como ao acompanhamento dos resultados e impactos das ações de governo.

O Plano de Governo, elaborado com efetiva participação da sociedade civil, funciona como a agenda estratégica da gestão, sendo detalhado em planos de níveis de concretização cada vez mais aproximados da operação, até o nível da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A estratégia do governo Tião Viana é explicitada no Plano de Governo e desenha os caminhos para realizar os objetivos estabelecidos para o período do mandato e para o avanço na direção do alcance da imagem-objetivo do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre.

Criadas as condições institucionais, promovidos avanços na infraestrutura, nos requisitos de cidadania e na educação, o grande desafio que o Governo Tião Viana se impôs, nos quatro anos de gestão, foi promover um salto no desenvolvimento econômico, na geração de renda, de empregos e de ocupações produtivas para gerar riqueza e fazer inclusão social por meio da implantação de pequenos negócios, visando a emancipação econômica e social de famílias, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza.

O grande objetivo do governo é fazer crescer a economia, contribuir para resolução da questão social, assegurar a infraestrutura e a proteção dos recursos naturais, almejando a sustentabilidade do desenvolvimento.

Os resultados já alcançados são satisfatórios, positivos e bem avaliados pela população, testemunhados em pesquisas de avaliação da gestão.

Um novo período de governo sugere a manutenção da essência da estratégia de governo, com os ajustes que se mostrarem necessários e uma programação de governo que inclua a validação do que foi realizado, a continuidade dos programas e projetos em andamento e um passo à frente: novas ideias e desafios.

Ademais, o olhar primeiro para o desenvolvimento econômico, com o crescimento a passos largo da produção, o aumento da produtividade e da escala, tendo como locomotiva a industrialização. E promovendo avanços na produção florestal e na intensificação da produção agrícola em áreas já desmatadas.

O Plano de Governo, para o período de 2015 a 2018, será formulado conforme essas abordagens e pressupostos. Seu conteúdo discutido, submetido e elaborado com ampla participação da população.

O escopo contemplará uma análise da situação atual do estado, com um breve resumo da formação histórica, da situação geográfica, da hidrografia, dos solos, da vegetação, do clima, dos aspectos demográficos, da economia, do desenvolvimento social e da cultura. Além da descrição e explicação da situação, o Plano propõe a imagem-objetivo, os objetivos estratégicos; definirá a estratégia e a programação de governo, detalhada em eixos estratégicos, áreas de resultados, programas e projetos.

Para efeito de sua execução, o Plano de Governo será detalhado em níveis de concretização a cada passo mais perto da operacionalidade: na Colheita de Resultados, no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei de Orçamento Anual (LOA). A Colheita de Resultados é a expressão do Plano de Governo numa árvore contendo toda a estrutura do Plano de Governo, inclusive a definição de projetos e metas. O orçamento plurianual é detalhado no PPA e Orçamento anual na LOA.

2 DIRETRIZES

- I. Fortalecer as instituições e as liberdades democráticas;
- II. Fazer um governo para todos os acreanos com atenção especial aos que mais precisam;
- III. Reunir todas as forças sociais num esforço único de consolidação do projeto de desenvolvimento sustentável diversificado;
- IV. Dar atenção especial e promover o desenvolvimento econômico com o propósito de transformação da estrutura produtiva e de expandir a geração de emprego e renda;
- V. Desenvolver a estrutura de Ciência, tecnologia e inovação como requisito fundamental do desenvolvimento;
- VI. Reduzir as desigualdades sociais e dispensar tratamento especial à extinção da extrema pobreza;
- VII. Defender os direitos humanos fundamentais e proteger os setores sociais que sofrem discriminação;
- VIII. Cuidar da juventude na educação, no esporte e no lazer porque dela sairão os arquitetos do futuro;
- IX. Assegurar educação de qualidade para tornar iguais as oportunidades para todos;
- X. Prover serviços de saúde de qualidade como um direito de cidadania para todos;
- XI. Trabalhar para suprir moradia digna no ambiente urbano para as famílias de baixa renda;
- XII. Enfrentar e dismantelar o crime, proporcionando segurança às famílias, às pessoas e às instituições;
- XIII. Valorizar a cultura própria e fortalecer a identidade do povo acreano.

3 SITUAÇÃO ATUAL

3.1 SÍNTESE DA HISTÓRIA DA LUTA DO POVO ACREANO

O Acre foi uma das últimas fronteiras da Amazônia a ser transformada em território nacional. Durante milhares de anos o Acre se manteve como território exclusivamente indígena. Uma ocupação complexa em que mais de 50 diferentes etnias mantinham contatos regulares e relações comerciais tanto com outros grupos amazônicos, quanto com povos andinos. Enquanto isso, até 1850, os altos rios acreanos eram tratados como “Tierras no Descubiertas”, pelos mapas da época. Só a partir de 1860, as primeiras expedições deram a conhecer o imenso potencial econômico da região para a extração da borracha e outras “drogas do sertão”.

Mesmo tardio, por outro lado, o povoamento das terras acreanas por não-índios foi rápido e intenso. A “Revolução Industrial”, que estava em curso na Europa e Estados Unidos, aumentou assustadoramente a demanda pela borracha. Além do que a grande seca do sertão nordestino, em 1877/1878, levou à migração de milhares de nordestinos para a extração do ouro negro (a borracha defumada) da floresta.

Em poucos anos, os altos rios acreanos foram totalmente povoados por brasileiros e estrangeiros de todas as partes do Brasil e do mundo que, junto com as populações indígenas nativas da região, compuseram um rico e original mosaico de culturas e etnias.

Revolução e criação do Acre

A imensa riqueza gerada pela exploração do látex levou à cobiça internacional e conflitos internacionais. Já no início de 1899, o governo da Bolívia tentou ocupar militarmente o rio Acre, ao mesmo tempo em que negociava o arrendamento da região com capitalistas europeus e norte-americanos interessados na borracha acreana.

Diante dessa ameaça os “brasileiros do Acre” expulsaram os bolivianos, em 1º de maio, e logo em seguida, no dia 14 de julho de 1899, fundaram o “Estado Independente do Acre”. Uma república inspirada nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa. E, apesar de seu maior objetivo ser a anexação do Acre ao Brasil, já em março de 1900, foi o próprio governo brasileiro que dissolveu o movimento e devolveu estas terras à Bolívia.

Ainda assim, no final de 1900, a famosa Expedição dos Poetas manteve viva a chama revolucionária nos altos rios. E, em 1901, a formação do Bolivian Syndicate - uma companhia comercial anglo-americana que iria arrendar o Acre

com amplos poderes territoriais, militares e alfandegários - abalou a opinião pública nacional. Até porque esse contrato exigia a livre navegação internacional dos rios amazônicos, ameaçando a soberania brasileira sobre a região.

Em 1902, os revolucionários mais uma vez pegaram em armas, sob o comando de Plácido de Castro, e proclamaram recriando o Estado Independente. Contudo, dessa vez a pressão nacional obrigou o Presidente Rodrigues Alves a mudar a posição do governo e negociar a assinatura do Tratado de Petrópolis, anexando o Acre ao Brasil, em 17 de novembro de 1903. Finalmente os brasileiros do Acre haviam conquistado o direito de se autodenominar acreanos.

A luta autonomista

No princípio de 1904, o governo brasileiro tornou o Acre o primeiro Território Federal da nossa história. Um novo sistema político que forçou a sociedade acreana a viver sob a tutela e a dependência do poder executivo federal, uma vez que cabia ao Presidente da República nomear seus governantes e arrecadar seus impostos. Assim, esse povo que havia conquistado pelas armas o direito de ser brasileiro, foi condenado a exercer uma cidadania de segunda categoria em seu próprio país. A plena autonomia política do Acre tornava-se assim a nova e necessária causa para os acreanos.

Para lutar por essa causa foram fundados clubes políticos e feitas diversas revoltas armadas em diversas cidades como Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rio Branco. Além disso, o fim do “1º Ciclo da Borracha”, a partir de 1913, com a pronunciada queda dos preços internacionais da borracha, fez com que os seringais entrassem em falência e a se despovoar. A sociedade acreana viveu então um dos períodos mais difíceis da sua história.

Nem mesmo o novo e breve período de prosperidade do 2º Ciclo da Borracha, provocado pela Segunda Guerra Mundial, foi capaz de modificar definitivamente esse quadro. Mas, ao menos, a “Batalha da Borracha” trouxe novamente milhares de famílias nordestinas para o Acre, repovoando novamente os seringais.

A melhoria do contexto econômico fez com que os anseios autonomistas voltassem a ganhar força. Assim, depois de uma longa batalha legislativa, os acreanos conseguiram transformar o Território Federal do Acre em Estado. Mais cinquenta e oito anos de luta, de 1904 a 1962, até que os acreanos passassem a ter os mesmos direitos básicos e essenciais de qualquer cidadão brasileiro.

A defesa dos povos da floresta

A criação do Estado do Acre e a primeira eleição de um governador acreano pareciam anunciar grandes mudanças na região. Entretanto, menos de dois anos depois da eleição do governador José Augusto de Araújo, o país sofreu

o golpe militar que mudaria bruscamente, também, os rumos da história do Acre. Mais uma vez os governantes passaram a ser indicados pelo governo federal. Condição que permaneceria até 1982, quando a Ditadura Militar voltou a permitir a realização de eleições para governadores em todo o país.

Por outro lado, sob o discurso de “integrar para não entregar” a Ditadura estimulou, no início dos anos 70, a implantação de grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários com financiamentos internacionais e incentivos fiscais em nome da “defesa” da soberania brasileira. O corte do financiamento para a produção da borracha fez com que os seringais falissem e fossem vendidos por preços muito baixos para que neles fossem instalados empreendimentos pecuários. Repentinamente, índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos viram suas terras sendo invadidas e devastadas em nome de um novo tipo de progresso que transformava a floresta em terra arrasada.

A partir de 1975, as populações tradicionais da floresta se organizaram e começaram a desenvolver diferentes estratégias de resistência. Foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais em Brasiléia, Xapuri, Rio Branco e Sena Madureira. A chegada de uma Ajudância da FUNAI ao estado possibilitou o início da demarcação e regularização das terras indígenas acreanas. A igreja católica do vale do Acre, de perfil progressista, reforçou a luta popular a partir das Comunidades Eclesiais de Base. Intelectuais, artistas, estudantes e trabalhadores em geral, criaram organizações civis e promoveram intenso movimento social e cultural nos diversos municípios acreanos. Jornalistas criaram o jornal “O Varadouro” para noticiar os graves problemas enfrentados então, especialmente àqueles relacionados aos conflitos pela posse da terra.

A luta dos povos da floresta liderada por Wilson Pinheiro, Chico Mendes e muitos outros foi então reconhecida pelo movimento ambientalista internacional e por governos do mundo inteiro. A trágica morte de Chico Mendes, em 1988, criou uma enorme pressão sobre os organismos financeiros internacionais, que foram obrigados a rever seus critérios de investimento na Amazônia. Mais uma vez, acreanos haviam sido obrigados a lutar para defender sua integridade, seus modos de vida tradicionais e seu direito à cidadania e à autodeterminação.

Novas lutas acreanas

Esse quadro de grave crise social, econômica e política levou à alteração radical de alguns dos parâmetros tradicionais da sociedade acreana. Por exemplo, até o início dos anos 70, a maior parte da população morava na floresta, ao final dos anos 90, mais de 80% dos acreanos já se encontravam nas cidades. Além disso, o governo estadual vivia um período de intensa desarticulação pela completa ausência de um projeto concreto para o desenvolvimento do Acre, denúncias de corrupção e práticas clientelistas, total desequilíbrio financeiro, sucateamento da máquina pública e crescimento acelerado do crime organizado que criava um clima de temor e insegurança, afligia a toda sociedade.

E foi diante desse contexto, que mais uma vez os acreanos reagiram reestruturando as forças políticas e sociais num novo pacto em torno do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Acre, que marcou a ascensão de novas lideranças capazes de mudar a realidade acreana.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Acre marcou o início de um período de profundas transformações no estado. A defesa das populações tradicionais acreanas e de seus modos de vida próprios; a valorização da floresta, não só por sua importância ambiental, mas como principal ativo econômico; a reestruturação e o fortalecimento das instituições públicas, a ética e a seriedade na gestão das finanças do estado, tornaram-se marcas do novo projeto de desenvolvimento sustentável para o Acre.

Um projeto que busca inclusão social, desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos mais diversos segmentos da sociedade acreana, tornando-se uma região estratégica para a integração geopolítica sul-americana, modelo e referência para a Amazônia e o país.

À guisa de conclusão

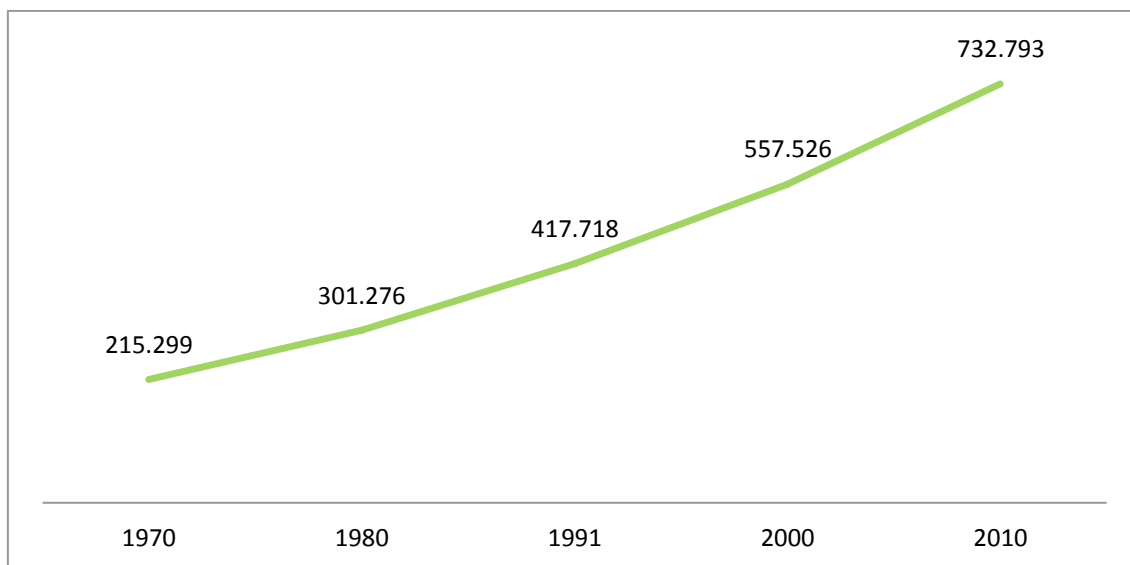
O Acre é hoje um estado colorido, multiétnico, tão diversificado quanto sua floresta que contém enorme riqueza e biodiversidade. Uma sociedade multifacetada que apresenta, entretanto, uma forte identidade sociocultural. Um sentimento de ser acreano que é muito mais amplo que as fronteiras desse pequeno estado, situado no extremo ocidental da Amazônia brasileira.

O acreano é um povo que luta. E nas suas lutas, afirma sua vontade e sua determinação de escolher livremente seu próprio caminho. Busca um modelo de desenvolvimento verdadeiramente justo e sustentável e vai criando, em seu caminho de lutas, uma profusão de novos paradigmas que atualizam e mantêm vivos os legados e os ideais de Chico Mendes, dos Autonomistas e dos que heroicamente fizeram a Revolução Acreana.

3.2 DEMOGRAFIA

O processo histórico de ocupação do Acre foi impulsionado pela migração de nordestinos na busca pela exploração extrativa do látex, matéria-prima utilizada para a fabricação da borracha que era estratégica para estimular o capitalismo monopolista internacional, na segunda metade do século XIX. A figura abaixo, demonstra a evolução de sua população desde 1970.

Figura 01 – Evolução da população total do Acre com base nos últimos 05 Censos Demográficos



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

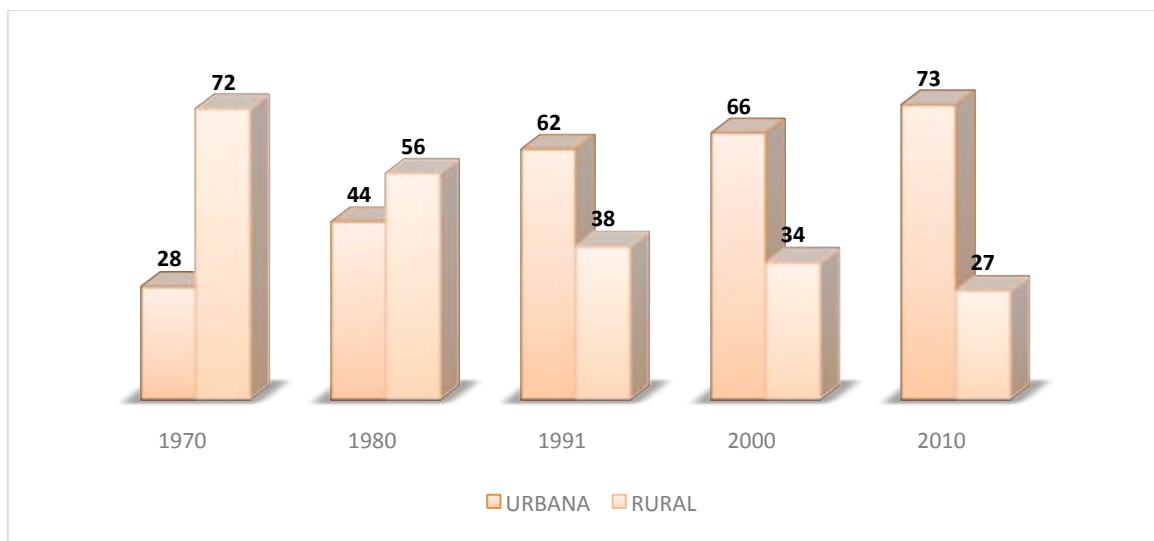
A área geográfica do Acre representa somente 4,3% da Região Norte do país, porém, a sua densidade demográfica em 2010 foi de 4,47 hab./km² superando a alcançada pela região, que ficou em 4,11 hab/ km².

A partir da década de setenta do século passado, impulsionado pela frente agropecuária que ocorreu em toda a Amazônia brasileira, o Acre apresentou altas taxas de crescimento demográfico. Em 2010, obteve o terceiro maior percentual de crescimento populacional dentre os estados da federação, quando comparado com o censo de 2000 (31,44%). Mesmo com tamanha expressividade, a taxa apresenta uma tendência decrescente, em função da queda paulatina da taxa de fecundidade total que em 2000 era de 3,63 e em 2010 caiu para 2,81.

A frente agropecuária também foi responsável por intensas transações com terras, desalojando grande parte da população rural, a maioria formada por seringueiros que ocupavam as florestas acreanas. O resultado em termos demográficos foi um intenso êxodo rural, detectado pelos censos a partir de 1970, com um crescimento vertiginoso da população urbana, principalmente a capital, Rio Branco. O Gráfico abaixo demonstra este movimento. Enquanto em

1970, a população rural representava 72% da população, em 2010, quarenta anos depois, ela representava somente 27%.

Figura 02 – Percentual da população urbana e rural dos 5 últimos censos



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

O estado possui 22 municípios, sete deles com população menor que 10.000 habitantes, treze com população entre 10.000 e 50.000 habitantes, um município com população entre 50.000 e 100.000 habitantes e, a capital Rio Branco, com população maior que 330.000, conforme o gráfico abaixo.

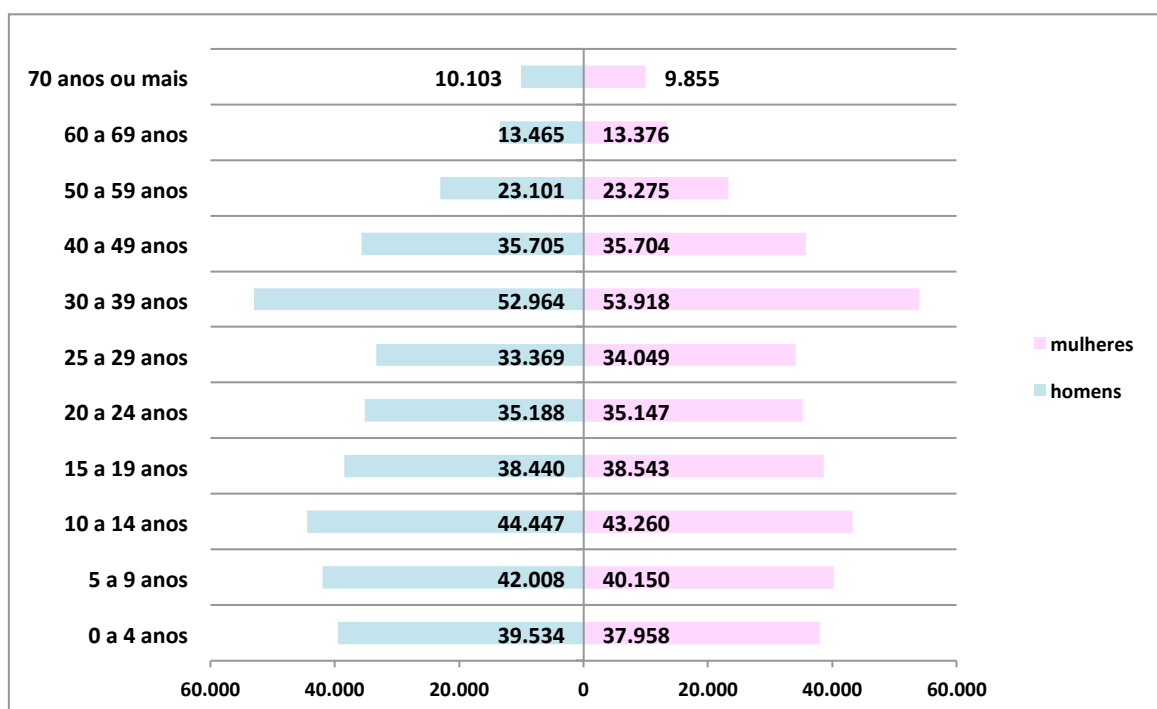
Dentre eles, os que apresentaram maior dinâmica populacional no último decênio foram: Santa Rosa do Purus (105,34%), Rodrigues Alves (77,12%); Assis Brasil (74,07%) e Marechal Thaumaturgo (71,19%). Os que apresentaram menor dinâmica foram: Senador Guimard (1,98%); Rio Branco (13,39%), Cruzeiro do Sul (16,32%) e Feijó (20,92%).

A região mais densamente ocupada, a do Baixo Acre, que abrange 07 municípios, inclusive a capital, Rio Branco, apresentou um crescimento de 31,22%, ligeiramente abaixo do percentual alcançado para o estado como um todo (31,44%).

Os municípios que compõe a região com maior crescimento foi a do Alto Acre (34,88%) seguida pelos que compõem a região do Purus (33%). Por outro lado, os que apresentaram um crescimento abaixo do alcançado pelo conjunto do estado foram os municípios localizados nas regiões Tarauacá e Envira (29,98%) e os da região do Juruá com 30,87%.

A pirâmide etária do Acre, para 2010, demonstrada no gráfico abaixo, tem sua base relativamente estreita e vai alargando-se até atingir a faixa etária de 30 a 39 anos e depois se estreita acentuadamente, demonstrando um número de idoso relativamente pequeno. A pirâmide demonstra que mesmo com todo o crescimento, continuamos a ser um estado jovem, pois no caso dos estados mais maduros, ela costuma ter o topo mais dilatado.

Figura 03 – Pirâmide etária do Acre em 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

O gráfico da pirâmide etária para 2010, além de informar sobre a faixa etária, mostra também a proporção dos sexos em cada idade. Em relação ao gênero da população, pode-se perceber que dos residentes, os homens representam a maioria com 368.324 pessoas, contra 365.235 do sexo feminino. Segundo o IBGE (2010), a expectativa de vida dos homens é de 69,4 anos e das mulheres 74,7.

Avaliando-se a razão de sexos (RS), que expressa a relação quantitativa entre os sexos, em cada um dos 22 municípios em 2010, observou-se que, na população total, somente a capital, Rio Branco, apresentou um número de mulheres superior aos de homens, com uma razão de sexos equivalente a **95 (se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem, acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres)**.

Quando se avalia a RS na zona urbana, além do total do estado, com uma RS de 95 e de Rio Branco com 93, outros onze municípios apresentaram RS menor que um. Na zona rural, para o conjunto do estado e para a grande maioria dos municípios houve a uma supremacia da população masculina sobre a feminina (RS >100), exceção somente para o município de Santa Rosa do Purus que apresentou uma RS de 99.

O Censo 2010 confirmou alteração na composição racial do estado, em que a população negra passa a figurar como maioria. Os negros no Acre, considerados aqueles que se declaram pardos e pretos, correspondem a 74 % dos residentes. Este aumento progressivo se deve, sobretudo à ampliação do número de indivíduos que se reconhecem como pretos ou pardos.

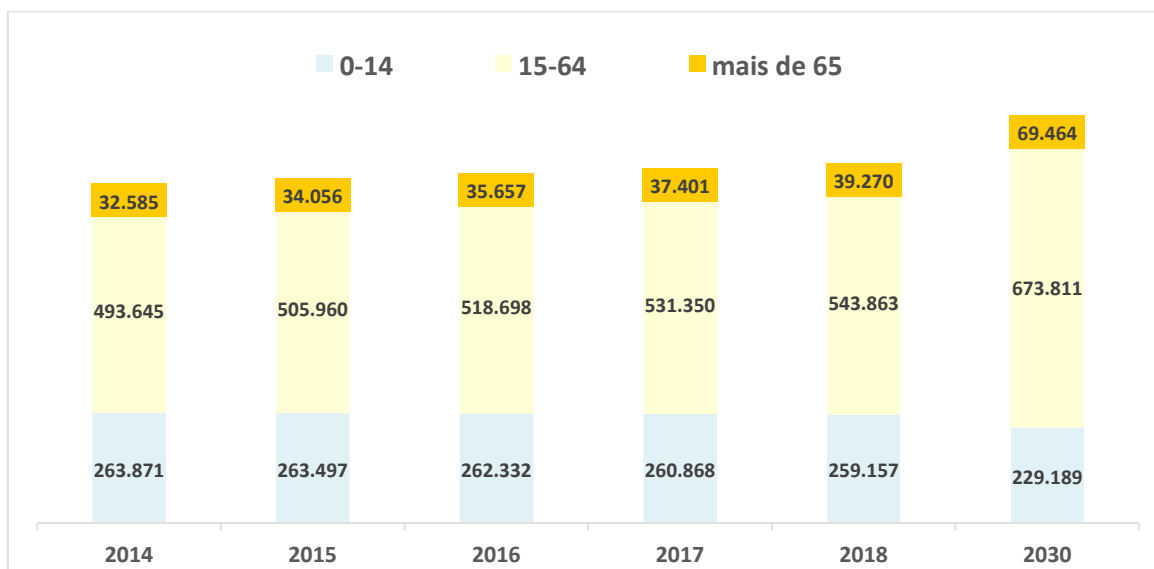
O aumento da participação da população negra se deu em praticamente todos os municípios, com exceção de Santa Rosa do Purus que caiu de 73,51% em 2000 para 42% em virtude de grande parte de a população ter se declarado, em 2010, como indígena. Capixaba (84%), Manoel Urbano (81%) e Xapuri (80,50%) figuram como os municípios com maior participação de pretos e pardos no estado. Por sua vez, Santa Rosa do Purus (42%), Feijó (66%) e Assis Brasil (66,60%) são aqueles que congregam o menor número da população preta e parda do estado. Esta característica étnico-racial da população é muito importante, pois a vida das pessoas é influenciada por sua cor ou raça, principalmente, nas dimensões do trabalho, da relação com a Justiça e a polícia, do convívio social e da escola.

Os dados do Censo de 2010, indicam um total de 75.202 pessoas residentes no Estado com nascimento em outros estados brasileiros. A origem dos migrantes detectados pelo censo de 2010 foi a seguinte: cerca de 43,44% são oriundos dos estados vizinhos do Amazonas (32,17%) e de Rondônia (11,27%), seguidos por: Ceará (8,48%), Paraná (7,97%) e Minas Gerais (5,34%). Quando analisamos a origem dos migrantes dos últimos 10 anos, se destacam: Rondônia (30,17%), Amazonas (28,38%), São Paulo (5,80%) e GO (3,38%).

Conforme projeção do IBGE o Estado do Acre conta em 2014 com uma população de 790.101 habitantes, sendo 263.871 de crianças de zero a 14 anos (33,40%); 493.645 de adultos de 15 a 64 anos (62,50%) e 32.585 idosos, aqueles com mais de 65 anos de idade (4,10%). A figura abaixo demonstra como deverá ser o comportamento da população estadual, por este grupo de faixa etária, para os próximos 05 anos (2014-2018) e para o ano de 2030. Fica claro a transição demográfica que o Estado está atravessando, caracterizada pela queda da taxa de crescimento, e, como consequência, a queda de participação das crianças e o aumento do contingente de adultos e idosos em relação a população total. Em 2030, o Estado deverá contar com uma população de 972.462 habitantes, divididos entre: 229.189 crianças (23,60%); 673.811 adultos (69,30%) e 69.464 idosos (7,10%). Como vemos, nos próximos 16 anos, teremos uma redução em quase 10% da participação das crianças em relação a população total e um aumento do contingente de adultos em quase 7% e de idosos em 3%.

A taxa bruta de natalidade, medida pelo o número de nascidos vivos, por mil habitantes, que em 2014 é de 21,89%, passará em 2030 a ser de 14,64%. Esta taxa expressa a frequência anual de nascidos vivos e é influenciada pela estrutura da população, quanto a idade e o sexo. A redução desta taxa, indica melhorias nas condições socioeconômicas e culturais da população. Por outro lado, a taxa bruta de mortalidade, medida pelo número total de óbitos, por mil habitantes que expressa a frequência anual das mortes, que em 2014, é estimada em 4,61%, deverá, em 2030 ser de 5,08%. Esta taxa bruta de mortalidade é também influenciada pela estrutura da população, como por exemplo, o aumento da população adulta e idosa e, também é condicionada por fatores socioeconômicos.

Figura 04 – Projeção da população por faixa etária



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030

Outra taxa importante para indicar a mudança na dinâmica demográfica do Estado é a de fecundidade total, medida pelo número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao final do seu período reprodutivo. Esta taxa representa a condição reprodutiva média de mulheres, sendo este o principal indicador da dinâmica demográfica. Considera-se que taxas inferiores a 2,1 indicam fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional. O decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores: urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho, instabilidade de emprego dentre outros. Em 2014, a taxa do Acre é estimada em 2,52 e, para 2030 este valor deverá alcançar somente 1,75.

O índice de envelhecimento em 2014 é de 12,35%, este valor deverá mais do que duplicar nos próximos 16 anos. Em 2030, seu valor deverá ser de 30,31%. Medido pelo número de pessoas de mais de 65 anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade. É a razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Estes valores indicam também que a transição demográfica caminha a passos largos.

As melhorias das condições sociais e econômica alcançadas nos últimos anos fizeram com que, a esperança de vida ao nascer do acriano, medida pelo número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade, estimada para hoje, que é de 73,26 anos deverá, em 2030, ser de 77 anos. Por outro lado, a razão de dependência, que é o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a

população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade) deverá cair de 60,05% hoje, para 44,32% em 2030, reflexo do crescimento da população adulta.

É fato que a estrutura etária está em transição. A diminuição do número de crianças e adolescentes é um retrato da queda da natalidade. Por outro lado, o aumento do número de adultos e idosos, retrata o aumento da expectativa de vida, o que mostra também queda da mortalidade. O estado mostra traços de uma nova fase do crescimento populacional, com queda de natalidade e de mortalidade, tendendo a baixar o ritmo do crescimento populacional. Tais mudanças alertam para mudanças e reformas sociais, principalmente no que toca a questão da previdência e no setor cultural, ou seja, educar os mais jovens e até os adultos, para uma boa convivência com a turma da terceira idade.

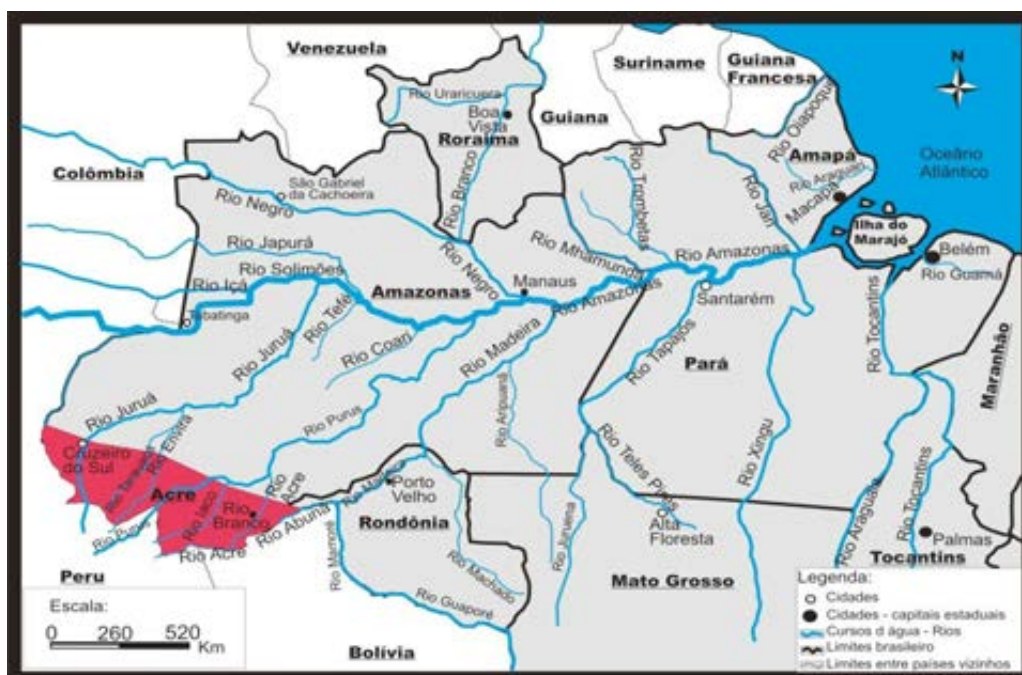
O fato de ser um estado jovem, fortalece o capital humano e pode ser um instrumento para o crescimento e para o desenvolvimento econômico, desde que seja sadia e qualificada. A priorização de grandes investimentos na educação e na saúde dos jovens, preparando-os para o futuro pode representar um diferencial competitivo em escala regional e nacional.

3.3 GEOGRAFIA

Localizar é a base material para conhecer, situar, apreender a realidade de um lugar. Isto, precisamos fazer para que, reconhecendo o lugar, possamos agir melhor sobre ele para transformá-lo num lugar cada vez melhor para vivermos. Tratamos disto parafraseando o que já dizia, há muito, um importante Geógrafo Francês – Yves Lacoste: “é preciso conhecer o espaço, para nele saber agir para ela transformar”. É com este propósito que a Geografia nos pode fornecer elementos para compreender o processo de produção do espaço, ou seja, como ele se formou e como ele ainda continua constantemente sendo transformado e reformado.

De modo objetivo, podemos dizer que o Acre é o estado brasileiro que se situa mais ao Oeste do País. Está próximo ao Paralelo Central – o Equador (latitudes de: 07° 07´ a 11°08´ Sul), no centro da América do Sul (longitudes de: 66° 30´ a 74° Oeste de Greenwich). Este território limita-se ao Norte com o estado do Amazonas, ao Leste com o estado de Rondônia e com a República da Bolívia, ao Sul com a República da Bolívia e do Peru e ao Oeste com a República do Peru¹ (Figura 05).

Figura 05 – Acre: limites e localização na bacia hidrográfica do Amazonas



Fonte: Simielli, 2008; ACRE, 2008. Redesenhado Silvio Simione da Silva, 2008.

A localização de um lugar é também um condicionante que lhe faz único e necessário no Mundo. Por isto, no Acre, temos uma localização que é única, com implicações geográficas e gerando dificuldades e possibilidades que são

¹ Todos estes dados referem-se a ano de 2008, com base em: ACRE, Fundação de Tecnologia do Atlas do Estado do

únicas. É nesta condição que nossa situação geográfica, num dos extremos do País, é a característica que mais nos une à Federação dos Estados Brasileiros. Oferecemos, entre outras condições, as melhores possibilidades geográficas para a integração nacional no Continente: o Acre agora se torna “meio” caminho para a integração continental sul-americana.

Desta forma, conhecer bem da localização geográfica do Acre é a base para continuar fazendo as transformações de nossa realidade. Isto, ao mesmo tempo em que formamos bases para melhorar ainda mais aquelas ações já iniciadas e corrigir outras que não foram bem sucedidas.

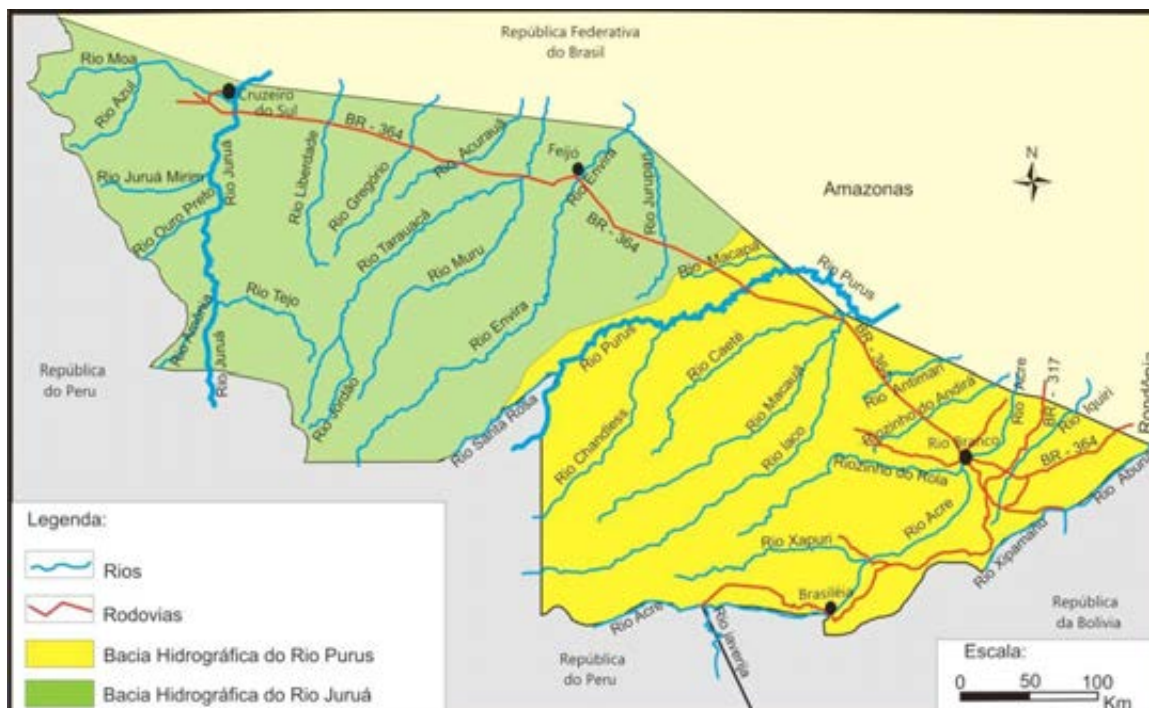
O Acre surgiu como espaço em disputa nas áreas de alto curso dos rios da margem direita do Amazonas a partir de 1870. A ocupação se deu em função dos potenciais produtivos da floresta com a borracha natural. Então esse espaço foi ocupado graças às informações de suas potencialidades produtivas divulgadas por seus exploradores. Era uma terra florestal, com muitas seringueiras, rios, animais e muitos povos indígenas. Muitos indígenas foram mortos. A floresta foi sendo rapidamente transformada, dando lugar para a produção, pela frente econômica capitalista que avançava.

No confronto entre brasileiros vindos do Nordeste com os indígenas e com a natureza regional, venceu os interesses econômicos, e isso fez surgir o Acre. Por isso, a primeira localização deu-se como uma “invenção criativa” dos interesses diversos, dos confrontos e conflitos. É daí que surge a palavra que deu nome ao Território: Acre – derivado de Uáquiri – Rios dos Jacarés – dos povos indígenas (dialeto do povo Apurinã). Assim, nas terras banhadas por este rio e outros da região acreana, seria revelado ao Mundo o maior potencial produtivo da borracha natural, em toda a Região Amazônica.

Desta forma, para esses migrantes nordestinos, os rios foram os caminhos de chegada ao Acre. Era uma terra distante, em áreas drenadas por três importantes afluentes do Rio Amazonas em sua margem direita, isto é, o Rio Juruá, o Rio Purus e do Rio Madeira. Portanto, as terras acreanas estão localizadas na porção sul da Região Amazônica, em trecho de médio e alto curso, nas bacias do Purus e do Juruá e nas sub-bacias hidrográficas de seus afluentes. Apenas uma pequena porção do território, no extremo leste, está em áreas drenadas por afluentes do Rio Madeira (rios Abunã e Rapirran): municípios de Plácido de Castro e Acrelândia.

Neste sentido, do ponto de vista da configuração físico-territorial, caracterizamos duas bacias hidrográficas, subordinadas aos sistemas fluviais do Amazonas: a do Juruá e a do Purus, como pode ser visto na Figura 06.

Figura 06 – Bacias hidrográficas e rodovias federais no Acre



Fonte: ACRE, 2008 (Cf. Nota de rodapé 3). Redesenhado por Silvio Simione da Silva, 2010.

Esta localização no Sul da Amazônia (Amazônia Sul-ocidental) confere ao Acre a condição de ser um território formado por relevo de altitude modesta, variando entre de 130 a 600 m acima do nível do mar, aproximadamente. Por isto, o território estadual é tomado por planícies com amplas colinas, sendo que nas proximidades com fronteira peruana, a altura do terreno se eleva, chegando em torno dos 600 metros, na Serra do Divisor, no município de Mâncio Lima, no extremo oeste do Estado.

Este território esteve originalmente coberto pela floresta tropical úmida amazônica com sua enorme biodiversidade. Esta cobertura florestal, atualmente, é mais intensa nos municípios que se situam na porção Centro-Occidental do Estado. Hoje, contudo, o Acre, já apresenta cerca de 12% do território desmatado, ocupado por pastagens, áreas de plantações agrícolas e cidades.

Relacionada a esta localização física e à altitude do território acreano, temos a caracterização climática: o Acre possui um clima tipo Equatorial Quente Úmido. Como está no Hemisfério Sul da terra, na Zona Tropical Sul (ao Sul da linha do Equador) suas estações do ano são pouco definidas. No período do inverno, no hemisfério Sul, pode ocorrer rápidas friagens, pois a temperatura cai sob a influência da massa de ar polar atlântica na região.

Esta localização física no Planeta assemelha o clima da região ao da zona climática da Terra caracterizada por climas quentes, sendo que sua variação anual é baseada, especialmente, no índice de pluviosidade, isto é: um período “chuvoso” (o “inverno amazônico” – que caracteriza a fase das estações que vai do final da primavera – o verão, ao início do outono no Hemisfério Sul) e o

Dentre estes municípios, Rio Branco se destaca por ser a cidade mais populosa, o principal centro econômico e político e o mais urbanizado. Tal situação reflete as origens dos desequilíbrios regionais no Estado retratado no contraste entre a Capital, que cresce demograficamente, e os municípios, que, em geral, perdem população ou crescem em taxas mais moderadas. Ressalta-se que ainda temos municípios, nos quais seus territórios recortam o Estado de Sul ao Norte. São áreas que se estendem desde a faixa de fronteira internacional até a fronteira nacional com o estado do Amazonas, como é o caso de Manuel Urbano, Sena Madureira e Feijó.

Tratando da localização das regiões internas, o Estado é formado por duas mesorregiões geográficas: do Vale do Juruá e do Vale do Acre. Estas estão divididas em microrregiões geográficas (IBGE, 1989) ou regionais de desenvolvimento (ZEE/AC, 2000), conforme apresentamos no Quadro 01.

Quadro 01 – Acre: divisões regionais atuais

Mesorregião Geográfica	Microrregião/ Regional de Desenvolvimento	Municípios
Vale do Juruá	Cruzeiro do Sul/Do Juruá	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo
	Tarauacá/ Do Tarauacá-Envira	Tarauacá, Feijó e Jordão
Vale do Acre	Rio Branco/Do Baixo Acre	Rio Branco, Bujari, Senador Guiomard, Porto Acre, Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro
	Sena Madureira/ Do Purus	Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus
	Brasiléia/Alto Acre	Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia, Xapuri

Fonte: SILVA, Silvio Simione da Silva, 2010²

Quanto à localização do Acre no Continente: na América do Sul, na Amazônia, nas proximidades com a Cordilheira dos Andes e com Oceano Pacífico, situado no extremo ao Oeste brasileiro, o Acre partilha a fronteira com dois importantes países andinos: a República do Peru e da Bolívia. Esta localização faz com que as principais cidades acreanas, inclusive, a Capital – Rio Branco, estejam num arco de menos de 2.000 km de grandes cidades andinas e da costa do Pacífico, como é o caso de Lima, Cuzco e Arequipa, capital e importantes cidades peruanas; de La Paz, capital boliviana; Quito, capital equatoriana e ainda das cidades com portuárias franqueadas do Norte do Chile (Iquique e Arica) e do Sul do Peru (Illo e Matarani).

² SILVA, Silvio Simione da Silva. Acre: uma visão temática de sua Geografia. Rio Branco: Edufac, 2010 (no prelo).

Figura 08 - Eixo de integração interoceânico Brasil-Peru-Bolívia



Fonte: Rapp (2005). Peru (2009³). Redesenhado e reorganizado por Silvio Simione da Silva, 2010

Outro ponto importante nesta localização é que temos o mesmo fuso horário dos principais portos do litoral Pacífico sul-americano. Assim, o Acre é um ponto estratégico para o Brasil na articulação terrestre continental para a implantação de vias comerciais sul-americana/asiática através do eixo comercial do Oceano Pacífico.

Neste sentido se deu a implantação do Eixo de Integração Interoceânico Brasil-Peru-Bolívia da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. Com isto, a BR-317 se transformou na “Estrada do Pacífico” e passou a simbolizar toda esta possibilidade regional. Contudo, isto não descartou a integração via rodoviária e aeroviária por Cruzeiro do Sul (Acre, Brasil) e Pucalpa (Ucayali, Peru), que mesmo já iniciada, continua sendo amplamente discutida.

³ PERU, República del. **Mapa da Republica del Peru**. // http://ciat-library.ciat.cgiar.org/paper_pobreza/067.pdf (acessado em 10/2009); e RAPP, Kenn. La Carretera Transoceánica de Brasil-Perú: **Resumen de Proyecto**. 30 diciembre 2005. <http://www.bicusa.org/es/Article.10028.aspx>

Para finalizar, agora vamos apenas apontar algumas das implicações de tudo isto na geração de possibilidades localizacionais socioespaciais produzidas no Acre, na sua relação macroespacial na Amazônia, no Brasil, na América do Sul:

- Como parte da Amazônia, o Acre é território fundamental na integração do espaço Pan-amazônico, dado sua condição limítrofe, e os processos já iniciados tanto pelas vias rodoviárias com o Peru e a Bolívia, as ligações aeroviárias com cidades peruanas; assim como a formação da Região Internacional do MAP – Madre de Dios, Acre e Pando, passam a ter fóruns de discussão de desenvolvimento integrados.
- Como estado brasileiro situado mais ao Oeste, no centro do Continente, tem a possibilidade de oferecer ao País, o território melhor localizado para a integração intercontinental. E, com isto, criar condições objetivas para não ser trecho de passagem, mas sim espaço para localização de investimentos econômicos, em condições vantajosas pela proximidade com o litoral do Pacífico.
- No plano continental, além do que já foi citado pela proximidade dos Andes e de grandes centros turísticos e comerciais, existe a possibilidade de tornar-se atração de rotas turísticas e comerciais. Estas seriam voltadas para quem pretende conhecer a Amazônia dos altos cursos dos rios, além de outros atrativos locais, como os recentes descobertos geoglifos; ou no plano comercial, para infraestrutura de recepção de mercadorias das rotas asiáticas, vias portos peruanos e chilenos. Salienta-se, ainda que neste plano continental, a marca mais importante é a de situar como ponto nodal nas redes de integração espacial nas fronteiras com os países vizinhos andinos e da costa do Pacífico.

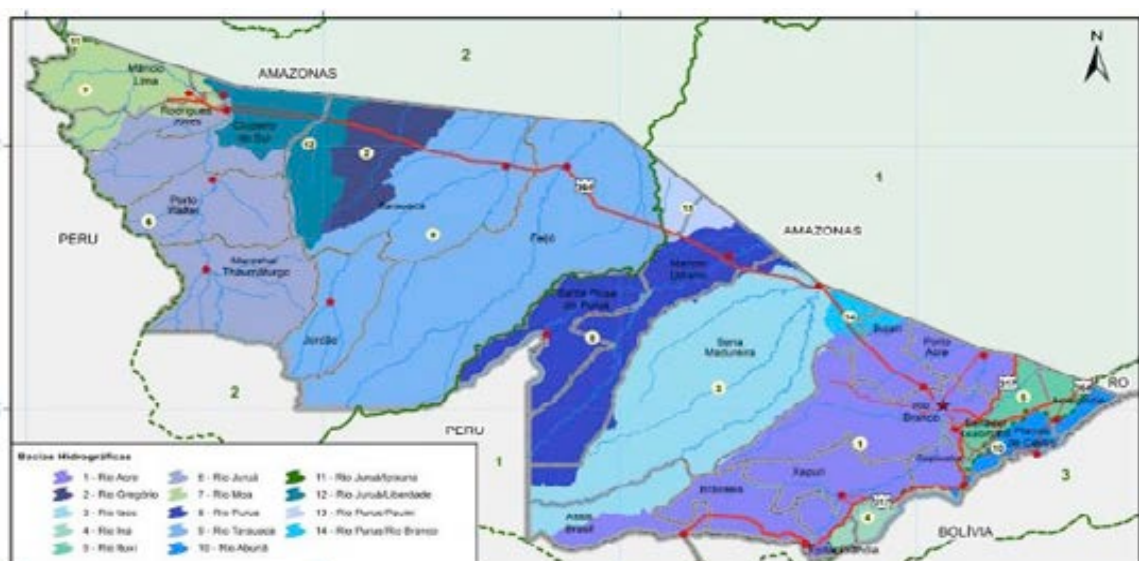
Portanto, muitas situações, que no passado eram vistas como empecilhos, hoje são potencialidades dadas por nossa localização, sob as quais podemos operar bases para o desenvolvimento. Concluimos isto no sentido de tratar formas de integrar os territórios, de gerar novas oportunidades para os povos que habitam estas partes do Continente e de romper com a sombra da pobreza, que ainda atinge a maior parte da população acreana, assim como das áreas limítrofes dos países vizinhos.

3.4 HIDROGRAFIA

O Acre apresenta uma extensa rede hidrográfica com seus rios correndo no sentido Sudoeste-Nordeste de forma praticamente paralela de Leste para Oeste, com nascentes localizadas no Peru, atravessam o estado e desaguam no território do Estado do Amazonas. São rios que apresentam ao mesmo tempo caráter internacional e federal, com uma boa densidade de drenagem em relação à área do estado (ACRE, 2012)⁴.

Sua rede hidrográfica faz parte das regiões hidrográficas dos rios Amazonas e Solimões, cujas principais bacias hidrográficas são: Javari, Juruá, Purus e porção três da bacia hidrográfica do Rio Madeira. Dentre os principais cursos de água estão os rios Tarauacá, Purus, Envira e Juruá (Figura 09), que dão origem às cinco regiões hidrográficas do Estado, estabelecidas como regionais de desenvolvimento (ACRE, 2006; BRASIL, 2006)⁵.

Figura 09 – Bacias hidrográficas do estado do Acre



Fonte: ZEE/ACRE, 2006

Para efeitos do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre (PLERH/AC) o estado do Acre apresenta seis Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs), consideradas recortes espaciais de referência para a gestão estratégica dos

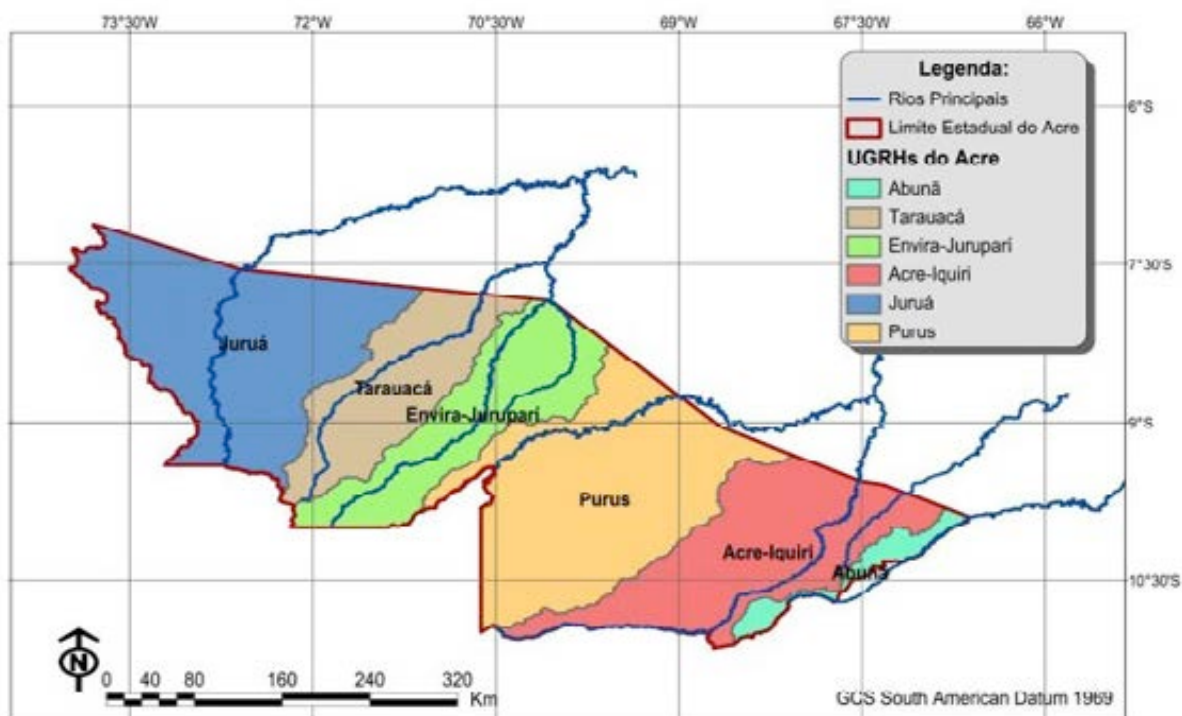
⁴ ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Plano Estadual de Recursos Hídricos**. Rio Branco, Acre: Sema, 2012. 244p.

⁵ ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento síntese - Escala 1:250.000**. Rio Branco: SEMA, 2006. 356p.

BRASIL. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Caderno da Região Hidrográfica Amazônica. Brasília (DF): MMA, 2006. 124p.

recursos hídricos correspondentes às bacias dos principais rios. São consideradas Unidades de gestão de recursos hídricos do estado do Acre, as porções estaduais das bacias hidrográficas dos rios Juruá, Tarauacá, Envira- Jurupari, Purus, Acre-Iquiri e Abunã (Figura 10). Estas UGRHs cobrem o vasto território acreano, com 164.080 km (SEMA, 2008)⁶.

Figura 10 – Unidades de gestão dos recursos hídricos do estado do Acre



Fonte: ACRE, 2008

Do ponto de vista da disponibilidade de água, no Acre essa extensa rede hidrográfica responsável por transportar um total anual de $9,48.10^{10}$ m³. Esse valor dividido pela área total do estado corresponde a aproximadamente $5,76.10^5$ m³/km²/ por ano. O total de água escoado em território acreano representa aproximadamente 2% do total escoado pelo Rio Amazonas e toda a sua bacia para o Oceano Atlântico ($6,30.10^{12}$ m³/ano). Comparativamente o volume de água disponível anualmente no estado do Acre é aproximadamente 100 vezes maior do que aquele consumido pela região metropolitana de São Paulo (ACRE, 2012).

⁶ SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado do Acre**. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Resultado de Consultoria. Rio Branco. 2008.

3.4.1 BACIA HIDROGRÁFICA DO JURUÁ

A Bacia do Rio Juruá é compartilhada pelos estados brasileiros do Acre e Amazonas e o departamento peruano de Ucayali, com um sistema de drenagem dendrítico composto por cursos d'água perenes e intermitentes (Ab'Saber, 1985)⁷. Os rios pertencentes a esta bacia são enquadrados na categoria de "rios de água branca" (Sioli, 1984)⁸, devido a coloração amarelada (água barrenta), resultante do transporte elevado de material em suspensão.

No Acre, esta bacia abrange os municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão, Tarauacá e Feijó, compreendendo áreas das sub-bacias dos rios Tarauacá e Envira, correspondente a 74.950 km², equivalentes a 49% do estado do Acre, 19,9% da área da Bacia do Solimões/Juruá/Japurá e 1,9% da Bacia Amazônica, no território brasileiro (ACRE, 2006; 2012).

As nascentes do Rio Juruá estão localizadas no Peru, a 453 m de altitude, e deságua no Rio Solimões no estado do Amazonas, com declividade média de 11,7 cm/Km. É navegável da foz até o município de Cruzeiro do Sul, com profundidade mínima de 1 m. Sua navegabilidade estende-se até Marechal Thaumaturgo, em condições menos favoráveis (ACRE, 2000)⁹.

O Rio Tarauacá é o principal afluente do Rio Juruá, sendo navegável desde sua foz até a foz do Rio Jordão, quase divisa com o Peru, com profundidade mínima de 1,20 m; enquanto que o Rio Envira, principal afluente do Rio Tarauacá, é navegável desde sua foz até o município de Feijó.

Os demais tributários de importância hidrológica relativa são, pela margem esquerda, os rios Moa, Juruá-Mirim, dos Moura ou Paraná da Viúva, Ouro Preto, das Minas, Arara e Amônia. Pela margem direita, os rios: Valparaíso, Breu, Tejo, Grajaú e os igarapés Humaitá, Natal, São João e Caipora, que deságuam no Rio Juruá em território acreano e os rios Liberdade e Gregório deságuam em território amazonense.

Nos períodos críticos em termos de estiagem, a navegabilidade dos rios da região sofre uma variação sazonal, com uma disponibilidade hídrica muito reduzida, no período de estiagem. Os valores mensais de vazão mínima do Rio Juruá ocorrem entre os meses de julho e outubro, variando entre 61,4 e 143 m³/s. Por outro lado, as vazões máximas mensais alcançam maiores valores nos meses de janeiro a abril, sendo estes em torno de 2.952 m³/s (ACRE, 2006).

O regime geral de chuvas na Bacia do Rio Juruá apresenta pluviosidade média mensal com valores oscilando entre 350 mm em Porto Walter e 200 mm

⁷ AB'SABER, A.N. **Geomorfologia e Paleoclima da Amazônia Brasileira**. São Paulo. Apostila de Curso. 120p.

⁸ Sioli, H. 1984. The Amazon and its main effluents: Hydrography, morphology of the river courses, and river types. In: SIOLI, H. (Ed.). **The Amazon: Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin. Monographiae Biologicae**. Boston: Dr. W. Junk Publishers. 1984, p. 127-165.

⁹ ACRE. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre. 2000. Governo do Estado do Acre – **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Documento Final**. Rio Branco. SEMA, 2000, v. I, II e III.

em Taumaturgo no trimestre mais úmido, de fevereiro a abril. Para o trimestre mais seco, de junho a agosto, os valores mais baixos oscilam entre 30 mm na estação de Taumaturgo e 83 mm na estação de Serra do Moa. No período mais úmido os picos de máximas médias ocorrem no mês de março, já para o período mais seco existem variações entre junho e agosto. Na escala anual, a média de chuva nesta bacia situa-se em torno dos 1900 mm (ACRE, 2012).

Ao se comparar os períodos mais úmidos da pluviometria, com os mais caudalosos da fluviométrica percebe-se uma tendência em que os eventos de máxima, tanto de chuva quanto de vazão estão menos defasados no tempo do que os eventos de mínima. O que ajuda a entender o mecanismo dos eventos extremos, sobretudo das cheias rápidas na alta bacia.

De acordo com a classificação de Molinier et al., (1995)¹⁰ para as bacias hidrográficas da Amazônia, a bacia do Rio Juruá é uma bacia do tipo Tropical Austral, cuja principal característica é um pico de cheia na metade do primeiro semestre do ano civil.

3.4.2 BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PURUS

A nascente do Rio Purus encontra-se em território peruano e sua bacia é compartilhada com os departamentos peruanos de Ucayali e Madre de Dios e os estados do Acre e Amazonas. Sua área de drenagem total corresponde a 372.000 km² e dentro do território acreano, cobre em torno de 43.897 km², incluindo a Sub-bacia do Rio Iquiri, que embora deságue a jusante da desembocadura do Rio Acre, é afluente direto do Purus (ACRE, 2006).

Os principais afluentes do Rio Purus no Estado são: Chandless, Iaco, Iquiri e o Acre. Possui um canal único com largura uniforme, aumentando em direção à foz devido ao aumento da vazão. Sua vazão média na desembocadura, no Rio Solimões, chega a 10.870 m³/seg. O período de “cheia” ocorre entre os meses de novembro a maio.

Os municípios que compõem a bacia do Purus são: Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Manoel Urbano, Assis Brasil e pequenas porções dos territórios de Bujari e Feijó. A bacia apresenta uma área total de 40.507 km² e uma densidade populacional média de 1,2 hab./km² nos municípios de Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira (SEMA, 2010)¹¹.

Os valores médios de vazões mensais das estações da Bacia do Rio Purus não ultrapassam os 2.000 m³/s. No pico de cheia dos rios desta bacia, os valores médios oscilam entre 357 m³/s na estação de Seringal Guarany e 1.923 m³/s na

¹⁰ MOLINIER, et al., Les régimes hydrologiques de l'Amazonie et de ses affluents. In: **L'hydrologietropicale: geoscience et outil pour le développement**. Paris. IAHS. Mai, 1995.238p.

¹¹ SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente-Sema. **Estado da Arte dos Recursos Hídricos no Estado do Acre**. Relatório de Consultoria. 2010.

estação de Manoel Urbano. No período de seca os valores oscilam desde os 2 m³/s no Seringal Guarany até cerca de 92 m³/s na Estação de Manoel Urbano. Quanto ao trimestre mais caudaloso ocorre entre os meses de janeiro a março, com o mês de pico geralmente ocorrendo em fevereiro. Já o trimestre menos caudaloso situa-se entre os meses de julho a setembro com uma forte tendência a que o mês de setembro seja aquele onde os rios ficam mais secos (ACRE, 2012).

De acordo com a classificação de Molinier et al., (1995) para as bacias hidrográficas da Amazônia, a bacia do Rio Purus também, se caracteriza como do tipo Tropical Austral, com um pico de cheia na metade do primeiro semestre do ano civil. A variabilidade, tanto das cotas quanto das vazões na estação do Seringal Guarany indica um rio mais frágil em relação às consequências de eventos extremos.

A bacia do rio Purus possui 67% de sua cobertura florestal sob a forma de unidades de conservação dos tipos floresta estadual, floresta nacional, reserva extrativista e estação ecologia, e apenas 10% são projetos de assentamento (MPE, 2009)¹².

3.4.3 BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACRE

A Bacia Hidrográfica do Rio Acre ocupa parte das regionais de Desenvolvimento do Alto e Baixo Acre. A parte alta da bacia localiza-se na fronteira entre Bolívia, Brasil e Peru onde se encontram o departamento peruano de Madre de Dios, o estado brasileiro do Acre e o departamento boliviano de Pando, na região do MAP.

O Rio Acre nasce em território peruano, nas terras acidentadas da área de influência do Rio Iaco e Rio das Pedras, com o nome de Rio Eva, em cotas da ordem de 400 m e corre na direção Oeste-Leste, deixando-o na altura do município de Iñapari, e segue fazendo fronteira com Brasil e Bolívia. De modo geral a topografia da Bacia do Rio Acre caracteriza-se por apresentar valores de elevação entre 300 m a 430 m próximos as cabeceiras, e entre 150 m a 300 m a partir daí para a jusante (ACRE, 2012).

Em território acreano, a bacia ocupa uma área de 27.263 km² e é formado por 10 municípios no estado do Acre: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Porto Acre, Rio Branco, Bujari, Sena Madureira e Senador Guiomard.

O regime fluviométrico corresponde à elevação máxima anual durante o período das cheias, ocasião em que as águas ocupam toda faixa da planície fluvial, normalmente ocupada pela vegetação ciliar, regulando o escoamento, que é acrescido pelas águas provenientes dos interflúvios, provocando

¹² MPE. Ministério Público Estadual. **Caracterização Socioambiental das Bacias Hidrográficas do Estado do Acre.** Relatório de Consultoria. 2009.

inundações que chegaram a atingir, no rio Acre, o nível de 17,66 m em 1997, 17,64 m em 2012, levando em consideração que a altura média da margem é de 12,90 m. Em abril de 2011 a cota do Rio Acre alcançou valores de 16,16 m e em setembro chegou a 1,50 m, o menor nível dos últimos 40 anos (ACRE, 2000; 2006 e 2012).

Os dados de vazão das estações fluviométricas na Bacia do Rio Acre indicam que as médias mensais não ultrapassam os 1.000 m³/s, portanto, cerca da metade do valor de referência das bacias do Juruá e do Purus. No pico de cheia, os valores médios oscilam entre 839 m³/s na estação de Rio Branco e 143 m³/s na estação de Assis Brasil.

No período de seca dos rios os valores oscilam desde os 4 m³/s em Assis Brasil e Fazenda Santo Afonso até 34 a 37 m³/s nas estações de Rio Branco e Xapuri. O trimestre mais caudaloso está entre os meses de janeiro a março, com o mês de pico geralmente ocorrendo em fevereiro. Já o trimestre menos caudaloso situa-se entre os meses de julho a setembro, com uma tendência a que os meses de agosto e setembro sejam os mais secos (ACRE, 2012).

O regime geral da pluviosidade na bacia do Rio Acre apresenta valores de média mensal oscilando entre 288 mm em Rio Branco e 212 mm em Brasília no trimestre mais úmido, que vai de janeiro a março. Já para o trimestre mais seco, de junho a agosto, os valores mais baixos oscilam entre 14 mm na estação de Fazenda Santo Afonso e 37 mm na estação de Rio Branco (ACRE, 2012).

No período mais úmido os valores de máximas tendem a acontecer em janeiro, já para o período mais seco existem pequenas variações segundo a estação, no entanto a tendência mais forte é de que os menores valores mais baixos de chuva sejam encontrados no mês de julho. Em relação à pluviosidade média anual tem-se nesta bacia 1.900 mm como valor de referência (ACRE, op. cit).

O estudo da variabilidade sazonal das cotas indica maior sensibilidade a eventos extremos para as estações de Juruné (Rio Iquiri), Fazenda Santo Afonso (Rio Branco) e Rio Branco (Rio Acre), nesta ordem (ACRE, op. cit).

É uma das mais importantes bacias hidrográficas do estado, pois nela concentra-se a maior parte da população acreana (cerca de 70%), sendo o rio Acre responsável pelo abastecimento de água de todas as cidades que banha, inclusive a capital do Estado.

O fato de a população da bacia concentrar-se mais nas áreas urbanas tem implicações severas em termos de qualidade das águas do Rio Acre, que recebe a grande carga de esgoto e resíduos sólidos aí produzidos. Neste sentido, os municípios acreanos têm um grande desafio, que é a gestão dos efluentes. Considerando que a gestão do solo cabe aos municípios, deve-se pensar essa responsabilidade integral, envolvendo-os na gestão dos recursos hídricos urbanos.

Bacia Hidrográfica do Rio Abunã

O Rio Abunã nasce na República da Bolívia, atravessa os estados do Amazonas, Acre e Rondônia e forma com o Mamoré, o Rio Madeira. Possui 524 km de extensão.

É uma bacia binacional que em território acreano ocupa uma área de aproximadamente 5.227 km², dos municípios de Acrelândia, Senador Guiomar, Plácido de Castro, Capixaba, Epitaciolândia e Xapuri. Tem cerca de 1.500 pessoas em núcleos habitacionais nos seus principais afluentes no lado brasileiro (ACRE, 2006). As cidades limítrofes de Vila Evo Morales, na Bolívia, e Plácido de Castro, no Brasil, compartilham os recursos desta bacia, ambos utilizando águas deste manancial para consumo, recreação, lazer, dentre outros.

Esta bacia encontra-se em áreas de expansão econômica aonde projetos de grande envergadura e de importância estratégica para o Brasil, Peru e Bolívia vêm sendo implementados, como a Estrada Interoceânica ligando o Brasil aos portos do Pacífico, o Complexo Madeira e outros eixos viários, segundo a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

3.5 SOLOS

O Acre apresenta particularidades relacionadas aos seus solos, devido à origem sedimentar, que refletem diretamente sobre os recursos naturais da região. Em virtude da proximidade com os Andes, seus solos apresentam características químicas e físicas distintas dos demais solos da Amazônia. Devido à proximidade dos Andes, ao clima pretérito, e aos sedimentos argilosos depositados horizontalmente, houve um retardamento dos processos de pedogênese (processos que levam à formação dos solos) e, por conseguinte, originaram, em sua maioria, solos pouco profundos, com impedimentos de drenagem, eutróficos e com argilas expansivas (sobretudo na região central do estado). Estas características justificam suas peculiares, inclusive com endemismo de solos, a exemplo da ocorrência de Vertissolos.

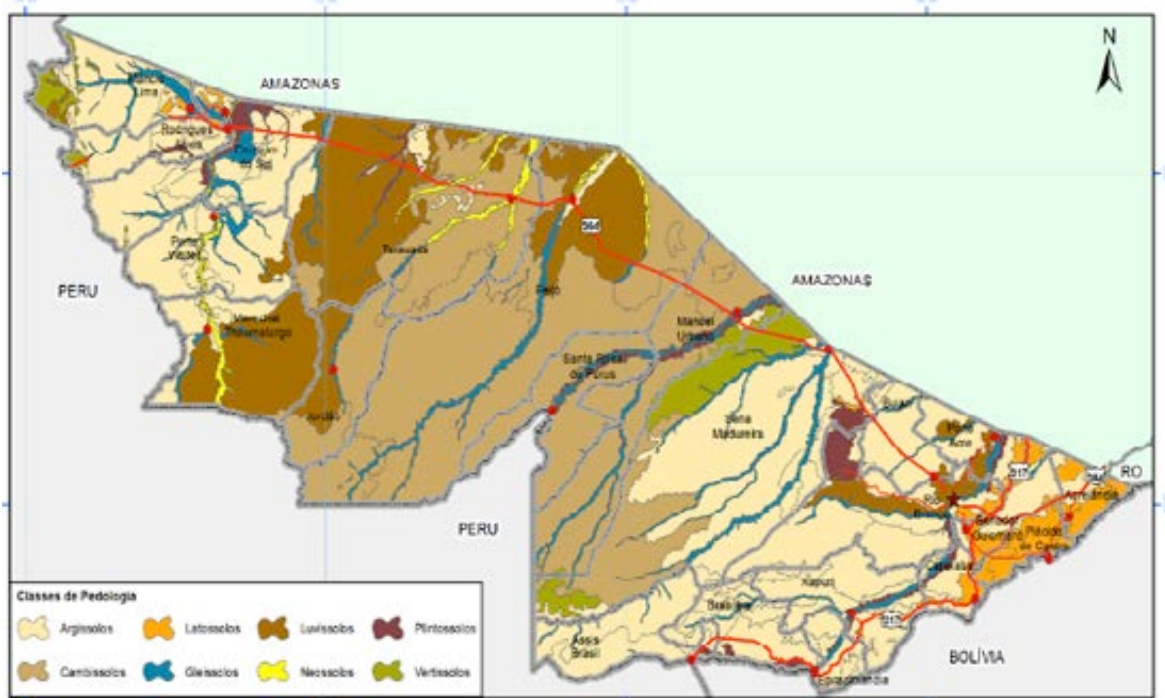
Estes solos, de maneira geral, apresentam condições favoráveis a sua utilização agrícola, no entanto, demonstram problemas de ordem física, em grande parte relacionada com restrição de drenagem, de quantidade e qualidade de argila. Assim, os solos da região, quando secos, em geral, são duros e à medida que aumenta o grau de umidade, as características de plasticidade e pegajosidade expressam-se com mais intensidade, dificultando, sobremaneira, o uso do solo, tanto no período chuvoso quanto no seco.

O estado do Acre é dividido em três grandes pedoambientes: um situado a Leste, outro na região central e outro no extremo Oeste (Figura 11). No pedoambiente Leste encontra-se a maioria dos Latossolos e Argissolos com características intermediárias para Latossolos. A vegetação nativa dominante é a floresta densa com sub-bosque de musáceas e, por vezes, bambu. O relevo é menos movimentado, em sua maioria, plano a suave ondulado. Nessa região, próximo à cidade de Rio Branco, ocorre também áreas de Plintossolos e outros solos com caráter Plíntico.

O pedoambiente da região central, compreendida entre os municípios de Sena Madureira e Tarauacá, tem predomínio de solos mais rasos, com argila de atividade alta, originados de sedimentos argilosos e, por vezes, siltosos que imprimem aos solos sérias restrições de drenagem. Nessa área predominam os Cambissolos, Vertissolos e Luvisolos, com vegetação do tipo floresta com bambu e relevo ondulado a forte ondulado.

Já o pedoambiente do extremo Oeste (Vale do Juruá) é desenvolvido, a partir de sedimentos relacionados à bacia do Juruá, com textura mais grosseira (arenosa), que confere boas condições de drenagem, apesar de contribuir para seu distrofismo. Predominam os Argissolos, Gleissolos, Neossolos e pequenas áreas com Latossolos e Espodosolos, com relevo plano e suave ondulado.

Figura 11 – Principais classes de solos do estado do Acre



Fonte: ACRE, 2006

As principais classes de solos do estado do Acre, em termos de 1º nível categórico, distribuição, potencialidades, restrições e aptidão agroflorestal está contemplada no Quadro 02.

Quadro 02 – Expressão geográfica, distribuição relativa das principais classes de solos, potencialidades e limitações ao uso agrícola e aptidão agroflorestal.

Classes (ordem)	Potencialidades	Limitações	Aptidão Agroflorestal	Área (ha)	Área (%)
Argissolos	Média a alta fertilidade.	Gradiente textural, profundidade efetiva baixa, risco de erosão, restrição de drenagem	Aptidão boa para culturas perenes, espécies frutíferas, florestais em monocultivos e sistemas agroflorestais	6.275,5	38,3
Cambissolos	Boa disponibilidade de nutrientes.	Pouca profundidade efetiva, relevo ondulado, fendas durante o período seco, restrição à drenagem	Aptidão restrita para culturas perenes, espécies florestais e frutíferas em sistemas agroflorestais no nível tecnológico A	5.168,4	31,6
Luvissolos	Boa disponibilidade de nutrientes, alta CTC	Relevo susceptível à erosão, pouco profundo, argila de atividade alta	Aptidão regular para culturas perenes, espécies florestais e frutíferas em monocultivos no nível tecnológico B, e restrita para o nível A	2.390,5	14,6
Gleissolos	Disponibilidade de água, ambiente conservador	Risco de inundação, área de APP	Aptidão restrita para culturas perenes, espécies florestais e frutíferas em sistema agroflorestais no nível tecnológico B	978,0	6,0
Latossolos	Relevo plano e suave ondulado, características físicas favoráveis, profundo e bem estruturado	Acidez excessiva, distrofismo, baixos teores de ferro, adensamento	Aptidão boa para produção intensiva de grãos, nos níveis tecnológicos B e C e restrita no nível tecnológico A	515,5	3,1
Vertissolos	Alta fertilidade, alta CTC	Pouco profundo, presença de fendas, muito pesado	Aptidão regular para culturas perenes, espécies florestais e frutíferas em monocultivos no nível tecnológico B, e boa para monocultivos no nível A	498,1	3,0
Plintossolos	Disponibilidade de água	Restrição à percolação de água, baixa profundidade efetiva, restrição física		361,1	2,2
Neossolos	Disponibilidade de água e nutrientes	Sujeito à inundação no período das chuvas		189,0	1,1

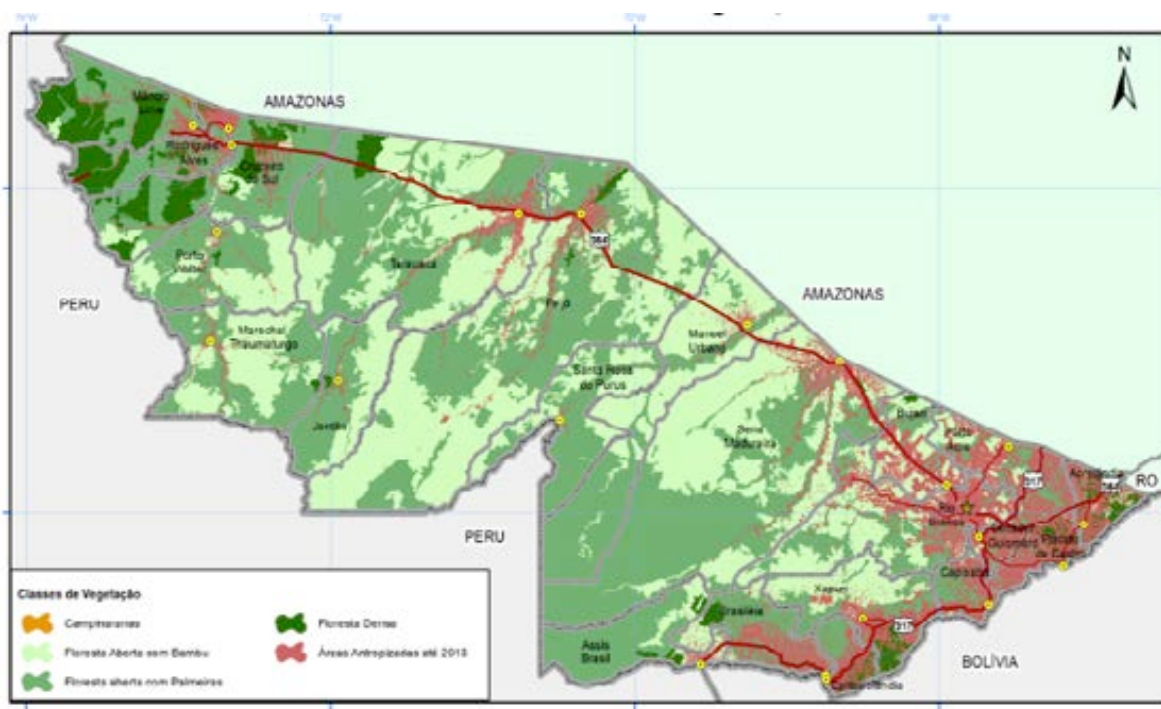
Fonte: ACRE, 2000 e 2006

3.6 VEGETAÇÃO

O Acre possui 87% de cobertura florestal primária, representando um alto índice de conservação de seu território. Destes seis milhões de hectares apresentam aptidão e acessibilidade para a produção sustentada e contínua, por meio do manejo florestal de uso múltiplo e de baixo impacto (Costa et al, 2010¹³).

Segundo dados do ZEE/Fase II, predominam duas grandes regiões fitoecológicas: a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Aberta, e uma terceira região fitoecológica na parte Noroeste do Estado, uma pequena extensão de Campinarana. Tanto no domínio da Floresta Ombrófila Densa quanto no domínio da Floresta Ombrófila Aberta, coexiste uma grande diversidade de formações vegetais, as quais são diferenciadas principalmente pela qualidade do solo (Figura 12).

Figura 12 – Classes de vegetação do estado do Acre



Fonte: ZEE/ACRE, 2006

O Quadro 03 a seguir indica a quantidade de área por km² por tipologia florestal.

¹³ Costa, F. de S., et al. (editores). Inventário de emissões antrópicas e sumidouros de gases de efeito estufa do Estado do Acre: ano-base 2010. Rio Branco. Embrapa Acre. 144p.

Quadro 03 – Cobertura Florestal por tipologia e área

Código ZEE	Código IBGE	Tipologia	Área (Km ²)	(%)
Campiaranas		Campiaranas	66	0,04
FAB-Aluvial		Floresta Aluvial Aberta com Bambu	1.790	1,09
FAB+FAP	Abb+Abp	Floresta Aberta com Bambu+ Floresta Aberta com Palmeiras	40.546	24,69
FAB+FAP+FD	Abb+Abp+Db	Floresta Aberta com Bambu+ Floresta Aberta com Palmeiras+ Floresta Densa	5.994	3,65
FAB+FD	Abb+Db	Floresta Aberta com Bambu+ Floresta Densa	3.892	2,37
FABD	Abb	Floresta Aberta com Bambu Dominante	16.455	10,02
FAP	Abp	Floresta Aberta com Palmeiras	4.516	2,75
FAP-Aluvial	Aap	Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras	9.361	5,7
FAP-Aluvial+Pab	Aap+Pab	Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras + Formação Pioneira	411	0,25
FAP-Aluvial+VS	Aap+Vs	Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras+ Vegetação Secundária	213	0,13
FAP+FAB	Abp+Abb	Floresta Aberta Com Palmeiras+ Floresta Aberta com Bambu	22.416	13,65
FAP+FAB+FD	Abp+Abb+Db	Floresta Aberta co Palmeiras+ Floresta Aberta com Bambu+ Floresta Densa	21.579	13,14
FAP+FD	Abp+Db	Floresta Aberta com Palmeiras+ Floresta Densa	16.964	10,33
FAP+FD+FAB	Abp+Db+Abb	Floresta Aberta com Palmeiras+ Floresta Densa+ Floresta Aberta com Bambu	9.788	5,96
FAP+Pab	Abp+Pab	Floresta Aberta com Palmeiras+ Formações Pioneiras	99	0,06
FD	Db	Floresta Densa	493	0,3
FD-Submontana	Ds	Floresta Densa Submontana	821	0,5
FD+FAP	Db+Abp	Floresta Densa+ Floresta Aberta com Palmeiras	8.802	5,36
Total			164.206,0	100,0

Fonte: Pereira, V. de F. G.; Bersch, D., 2006

Dentre as principais tipologias Florestais no estado do Acre destacam-se as Campiaranas encontradas no extremo norte dos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima e representando a cobertura de 0,04% do território do Estado. Esse tipo de vegetação se desenvolve sobre solos arenosos extremamente pobres (oligotróficos), na maioria dos casos hidromórficos, e ricos em ácido húmico. Esta tipologia engloba um complexo mosaico de formações não-florestais com sub-bosque de porte baixo e irregularmente aberto, densidade alta de árvores pequenas e finas e escassez de árvores emergentes. A Floresta Aberta com Bambu em Áreas Aluviais é predominante ao longo do rio Juruá, na região de Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Na região de Tarauacá e Feijó, essa formação ocorre secundariamente e a Floresta de Palmeiras ocupa os terraços aluviais. Na Floresta Densa dos terraços, a floresta é caracterizada por um grande número de árvores emergentes de alto porte.

A Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras ocorre em quase todo o Estado, sendo bem representada nos interflúvios tabulares, cobrindo 25% da área, com maior ocorrência em áreas próximas aos rios Purus, Tarauacá, Muru, Juruá, Liberdade e Antimary. Essa tipologia apresenta uma

mistura de fisionomias, entre as quais podem ser encontradas a Floresta Aberta com grande concentração de Bambu e a Floresta Aberta com Palmeiras, bem como pequenas manchas de Floresta Densa. A presença de cipó pode ser observada nas áreas próximas aos igarapés.

Nos municípios de Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Bujari, Rio Branco, Xapuri e Assis Brasil são encontradas Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa. A Floresta Aberta com Bambu + Floresta Densa também é encontrada nos municípios de Tarauacá, Feijó, Mâncio Lima, Sena Madureira, Rio Branco e Bujari em manchas relativamente pequenas e é caracterizada por áreas com grande concentração de bambus e manchas de Floresta Densa, podendo apresentar também pequenas manchas de Florestas Abertas com Palmeiras.

A Floresta Aberta com Palmeiras é geralmente encontrada em áreas próximas a planícies aluviais de rios com grande vazão na época das cheias. Essa fisionomia se caracteriza por uma floresta de dossel aberto com presença de palmeiras, podendo também ser encontradas áreas com cipós. Já a Floresta Aberta com Palmeiras em áreas aluviais ocorre ao longo dos principais rios e alguns de seus afluentes, estando distribuída por todo o Estado. Pode ocorrer associada a manchas de Florestas Densas e em outras áreas associada a manchas de Floresta Densa com dossel uniforme.

Na região de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima foi mapeada a tipologia Floresta Aberta Aluvial com Palmeiras + Formação Pioneira, que representa a cobertura de 0,25% do território do Estado. Nas áreas pioneiras predomina o agrupamento de palmeiras do gênero *Mauritia flexuosa* (buriti). A Floresta Aberta Aluvial com Palmeiras + Vegetação Secundária apresenta as mesmas características da Floresta Aberta com Palmeiras em áreas aluviais, diferindo apenas com relação às manchas de vegetação secundária e algumas pequenas áreas antropizadas.

A Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta Aberta com Bambu ocorre nos municípios de Assis Brasil, Feijó, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Tarauacá. A região do extremo oeste do Estado, na região da Serra do Moa, predomina a Floresta Aberta com Palmeiras + Formações Pioneiras e na região do Parque Nacional da Serra do Divisor nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima encontra-se a Floresta Densa que também ocorre em Assis Brasil.

Nessa tipologia, as comunidades apresentam árvores emergentes, com aproximadamente 50 metros de altura. Ainda na região da Serra do Divisor e nos municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Porto Walter, ocorre Floresta Densa Submontana. Essa comunidade apresenta árvores de grande porte, com indivíduos densamente distribuídos quando a altitude é de aproximadamente 600 metros. Ocorrem grupamentos de árvores emergentes, com altura aproximada de 35 metros. Nas superfícies dissecadas, a floresta é mais baixa de cobertura uniforme, com altura aproximada de 30 metros. O sub-bosque apresenta mais aberto nas áreas menos dissecadas e mais densas nos vales

A Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras apresenta três estratos definidos: (1) dossel apresentando indivíduos emergentes com altura aproximada de 35 a 40 metros e aspectos abertos; (2) o estrato médio com predominância da espécie breu – vermelho apresentando estrutura fechada; (3) o estrato inferior com aspecto aberto ou limpo.

Nas manchas de Floresta Aberta com Palmeiras foram identificadas várias espécies de palmáceas com pouca densidade, exceto o tucumã (*Astrocarium* sp), que se apresenta em concentração mais expressiva, sendo a palmeira predominante. Apresenta também grande concentração de marantáceas no sub-bosque, juntamente com ubim e ubim-galope (*Geonoma* spp).

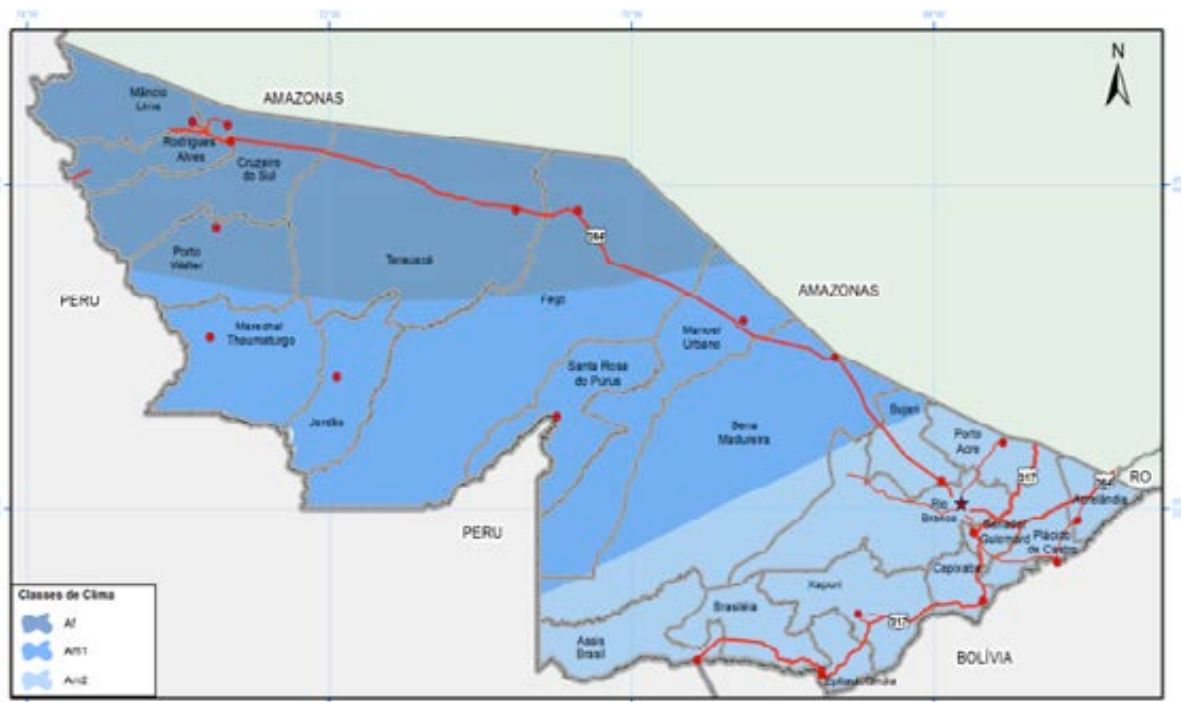
Embora mais de 80% do território do Estado apresente a sua cobertura florestal preservada, o desconhecimento sobre a biodiversidade amazônica é um fator limitante para a gestão e uso dessas florestas. Nos últimos anos, o fomento às atividades de pesquisa e o apoio às instituições de pesquisa têm contribuído para o incremento do conhecimento sobre a diversidade da fauna e flora local. O banco de dados da biodiversidade do Estado apresentou resultado relevante, saindo de 13.642 registros em 1999 para mais de 50.000 registros em 2009. Grande contribuição para esse conhecimento tem sido dada pelas áreas naturais protegidas do Acre – Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), que representam aproximadamente 49% das terras do Estado.

3.7 CLIMA

O Acre tem clima de floresta tropical úmida caracterizado por altas temperaturas e chuvas ao longo do ano, classificado como do tipo A (classificação de Köppen), com três subtipos climáticos: Af3 e Am3, que apresentam chuva média anual entre 2000 e 2500 mm; e Am4, com chuva média anual entre 1500 e 2000 mm (Figura 13).

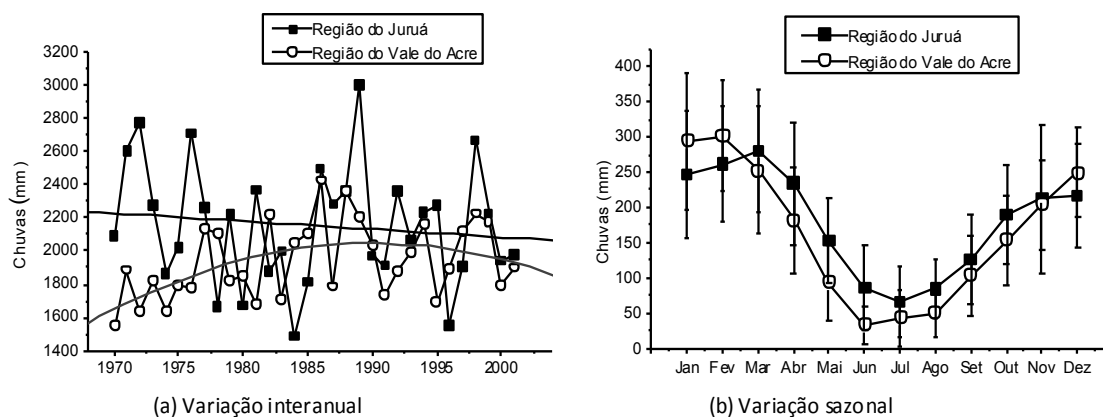
Na parte central e leste do Acre ocorre uma curta estação de estiagem, cujo mês mais seco recebe menos de 60 mm de chuva; enquanto na parte noroeste, o mês mais seco recebe valores acima de 60 mm de chuva. A seca estende-se de junho a agosto. A estação chuvosa, chamada de inverno amazônico, acontece entre outubro e abril. Setembro e maio são meses de transição entre as estações.

Figura 13 – O clima do Acre na classificação de Köppen



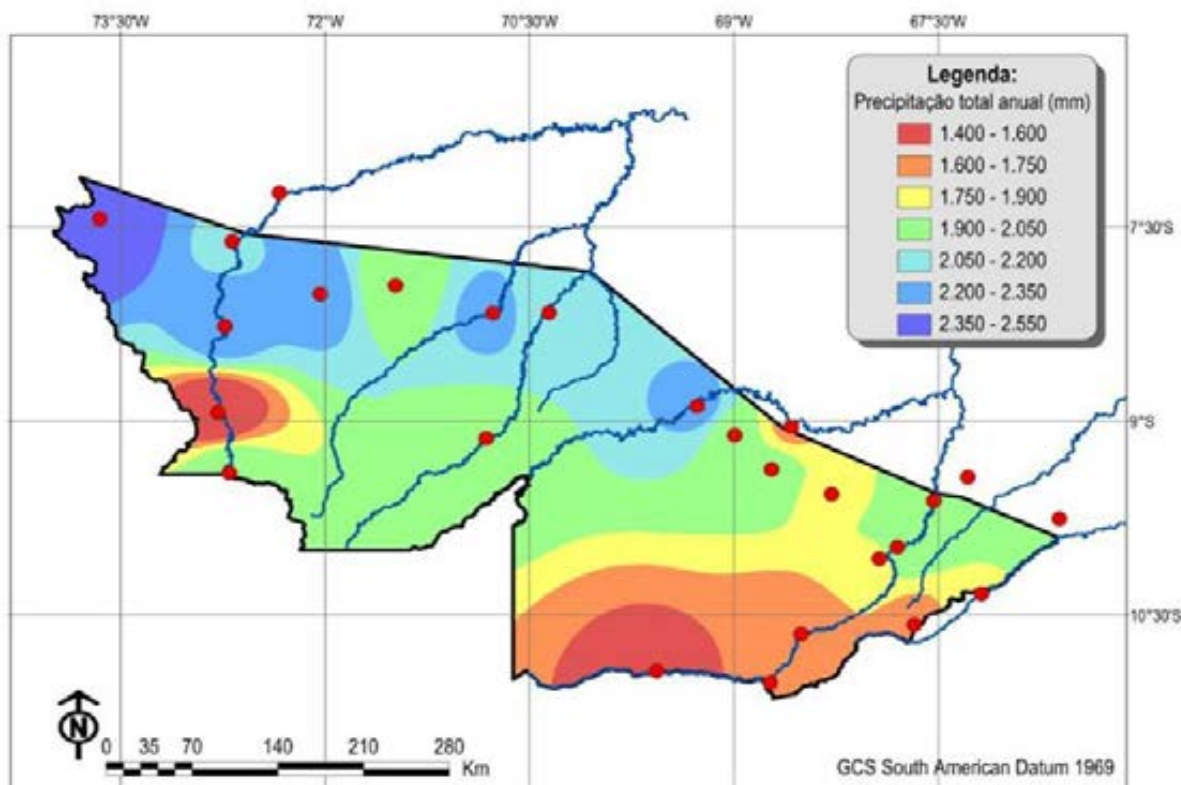
Fonte: ACRE, 2006, IBGE, 2014

Figura 14 – Comportamento das chuvas no Juruá e no Leste do Acre



A partir dos dados de chuva das vinte e seis estações pluviométricas do estado do Acre foi possível determinar a distribuição espacial das lâminas de precipitações no estado. A distribuição da precipitação total anual indicou variações entre 1.400 mm a 2.550 mm, sendo que os totais para o semestre seco apresentam variações entre 315 mm e 800 mm e totais de 875 mm a 1.490 mm para o semestre chuvoso (Figura 15).

Figura 15 – Variação da precipitação total anual(mm) no estado do Acre



Fonte: Sema, 2010

A circulação atmosférica regional é caracterizada pela atuação da Massa de Ar Equatorial Continental durante todo o ano. Essa massa de ar, quente, úmida e instável, origina-se na Amazônia Ocidental. No verão, com o enfraquecimento da Massa Polar Atlântica, a Massa Equatorial Continental avança a partir da Região Norte, atraída pelas baixas pressões do interior do país, atravessa a região de baixa pressão do Chaco, seguindo em direção às demais regiões, provocando as conhecidas chuvas de verão, com alta instabilidade e altas temperaturas no estado (ACRE, 2012).

A temperatura média anual está em torno de 24,5 °C, enquanto que a temperatura máxima fica em torno de 32 °C, aproximadamente uniforme para todo o estado, exceto em algumas madrugadas e em dias de friagem na estação seca. Entretanto, a temperatura mínima varia de local para local em função da maior ou menor exposição aos sistemas extratropicais (a exemplo de Cruzeiro do Sul: 10 °C; Brasiléia: 17,4 °C; Rio Branco: 20,2 °C e Tarauacá, 19,9 °C). As temperaturas mínimas absolutas durante as friagens, que normalmente ocorrem no meio do ano civil, são compensadas pelas máximas que ocorrem durante a tarde (ACRE, 2012).

Com base no intervalo entre 1971 e 2000 definidos pelo Instituto Nacional de meteorologia-INMET¹⁴ foram determinadas as normas climatológicas para caracterizar o clima do Acre, a partir de Rio Branco. A umidade relativa média compensada mensal (%) é alta nas duas estações do ano, variando 78,7 a 87,9%. Por outro lado, a umidade relativa instantânea é superior a 95% durante as madrugadas e na estação seca pode estar entre 40 e 50%, bem como atingir mínimos de 17 a 20% nas primeiras horas da tarde. Os ventos (m/s) são fracos, com valores médios mensais que não passam de 3 m/s. Em ocasiões, durante a transição de estações, acontecem rajadas de vento que podem atingir entre 20 e 25 m/s, em temporais de curta duração. Na seca preponderam ventos sul, sudeste e leste, enquanto na estação chuvosa preponderam os ventos norte, nordeste e noroeste.

¹⁴ Duarte, A. F. Aspectos da climatologia do Acre, Brasil, com base no intervalo 1971 – 2000. **Revista Brasileira de Meteorologia**. Vol. 21, n.3, 2006.

3.8 EVENTOS EXTREMOS E MUDANÇAS DO CLIMA NO ESTADO DO ACRE

No que diz respeito às mudanças climáticas, Nobre et al.(2007)¹⁵ afirmam que os modelos atualmente existentes têm uma boa concordância no que diz respeito ao cenário de alteração das temperaturas médias do Planeta. Neste sentido as regiões mais vulneráveis na América do Sul são a Amazônia e o Nordeste do Brasil, consideradas “hot spots” das mudanças climáticas. Fazem a ressalva que em alguns casos as incertezas ainda são razoáveis, devido às indefinições das ações humanas, no que diz respeito aos cenários futuros de emissões de gases de efeito estufa.

Com relação aos cenários relativos às mudanças nos padrões de chuva e de vazão, ainda se tem muitas incertezas e estes não são conclusivos, porém se considerarmos as variações de temperatura revistas, sobre as quais já se tem maior grau de concordância e certitude, é possível projetar que estes novos cenários irão causar, no mínimo, variabilidades no ciclo hidrológico na região, cujas consequências podem ser traduzidas através da intensificação de eventos hidrológicos extremos e intensos, como vendavais, secas, veranicos, inundações, tempestades severas, dentre outros aspectos (ACRE, 2012)¹⁶.

Em relação ao componente hidrológico, estudos relativos à estabilidade no sinal hidrológico na estação hidrométrica instalada na cidade de Óbidos, no Rio Amazonas, apesar de controlar 80% do que se passa na Bacia, encobre o fato de forças antagônicas agirem, sobretudo no noroeste e no sul da bacia em relação a eventos de cheia e seca, respectivamente. Segundo aqueles autores, eventos de cheia no período de 1974 a 2004 tiveram grande participação da porção mais a noroeste da bacia, enquanto os eventos de seca estiveram mais vinculados à região sul-ocidental da Amazônia, onde uma forte sazonalidade em importantes rios de cabeceira tem papel importante. Esta última observação tem relação direta com a situação hidrológica do Acre. Ademais, na própria estação de Óbidos há um forte sinal indicativo de variabilidade em relação à vazão média histórica, no sentido de terem-se maiores vazões em anos úmidos, como tendem a ser os anos de eventos La Ninã, e menores vazões em anos secos (como tendem a ser os anos de eventos El Niño). Estes resultados associados aos valores de regularidade (R), descritos para as estações fluviométricas do Acre, dão como áreas mais propensas a variabilidades climáticas (secas, cheias, tempestades, etc.), especialmente a bacia do Rio Purus e seus tributários, notadamente o Rio Acre. A essas áreas, em caráter secundário estão aquelas dos municípios onde se encontram as estações de Feijó, Foz do Breu e

¹⁵ Nobre, C.A.; Lapola, D.; Sampaio, G.; Salazar, L.F.; Cardoso, M. & Oyama, M. 2007. **Mudanças Climáticas Globais e Possíveis Alterações nos Biomas da América do Sul**. Relatório nº 6. Ministério do Meio Ambiente - MMA, Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, Diretoria de Conservação da Biodiversidade – DCBIO. 25p.

¹⁶ ACRE. Secretaria de Estado de meio Ambiente -Sema. Plano Estadual de Recursos Hídricos. Rio Branco. Acre.

Taumaturgo, conforme estudos elaborados para o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Acre (ACRE, 2012).

Extremos de cheias e secas prolongadas tem assolado o Estado nos últimos anos. A variabilidade climática interanual e os eventos extremos de chuvas e secas determinam aumentos e diminuições das vazões que colocam frequentemente em risco a população residente nos bairros situados nas planícies de inundação do rio e o abastecimento público da cidade (Duarte, 2005)¹⁷.

O Rio Acre vem apresentando desde meados da década de 90 uma tendência à intensificação dos eventos extremos de secas e inundações, com descargas de até 1.800 m³/seg medidas em Rio Branco, em épocas de índices pluviométricos elevados, e 80 m³/seg em épocas de pouca precipitação.

A partir de 2005 o Rio Acre começou a apresentar cotas inferiores a 2 m, culminando com a menor cota observada (1,5 m) em 40 anos de registros, em setembro de 2011 e em fevereiro de 2012 alcançou a segunda maior cota (17,64) de sua história, com mais de 50.000 pessoas atingidas ao longo de sua bacia.

Em 2014, devido às cheias no Rio Madeira, o Acre sofreu as consequências das enchentes que ultrapassaram a capacidade de acomodação das águas, provocando notórios prejuízos de ordem econômica.

Os prognósticos do PLERH/AC apontam que, considerados os extremos recorrentes no estado do Acre e os aspectos das incertezas relativas às mudanças climáticas, esses extremos podem ser especialmente críticos na dinâmica dos recursos hídricos, especialmente devido a três fatores:

- I. A amplificação no tempo da incerteza climática associada à maior parte dos modelos de circulação global, particularmente a respeito de sua dinâmica sobre a América do Sul, e especialmente sobre a Amazônia (Tucci, 2003, IPCC, 2012)¹⁸;
- II. Ao desafio do aprimoramento da acurácia dos modelos regionais, de acordo com o mais recente estado da arte, embora existam perspectivas de alternativas promissoras no médio prazo, apontados pelo IPCC, e;
- III. O fato de o território do Acre ter uma rede hidrográfica com características de cabeceiras associado a um regime hidrológico marcado pela alta sazonalidade.

Estes fatores associados implicam em uma rede hidrográfica altamente vulnerável às questões climáticas, e num desafio tecnológico, que é o de se produzir previsões em uma escala que seja útil para embasar estratégias de adaptação e tomada de decisão. Todavia, de acordo com as pesquisas

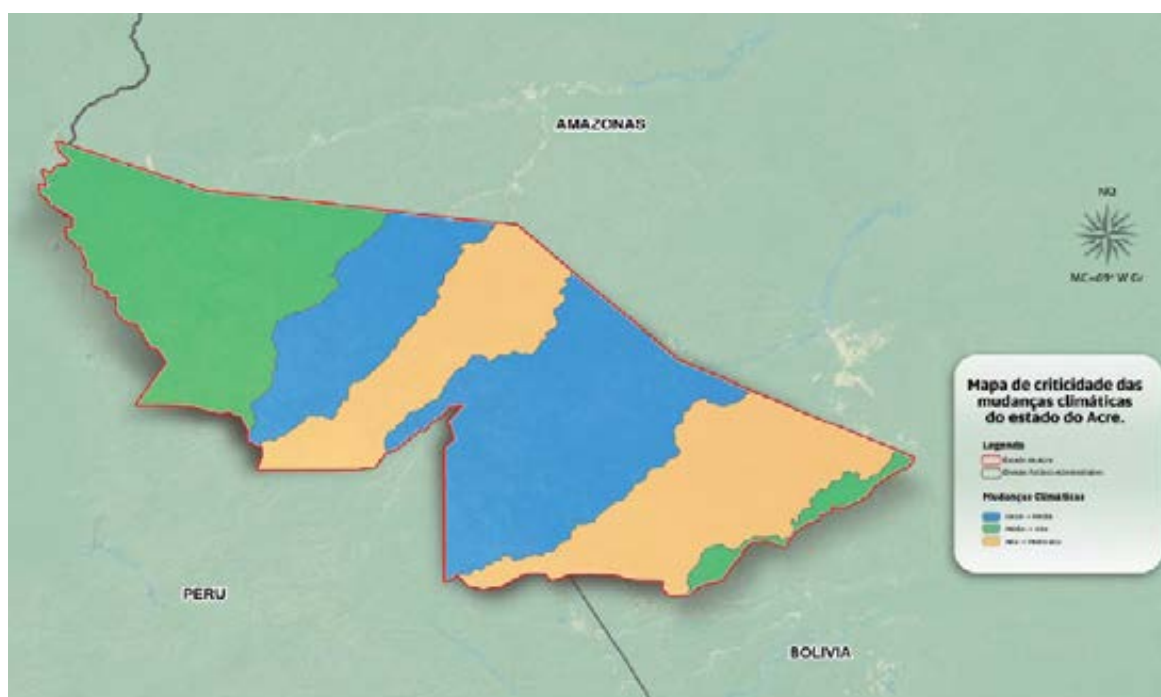
¹⁷ Duarte, A. Variabilidade e tendência das chuvas em Rio Branco, Acre, Brasil. **Revista Brasileira de Meteorologia**. Vol.20, n.1, p.37-42, 2005.

¹⁸ Tucci, C.E.M., Braga, B. (Org.). **Clima e Recursos Hídricos no Brasil**. Porto Alegre. ABRH, vol. 9. 2003. 348p. IPCC, 2012: Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation. **A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change**.

realizadas no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia-INCT/MCT, existe uma convergência dos resultados dos diferentes modelos que apontam que a região amazônica como um todo pode ser impactada negativamente, ao longo deste século, com extremos climáticos significativos do ponto de vista de variabilidade de chuvas e secas intensas (INCT/MCT, 2010; Valverde & Marengo, 2010)¹⁹.

Esta informação associada ao padrão da precipitação das últimas décadas apresentado no âmbito da documentação de referência do PLERH-AC (Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado, 2010), assim como as projeções de precipitação, fez com que se adotassem para o PLERH-AC, níveis de criticidade extremos para a macroincerteza Mudanças Climáticas, conforme indicado na Figura 16, no sentido da prevenção.

Figura 16 – Mapa de criticidade das mudanças climáticas do estado do Acre



Fonte: ACRE, 2012

Considerando a tendência de agravamento do quadro de eventos de grandes cheias seguidas de grandes estiagens, faz-se necessário um estudo mais aprofundado dos impactos produzidos na economia e no meio ambiente, mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos eventos hidrometeorológicos para a geração de alertas, aliados a sistemas de

¹⁹ INCT/MCT. Ministério de Ciência e tecnologia. **Relatório de atividades**. São José dos Campos. 2010. 96p. Valverde, M.C. & Marengo, J. A. 2010. Mudanças na circulação atmosférica sobre a América do Sul para cenários futuros de clima projetados pelos modelos globais do IPCC AR4. **Revista Brasileira de Meteorologia**. V 25 (1), 125-145 p.

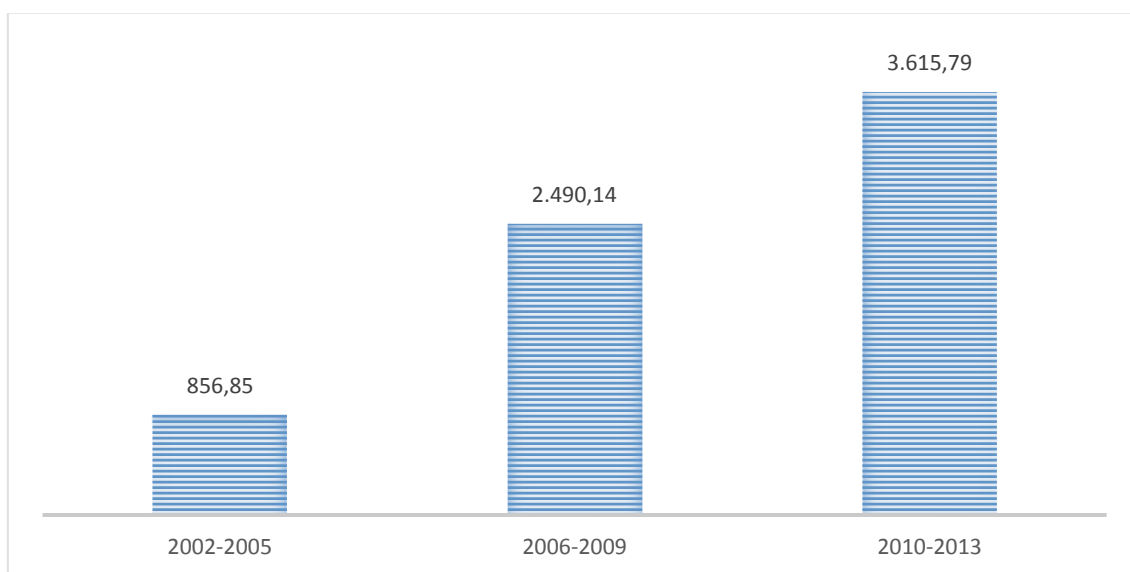
engenharia para mitigação e adaptação aos eventos extremos de chuva e secas prolongadas (inundações, queimadas e incêndios florestais) no sentido de amenizar os riscos às populações, aos ecossistemas e biodiversidade locais.

3.9 ECONOMIA

Nos últimos anos o Acre vem buscando um rápido crescimento econômico através de mudanças na sua estrutura produtiva, acompanhado por melhoras na distribuição de renda, ancorado fortemente em uma arrojada política fiscal, através dos investimentos governamentais. Portanto, a dimensão social dos investimentos públicos é um elemento central e orientador do seu desenvolvimento.

Na Figura 17 temos a dimensão do expressivo crescimento dos investimentos públicos. No quadriênio 2006-2009 cresceu mais de 2,9 vezes em relação ao quadriênio anterior (2002-2005) e no quadriênio 2010-2013 este valor mais que quadruplicou em relação ao primeiro período analisado (2002-2005).

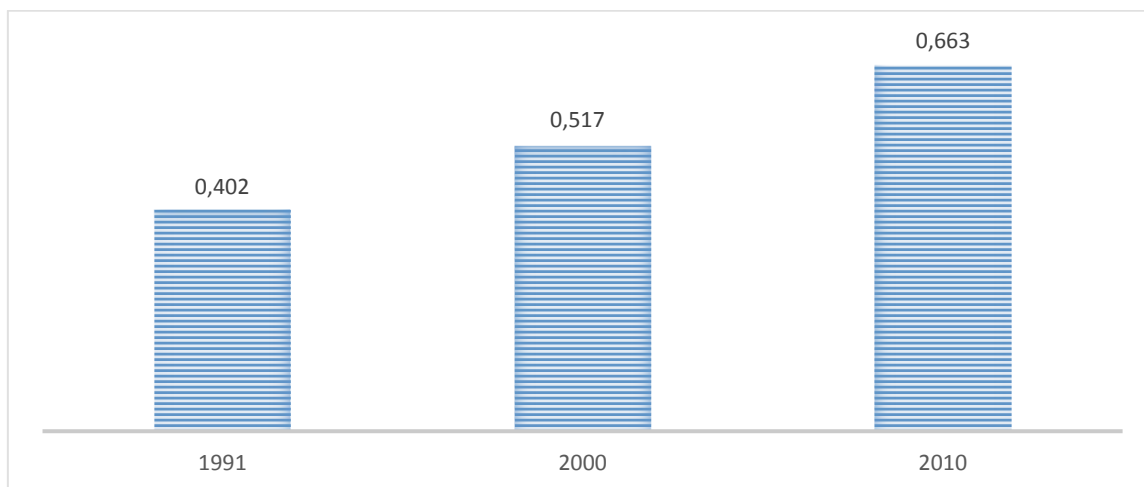
Figura 17 – Expansão dos investimentos públicos no acre para os períodos: 2002-2005; 2006-2009 e 2010-2013 (Em R\$ milhões)



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Secretaria da Fazenda do Estado do Acre

Quando analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que analisa cerca de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade para os períodos censitários (1991, 2000 e 2010), o Acre apresentou um crescimento de 64,93% neste indicador para o período 1991-2010, comprovando a orientação dos investimentos públicos visando a melhoria dos indicadores sociais.

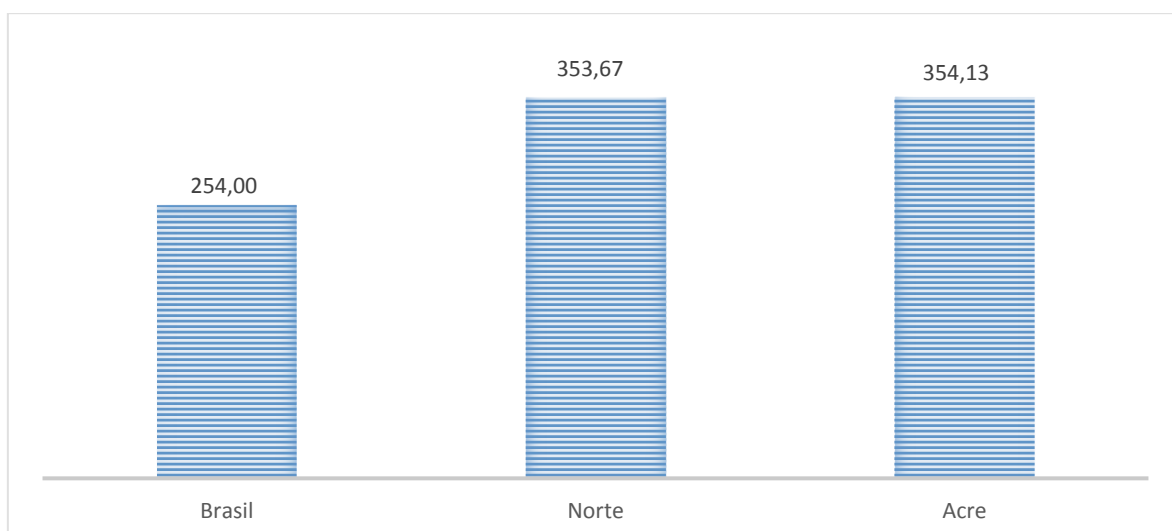
Figura 18 – Acre: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (1991 – 2000 e 2010)



Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Produto Interno Bruto – PIB do Acre em 2010 alcançou a cifra de R\$ 8.477 milhões, apresentando o 17º maior PIB per capita do Brasil (R\$ 11.567,00) e a quinta maior taxa percentual de crescimento do país (10,89%). Ao observarmos a taxa de crescimento real acumulada para o período 2002-2010, o Estado se situa como a terceira maior taxa de crescimento do país (61,6%), ficando acima da taxa alcançada para o conjunto de estados que compõem a Região Norte (53,2%) e o Brasil (37,1%). A Figura 19 destaca o crescimento percentual do PIB nominal do Acre em relação à Região Norte e ao Brasil.

Figura 19 – Evolução percentual do Produto Interno Bruto – PIB nominal do Acre, da Região Norte e do Brasil 1999 a 2010

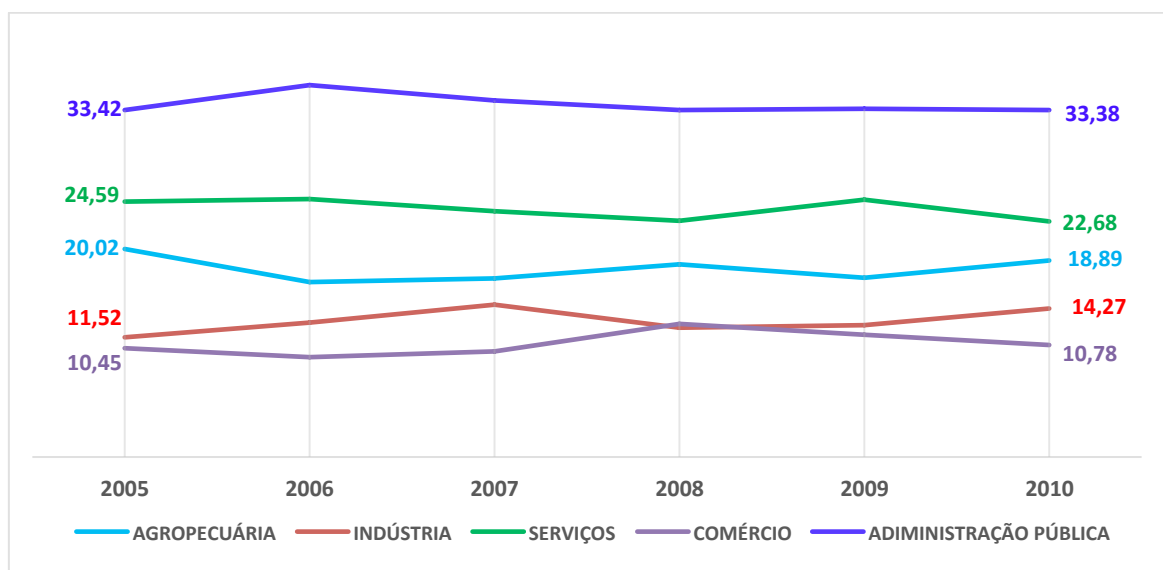


Fonte: IBGE/Coord das Contas Nacionais, Seplan/Depto de Estudos e Pesquisas Aplicadas Gestão

Quando avaliamos o Valor Adicionado das contas estaduais, por setores da economia, ou seja, o valor adicional que adquiriram os bens e serviços que

foram transformados durante o processo produtivo dos diferentes setores, nos últimos anos, também nos deparamos com mudanças algumas mudanças na estrutura produtiva estadual. Conforme pode ser visto na figura 20, no período 2005/2010, observamos uma leve queda de algumas atividades do setor de serviços e da agropecuária em detrimentos do aumento da participação do setor industrial que representava 11,52% em 2005 e, em 2010 passou a representar 14,27%. Nota-se também uma estabilidade na participação das atividades do comércio e da administração pública.

Figura 20 – Comportamento percentual dos setores das principais atividades econômicas no Valor Adicionado: 2005 a 2010



Fonte: IBGE/Coord das Contas Nacionais, Seplan/Depto de Estudos e Pesquisas Aplicadas Gestão

3.9.1 EMPREGO E RENDA

A política econômica dos governos da frente popular, centrada em uma forte política de investimentos públicos, tem gerado e ampliado a renda e o emprego no Estado. Não obstante as altas taxas de crescimento da população observada nos últimos anos, a economia estadual conseguiu ampliar a ocupação de sua população.

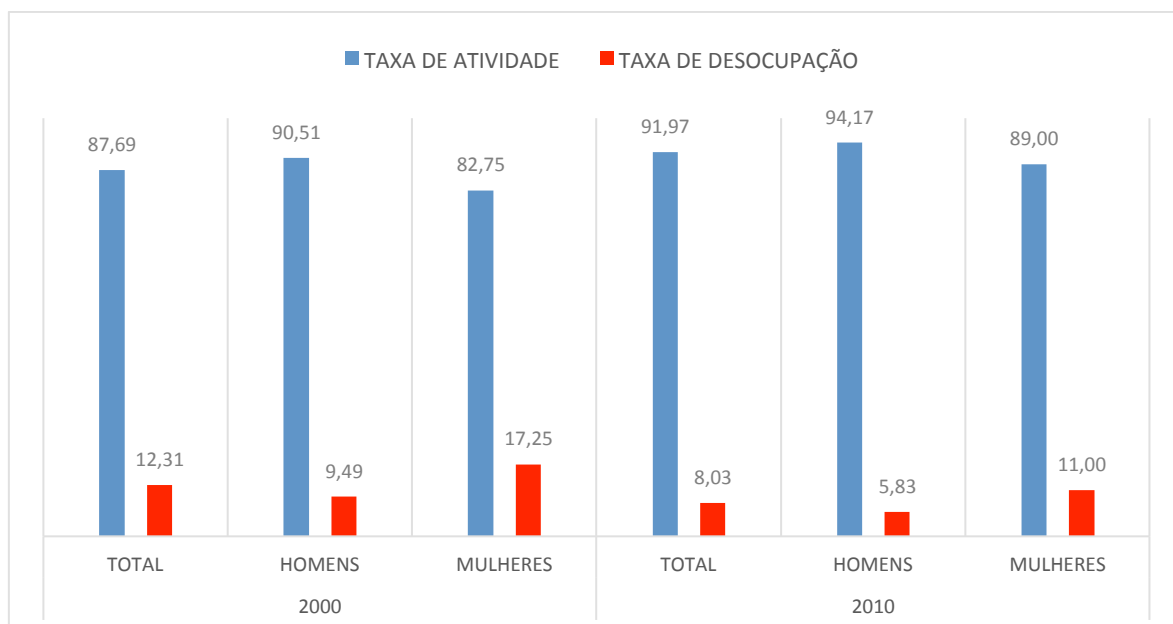
Quando se analisa os principais indicadores do trabalho dos censos de 2000 e 2010, verifica-se uma melhoria substancial em seus principais indicadores. Em 2000, o Estado possuía uma População Economicamente Ativa – PEA, aquela composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa, de aproximadamente 212,9 mil. Em 2010, a PEA já contava com 303,7 mil, um crescimento de 42,72%, superando em muito, o crescimento da população que foi de 31,57%, no mesmo período. É importante destacar o crescimento da

participação das mulheres na PEA que foi de 67,53% contra somente 28,68% dos homens.

Para destacar os avanços na ocupação da mão de obra, na Figura 21, destacamos dois indicadores calculados para os censos de 2000 e 2010: Primeiro é a Taxa de Atividade – TA (ocupação), que é a percentagem das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade. A segunda é a Taxa de Desocupação – TD (desemprego aberto) que é a percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas, são pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias.

A taxa média de desemprego diminuiu, de 12,31%, em 2000, para 8,03%, em 2010, essa taxa de desemprego aberta foi menor que a alcançada na Região Metropolitana de São Paulo (8,8%), conforme levantamento realizado pela fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEAD do Governo de São Paulo. No período, o nível de ocupação no Estado, aumentou 49,6%, numa média anual de 4,96%. A geração de postos de trabalho (92,6 mil) foi superior a expansão da PEA (90,8 mil ingressaram no mercado de trabalho, expansão de 42,62%). No ano de 2010, o contingente de desempregados foi estimado em 24,4 mil, de ocupados 279,3 mil e a PEA 303,7 mil.

Figura 21 – Percentual da Taxa de Atividade (Ocupação) e Taxa de Desocupação da População Economicamente Ativa Total e por Sexo, conforme os Censos de 2000 e 2010



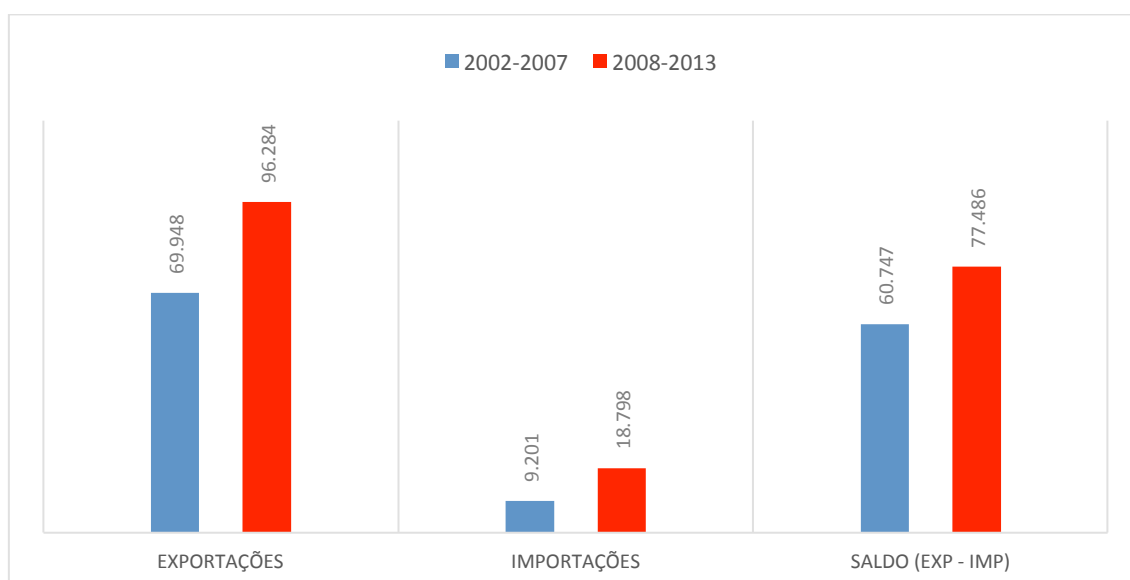
Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010

3.9.2 BALANÇA COMERCIAL DO ACRE

Nos últimos anos o Estado do Acre tem incrementado seu comércio internacional, principalmente em função da diversificação da produção interna e da interligação rodoviária via a rodovia transoceânica que liga o Estado com os países latino-americanos, o que possibilitou, também uma maior proximidade com os países asiáticos.

Conforme pode ser verificado na Figura 22, nos últimos 6 anos (2008-2013) as nossas exportações cresceram 37,65% em relação aos 6 anos anteriores (2002-2007). Constatando também a real inserção na economia globalizada, as importações também cresceram (104,30%). Como resultado, tivemos um crescimento no saldo da balança comercial de 27,56%.

Figura 22 – Valor das Exportações, Importações e o Salda da Balança Comercial nos períodos 2002-2007 e 2008 e 2013 (Em US\$ 1.000 FOB)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC

Nos primeiros quatro meses de 2014, conforme informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, o destino de nossas exportações se concentraram na Bolívia (49,75%), no Peru (40,02%) e os (6,03%). As procedências das importações, no mesmo período, se concentraram nos seguintes países: Peru (39,17%), Austrália (27,76%), China (15,42%), Espanha (8,95%) e Índia (5,92%). O aparecimento dos dois países vizinhos (Bolívia e Peru), liderando o comércio internacional com o Estado, demonstra que a integração tão sonhada e estimulada está realmente acontecendo.

Na Tabela 01 aparecem os principais produtos exportados nos primeiros 04 meses de 2014. Os produtos florestais locais, castanha e madeira, que recebem amplos incentivos do governo local, lideram a pautas das exportações com mais

de 90% do valor total exportado. Demonstrando o imenso potencial que estes produtos representam no mercado internacional.

Tabela 01 – Principais produtos exportados nos primeiros 04 meses de 2014 (janeiro a abril).

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	% DO VALOR EXPORTADO
Castanha do Brasil	79,38
Componentes de madeira beneficiados	10,70
Perfis de Ferro	3,96
Demais produtos	5,96

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC

Na Tabela 02 destacamos os principais produtos importados. Merece destaque os produtos estratégicos para estimular os investimentos internos, principalmente a construção civil, como é o caso de materiais elétricos e o cimento, que contribuem para baratear os custos industriais e o consequente fortalecimento da economia.

Tabela 02 – Principais produtos importados nos primeiros 04 meses de 2014 (janeiro a abril).

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	% DO VALOR IMPORTADO
Material elétrico	27,76
Cimento	24,83
Sulfato de cromo	5,92
Automóveis e bicicletas e seus componentes	8,27
Farinha de trigo	3,38
Massas alimentícias	2,71
Uvas frescas	2,47
Tomate	2,27
Demais produtos	22,39

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC

Os investimentos relacionados à infraestrutura de produção e o fortalecimento do empresariado, através de parcerias público-privado, ao longo dos últimos anos é um sólido caminho para tornar a economia acreana cada vez mais equilibrada. O Estado poderá incrementar o seu comércio internacional através do complexo de piscicultura, do incentivo à indústria florestal e demais grandes investimentos estruturantes e será um forte agente de contribuição para a geração dos empregos, principalmente para a população jovem que está adentrando no mercado de trabalho.

4 IMAGEM-OBJETIVO

Melhoria contínua e progressiva da qualidade de vida da população, com expansão e justa distribuição do produto da economia, numa condição de proteção e conservação dos recursos naturais, facultando iguais oportunidades de trabalho, emprego e moradia digna para todos, proporcionando redução das desigualdades sociais e fortalecimento da identidade do povo acreano e dos valores da democracia de modo a favorecer o aprofundamento do desenvolvimento sustentável e diversificado.

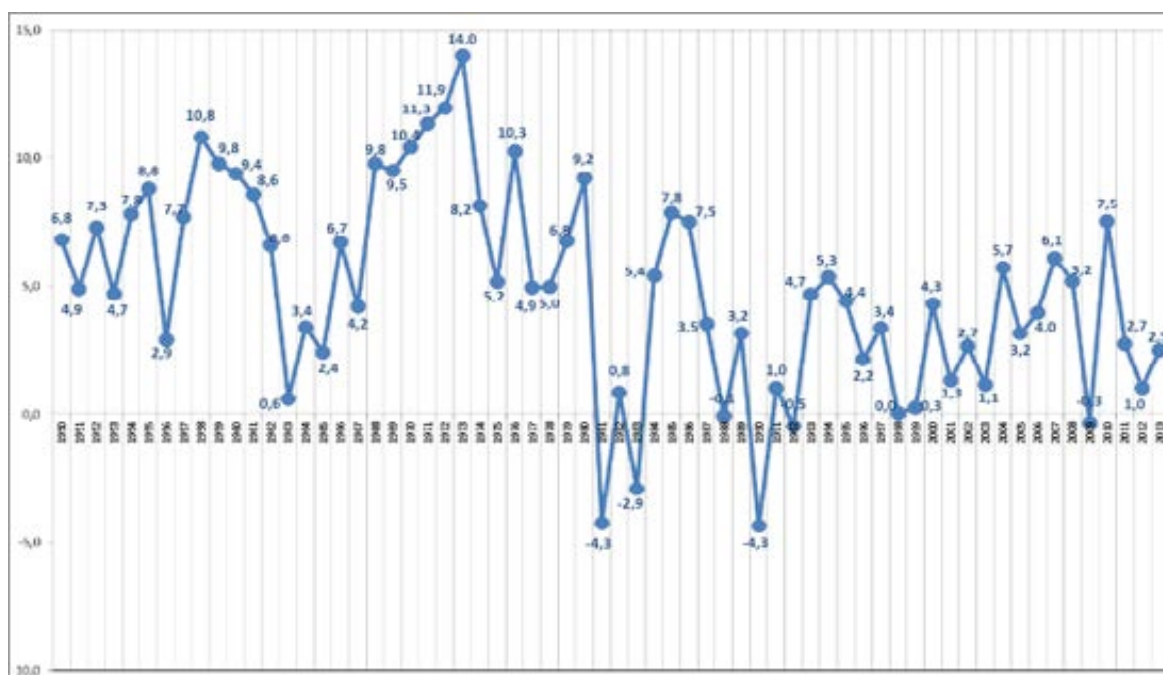
5 VISÃO ESTRATÉGICA

5.1 AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO GOVERNO LULA

A partir de 1950, o Brasil inicia um importante processo de desenvolvimento por meio da industrialização da economia impulsionada pelo Estado. Neste período, pela associação do capital privado nacional, do capital estrangeiro e do Estado, inicia-se a estruturação de um setor genuinamente industrial, não atrelado ao setor agrícola exportador.

O País, entre 1950 a 2013, não obstante as circunstâncias de crise, alcançou um extraordinário desenvolvimento econômico com fundamento numa pujante sociedade industrial. Nesse período, o crescimento econômico médio anual, da ordem de 4,9%, mostrava-se num nível relativamente elevado, em que pese as crises econômicas da primeira metade da década de sessenta e de oitenta, a chamada década perdida, e no início dos anos noventa, conforme o gráfico abaixo. Em resumo, a economia brasileira, no período de 1950 a 1980, experimenta um patamar elevado de crescimento, entremeado por crises, para, no período de 1981 a 2013, cair para um padrão de crescimento relativamente menor, mas de maior nível tecnológico, produtividade e solidez da economia, conforme figura, abaixo.

Figura 23 – Taxa de crescimento do PIB do Brasil (1950-2013)



Fonte: IPEA

É importante observar que, na segunda metade do século XX e primeira década do século XXI, se sucedem épocas de crises e prosperidade na

economia brasileira. No período 1950-62, o PIB passou por um processo de crescimento, acompanhando as tendências da economia mundial. Experimentou, em seguida, um breve declínio até 1967. Depois de um prolongado período de excepcional crescimento entre 1968 e 1980, sofreu um duradouro declínio, até 2003. Em sequência, há um período oscilante de aumento e declínio do produto econômico, com tendência ascensional da taxa de crescimento do PIB.

No governo do presidente Lula, a economia brasileira mostra o seu potencial de crescimento num cenário de dificuldades das economias americana e europeia que têm influência determinante no desempenho econômico das nações em processo de desenvolvimento. Durante os oito anos do seu mandato, o País experimentou uma trajetória de crescimento econômico com taxa média anual de incremento do PIB de 4,0% (a preços de 2009), similar ao padrão de crescimento médio da economia mundial que foi, no mesmo período, 3,9% ao ano.

Verifica-se que, no período posterior ao regime militar e aos governos da chamada Nova República, o Governo Lula retirou o País da estagnação econômica, gerando taxas de crescimento relativamente altas, no contexto da mais grave crise econômica da história do capitalismo.

Saliente-se que o crescimento econômico no governo Lula foi acompanhado de distribuição de renda, uma distinção fundamental em relação aos ciclos de crescimento anteriores.

A renda domiciliar per capita (razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número de residentes) elevou-se em média 5,7%, ao ano, no período de 2004 a 2008. No ano de 2006, em relação a 2005, a renda domiciliar per capita cresceu 9,3% aproximadamente.

No entanto, a dívida social, contraída em toda a história da formação econômica do País era abissal, especialmente nos anos cinquenta, no período ditatorial e nos anos de estagnação subsequentes. O governo Lula (2003 – 2010) teve o mérito de reduzi-la substancialmente.

O índice de Gini, que afere a concentração de renda, no período de 2004 a 2008, reduziu-se no País em média 1,2% ao ano, o que indica a ocorrência de um processo de desconcentração de renda.

No período de 2004 a 2008, as políticas de inclusão social promoveram a redução em 10,0%, ao ano, a proporção de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza.

Ainda em relação à pobreza, pode-se constatar que nesse mesmo período ocorreu uma redução média anual de 9,5% na proporção de pessoas na faixa de renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza, com destaque para o ano de 2006, que em relação a 2005, apresentou uma redução de 13,2%.

A taxa de desemprego foi uma preocupação prioritária, de especial atenção no governo Lula. Nos oito anos da sua gestão, a taxa anual média de desemprego foi de 9,4%, conforme dados do IBGE.

Contudo, ainda restam desafios materiais e sociais importantes para realização da distribuição igualitária de bem-estar e cidadania. São desafios que fazem parte de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro que está sendo construída no governo da presidenta Dilma Rousseff.

5.2 GOVERNO DILMA ROUSSEFF: SOLIDEZ DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

O governo da Presidente Dilma Rousseff conta com o qualificado legado do governo Lula que fez importantes avanços na economia e no enfrentamento da questão social. Sem embargo de seguir as linhas gerais da estratégia do seu antecessor, como governo do Partido dos Trabalhadores, a Presidenta Dilma marca estilo, caminho próprio e estratégia específica dentro do horizonte do mandato. Uma diretriz essencial de seu governo é manter a função do Estado como agente regulador e indutor do crescimento econômico, protagonista do processo de desenvolvimento.

Fundamentou a política macroeconômica em quatro instrumentos principais: metas de inflação, câmbio flutuante, política fiscal e investimentos públicos diretos. Não alcançou altas taxas de crescimento, porém evitou a recessão econômica, garantiu um confortável desempenho do emprego e reduziu fortemente a extrema pobreza. Seu governo criou as condições para que o Brasil transponha a crise econômica sem os rigorosos sofrimentos que aconteceram no passado.

No seu governo, a responsabilidade com as contas públicas não significa descuidar do grande desafio de buscar soluções para os problemas sociais, como a construção de uma nova classe média, o acesso dos setores sociais mais carentes aos serviços públicos de qualidade e a extinção da extrema pobreza.

Buscando evitar o desencadeamento do processo recessivo e conter a inflação, fez um vultoso investimento em Infraestrutura por meio do PAC, um conjunto amplo de políticas de incentivo ao investimento, no contexto da política industrial, a par com intensa atuação de abrangência e aprofundamento das políticas sociais.

O objetivo estratégico do Governo Dilma Rousseff tem dois alvos. Transpor a crise sem recessão, com razoável solidez da economia, preparando o País para altas taxas de crescimento econômico pós-crise. E enfrentar a questão social em múltiplas frentes, convergindo para melhoria de vida da população. Uma condução eficaz das políticas macroeconômicas e políticas sociais resolutivas nos diferentes campos da vida social: transferência de renda, emprego, salário mínimo, formação educacional, educação profissional, saúde, direitos humanos, mobilidade urbana e transporte coletivo, saneamento básico, extrema pobreza,

Habitação popular, crédito, pequenos empreendimentos, agricultura familiar, entre outros. Uma diversidade de políticas sociais para suprimento integral das carências e direitos das pessoas. De fato, resolver a questão da renda mínima não esgota o problema social. Porquanto ele é antes de tudo complexo, uma questão de cidadania, de direitos que superam o universo material. O governo Dilma projeta para o Brasil um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo.

Ressalta-se no marco da economia, além da política macroeconômica, investimentos em programas de infraestrutura básica, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se destina a ampliar a malha rodoviária e ferroviária e implantar a infraestrutura de saneamento básico nas áreas mais desassistidas do País. Só em saneamento estão em execução recursos da ordem de R\$ 84,0 bilhões.

O PAC é um instrumento poderoso para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Até 2013, o PAC executou R\$ 65 bilhões, 65% de todo o orçamento do PAC-02.

É de extraordinária relevância, no Governo Dilma Rousseff, o financiamento produtivo. A importância do peso do crédito na dinâmica da economia pode ser medida pelo esforço que está sendo feito para o financiamento do desenvolvimento econômico: o BNDES, por meio do Programa de Sustentabilidade do Investimento, financiou, em um ano, 2013, R\$ 31,4 bilhões para diferentes setores industriais. E BNDES-FINAME fez contratos de financiamento da ordem de R\$ 70,5 bilhões. E O mercado de crédito financiou, também, em 2013, R\$ 2,64 trilhões o que representa 55,6% do PIB. Isto mostra quão expressivo é o mercado de crédito no Brasil.

Entre outros incentivos à sustentação da economia, também pode ser citada a desoneração fiscal de empresas cujo valor, em 2013, representaram 1% do PIB. O financiamento do agronegócio importou num investimento de R\$136,0 bilhões.

O Plano Brasil Maior fez avanços importantes na política industrial, de tecnologia, de serviços e comércio exterior. Até 2014, o Plano Inova vai mobilizar R\$ 32,9 bilhões para aplicar em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Para aumentar a demanda agregada e prevenir maiores efeitos da crise econômica mundial, o governo fez a redução do IPI de automóveis, móveis, e painéis e manteve a redução na linha branca.

Com o intuito de promover a expansão e modernização da infraestrutura do País e elevar a produtividade e a competitividade da economia o governo Dilma Rousseff fez concessões de rodovias, aeroportos, portos e energia à iniciativa privada.

O propósito do seu governo, no meio da tormenta da crise econômica mundial, é garantir a sustentação da economia brasileira acima dos riscos de recessão e, ao mesmo tempo, enfrentar e avançar na redução, em magnitude, das desigualdades sociais, em todas as dimensões da vida social e dos cidadãos para que o País alcance com sustentabilidade o pleno desenvolvimento. Para

isto, sustenta a economia e avança profunda e horizontalmente no social. O Brasil é responsável na política fiscal e mantém o equilíbrio macroeconômico, sem renunciar ao desafio do emprego e das políticas sociais.

O emprego é uma das mais preocupantes questões das economias contemporâneas. Vivemos num mundo carente de empregos. Em momento de crise esta situação recrudesce. A comunidade europeia, no redemoinho da crise econômica, em novembro de 2013, amargava uma taxa de desemprego média de 12,1%. A Espanha convivia com desemprego de 26,7% e na Grécia a taxa aproximava-se de 28 %.

O governo Dilma Rousseff criou, em 2103, 1,1 milhão de postos de trabalho e nos três primeiros anos de seu mandato foram gerados 4,5 milhões de empregos. A taxa média de desemprego, em 2013, foi 5,4%, a menor desde que, em 2003, se criaram os registros da série histórica.

A forte queda da taxa de desemprego mostra a medida exata da redução dos efeitos da crise econômica mundial na vida dos brasileiros.

No mesmo passo, acompanhando a evolução acontecida no governo Lula, o salário mínimo cresceu em valores reais. Este incremento vai permitir, 2014, um aumento de 70% no poder de compra dos trabalhadores em relação ao ano de 2003.

O Programa de Microcrédito Orientado (Crescer) revela-se como um importante instrumento de suporte aos microempreendedores. Só, em 2013, foram contratados R\$ 7,8 milhões em créditos, o que resulta em R\$ 10,4 bilhões em crédito para os pequenos empreendedores individuais.

Para fortalecer a agricultura familiar, o governo Dilma Rousseff, além dos investimentos em assistência técnica e extensão que permitiu o atendimento de 1,0 milhão de famílias rurais, em 2012 -2013, o volume de recursos aplicados no financiamento da safra de 2012-2013 foi da ordem de R\$ 21,0 bilhões, além do aprimoramento da garantia de preços e seguro para cobertura de riscos da atividade e investidos R\$ 500 milhões para ampliar a capacidade de armazenamento da produção.

No âmbito da reforma agrária o governo fez ajustes para melhorar a qualidade dos assentamentos e ampliou a disponibilidade de terras para novos assentamentos. Com esta finalidade, nos últimos três anos foram assinados 102 decretos de desapropriação de terras.

A presidente Dilma Rousseff já manifestou concretamente à Nação o propósito de redução da extrema pobreza, lançando o Plano Brasil Sem Miséria que se encontra em plena execução. Um instrumento importante de redução da extrema pobreza é o programa Bolsa Família. Neste programa foram retirados da extrema pobreza 36 milhões de brasileiros dos quais 22 milhões pela complementação da renda para alcançar setenta reais. O governo da presidenta Dilma buscou um caminho de saída da Bolsa família por meio da inclusão produtiva. O Brasil Sem Miséria, pela inclusão produtiva, alcançou 259 mil agricultores familiares.

Para melhorar o atendimento de saúde dos extratos de baixa renda, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi fortalecido pela ampliação da quantidade e qualidade do atendimento médico. O programa Mais Médicos, criado para suprir as necessidades de médicos nas periferias urbanas e no interior do Brasil já colocou 6.676 médicos distribuídos em vários estados da federação. Além disso, está expandindo a rede de atendimento básico em todo o País. Este exemplo, por si, atesta o grande empenho do governo Dilma na atenção à questão social.

Na educação, foi implantada a política de inclusão e melhoria da qualidade do ensino. O objetivo do governo Dilma é transformar o Brasil numa sociedade de conhecimento. Aí destacam-se ações de governo para criar o acesso à formação superior da população jovem em situação de pobreza. A implantação de creches, educação em tempo integral, que alcança os jovens de famílias do Bolsa Família, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o programa Ciência Sem Fronteira. O PRONATEC beneficiou mais de 5,5 milhões de brasileiros com cursos técnicos e de qualificação profissional.

O Programa Minha Casa, Minha Vida revolucionou a habitação social no Brasil. É o maior e mais ousado programa de em toda a história da habitação popular no País. Em três anos, o governo Dilma contratou 2,2 milhões de moradias. Já foram construídas e entregues, desde 2011, 1,53 milhões de casas.

Ainda no campo social somam-se ações do governo na mobilidade urbana e transporte coletivo com destinação de investimentos da ordem de R\$ 143 bilhões, a desoneração de tributos de produtos para favorecer os extratos da população de baixa renda, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a Lei de Cotas para o ensino superior, a redução das tarifas de energia que ficaram, em média, 20,2% mais baratas para os consumidores e as indústrias.

Diante da análise dos elementos estratégicos fundamentais da gestão, a síntese do Governo Dilma Rousseff revela-se transparente. A gestão macroeconômica sustenta a solidez da economia e garante o crescimento emprego. Espanta o fantasma da recessão. Um arco amplo e profundo de políticas sociais, considerando as múltiplas necessidades da população de baixa renda, melhora as condições de bem-estar. Reduz drasticamente a miséria e realiza inclusão produtiva e social. O Brasil prossegue no caminho do desenvolvimento inclusivo.

Algumas conclusões saltam aos olhos, o desenvolvimento do País tem que ser apreendido e abordado em quatro dimensões: produção e distribuição justa de riqueza, redução da pobreza, diminuição das desigualdades e robustez do mercado de trabalho. É dever indeclinável do Estado criar as condições para inclusão produtiva e social dos brasileiros em estado de pobreza. O modelo de desenvolvimento brasileiro tem como alicerce a inclusão social para fortalecer o mercado interno e dar sustentabilidade ao crescimento econômico de longo prazo.

5.3 ESTADO DO ACRE: A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As últimas três décadas do século XXI, foram um período turbulento, conflituoso e de profundas mudanças na história do Acre. Momentos de lutas sociais de grande repercussão nos destinos do estado. Era do avanço da chamada frente pioneira sobre a Amazônia, de confronto entre duas visões de mundo, dois modos de vida: a cultura da fazenda e a cultura da colocação de seringa.

Com o colapso do seringal nativo e a pressão da especulação de terras, o conflito entre esses dois mundos foi marcado pela luta, visando a manutenção da posse da terra, e pela construção de um projeto de desenvolvimento alternativo à grande propriedade de exploração extensiva. O movimento protagonizado pelos seringueiros, em aliança com os povos indígenas, recebeu adesão da Igreja Católica e de setores importantes da classe média. No seu curso desabrocharam forças políticas, levantando bandeiras de renovação do cenário econômico e político do Acre.

Constituíram-se novas lideranças que terminaram por assumir o poder político, inclusive o governo estadual, e realizaram mudanças que encerraram uma década de violência, tragédias e descaminhos na vida social e política do estado.

Os povos tradicionais do Acre, que ficaram tanto tempo sujeitos à violência, à ameaça de sua cultura e de sua morada secular, tornaram-se protagonistas de um movimento para garantir o seu modo de vida, a posse da terra e da floresta.

Foi o limiar de um novo tempo, de transformação, de busca de novos valores e práticas criadoras. A expectativa de um futuro, carregada de fé, esperança e sonhos. Vivia-se, então, sob o signo de um horizonte de mudanças profundas na vida do Acre.

As lutas dos seringueiros fizeram nascer novas lideranças, promoveram uma renovação do poder político e deram novos rumos à história.

Na efervescência, no debate e na coerção política da ditadura foi construído, formulado e legitimado o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre.

Com a queda do governo militar, em 1985, a repressão ficara para trás. Foram derrotados a brutalidade, a intimidação, a violência e os assassinatos que golpearam profundamente a organização dos seringueiros e dos trabalhadores.

A consequência política da mudança nas relações de forças na sociedade foi a ampliação da concertação nacional e internacional em defesa dos valores da vida, da floresta amazônica e do povo que ela acolhera.

Este movimento socioambiental, liderado por Chico Mendes, mobilizou a população que mora na floresta, nas aldeias, nos rios e setores importantes da classe média em torno de um ideário simples de grande apelo e significado para

a população que vive na floresta. Postula que o povo do Acre constrói a sua história tendo como referência a sua cultura e modo de vida tradicionais. Sua cultura própria tem raízes na relação íntima e secular que seringueiros, povos indígenas e agricultores estabeleceram com a floresta.

Esta matriz fez da gente acreana, rural e urbana, um povo florestal cujo projeto coletivo de vida tem referência na floresta. Pela combinação dos valores e conhecimentos tradicionais com a ciência moderna será capaz de, fazendo uso sábio do ambiente natural, gerar riqueza material e qualidade de vida, conservando os recursos ambientais.

Está na essência desse processo o fortalecimento da identidade do povo do Acre, a garantia de direitos humanos fundamentais e da qualidade de vida; tudo conforme a cultura, o modo de vida próprio, a visão, o sentimento e valores específicos de bem-estar e felicidade.

O desenvolvimento, a partir dessas normas, permitirá a edificação de uma vida social de bem-estar, próspera e sustentável.

Este característico movimento da sociedade foi assumido, no Acre, como desenvolvimento sustentável, acompanhando uma vertente conceitual nascida no contexto da crise ambiental do Capitalismo, mas com um enfoque principalmente local. O consenso político formado em torno dele deu origem a um alinhamento de partidos políticos que deram origem à Frente Popular do Acre.

O novo projeto de desenvolvimento promoveu intensas e vigorosas mudanças na vida do Acre. Reformou o aparato estatal para adequá-lo ao projeto de desenvolvimento sustentável. O Estado achava-se destroçado e inapto. Estabeleceu uma nova concepção de governo, fundada numa estratégia para remover os obstáculos que estrangulavam o desenvolvimento estadual, pensando e implantando projetos e ações estruturantes e, ao mesmo tempo, cuidando de processos imediatos de melhoria das condições de vida da população.

Em 2011, o atual governo do estado do Acre propôs e começou a concretizar a ampliação e diversificação do marco da sustentabilidade do desenvolvimento. O novo marco implica a diversificação e elevação da escala do uso dos recursos. Deste modo, prosperidade e sustentabilidade significam, no Acre, uma economia fundada no uso sustentável do potencial da diversidade dos seus recursos naturais, abrangendo a floresta, o solo, as águas, os espaços que ostentam belezas cênicas e o patrimônio arqueológico, além de melhoria constante na melhoria na distribuição da riqueza produzida e em todas as dimensões da vida social, tendo como referência os valores e a cultura originária do povo acreano.

E esteve sempre atento às manifestações e aspirações da sociedade, refletidas no parlamento ou expressas pelos movimentos sociais, pelas lideranças populares e pela voz do povo nas ruas. Inaugurou um período de equilíbrio político e postura ética na relação com o Poder Legislativo.

A partir de 2011, no atual período de governo, foi adotado o método de planejamento público participativo, por meio do planejamento estratégico situacional com ampla participação popular. O plano de governo foi elaborado em oficinas com participação de todos os segmentos sociais organizados da sociedade civil, em todos os municípios do estado. O Plano, pelo seu nível de abstração, é uma agenda estratégica que é expressa em ferramentas alinhadas, a cada passo mais próximas da operacionalidade.

Dentre os resultados de governo existem os que são materiais e os que têm conteúdo espiritual. Têm materialidade os feitos econômicos e a edificação da infraestrutura, por exemplo.

A grande obra de infraestrutura é a parte mais visível da gestão pública. De fato, resultados importantes, nessa esfera, integram o legado dos governos do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre. Contudo, em 15 anos de governo, grandes e positivas transformações, na esfera espiritual, aparecem como fundamento e fator determinante da nova ordem para o desenvolvimento, tais como o direito, a psicologia coletiva, a consciência coletiva, a política, a ética e a cultura. O conjunto de mudanças nesse campo significou a garantia de direitos individuais, identidade, autoestima, consciência ambiental, combate à corrupção e unificação política em torno de um projeto para o Acre.

Por isto, a obra da Frente Popular do Acre significa uma ruptura de velhos e viciados paradigmas nas esferas do Estado e da sociedade, imprimiu sadios hábitos e normas de governar e fincou marcos humanistas e ambientais do progresso social.

Nos últimos três anos, aprofundou-se muito a consciência e o consenso para consolidação do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre com diversificação no uso dos recursos e produtos. Desenvolvimento de uma piscicultura de tecnologia sofisticada na produção familiar e empresarial, em alta escala e produtividade. Desenvolvimento da criação de pequenos animais, associada ao crescimento da produção de milho em áreas abertas. A produção por meio de manejo sustentável comunitário e empresarial, e industrialização da madeira com agregação de valor aos produtos finais. O resultado final é material, mas a adesão ao modelo de desenvolvimento acontece na dimensão espiritual. Sem a consciência dos agentes econômicos e da sociedade civil de que o modelo de desenvolvimento expressa a verdade e caminha na direção correta para o melhor resultado econômico, social e ambiental, a decisão e a iniciativa de leva-lo à prática não se consuma.

São inúmeros os feitos dos três governos da FPA. Em conjunção com o Judiciário e Legislativo, enfrentaram e desmantelaram o crime organizado, restabelecendo o “Estado de Direito”. Fizeram valer o interesse público na ação do Estado. No passado, explicitamente, prevaleciam os negócios privados. Impuseram uma nova ética do ato de governar, coibindo a corrupção. Fortaleceram a autoestima e identidade do povo acreano, valorizando a sua

vigorosa história como obra de inteligência, coragem e virtuosidade dos seus povos tradicionais. Contribuíram fortemente para criação de uma consciência coletiva de valorização da floresta e defesa do ambiente natural. Unificaram o povo do Acre em torno de um projeto de desenvolvimento com fundamento na sua cultura, identidade e nos na exploração sustentável dos recursos naturais: floresta, solo e água. Contribuíram, de forma determinante, para dar um sentido não só ambiental e natural à floresta, mas especialmente sociocultural.

Diante do desmonte a que foi submetido o aparato do Estado, restauraram a desmontada máquina administrativa, criaram capacidade de planejamento e de financiamento de investimentos públicos, melhoraram os serviços públicos, adotaram políticas públicas de incentivo à pequena produção, geração de renda e emprego. Especificamente recuperaram e fortaleceram a produção extrativista com o subsídio à borracha (Lei Chico Mendes), e a sustentação do preço da castanha do Brasil, e empreenderam a modernização da produção de farinha no Vale do Juruá. No atual governo, mais que quadruplicou o preço da farinha tipo Cruzeiro do Sul e o Acre conquistou o lugar de centro da produção e beneficiamento de castanha do Brasil na Região Norte.

Especialmente, no governo Tião Viana, foram criadas as condições para um salto no desenvolvimento econômico. Em três anos de governo promoveu um grande avanço na produção florestal e na agropecuária. Um exemplo desse esforço é a implantação do manejo sustentável comunitário e empresarial, em alta escala, de produtos florestais, a produção de milho e farinha.

A iniciativa recente de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), conforme o regramento do Código Florestal, criará a oportunidade de resolver gargalos à produção que persistiam há décadas. O CAR vai destravar uma parcela importante das iniciativas produtivas de pequenos e grandes produtores no Acre.

Além disso, nesse período, houve uma importante evolução da construção de uma economia de baixo carbono, com a Política de Valorização do Ativo Ambiental, com o Programa de Florestas Plantadas, o de Serviços Ambientais, e o de Uso Sustentável das Áreas Abertas.

Antes do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre o sistema educacional era deficiente e atrasado em relação ao resto do País. Havia municípios que não tinham nem o ensino do segundo grau. Por meio de programas de interiorização da educação, hoje, a maioria dos municípios do Acre já tiveram a oportunidade do ensino superior. Houve reconhecidamente uma revolução na educação.

Os governos que implantam o Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Diversificado do Acre deram importantes passos, visando a implantar a infraestrutura física do desenvolvimento e para melhorar o aparelho de Estado e tornar mais efetivos os processos de gestão, criando as condições para investimentos de escala, públicos e privados.

Na gestão atual, o governo enfrentou o grande desafio de consolidação da infraestrutura do desenvolvimento e pôs foco e atenção no empreendimento de geração de emprego em larga escala que produzissem efeitos multiplicadores na economia. Aos empreendimentos voltados para a indústria florestal e a agroindústria foi integrada a pequena produção, com participação do governo tanto na regulação quanto no investimento, o que se denominou PPC, ou seja, investimentos que possuem participação pública, privada e comunitária.

A construção da BR-364 no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul e da BR-317 até a fronteira com o Peru, em Assis Brasil, constitui-se na mais importante obra de infraestrutura do desenvolvimento assumida pelos governos da FPA.

Foi o atual governo que abriu a rodovia ao tráfego permanente e enfrentou o maior desafio na conclusão da BR-364, a partir de 2011, com a implantação do trecho, que apresenta as maiores dificuldades e obstáculos da construção da rodovia, entre os municípios de Feijó e Manoel Urbano. Com a construção da sub-base, base e a maior parte da pavimentação desse trecho, a BR-364 estava consolidada e começou a oferecer tráfego o ano todo. Além disso, coube-lhe também a restauração de trechos danificados. A entrega definitiva da rodovia acontecerá no exercício de 2014.

É preciso observar que a BR-364 é parte e fundamento indispensável do projeto de desenvolvimento sustentável diversificado do Acre que viabiliza a integração física, econômica e cultural do Vale do Acre ao Vale do Juruá. A BR-317 é o trecho brasileiro da Rodovia Transoceânica e tem o propósito de integração regional do Acre com os países andinos e de acesso ao Oceano Pacífico. A perspectiva do Acre no que se refere ao seu processo de desenvolvimento, foi sempre, como estratégia de longo prazo, a sua integração aos mercados da América do Sul, da Costa Oeste dos Estados Unidos, e da China. Para sonhar com esse objetivo a Rodovia Transoceânica é imprescindível.

A par disso, o atual governo implantou uma nova política de ramais colocando foco na construção de pontes e bueiros e passando a utilizar, no melhoramento, em 2014, "rachões de pedras" que permitirão maior duração da pista de rolamento.

No que se refere à política ambiental, foram realizadas ações que permitiram significativa redução na taxa de desmatamento e possibilitaram oportunidades para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

No marco da grande estratégia, que expressa e fundamenta a proposta de desenvolvimento sustentável do Acre, os governos que se sucedem desenham um caminho próprio e avançam, segundo o seu modo, estilo e método. Assim, eles caminham num trecho singular da extensa via da grande estratégia, que a sociedade pelo sufrágio lhe destinou, dentro do horizonte de tempo dos seus mandatos e, conforme a nova realidade, a situação histórica e o conhecimento acumulado nos períodos de gestão já consumados.

O governo Tião Viana (2011-2014) está concluindo a sua primeira trajetória, avançando no caminho do horizonte de quatro anos. Definiu uma marca própria, ampliando, no seu trecho, o campo conceitual, prático e concreto do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre. Neste trajeto, teve sempre a pressuposição que, no Acre, o conceito de floresta adquire uma determinação sociocultural.

A ampliação do conceito de sustentabilidade no que respeita ao uso dos recursos e produtos delimita a base econômica do desenvolvimento para além de uma economia especificamente florestal, avançando sobre outros espaços, recursos, fatores de produção e produtos. A sustentabilidade amplia o seu escopo, criando novos alvos e oportunidades de sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável diversifica-se porque vai além dos recursos e dos produtos estritamente florestais. Não supõe um foco, um recurso dominante, pois, se não existem importantes disparidades de potencial, as oportunidades de produção estão abertas ao manejo de todos os recursos sustentáveis disponíveis. O projeto de desenvolvimento adquire o status de sustentável e diversificado. A água, o solo desflorestado, a cultura e a identidade "florestal", rural e urbana, são importantes fatores de atividades econômicas sustentáveis. A base econômica não é exclusivamente florestal. Esta abordagem muda o universo de atividades produtivas sustentáveis no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável depende da construção de uma economia sustentável. A relação entre economia florestal sustentável e economia sustentável não é de equivalência. O foco numa economia estritamente florestal sustentável é restritivo. O desenvolvimento que se persegue é sustentável e diversificado.

Os dois primeiros requisitos do desenvolvimento sustentável no Acre parecem estar, do ponto de vista lógico e teórico, equacionados: (I) - a sustentabilidade deve referir-se às diferentes dimensões da vida social: à economia, aos direitos sociais, à cultura e ao meio ambiente; e (II) - ao crescimento da economia deve corresponder o declínio da taxa de desmatamento na direção e sentido do desflorestamento zero.

Esta última tendência já se esboça, mas está longe de consolidar-se. Para este propósito é necessária a renúncia voluntária ao desmatamento. Em outros termos, a adesão voluntária ao não desmatamento. Em verdade, o tempo do dilema desmatar ou não desmatar está ultrapassado e superado. É pertinente a busca da solução e não a escolha entre contrários. Não desmatar já é uma intenção. Aqui não há dilema. A questão é a oportunidade econômica para não desmatar. A decisão é, em essência, econômica. O aporte tecnológico adequado, a maior produtividade, a escala, a sustentabilidade ambiental e, finalmente, a rentabilidade são os fatores que determinam a oportunidade e a decisão por uma atividade produtiva intensiva, não predatória dos recursos ambientais em detrimento de processos produtivos extensivos e predatórios da natureza.

A causa do desmatamento não está na destinação e uso do solo, mas nos fatores determinantes subjacentes. Para realizar o objetivo de extinção da prática de desmatamento não é eficaz fiscalizar e reprimir o uso predatório do solo florestado. Reduz ocasionalmente, porém não resolve. Em ciclos de ascensão econômica, a expectativa de maiores ganhos induz ao desmatamento. Em situações de crise, a necessidade de sobrevivência obriga ao desmatamento. O caminho da renúncia ao desmatamento e da sustentabilidade é seguir as práticas, apontadas e estimuladas pelas políticas de desenvolvimento econômico, que vão permitir a intensificação da produção, a elevação da produtividade, o aumento da escala, a agregação de valor aos produtos por meio da industrialização e, por consequência, a rentabilidade de negócios sustentáveis. Se uma atividade produtiva, pelo uso intensivo de recursos naturais em áreas já desmatadas, apresenta rentabilidade superior a uma alternativa de produção em solos com desmatamento prévio, a decisão racional do produtor será não desmatar.

Finalmente, um fato significativo, evidente e vigoroso projeta os governos da FPA como o marco de um novo tempo na história do Estado do Acre. É inegável que o projeto da Frente Popular, em 15 anos, implantou a infraestrutura econômica, reformou o aparelho de Estado, restabeleceu o Estado de direito, preparou as condições de qualificação humana e institucional para o desenvolvimento sustentável.

Ressalte-se que coube ao governo em curso (2011-2014) fundar uma nova economia que resultará num passo largo do desenvolvimento econômico por meio de indução ao investimento e inversões diretas na industrialização, do fortalecimento da infraestrutura de produção e do fomento ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas e florestais estratégicas. A estes esforços, soma-se a promoção de oportunidades de inclusão produtiva para trabalhadores e trabalhadoras desempregados, subempregados e empregados em regime informal de emprego.

5.4 A ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO DO ACRE

Valendo-se de uma metáfora, a estratégia é uma trajetória. E como tal supõe a distância percorrida por algo de um lugar a outro. A estratégia de desenvolvimento, no domínio da gestão pública, tem um desenho, em princípio, simples. É constituída por uma articulação orgânica de três partes. O ponto final, o lugar para onde deseja-se levar a sociedade. O ponto de partida, o lugar onde encontra-se atualmente a sociedade. A trajetória são os caminhos que, saindo do ponto de partida, facultam alcançar o ponto final. A trajetória é complexa porque abrange as esferas econômica, social, cultural e ambiental. O ponto de chegada é uma sociedade sustentável, afluyente e igualitária, que produz riqueza distribuída socialmente para todos, que valoriza a cultura própria e assegura o equilíbrio ambiental.

A trajetória está no conteúdo das políticas públicas, das regras institucionais, dos instrumentos estratégicos de planejamento, e envolve os objetivos estratégicos e metas que são intermediários. Além deste grupo de fatores, funcionam as ferramentas de monitoramento e avaliação que têm a função de aferir se o trajeto foi bem sucedido e produziu os resultados esperados, conforme o anagrama abaixo.



Para ser exequível a estratégia deve contaminar o imaginário da sociedade e transformar-se em sonho, utopia e orgulho dos cidadãos. Também precisa ser produto de um amplo debate da sociedade para tomada de decisão, visando a estabelecer rumos e a definir como alcançar objetivos. O desenho estratégico define e alavanca a transição entre o presente e o futuro, no mesmo passo que se constitui no esboço deste. Uma estratégia de desenvolvimento, embora mantenha a essência, a direção original, está em constante mudança porque acompanha as mudanças da sociedade. Ela depende, entre outros fatores, da história, das instituições, dos interesses e relações de forças sociais.

Por esta razão, não existe uma estratégia universal aplicável a todos os espaços e a todas as situações do desenvolvimento. Estratégia é um caminho específico. Ela é produto do ambiente natural, da história, da cultura, da identidade, das relações de forças sociais e do marco institucional de um povo.

O Acre faz parte do bioma amazônico, tem a história impregnada por um sonho de emancipação e autonomia, uma cultura e identidade determinadas pela íntima relação do seu povo com a floresta, um processo de formação de consensos no que respeita ao desenvolvimento e um ambiente social e institucional em que domina o debate livre e democrático.

Um governo de continuidade não será a reprodução simples do antecedente. Será um governo de mudanças, não para reinventar radical e absolutamente um novo governo. O essencial de um governo bem sucedido, e reeleito, é dar continuidade ao bom legado com métodos e processos novos,

visando ampliar o rendimento e promover as mudanças necessárias para avançar na caminhada do desenvolvimento.

Nos quinze anos dos governos da FPA são dados o ideário de mudanças permanentes em todos os setores da vida social, as condições e os primeiros passos na superação de um padrão civilizatório predatório da humanidade e da natureza e os avanços na construção de uma nova civilização não predatória. Com este aporte, construídos os primeiros requisitos institucionais, de infraestrutura, de formação educacional e definido o modelo de financiamento do desenvolvimento, o propósito de realizar o sonho de uma sociedade com alta qualidade de vida para a geração presente e para as gerações futuras aparece como uma realidade evidente.

Em consequência, a prioridade para consolidação do desenvolvimento e da sustentabilidade em todas as dimensões da vida social, no horizonte dos próximos quatro anos, será, com passos mais largos, a continuidade da construção da plataforma de desenvolvimento econômico, iniciada em 2011, cujos resultados são expressivos de uma nova economia afluyente, em franco crescimento, especialmente na industrialização, na produção agropecuária intensiva e nos pequenos negócios que se expressam como vetores de desenvolvimento humano, para melhoria da qualidade de vida das pessoas e redução das desigualdades sociais e regionais. O desafio é associar crescimento da economia, equidade social, desenvolvimento humano, valorização da cultura autóctone e melhoria de qualidade ambiental. Para isto foram feitos avanços consideráveis no alinhamento de objetivos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Numa ação ampla de fomento do desenvolvimento econômico, novos e positivos saltos serão dados, pela implementação de eficazes políticas de estímulo à produção, de inclusão econômica e social, de conservação dos recursos ambientais, de valorização e fortalecimento da cultura local, para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento.

Todo o esforço das políticas de desenvolvimento tem referência no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), cuja implementação vem se efetivando nos governos da Frente Popular do Acre.

No Acre, no domínio econômico, conforme o modelo de desenvolvimento sustentável e diversificado, o avanço da produção, para além da expansão horizontal, tornar-se-á possível pelo aumento substancial da produtividade da economia.

A indústria, pela política de fomento à atividade industrial, está sendo, e será nos próximos quatro anos, o maior vetor de elevação do patamar de produtividade da economia.

O aumento da produtividade da economia tem se revelado, nos últimos quatro anos, na indústria florestal e em ramos específicos da agropecuária: na cultura de milho, na piscicultura, na avicultura e na suinocultura.

Na área rural, o aumento da produtividade é um requisito fundamental para evitar desmatamento. Principalmente, a elevação da produtividade da exploração florestal e do setor agropecuário, onde se ressalta a produção agrícola familiar e a pecuária sustentável de pequeno e grande porte. Nos últimos três anos, foram feitos investimentos e implantadas ações em grande escala, visando o aumento da produção e da produtividade nesses ramos de produção. Os resultados foram significativos.

Especialmente nas cadeias produtivas de interesse econômico para o Acre, que mostraram resultados promissores, terão continuidade as ações de fomento à produção e ao aumento da produtividade. Entre estas, contam-se a piscicultura, a avicultura, a suinocultura, o milho, a mandioca e a fruticultura.

O governo vai impor-se o desafio da cafeicultura. Com solos de aptidão satisfatória e ampla demanda no mercado interno, o café apresenta-se como uma apreciável oportunidade econômica. É factível que o café, em médio prazo, se torne um dos produtos mais importantes da agricultura do Acre. A experiência bem sucedida do vizinho estado de Rondônia estimula a entrada do Acre no mercado, uma vez que ali se escasseiam a oferta de terras apropriadas e multiplicam-se os trabalhadores e pequenos produtores sem terras interessados no negócio.

Para melhorar o gerenciamento e os resultados das ações de governo no desenvolvimento da produção rural o governo trabalhará com instrumentos de gestão territorial. O mapeamento das Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs) vai se constituir em requisitos para o planejamento e execução das ações de fomento às atividades produtivas rurais nos diferentes setores da economia. Dentro das Regionais de Desenvolvimento, as ZEDs são territórios com características econômicas, sociais, políticas e culturais específicas que têm aptidões diferenciadas para o seu desenvolvimento.

Nos últimos três anos, o governo da FPA deu um grande impulso à industrialização com os complexos industriais florestais, os polos moveleiros, as indústrias de castanha e borracha, as indústrias de peixe, o frigorífico de suínos e as pequenas unidades industriais.

Conforme vem acontecendo nos últimos anos, o aumento da produtividade e a agregação de valor à produção são resultados do processo de industrialização que, a partir de 2011, vem se desenvolvendo a passos largos.

O desafio da industrialização terá plena continuidade porque, além de contribuir para o aumento da produtividade, para agregação de valor aos produtos e para rápida elevação do produto econômico, constituiu-se na locomotiva de modernização da economia do Acre. O Acre precisa avançar em pesquisa, inovação e difusão de tecnologia. São elementos estratégicos para o desenvolvimento. À falta desses fatores, restringem-se avanços maiores no processo de desenvolvimento econômico. Hoje, o estado carece de aportes de tecnologia nas áreas de biotecnologia, piscicultura, de extratos vegetais, de fitoterápicos, de energia alternativa, de desenvolvimento de produtos da

madeira, de métodos de manejo e conservação da floresta, de recuperação de solos degradados, de melhoramento genético de cultivares, de técnicas modernas de construção civil, da indústria e agroindústria, entre outros.

À medida que evolui o processo de desenvolvimento econômico, revela-se maior a necessidade de acesso a modernas tecnologias de produção.

A experiência de três anos de gestão mostra que, no Acre, a estratégia para impulsionar o crescimento sustentado da produção requer, mais que no resto do País, o desenvolvimento e a modernização das cadeias produtivas florestais, agroflorestais e agropecuárias, visando o aumento da produtividade, do emprego, da renda, da oferta de matérias-primas e alimentos.

Pelo critério de renda per capita das famílias e tendo como referência os dados do IBGE, o Acre estaria livre da extrema pobreza. Este é o critério de transferência de renda. O atual governo do Acre vai além. Criou um Plano de Combate à Extrema Pobreza, O Acre Sem Miséria, visando fazer a inclusão produtiva de famílias incluídas no CADÚNICO. A inclusão produtiva, por meio da criação de pequenos negócios, com apoio do governo, permite a ampliação de ocupações produtivas e a geração de trabalho e renda dignos para população em situação de desemprego, subemprego e trabalho informal.

A iniciativa do governo de criação da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios e o desenvolvimento da inclusão produtiva, pelo fomento, criação, organização e acompanhamento de pequenos negócios em cooperação com as famílias em estado de pobreza e extrema pobreza, tornou-se uma estratégia de extinção sustentável da extrema pobreza pela oferta de uma porta de saída do programa bolsa família. Em absoluto, este procedimento estratégico significa diminuir a importância da eficácia da bolsa família como política de redução da miséria. Ao contrário, sem Bolsa família as pessoas estariam relegadas a uma situação de fragilidade que não as capacitaria buscar e acessar as oportunidades de trabalho.

O desenvolvimento da organização de Pequenos Negócios será fortalecido, ampliada e consolidada como a estratégia de governo, visando não apenas tornar residual a extrema pobreza, mas também criar condições para que famílias, desempregadas ou ocupadas em negócios de baixíssimo rendimento, possam evoluir e alcançar uma renda comparável aos ganhos dos estratos inferiores da classe média. Nestas circunstâncias, os pequenos negócios, hoje cumprindo funções de inclusão social, estarão plenamente integrados como elementos e fatores do processo de desenvolvimento econômico do estado.

No conjunto das cadeias produtivas, assumirá destaque a economia de baixo carbono, compreendendo formas produtivas e serviços de mitigação e de adaptação. A valorização do ativo florestal, o reflorestamento, a geração de energia limpa e o mercado de serviços ambientais serão fatores importantes da implementação da economia de baixo carbono. O REDD (Redução de Emissão de Desmatamento e Degradação) é, não só instrumento fundamental de

realização desse propósito, mas uma oportunidade de negócios para o setor rural, pois poderá se constituir como uma nova modalidade de renda adquirida com a floresta em pé das áreas de reserva legal e outros remanescentes florestais das propriedades.

Todos esses mecanismos de desenvolvimento de uma economia sustentável estão sendo planejados, organizados, negociados e executados pelo Governo do Estado do Acre com vistas a sua implementação.

No Acre, a tendência de crescimento do produto da indústria é indicativo do seu potencial e da sua extensa fronteira de expansão. Especialmente as indústrias de processamento de matérias-primas locais, da construção civil e de produtos de consumo popular.

Aí já opera uma ousada indução do investimento. A política industrial praticada pelo atual governo envolve investimentos diretos e incentivos fiscais, financeiros e locacionais. Os investimentos diretos são realizados na forma de parceria com a iniciativa privada e as comunidades que produzem a matéria prima (PPC). Especialmente nas pequenas indústrias, acontece a parceria exclusivamente com as comunidades de produtores. As formas de parceria PPC já operam na indústria madeireira, moveleira, de castanha, na agroindústria de aves e de suinocultura. A parceria público-comunitária já existe nas pequenas indústrias de óleos vegetais, peixe e biscoitos. Este tem se mostrado o caminho apropriado para mudar o padrão de especialização da economia.

O processo de industrialização será ampliado e fortalecido como elemento estratégico de desenvolvimento econômico do estado, visando o aumento da produtividade, da agregação de valor aos produtos, de transformação da estrutura e modernização da economia. A indução por meio de incentivos e o investimento direto serão os elementos fundamentais da política industrial.

Na política de incentivos, a Zona de Processamento de Exportações (ZPE), já instituída e alfandegada, com três empresas em processo de autorização pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) será um instrumento importante de política industrial. A ZPE deverá ter sólidas conexões com o resto da economia do Acre, especialmente com os setores florestal e agropecuário.

Em resumo, a continuidade da construção de uma nova economia para a consolidação do projeto de desenvolvimento sustentável diversificado do Acre, envolvendo a produção com uso diversificado dos recursos (floresta, solo, água, beleza cênica, identidade, cultura, patrimônio arqueológico e os serviços da floresta), e associando produção florestal, "agroflorestal" e agropecuária, articuladas ao processo de industrialização e de prestação de serviços, com forte agregação de valor à produção primária, sintetiza a estratégia de formação de emprego, ocupações produtivas e renda, tendo em vista a melhoria das condições e qualidade de vida da população.

Para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento, serão indissociáveis, desse processo, a continuidade das políticas de inserção dos pequenos produtores às parcerias de grandes empreendimentos produtivos e a inclusão produtiva de famílias em situação de extrema pobreza por meio de pequenos negócios como premissas de uma melhor distribuição de renda. Conforme já é pressuposto, todo o desenvolvimento deve ter referência nos valores, identidade e cultura locais e deve garantir a redução sistemática da taxa de desmatamento que, nas circunstâncias do Acre, indica preservação da floresta e equilíbrio ambiental.

No que respeita ao desmatamento, que impacta na conservação dos recursos florestais e na sustentabilidade do desenvolvimento, a estratégia do governo para garantir o desenvolvimento sustentável terá como fundamento a intensificação do uso produtivo das áreas abertas, que, assim, retornam maior produtividade e, por consequência maior rentabilidade.

O aumento da produtividade é o fator principal da elevação da rentabilidade, entendida como a proporção de ganho sobre o investimento.

Num ambiente econômico de baixo nível tecnológico, a intensificação da produção é o caminho para o incremento da produtividade e a elevação da rentabilidade suposta a não variação dos preços dos insumos e produtos ou o seu crescimento proporcional.

A diversificação do uso dos recursos, ao invés do foco unilateral na produção e valorização florestal, torna-se um fator importante para o desmatamento evitado. Solo, água, floresta e beleza cênica são recursos renováveis e, portanto, de uso sustentável.

O aumento da rentabilidade pelo uso de solos já desflorestados ou o uso da água para piscicultura, em relação aos ganhos retornados pelo uso da floresta, permitirão a renúncia ao desmatamento. O mesmo pode acontecer com o aumento da produtividade pela opção pela produção industrial que tem maior produtividade e agrega valor aos produtos.

6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos subordinam-se a uma temporalidade de longo prazo. Pertencem a universo da grande estratégia e são fundamentais para a constante aproximação da imagem-objetivo. São objetivos intermediários. Portanto, contribuem, continuamente, para o aprofundamento do desenvolvimento sustentável.

- I. Expressivo salto no desenvolvimento econômico, associando crescimento da economia, desenvolvimento humano, valorização da cultura própria e conservação dos recursos ambientais;
- II. Construir uma nova economia, diversificada e sustentável, pelo uso econômico da floresta, do solo já desflorestado, da água, da beleza cênica, do patrimônio arqueológico, da cultura própria e identidade, com o propósito de expandir a geração de emprego e renda;
- III. Ampliar significativamente a participação da indústria no valor adicionado da economia, por meio de eficaz política industrial;
- IV. Consolidação da economia de base florestal, ambientalmente sustentável, competitiva, de alta rentabilidade e que faça a justa distribuição da renda;
- V. Assegurar o suprimento de matérias-primas agrícolas à indústria e a melhoria do abastecimento interno de alimentos, sem aumento do desmatamento;
- VI. Prover habitação para as famílias desprovidas de moradia digna;
- VII. Garantia de educação, saúde, segurança e outros serviços básicos de qualidade para todos;
- VIII. Ampliar a emancipação econômica das comunidades locais pela sua integração ao processo e resultados do desenvolvimento.

Em síntese, o conjunto das ações de governo será organizado em Eixo Estratégico, Área de Resultado, Programa, Subprograma e Projeto, dirigido para o crescimento da economia, das ocupações produtivas e emprego; para valorização da floresta e uso agropecuário sustentável das áreas em processo de degradação; para maior agregação de valor aos produtos com elevação da produtividade através da industrialização; para oferta de serviços básicos de qualidade; para melhoria de qualidade de vida, trabalho, moradia e lazer das pessoas, com foco na inclusão social e na redução das desigualdades, no fortalecimento da identidade, história e cultura do povo acreano.

7 EIXOS ESTRATÉGICOS

A programação do Plano de Governo está organizada em Eixos Estratégicos, que se referem às áreas de intervenções prioritárias de governo que visam o alcance de resultados e benefícios para a população. A programação deriva do legado histórico das gestões municipais e estaduais (1999-2002; 2003-2006; 2007-2010 e 2011-2014) da Frente Popular do Acre, das diretrizes do Conselho Político Estratégico e será detalhada com informações colhidas em oficinas de participação popular realizadas em todos os municípios do Estado.

Cada Eixo Estratégico desdobra-se num conjunto de áreas de resultados com a finalidade de planejar ações, organizadas em programas e projetos, visando dar solução aos problemas identificados, de natureza estrutural ou conjuntural, no curto, médio e longo prazos e, assim, gerar benefícios à população. A identificação de problemas tem como referência as necessidades e demandas da sociedade.

São 5 (cinco) os Eixos Estratégicos: Economia Sustentável; Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; Educação, Saúde e Segurança Pública; Desenvolvimento Social e Gestão Pública.

Cada Eixo Estratégico organiza sua programação em 20 Áreas de Resultado. Os eixos estratégicos são compostos pelas seguintes Áreas de Resultado.

- I. Economia Sustentável: Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Ciência, Tecnologia e Inovação;
- II. Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano: Pavimentação e Saneamento Integrado, Habitação, Transporte e Obras Públicas;
- III. Educação, Saúde e Segurança Pública: Educação, Saúde e Segurança Pública;
- IV. Desenvolvimento Social: Esporte e Lazer; Juventude; Povos Indígenas; Política para as Mulheres; Inclusão Social, Atendimentos aos Segmentos Vulneráveis e Direitos Humanos; Cultura.
- V. Gestão Pública: Comunicação, Gestão de Pessoas, Gestão e Finanças Públicas, Tecnologia da Informação.

As áreas de resultados são desdobradas em programas, subprogramas e projetos. Que a programação é construída: Programa Estruturante, Subprograma e Projeto.

Esse conjunto de ações do governo visam e convergem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, das famílias e, enfim, da população, especialmente as que mais precisam, resultando em redução das desigualdades sociais, melhor qualidade ambiental, e fortalecimento da cultura própria e da identidade do povo acreano. Este objetivo será alcançado por meio de avanços sustentados no desenvolvimento econômico, de base industrial, florestal e

agropecuário; na distribuição de renda; na conservação dos recursos naturais; na inclusão social e na valorização da cultura local. Isto supõe expansão da produção, elevação sistemática da produtividade e forte agregação de valor à produção primária, com inclusão socioprodutiva e sustentabilidade ambiental.

8 EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL



O Eixo Economia Sustentável reúne as áreas voltadas para a promoção de uma economia moderna, alicerçada nos fundamentos do desenvolvimento sustentável. Esse eixo está organizado em três áreas, que são a de Desenvolvimento Econômico, voltada para as atividades econômicas da produção florestal, da indústria de transformação, da agropecuária, do turismo e do comércio; a de Meio Ambiente, responsável pela gestão ambiental e a economia de baixo carbono; e a de Ciência, Tecnologia e Inovação, voltada para a construção da base tecnológica do desenvolvimento econômico do Acre.

Para a Gestão Tião Viana, 2015-2018, são apresentadas propostas que dizem respeito aos preceitos idealizados pelos Governos da Frente Popular, mas, sobretudo, vale-se do legado do mandato (2011-2014) para realizar e consolidar um poderoso salto na economia do Acre, ainda maior, com o aumento de escala da produção, do emprego de alta tecnologia, da elevação de produtividade, da diversificação de produtos e do uso não predatório de recursos.

Uma economia forte deve produzir riquezas em produtos e serviços e, ao mesmo tempo, ter a capacidade de promover inclusão social da população mais vulnerável, o que possibilita redução de desigualdades sociais e consequente inserção de trabalhadores nos extratos da classe média. Deve ainda garantir a sustentabilidade ambiental, apoiada em alternativas que promovam o crescimento da economia do Estado tendo como parâmetro básico o respeito aos limites de uso dos recursos naturais, estabelecidos pelo Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE).

A sustentabilidade não está restrita ao manejo produtivo da floresta, precisa incluir, também, o manejo do solo e da água pois, em todas estas classes de uso de recursos, pode acontecer e desenvolver-se a produção sustentável.

O desenvolvimento de cadeias produtivas estratégicas representa importantes oportunidades econômicas para o Acre, tendo a indústria como o setor dinâmico de alta participação no valor adicionado.

É preciso ressaltar, que os projetos econômicos são resultantes de uma estreita parceria, uma articulação, uma concertação entre o governo, a iniciativa privada e as comunidades de pequenos produtores. No geral, são projetos que têm participação dos agricultores familiares e/ou entrega de benefícios às comunidades.

No campo da produção, os investimentos têm um poderoso efeito multiplicador, criam empregos e geram elevados ganhos de escala e de produtividade que resultam num salto do tamanho e da eficiência da economia. O multiplicador e o acúmulo quantitativo determinam o salto qualitativo. A economia do Acre está experimentando uma profunda transformação. É maior, mais produtiva e diversificada. Uma nova economia. O tempo da escala, da produtividade e da diversificação. Para gerar renda, emprego, cidadania e bem-estar social com sustentabilidade.

8.1 ÁREA DE RESULTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As condições sociais da população do Acre sofreram uma intensa transformação na última década. A melhoria no padrão médio de vida da população está associada ao processo de desenvolvimento econômico pelo qual o Estado tem passado, possibilitando, dentre outras coisas, o aumento da renda e do emprego.

O bom desempenho da economia acreana é evidenciado pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), que mede o valor do conjunto dos bens e serviços produzidos destinados ao consumo final. Em termos nominais, o valor do PIB quase triplicou entre 2002 e 2010, passando de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 8,5 bilhões em valores correntes, com taxa de crescimento médio de 6% nesse período.

Pode-se dizer que isso é o reflexo da estratégia de desenvolvimento dos Governos da Frente Popular que, desde 1999, tem se preocupado em estruturar as bases fundamentais para o processo de desenvolvimento estadual. Desta forma, as condições iniciais e necessárias para as mudanças estruturais na economia foram consolidadas, com o fortalecimento das instituições e a criação das condições de infraestrutura de transportes, comunicação, energia, dentre outros.

Diante das bases assentadas, o Governo Tião Viana 2011-2014 tratou como prioridade o desenvolvimento econômico, visando acelerar o dinamismo da economia, com distribuição de benefícios desse crescimento para toda a sociedade, de forma justa e equitativa. Para tal, adotou-se como estratégia para modernizar e expandir o setor produtivo do Acre, a intensificação da produção primária e a sua integração com o setor industrial, visando o crescimento econômico sustentável do Acre.

Os investimentos realizados na expansão da piscicultura são um exemplo dessa política de integração, tendo em vista que as ações abrangeram toda a cadeia produtiva, com a estruturação da produção primária, por meio do fomento a construção de 5.000 tanques, com objetivo de aumentar a produção de peixes, além de capacitação e qualificação técnica aos produtores, bem como a implantação de duas estruturas industriais, nos municípios de Senador Guiomard e Cruzeiro do Sul, com a capacidade de vazão à produção primária, bem como de fornecer insumos aos produtores, visto que o complexo industrial também contempla fábrica de ração.

Nesse mesmo sentido, destacam-se os incentivos realizados na cadeia da suinocultura, com investimentos públicos realizados notadamente na produção primária, com assistência técnica, apoio direto aos produtores e construção de unidades produtivas para concessão aos produtores, criando condições para a atuação privado no segmento industrial.

A economia popular e solidária também foi amplamente contemplada, com um projeto voltado as famílias de baixa renda, inseridas no CADÚNICO,

visando a inclusão socioprodutiva de famílias de baixa renda, por meio da criação de pequenos empreendimentos urbanos e rurais em todo o Estado.

Assim, a proposta para a área de Desenvolvimento Econômico na Gestão 2015-2018 é congrega os programas e projetos direcionados a promoção das atividades econômicas da indústria de transformação, agropecuária, turismo e comércio. As políticas públicas propostas para essa área de \resultado visam incrementar o período de expansão econômica que o Estado vem passando, com crescimento médio do PIB entre maiores do Brasil na última década, bem como ampliar a mudança na estrutura produtiva do Estado, com aumento e diversificação da produção agropecuária, elevação da produtividade, ganho de participação da indústria na economia, dinamização do comércio e promoção do turismo.

8.1.1 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

No Brasil, dos três setores econômicos, o agropecuário é o que possui a menor participação no PIB, com 5,6% em 2010. Sua atividade é fundamental tanto para o abastecimento interno quanto para a pauta de exportação, que tem na sua relação *commodities* que são demandadas em grande volume por outros países. No Estado, a agropecuária possui a segunda maior participação no PIB, com 18,8% em 2011, enquanto a participação da indústria é de 13,4% e dos serviços, 68,9%.

Do ponto de vista territorial, esse setor assume um papel muito relevante, tendo em vista tratar-se da atividade mais importante para nove municípios do Estado, e a segunda mais importante para outros nove, sendo que neste segundo caso a primeira atividade é administração pública. Desta forma, em 18 dos 22 municípios do Estado a agropecuária é a primeira ou a segunda atividade mais importante.

Na agricultura acreana os principais cultivos são os de mandioca e grãos, com destaque para o milho que vem apresentando crescimento em volume desde 2010. A expansão da produção dessas lavouras contribuiu para aumento do valor da produção agrícola, que chegou a R\$ 433 milhões em 2012, dos quais 89% são procedentes de cultivos da lavoura temporária.

A mandioca, uma cultura da lavoura temporária, é o principal cultivo da agricultura acreana, destacando-se por sua alta relevância cultural e econômica para a agricultura familiar. No Acre, a produção em 2012 foi de 897 mil toneladas, que corresponde a 12% da Região Norte. A produtividade da mandioca nos solos acreanos é a quarta melhor do país, com 20 toneladas por hectare, e a maior da Região Norte.

Na produção de grãos, o milho destaca-se como o principal produto, inclusive por constituir matéria-prima essencial para a fabricação de ração para pequenos animais, com grande potencial de crescimento da produção em

resposta de mercado aos incentivos dados pelas políticas públicas de fomento a piscicultura, suinocultura e avicultura.

Na pecuária, o rebanho bovino do Estado passou de 1,03 milhões de cabeças em 2000 para 2,63 milhões em 2012, o que representa um incremento de 155%. Além do crescimento do rebanho, o Estado apresentou importantes avanços na pecuária, tais como, o certificado internacional de Zona Livre de Aftosa da *Organisation Mondiale de la Santé Animale* (OiE), com sede na França, em 2005; o certificado de Zona Livre de Peste Suína Clássica, recebido pelo Ministério da Agricultura, em 2013; a taxa de lotação das pastagens do Estado, que conforme dados da Embrapa é de 1,77 animais por hectares, é uma das melhores do país.

Como expresso acima, o setor agropecuário é altamente relevante para a economia do Estado e durante o debate público, realizado nas consultas populares para a construção do plano de governo 2011-2014, a população apontou os principais macroproblemas que afetam esse setor. Esses macroproblemas indicam que há um reduzido nível de agregação de valor aos produtos, apesar dos avanços da produção rural; baixa eficiência da produção; baixa produtividade; potencial aumento da pobreza rural; insuficiente infraestrutura e logística para a produção de peixe; baixa escala; e baixo valor agregado da produção de frutas.

Na gestão 2011-2014, para impulsionar as atividades econômicas desenvolvidas na área rural do Estado, foram fomentadas diversas ações visando o aumento do grau de tecnologia empregada, a diversificação, ganhos de escala, a geração de ocupações produtivas e o aumento da renda média dos produtores rurais, com atenção especial à agricultura familiar.

Entre 2011 e 2013, foram mecanizados, em média, 15 mil hectares/ano, reduzindo o tempo de mão de obra necessário e aumentando a produtividade do fator terra. Também foram construídos silos graneleiros, ampliando a capacidade atual de processamento e armazenagem a granel no Estado em 15.600 toneladas e possibilitando a melhoria da qualidade do produto, com redução de custos e controle de perdas pós-colheita.

Para estimular a expansão da lavoura permanente foram distribuídas cerca 1,3 milhões de mudas até 2013, com previsão de chegar a dois milhões ao final de 2014, das espécies de graviola, acerola, cupuaçu, caju, banana, abacaxi, laranja, limão, coco, pokan e manga.

Também foi fomentada a implantação de 400 casas de vegetação, estimulando a oferta e consumo da produção de hortaliças.

A construção de tanques para a criação de peixes integrou a ampla política adotada para desenvolver a piscicultura no Estado, que abrange desde a criação no campo até a fase de industrialização. Até o final de 2014 estima-se a escavação de 5000 tanques para a criação das espécies surubim, tambaqui e tilápia.

Para a Gestão 2015-2018, o Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas ampliará as ações de estímulo à produção agropecuária, com objetivo de diversificar a produção, aumentar a produtividade, combater a pobreza e elevar de renda das famílias. Suas ações, apresentadas a seguir, preveem a otimização do uso dos recursos, pois a política de desenvolvimento econômico proposta observa os preceitos da sustentabilidade, respeitando os marcos legais e o equilíbrio ambiental, guardando o compromisso com as gerações futuras.

Propostas para a Gestão 2015-2018

8.1.1.1 PROJETO INCENTIVO À FRUTICULTURA

Descrição:

O incentivo a fruticultura visa explorar o potencial da lavoura permanente no Estado por meio do incentivo à produção de frutas tropicais, dentre as quais destacam-se a manga, acerola, graviola e coco, para melhorar o abastecimento interno e o suprimento de matéria-prima para a indústria. Nesse projeto são entregues mudas de frutíferas aos produtores, que também recebem assistência técnica para o plantio e tratos culturais requeridos.

Objetivo:

Consolidar a cadeia produtiva de frutíferas para abastecimento das agroindústrias locais das regionais do Acre.

8.1.1.2 PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE AÇAÍ

Descrição:

O açaí é o fruto de uma palmeira típica da Região Amazônica, com muito potencial de comercialização no Brasil. No Estado, a produção é extraída a partir de árvores dispersas na floresta. Esse projeto visa ampliar o plantio dessa fruta no Estado por meio da produção e distribuição de mudas e capacitação e assistências técnicas aos produtores.

Objetivo:

Desenvolver a cadeia produtiva do açaí nativo e cultivado para elevar a renda e a qualidade de vida da população rural, ampliando significativamente o número de famílias que acessam a tecnologia visando práticas de produção.

8.1.1.3 PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE CAFÉ

Descrição:

O projeto pretende incentivar a ampliação e fortalecimento da produção do café, como também modernizar e tecnificar os processos de produção do café conilon.

Objetivo:

O objetivo do projeto é fomentar o desenvolvimento de produtores locais de café conilon e criar um novo paradigma nos meios de produção deste tipo de produto no Estado do Acre, atendendo a especificações de sustentabilidade.

8.1.1.4 PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE FEIJÃO

Descrição:

A utilização de sementes de feijão melhoradas geneticamente, emprego de corretivos, fertilizantes e defensivos agrícolas permitirão ao produtor aumentar a produção, a produtividade e a rentabilidade.

Desafio:

Aumentar a produção de feijão para o abastecimento interno com técnicas racionais de cultivo que permitam elevar a produtividade da lavoura.

8.1.1.5 PROJETO FOMENTO À PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS

Descrição:

O projeto prevê a implantação de estufas de forma que os produtores rurais possam abastecer o mercado local, tornando o valor do produto mais acessível ao consumidor.

Objetivo:

Elevar a produção e o consumo de verdura nos municípios acreanos.

8.1.1.6 PROJETO INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE MANDIOCA

Descrição:

Este projeto objetiva modernizar os sistemas produtivos da mandioca, condicionando maior produtividade nas áreas já desmatadas em cultivo, de forma a ter oferta de produto de qualidade para a base industrial a ser ampliada e consolidada. Esta é uma das principais culturas agrícolas do Estado com mais de 40.000 hectares plantados anualmente e um rendimento superior à média nacional.

Desafio:

Aumentar a produtividade da mandioca no Acre.

8.1.1.7 PROJETO INCENTIVO A MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA**Descrição:**

O projeto prevê a cessão de máquinas para grupos de produtores que ainda não tenham acesso à mecanização para preparar o solo para o plantio; assistência técnica aos proprietários de máquinas e equipamentos e ampliação do acesso a crédito para que novos produtores possam adquirir seus próprios equipamentos.

Desafio:

Contribuir para o aumento da produção e da produtividade, diversificação da produção, reutilização de áreas degradadas, aumento do grau tecnológico da agricultura local, dentre outros fatores.

8.1.1.8 PROJETO RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS**Descrição:**

O projeto visa recuperar as áreas alteradas e subutilizadas com uso de adubação verde, fomentando a utilização de práticas para redução do desmatamento e queima, e o aumento da produtividade por intermédio da reabilitação, restauração e remediação das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Além disso, a proposta visa divulgar informações relativas à recuperação e aproveitamento econômico sustentável com o uso de leguminosas no suprimento de nitrogênio do solo em áreas degradadas.

Objetivo:

Possibilitar ao agricultor (a) da comunidade rural e associações rurais, alternativas que contribuam com preservação do Meio Ambiente, através da Recuperação de áreas degradadas com uso de Adubação Verde, e desta feita propiciar a diversificação de produção, melhoria da renda e a segurança alimentar das famílias envolvidas.

8.1.1.9 PROJETO IMPLANTAÇÃO DA CEASA CRUZEIRO DO SUL**Descrição:**

É necessário definir e estruturar um ponto de comercialização da produção rural na Região do Vale do Juruá. A figura do atravessador é forte na região, restando efetivamente para o produtor uma margem menor de lucros. O projeto contempla a construção de um espaço, com docas, banheiros,

depósitos e outros equipamentos que vão auxiliar na organização, armazenagem e comercialização dos produtos.

Objetivo:

Implantar o CEASA em Cruzeiro do Sul.

8.1.1.10 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

Descrição:

Programa de âmbito nacional, executado em parceria com Estado, no qual parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares. Os produtos são destinados à doação para entidades da rede socioassistencial, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais. Sua ação se estende a todos os municípios do Estado.

Objetivo:

O PAA visa colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no estado do Acre e no Brasil e, ao mesmo tempo, promover a inclusão socioproductiva dos produtores familiares.

8.1.1.11 PROJETO RIO QUE TE QUERO RIO

Descrição:

Os ribeirinhos amazônides são um povo que tem uma cultura própria, gerada no contato íntimo e secular com o rio e a floresta que o cerca. Têm uma identidade singular. A sua vida está estreitamente vinculada ao rio que é o seu ambiente, familiar e acolhedor, objeto de contemplação da exuberante paisagem, a via de sua mobilidade, de seu trabalho, da sua produção material, meio de sua subsistência e de seu lazer.

O ribeirinho reconhece a si mesmo como pertencente ao ambiente social e natural do rio. Ele não se confunde com o típico agricultor familiar ou seringueiro porque o rio marca seus costumes, seus hábitos, suas crenças, suas tradições, seu modo de produzir, enfim seu modo de vida. Eles constituem uma comunidade tradicional.

Vivendo á beira do rio, fazem uma atividade produtiva tipicamente ribeirinha: Os solos são, para eles, a água onde pescam; as praias, os barrancos e as várzeas onde plantam. A estrada, o rio. Rio que te quero rio.

A sua relação com o Estado e um mundo de terras não banhadas, cortadas por vias terrestres, amontoadas de pessoas, urbanizadas e agitadas

pelo turbilhão de milhares de transeuntes não lhes faculta uma automática e espontânea aproximação. São mundos e visão de mundo diferentes.

Especialmente, no Acre, está incorporada na rotina das pessoas, das instituições, do Estado pegar a estrada, mas navegar no rio é especial, não faz parte do cotidiano. Já faz parte da história do Acre essa contínua inserção do rio à cidade, à modernidade e à cidadania. Nessa tarefa, o Estado tem um papel muito importante. É necessária uma forte intervenção do Governo do Estado para promover o desenvolvimento integrado das comunidades ribeirinhas em todo o Acre.

Devem fazer parte das ações do governo estadual o fortalecimento da economia ribeirinha, com o fomento da produção de produtos-chaves que já pertencem aos sistemas de produção locais, por meio de assistência técnica e extensão rural, de beneficiamento dos produtos, armazenamento, transporte e apoio à comercialização. As políticas públicas devem ir além da esfera estritamente econômica e buscar os requisitos de cidadania como: construção da infraestrutura necessária, como embarcadouros; saneamento básico; habitação rural; prestação de serviços de saúde; oferta de educação de qualidade, fundamental e média; e acesso ao crédito rural e à assistência social.

Objetivo:

Estabelecer uma relação estreita dos ribeirinhos com os processos modernos e sustentáveis de produção, alargando o seu acesso ao mercado, aos serviços sociais básicos e aos direitos de cidadania, permitindo-lhes o aumento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida e, em geral, das condições de bem-estar.

8.1.1.12 PROJETO SEGURANÇA ALIMENTAR

Descrição:

Promoção de iniciativas de inclusão socioproductiva em comunidades localizadas em regiões de difícil acesso, garantindo-lhes assistência técnica e fomento à produção rural, visando prioritariamente a geração de produtos para autoconsumo e abastecimento local e fortalecendo as iniciativas do Programa Acre Sem Miséria.

Objetivo:

Envolver as famílias de produtores rurais, localizadas em comunidades dos municípios de Jordão, Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, em iniciativas de inclusão socioproductiva.

8.1.1.13 PROJETO AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAGEM DE GRÃOS

Descrição:

O projeto prevê a ampliação de unidades de secagem e armazenagem de grãos para melhorar a qualidade do produto, reduzir custos e controle de perdas pós-colheita.

Objetivo:

Dobrar a capacidade atual de processamento e armazenagem a granel no Estado de 7.800 t para 25.150 t com a construção de dois silos adicionais, em Rio Branco e Acrelândia, e ampliação da capacidade estática dos silos de Brasília, Plácido de Castro e Senador Guimard. Ampliação na capacidade de Secagem do Silo de Senador Guimar. Ampliação na capacidade de armazenamento dos silos de Senador Guimard e Capixaba. Adequação das unidades para certificação e capacitação dos servidores e das cooperativas.

8.1.1.14 PROJETO FOMENTO A PISCICULTURA

Descrição:

A atuação desse projeto contempla a escavação de tanques nas propriedades rurais em todos os municípios do Estado, numa parceria com os produtores. Incentivando a promoção da piscicultura no estado, com isso, a diversificação da produção nas unidades familiares e a elevação da renda o que reduz os riscos econômicos dos produtores.

Objetivo:

Ampliar a produção e a produtividade da piscicultura no Estado.

8.1.1.15 PROJETO FOMENTO À CRIAÇÃO DE OVINOS

Descrição:

O projeto pretende beneficiar os produtores rurais com a implantação de técnicas modernas de produção agropecuária. A ovinocultura familiar é uma oportunidade extremamente atrativa devido as suas especificidades de rápida evolução de rebanho, baixa necessidade de mão de obra, pequeno porte dos animais, docilidade, baixa necessidade de área de pastagens, baixo custo de produção, alto valor nutricional, e bom preço de mercado aliado à alta demanda de seus produtos.

Objetivo:

Implantar um sistema produtivo de criação de ovinos, com geração de renda através da produção de carne e animais para reprodução de maneira

sustentável, utilizando técnicas como o pastejo rotacional, consorciação de pastagem, melhoramento genético e assistência técnica.

8.1.1.16 PROJETO FOMENTO A AVICULTURA

Descrição:

Diversificação e ampliação da produção familiar, por meio de criação de aves, visando garantir alimentação saudável às famílias de agricultores familiares, extrativistas e indígenas. Elevar a renda, reduzir os riscos econômicos, substituir importações, evitar o avanço sobre a floresta e assegurar o abastecimento das comunidades locais, principalmente nos municípios mais distantes.

Desafio:

Ampliação da criação de frangos e introdução de novas raças, melhoria do plantel de galinha caipira e oferta de proteína animal na dieta alimentar.

8.1.1.17 PROJETO INCENTIVO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE LEITE NO ESTADO DO ACRE

Descrição:

O projeto prevê a incorporação de tecnologias e o incremento da assistência técnica para a elevação da produtividade leiteira do estado do Acre, focando na rentabilidade da atividade, no empreendedorismo do produtor e criando uma consciência ambiental.

Objetivo:

Contribuir para a elevação da produtividade por área nas propriedades localizadas nas regionais Alto e Baixo Acre, Purus, Juruá e Tarauacá-Envira, com o propósito de elevar a renda do produtor, através de inovações tecnológicas, sem a ampliação das áreas de pastagem.

8.1.1.18 PROJETO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA PECUÁRIA DE CORTE

Descrição:

O projeto prevê ações de aplicação de tecnologia à pecuária de corte, permitindo conciliar o crescimento do rebanho bovino com o aumento da produtividade e rentabilidade do sistema de produção sem danos ao meio ambiente.

Desafio:

Assegurar a transferência de tecnologia para a recuperação de áreas de pastagens degradadas, inclusive por meio da integração lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-florestal. Manter o Estado no status de Zona Livre de Aftosa.

8.1.1.19 PROJETO FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER

Descrição:

Fortalecer e consolidar o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para melhorar a prestação desses serviços à agricultura familiar com foco na diversificação e da produção e melhoria da produtividade dos diferentes ramos de produção rural.

Objetivo:

Atender as famílias de produtores rurais, com a prestação de assistência técnica e extensão rural, sobretudo na consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias para o estado do Acre.

8.1.1.20 PROJETO EXTENSÃO INDÍGENA PARA UMA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E SEGURANÇA ALIMENTAR

Descrição:

Esse projeto visa promover a produção sustentável baseado na dinâmica e realidade das aldeias, fortalecendo os arranjos produtivos locais e respeitando a aplicação de saberes tradicionais com base em princípios agroecológicos. Visa também promover a segurança alimentar, contribuindo para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, buscando alternativas na produção agroflorestal e extrativista, por meio da melhor utilização dos recursos naturais.

Objetivo:

Fortalecer as experiências agroflorestais e extrativistas dos povos indígenas, potencializar os sistemas de produção existentes, apoiar as organizações comunitárias, promover a segurança alimentar e nutricional, resgatar e reintroduzir o uso de sementes tradicionais, desenvolver atividades de manejo de uso múltiplo, fomentar as atividades de produção e a comercialização do excedente dos produtos agroextrativistas e orientar as atividades dos agentes agroflorestais indígenas.

8.1.1.21 PROJETO APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Descrição:

O projeto prevê o desenvolvimento da economia popular e da economia solidária, por meio do fortalecimento e fomento à criação de empreendimentos coletivos e individuais, nas zonas urbana e rural, oportunizando a geração de renda para as pessoas em situação de pobreza inseridas no Cadastro Único – CadÚnico do Governo Federal. Em geral, a implementação dos

empreendimentos é realizada em etapas, que inicia com a identificação de negócios com potencialidade, a seleção dos beneficiários, a capacitação das pessoas selecionadas, a entrega de material e, encerra com o acompanhamento sistemático dos negócios implantados. Esta última fase é fundamental para acompanhar o desenvolvimento dos pequenos negócios instalados, identificando e corrigindo falhas que possam prejudicar a capacidade de sobrevivência dos mesmos. Esse projeto prevê ainda ações que estimulem a formalização dos negócios, por meio das pessoas jurídicas do Empreendedor Individual (EI), do Micro Empreendedor Individual (MEI) e das cooperativas, garantindo segurança e direitos básicos aos empreendedores.

Objetivo:

Criar ocupações produtivas e oportunizar a geração de renda, visando a redução da pobreza e extrema pobreza no Estado, por meio do fomento a economia popular e a economia solidária com a criação e consolidação dos pequenos negócios individuais e coletivos, urbanos e rurais.

8.1.2 PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

O bom desempenho da indústria de transformação é fundamental para o desenvolvimento econômico em função da sua capacidade de empregar mão de obra, de gerar renda e de criar novas atividades. Assim, o crescimento e o fortalecimento do setor industrial é parte fundamental da estratégia de desenvolvimento do Acre, pois uma indústria forte é imprescindível para uma estrutura econômica sólida.

O Governo do Acre nos últimos 14 anos vem executando seu Programa Integrado de Desenvolvimento Econômico Sustentável com forte atuação do poder público no protagonismo do processo de crescimento industrial. Nesse período, o Estado não era apenas fomentador das políticas econômicas, mas atuava diretamente em mercados potenciais e cadeias produtivas prioritárias visando regulação e atração de investimentos.

Nesse cenário, o setor produtivo do Acre passou por um intenso processo de modernização e expansão caracterizado, fundamentalmente, pela necessidade de imediata integração entre a produção primária e o setor industrial. As bases fundamentais do processo de desenvolvimento regional foram estruturadas, cabendo ao setor privado atuar como protagonista, identificando os setores estratégicos fomentados pelo governo com a coragem e o empreendedorismo de atuar em negócios viáveis.

As condições iniciais foram consolidadas, os incentivos e diferenciais competitivos estão regulados nas políticas estaduais de incentivo à indústria, bem como foi criada a infraestrutura necessária para suporte a esse momento (estradas, energia, aglomerados industriais).

Com isso, o setor industrial passa a ser protagonista no processo de crescimento econômico. As alternativas de investimentos setoriais são economicamente viáveis, socialmente inclusivas, com a possibilidade de distribuição de renda ao longo das diversas etapas das cadeias produtivas, bem como ambientalmente sustentáveis.

Destarte, a industrialização do Estado foi uma das prioridades definidas para a Gestão 2011-2014 para continuar a avançar no setor econômico. Essa prioridade foi definida em conjunto com a população durante a construção do Plano de Governo, quando foi identificado que dentre os macroproblemas do Estado está a reduzida taxa de empregabilidade, a baixa produtividade da mão de obra e o baixo nível de agregação de valor às matérias-primas, acarretando na redução da participação na formação do valor adicionado da economia. A política direcionada para o setor industrial na Gestão 2011-2014 contemplou ações para a ampliação, diversificação e a modernização do parque industrial, tanto na capital quanto no interior.

Dentre as ações, destacam-se a instalação de parques industriais em Cruzeiro do Sul, Brasília, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira e Tarauacá e a ampliação de parques industriais em Rio Branco, Acrelândia e Xapuri, abrindo espaço para novas concessões para as empresas e, com isso, ampliando a oferta de empregos.

Tarauacá e Cruzeiro do Sul também receberam investimentos para a instalação de complexos industriais florestais voltados à ampliação dos produtos de madeira, com capacidade de atender as demandas de mercado e integrar-se aos programas governamentais.

As pequenas indústrias e as agroindústrias foram fortalecidas, tais como a indústria de engarrafamento de água mineral em Cruzeiro do Sul, a agroindústria de rapadura de Rio Branco, a agroindústria de extração de óleos de murmuru e buriti em Rodrigues Alves, a agroindústria de empacotamento de feijão em Marechal Thaumaturgo, a agroindústria de embutidos de peixe no Bujari e o centro industrial das biscoiteiras de Cruzeiro do Sul.

Em Cruzeiro do Sul foram aportados investimentos para a implantação de um polo naval, que consiste em um centro náutico, com área de 1.901 m², para prestação de serviços de manutenção e produção, confecção e manufatura de pequenas embarcações em madeira (canoas e bajolas) com características adequadas a navegabilidade da região do Juruá.

A piscicultura foi uma cadeia produtiva que recebeu amplo investimento na Gestão 2011-2014, desde produção primária até a fase industrial. Na indústria, foram implantados o Núcleo Industrial de Piscicultura no município de Cruzeiro do Sul, formado por um centro tecnológico de produção de alevinos e um frigorífico de processamento de peixe, e o Complexo Industrial de Piscicultura em Senador Guimard, que além do centro e do frigorífico, conta com uma fábrica de ração. Juntos, os centros de tem capacidade para produzir 15,0 milhões de

alevinos/ano e o frigorífico tem capacidade de processar 32.000 toneladas de peixe por ano.

Numa parceria público-privada-comunitária, a cadeia produtiva de suinocultura surge como uma das atividades mais inclusivas e dinâmicas da economia estadual bem como com uma oportunidade real de geração de lucros e dividendos ao setor privado, somando os esforços do Governo Estadual na ampliação da produção primária, assistência técnica e até mesmo construção de unidades produtivas para produtores familiares, com a ousadia planejada de investidores privados nas ações na produção industrial.

As cadeias tradicionais no Estado, como a de borracha e castanha, foram contempladas por políticas industriais. Em Sena Madureira, está em implantação uma unidade industrial de borracha de Granulados Escuros Brasileiros – GEB, com capacidade para produzir 176 ton/mês, sendo considerada uma indústria de base, pois seu produto é matéria-prima para as indústrias pneumáticas e automotivas, além de fabricantes de materiais esportivos, elétricos, calçados, construção civil, dentre outros. Em Rio Branco, o Estado apoiou a construção da maior indústria de beneficiamento de castanha do Brasil, com capacidade para processar 200 ton/mês, tendo condições de importar castanha de Rondônia, Amazonas e Pará.

Grande parte dessas indústrias ainda está em fase de consolidação, mas já é possível sentir alguns resultados. O número de empregos formais na indústria de transformação cresceu 22% entre 2009 e 2012, passando de 5.777 para 7.029 empregos formais, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. No mesmo período, o número de unidades locais industriais recebeu incremento de 16%, se elevando de 605 para 701.

Para o quadriênio 2015-2018, o fortalecimento do setor industrial na economia do estado permanece como um dos pilares do desenvolvimento econômico, com objetivo de geração de emprego e renda, ganhos de produtividade, absorção de novas tecnologias, geração de escala, competitividade e aumento da rentabilidade, conforme demonstram os projetos descritos a seguir.

Propostas para a Gestão 2015-2018

8.1.2.1 PROJETO IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL FLORESTAL DE TARAUACÁ

Descrição:

O projeto prevê o processamento anual de 100.000m³ de madeira em tora, possibilitando o envolvimento de 600 famílias/ano para a produção de madeira serrada, madeira processada (serragens em bitolas específicas, lâminas,

compensados, sub produtos de reaproveitamento), dentre outros. A previsão de faturamento anual será de R\$ 25.000.000,00/ano, atuando em sua capacidade total instalada. A área construída será de 8.400m², distribuída em unidade de beneficiamento, serraria, geração de vapor e energia elétrica, tratamento de resíduos, estação de tratamento de água e efluentes, escritório, vestiário, refeitório e portaria. Contará com geração própria de energia a partir do aproveitamento de resíduos, com potência instalada de 1.345 kva, produzindo 5.136 mwh/ano. A previsão de empregos diretos e indiretos gerados é de 400 trabalhadores, distribuídos em 03 turnos.

Objetivo:

Consolidar um corredor de desenvolvimento florestal do Vale do Juruá, sobretudo, no entorno do município de Tarauacá, agregando valor, gerando emprego e renda.

8.1.2.2 PROJETO AMPLIAÇÃO DA FÁBRICA DE PRESERVATIVO MASCULINO EM XAPURI

Descrição:

O projeto promoverá a ampliação da fábrica, envolvendo maior número de famílias fornecedoras de látex, atendendo a demanda do Ministério da Saúde e tornando-se referência na produção em parceria público-privado-comunitário no Brasil. A Fábrica de Preservativos Masculinos Xapuri - Preservativos NATEX, primeira fábrica a utilizar látex de seringal nativo, localiza-se no município de Xapuri - Acre. Consiste em um complexo industrial constituído por duas unidades: a usina de centrifugação de látex e a fábrica de preservativos. Tem por finalidade principal a fabricação de preservativos, classificados como produto médico nacional, enquadrado na Classe de Risco III pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Objetivo:

Contribuir com a dinamização e modernização da economia extrativista do município de Xapuri e entorno, melhorando a qualidade de vida da população local.

8.1.2.3 PROJETO ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SETOR MARCENEIRO

Descrição:

O projeto objetiva garantir o fornecimento legal, contínuo e em qualidade de matéria-prima, definir e regulamentar espaços para funcionamento das marcenarias, bem como estruturar e desenvolver canais de comercialização.

Objetivo:

Estruturar o setor marceneiro no Estado, através de ações integradas de garantia de suprimento e alternativas efetivas para funcionamento e consolidação de canais de comercialização.

8.1.2.4 PROJETO CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA DE GRANULADO ESCURO BRASILEIRO – GEB**Descrição:**

O projeto busca consolidar mais uma indústria de beneficiamento de borracha, agregando valor à produção, descentralizando os investimentos industriais nos municípios e fortalecendo as economias locais. A borracha natural é um dos principais produtos florestais do estado do Acre. A produção é extrativista e a coleta é feita por famílias de seringueiros nas reservas extrativistas. A atividade garante renda e melhoria na qualidade de vida e está diretamente alinhada com as políticas de desenvolvimento econômico sustentável do estado.

Objetivo:

Agregar valor a produção, aumentar a produtividade e gerar renda para o setor extrativista, impulsionando o desenvolvimento da cadeia produtiva de borracha em Sena Madureira e outros municípios produtores.

8.1.2.5 PROJETO IMPLANTAÇÃO DA FÁBRICA DE LUVAS EM XAPURI**Descrição:**

O projeto prevê a implantação de uma fábrica de luvas para procedimentos não-cirúrgicos e luvas para procedimentos cirúrgicos no município de Xapuri no mesmo terreno em que se encontra instalada a fábrica de preservativo masculino de Xapuri.

Objetivo:

Contribuir para o desenvolvimento econômico local de forma sustentável.

8.1.2.6 PROJETO FOMENTO AS COMPRAS GOVERNAMENTAIS COM VALORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA LOCAL**Descrição:**

O projeto prevê a revisão de critérios e mecanismos de compras governamentais, visando a valorização do segmento de micro e pequenas empresas locais. Através do processo de compras governamentais, o Estado exerce influência direta no dinamismo das indústrias locais, em função do seu poder de compra ser um elemento valioso para contribuir com o desenvolvimento, quando dirigido de forma estruturada e consistente, em

benefício das empresas do estado, particularmente do segmento de micro e pequenas empresas.

Objetivo:

Fortalecer a indústria local, gerando emprego, renda e divisas para a economia estadual.

8.1.2.7 PROJETO AMPLIAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL COM BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Descrição:

O projeto visa fortalecer o setor industrial acreano, por meio da ampliação do número de indústrias beneficiadas com os incentivos fiscais e a concessão de áreas, previstos na Política de Incentivo às Atividades Industriais do Estado, no intuito de tornar as empresas mais competitivas, aumentar a geração de emprego e renda, e atrair novos empreendimentos.

Objetivo:

Dinamizar o setor industrial com o aumento do número de empresas beneficiadas pela política de incentivo às indústrias.

8.1.2.8 PROJETO IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS DE BASE COMUNITÁRIA

Descrição:

O projeto pressupõe ações de fortalecimento da produção primária sob o viés da agroindustrialização de base comunitária, gerando emprego, renda e desenvolvimento local.

Objetivo:

Desenvolver e consolidar, de forma sustentável, agroindústrias de base comunitária.

8.1.2.9 PROJETO CONSOLIDAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE PISCICULTURA

Descrição:

O projeto prevê a consolidação da cadeia produtiva da piscicultura através da integração entre a produção primária e o viés da industrialização com destaque para o complexo industrial em Senador Guimard e Cruzeiro do Sul.

Objetivo:

Possibilitar a produção de alimento com alto valor nutritivo, gerando maior eficiência as propriedades rurais, incluindo no processo produtivo regiões

degradadas, várzeas, áreas alagadiça e pedregosa que inicialmente apresentam poucas alternativas para produção de grãos, além de proporcionar aos piscicultores envolvidos na cadeia produtiva rentabilidade com ganhos significativos para a economia regional, melhorando assim a qualidade de vida da população local.

8.1.2.10 PROJETO APOIO E IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIA DE FRUTICULTURAS

Descrição:

O projeto contempla ações que visam promover a sustentabilidade da cadeia produtiva de frutas regionais, por meio da implantação de agroindústrias para beneficiamento de polpas.

Objetivo:

Agregar valor à produção primária, gerar oportunidade de trabalho e elevar a renda dos trabalhadores vinculados a cadeia produtiva de fruticulturas.

8.1.2.11 PROJETO APOIO A IMPLANTAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE LATICÍNIOS

Descrição:

O projeto pretende expandir a cadeia produtiva do leite por meio da ampliação da base industrial de laticínios no estado, integrada à produção familiar, possibilitando a agregação de valor à atividade e a promoção do desenvolvimento econômico local.

Objetivo:

Fortalecer a cadeia produtiva do leite, por meio da agregação do valor, incentivando o aumento da produção e da produtividade leiteira, bem como a geração de trabalho e renda.

8.1.2.12 PROJETO CONSOLIDAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE SUINOCULTURA

Descrição:

O projeto prevê a consolidação da cadeia produtiva de suinocultura no Acre, tendo como polos de desenvolvimento os municípios de Brasiléia, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Tarauacá, Feijó Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul. Estas ações visam o fortalecimento da produção primária no Estado, bem com a integração produtiva com as estruturas industriais, tornando-a a atividade economicamente viável, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável.

Objetivo:

Tornar a atividade de suinocultura no estado lucrativa, eficiente e com ganhos reais para os produtores.

8.1.2.13 PROJETO IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE FÉCULA EM CRUZEIRO DO SUL**Descrição:**

A mandioca é um cultivo temporário, largamente praticado pela produção familiar no Estado. Além disso, a produção acreana destaca-se por possuir a melhor produtividade da terra na Região Norte, com 19.982 quilos de mandioca por hectares. Fatores como esses, tornam a cadeia produtiva da mandioca altamente relevante para o desenvolvimento da agricultura familiar. Assim, as ações desse projeto visam a agregação de valor por meio da instalação de estrutura industrial para a fabricação de fécula no município de Cruzeiro do Sul.

Objetivo:

Agregar valor à cadeia produtiva da mandioca, por meio da verticalização da cadeia no Juruá.

8.1.2.14 PROJETO IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E DERIVADOS DE COURO EM RIO BRANCO**Descrição:**

O projeto contempla ações de apoio à produção de artefatos e derivados de couro, através da implantação da indústria, com finalidade de ser uma alternativa de investimento, geração de trabalho e renda e preservação do meio ambiente.

Objetivo:

Desenvolver e consolidar, de forma sustentável, a indústria de artefatos e derivados e couro.

8.1.2.15 PROJETO IMPLANTAÇÃO DE UM PÓLO OLEOQUÍMICO EM CRUZEIRO DO SUL**Descrição:**

A região do Juruá possui um grande potencial para desenvolvimento da atividade de extração e industrialização de óleos naturais. Esse mercado está em constante expansão, em função da procura de óleos essenciais de plantas nativas e de produção orgânica. Assim, esse projeto pretende implantar um polo oleoquímico na região do Juruá, visando a produção, extração e transformação de óleos essenciais, sobretudo, para o setor de cosméticos. Esse projeto possui a

característica de inclusão de um grande número de famílias na coleta de matéria-prima e processos industriais modernos e de alta qualidade.

Objetivo:

Fortalecer a cadeia produtiva de óleos essenciais na região por meio da implantação de um polo oleoquímico em Cruzeiro do Sul.

8.1.2.16 PROJETO IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS INDUSTRIAIS

Descrição:

O projeto prevê a implantação da infraestrutura básica e equipamentos coletivos de estufa, paisagismo, administração e restaurante em Capixaba, Plácido De Castro, Porto Acre, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Tarauacá.

Objetivo:

Implantar polos industriais em municípios de menor porte do Estado.

8.1.3 PROGRAMA DE TURISMO E COMÉRCIO

O turismo é uma atividade econômica do setor de serviços que pode contribuir sobremaneira para o desenvolvimento estadual devido seu potencial de empregabilidade e geração renda. No Acre, o turismo emerge como uma importante oportunidade econômica, em virtude da sua história peculiar, seu patrimônio cultural, a exuberância e biodiversidade da sua floresta, suas bacias hidrográficas; e a proximidade com o Peru, um país de forte atividade turística.

Durante as consultas populares realizadas para a elaboração do Plano de Governo 2011-2014, a população identificou como os principais macroproblemas do turismo a falta de estruturação e formatação dos roteiros, atrativos e equipamentos existentes nas rotas turísticas do Acre.

Dessa forma, entre 2011-2014, a política voltada para essa área envolveu o apoio ao desenvolvimento e manutenção de produtos e serviços, com a valorização da identidade regional, integrando a agenda prioritária da política voltada para o setor de turismo, contando com a participação dos povos tradicionais, bem como a capacitação e instrumentos legais para a promoção do empoderamento desses povos.

A política para o Turismo incentivou o crescimento dos organismos que movimentam a economia local, ajudando a referenciar os negócios, como as operadoras de turismo e a rede hoteleira, articulando ações diretamente com o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, recebendo o apoio institucional das prefeituras das 22 cidades do Acre. Foram promovidas ainda, as rotas turísticas acreanas em âmbito nacional; a articulação de ações para o fortalecimento e comercialização do artesanato indígena; a produção de um

documentário sobre o 2º Festival Cultural Corredor Pano, evento estratégico para o governo em reconhecimento à contribuição histórica dos povos indígenas para o Brasil e, principalmente, para a cultura e memória do Estado; o inventário da oferta turística nas rotas turísticas do Vale do Acre, abrangendo a capital e as cidades de Rio Branco, Senador Guiomard, Bujari, Sena Madureira, Plácido de Castro, Xapuri, Epitaciolândia, Capixaba, Brasileia e Assis Brasil – a região de fronteira é estratégica para a formação de público consumidor e corredor para a divulgação do potencial turístico do Estado.

A revitalização, acessibilidade e segurança em áreas florestais de interesse público estão em andamento, a exemplo da Pousada Ecológica Seringal Cachoeira que oferece turismo de aventura com a Trilha e o Circuito Chico Mendes, onde o arvorismo é a principal aposta – contemplativo ou acrobático, sendo o maior da Amazônia.

Para a Gestão 2015-2018, as políticas direcionadas ao Turismo serão as delimitadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre, que consiste em uma estrutura lógica que interliga as diretrizes estratégicas, os objetivos e resultados esperados e a proposição e o desenvolvimento de programas, projetos e ações. Ele é resultado do esforço da integração do governo do Estado, iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Estadual do Turismo, com objetivo de desenvolver a atividade turística de no Estado do Acre e consolidar a política estadual o turismo.

O comércio destaca-se como uma das maiores atividades econômicas do setor de serviços. As políticas propostas para essa área, no quadriênio 2011-2015, estão direcionadas para ampliação da infraestrutura de logística, com a segunda fase do polo logístico em Rio Branco e construção de polo em Cruzeiro do Sul, bem como o fomento na relação comercial entre do Estado do Acre com os países vizinhos, Peru e Bolívia, dada sua importância, como pode ser evidenciado durante a enchente do Rio Madeira em 2014, a maior já registrada na história, que fechou o tráfego da BR-364 e estreitou os laços comerciais notadamente com o Peru.

A seguir estão as propostas para as áreas de Turismo e Comércio para a Gestão Tião Viana 2015-2018:

Propostas para a Gestão 2015-2018

8.1.3.1 PROJETO IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DA SERRA DO DIVISOR

Descrição:

O Parque Nacional da Serra do Divisor é o quarto maior parque nacional do Brasil, com uma área de 843 mil hectares. Faz fronteira com o Peru, abrangendo todo o divisor de águas das bacias dos rios Ucayali no Peru e do Juruá no Brasil. Localiza-se na região do Alto Rio Juruá, abrangendo os municípios

de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Por se tratar de local distante e desprovido de comodidade, se faz necessária a instalação de acomodações conforme recomendações definidas no plano de uso público da unidade. Em suas adjacências serão construídos os demais equipamentos de aventura: trilha suspensa no cânion do rio Moca; torre de observação no topo da Serra da Jaquirana; mirante de observação nos pontos elevados; passarela em copas de árvores que incidem na trilha; passarela para terrenos alagadiços da trilha; ponte na trilha a partir de troncos caídos; plataformas flutuantes à margem do rio e lixeiras seletivas do lixo.

Objetivos:

Implantar uma trilha de caminhada para apreciação das belezas cênicas existentes do Parque Nacional da Serra do Divisor, com infraestrutura de apoio que contemple as atividades do turismo de aventura, turismo vivencial e turismo de observação de fauna e flora.

8.1.3.2 PROJETO ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS DO ACRE

Descrição:

Este projeto propõe a estruturação da oferta turística, identificando as necessidades e oportunidades para a expansão da atividade e a melhoria da qualidade do produto turístico acreano. Pretende ainda prover de infraestrutura e equipamentos necessários os produtos e atrativos ofertados; e garantir instrumentos e programações continuadas, mantendo o fluxo eficaz e adequado das rotas e destinos turísticos existentes no estado.

Objetivo:

Potencializar as rotas turísticas do Acre através da estruturação e criação de produtos turísticos.

8.1.3.3 PROJETO PROMOÇÃO DA ROTA TURÍSTICA INTERNACIONAL PANTANAL, AMAZÔNIA, ANDES E PACÍFICO

Descrição:

A partir da integração física entre o Brasil e o Peru, proporcionado pela construção da estrada interoceânica, o Acre passa a ser centro da Pan Amazônia, figurando não apenas como destino, mas como escala e partida para a integração com os países sul-americanos. Motivados por essa possibilidade de promover a integração, política, cultural, econômica e especialmente turística, o estado do Acre mantém-se articulado com demais estados da região e países fronteiriços, como Bolívia e Peru, para desenvolvimento da Rota Turística Internacional Pantanal – Amazônia – Andes – Pacífico, produto turístico integrado multidestino e multissegmentos. Esse novo

produto sul americano é uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo na região amazônica brasileira, promovendo ações integradas de estruturação, qualificação, governança e, especialmente, ações de mercado de promoção no Brasil e países vizinhos.

Objetivo:

Promover a integração com países vizinhos e estimular o turismo na Rota Internacional Pantanal – Amazônia – Andes – Pacífico, que ainda é desconhecida da maioria dos brasileiros e dos demais sul americanos.

8.1.3.4 PROJETO IMPLANTAÇÃO DO PÓLO LOGÍSTICO EM RIO BRANCO – FASE II

Descrição:

O projeto engloba ações de execução de infraestrutura básica de apoio a instalação do polo logístico, bem como a implantação de galpões, escritórios com o objetivo de simplificar as operações de logística e agregar valor às operações de movimentação de produtos.

Objetivo:

Implantação de infraestrutura básica, construção de galpões de armazenagem e instalação de estação aduaneira.

8.1.3.5 PROJETO IMPLANTAÇÃO DO PÓLO LOGÍSTICO EM CRUZEIRO DO SUL

Descrição:

O projeto engloba ações de execução de infraestrutura básica de apoio a instalação do polo logístico, bem como a implantação de galpões, escritórios com o objetivo de simplificar as operações de logística e agregar valor às operações de movimentação de produtos.

Objetivo:

Implantação de infraestrutura básica, construção de galpões de armazenagem e instalação de estação aduaneira.

8.1.3.6 PROJETO INCENTIVO AO COMÉRCIO COM OS PAÍSES DE FRONTEIRA

Descrição:

Este projeto pretende aumentar o comércio entre o Acre e os países vizinhos da Bolívia e do Peru, considerando a existência de um alto potencial comercial, devido à existência de acesso terrestre e a maior proximidade que alguns centros comerciais brasileiros. Esse comércio se mostrou eficiente durante o período atípico de cheia do rio Madeira, porém, ainda é necessário avançar na articulação entre as instituições anuentes, na celebração de pactos

institucionais entre os Estados fronteiriços para uma cooperação efetiva, bem como no diálogo com instituições atuantes na faixa de fronteira do Estado através da implantação do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Objetivo:

Integrar efetivamente o comércio do Acre com o Peru e a Bolívia.

8.2 ÁREA DE RESULTADO MEIO AMBIENTE

O Acre é o mais ocidental dos estados da Amazônia Brasileira, fazendo fronteira com dois países sul-americanos (Bolívia e Peru) e dois estados da federação (Amazonas e Rondônia), representando 2% do território nacional e 4% da Amazônia Legal, com grande diversidade biológica e etnocultural.

Especialmente por se encontrar na Amazônia e em face das mudanças institucionais dos últimos anos, o ambiente político no Acre favorece, de modo geral, o desenvolvimento de projetos voltados para o uso sustentável dos recursos naturais, bem como para a implantação de sistemas efetivos de gestão ambiental e territorial.

A tomada de consciência da realidade ambiental em que se encontra o Planeta ocorreu de forma diferenciada nos vários setores em que se organiza a sociedade moderna. Vários desses segmentos incorporaram uma visão de sustentabilidade do desenvolvimento, procurando integrar, dentro de uma perspectiva holística, a economia, a inclusão social e a conservação ambiental, permitindo melhorar a qualidade de vida a partir de realidades locais²⁰.

No Acre, desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental resumem o propósito de sustentabilidade que orientou a trajetória política do Estado desde 1999, e que se reafirmou a cada dia deste mandato, como compromisso essencial ao seu crescimento e a melhoria da qualidade de vida da população²¹.

Desta forma, buscou-se fortalecer o modelo de desenvolvimento proposto, integrando gestão territorial e ambiental para a promoção de uma economia de baixo carbono, conciliando as políticas sociais e econômicas com a conservação dos recursos naturais, representados pelos 87% da floresta mantidos no Estado.

Esse processo envolveu o manejo dos recursos naturais e também a modificação da organização produtiva, bem como a criação de novas relações socioculturais, com os povos indígenas, os extrativistas, os ribeirinhos e os pequenos produtores.

Desta forma serão desenvolvidos os programas de Gestão Ambiental e Economia de Baixo Carbono, como a seguir indicados.

²⁰ Dias, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2ª. ed. São Paulo. Atlas. 2011. 220p.

²¹ Plano de Governo – 2011-2015.

Propostas para a Gestão 2015-2018

8.2.1 PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE foi o principal alicerce de planejamento estratégico e de gestão ambiental e territorial, indicando como prioridade a construção de um novo modelo de desenvolvimento local e regional. Enquanto instrumento de gestão, o ZEE se consolidou através do ordenamento territorial em várias instâncias, desde a regularização fundiária das áreas urbanas e rurais, ao fortalecimento da gestão nos municípios e nas Terras Indígenas, considerando ainda o planejamento do desenvolvimento comunitário em zonas rurais e urbanas.

Neste contexto surgiu também a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal que trouxe mecanismos para a regularização dos passivos, a recuperação de áreas alteradas, considerando inclusive, de forma inovadora, a provisão e pagamento por serviços ambientais.

Adicionalmente, o Acre avançou na Política de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, com a modernização e descentralização da gestão das ações de comando e controle refletidas na interiorização do órgão ambiental, e fortalecimento da gestão municipal.

Destaca-se também a gestão integrada dos recursos hídricos associada à gestão de riscos ambientais, que tem demonstrado ser um importante instrumento para a redução da sua vulnerabilidade, explorando medidas de adaptação às mudanças climáticas, através da recuperação de áreas degradadas em nascentes e matas ciliares, bem como o aumento das áreas verdes e a arborização das cidades. Com pioneirismo na Amazônia, foi possível construir o Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, que se tornou um instrumento orientador dos municípios para a solução do problema de destinação e tratamento adequados dos resíduos sólidos.

De forma a incluir a sociedade acreana, em especial crianças e jovens, no processo de desenvolvimento sustentável do Estado, a Educação Ambiental tem exercido um papel primordial, por meio de instrumentos inovadores de sensibilização e participação popular, contribuindo para a resolução de problemas ambientais urbanos e rurais.

No entanto, considerando as peculiaridades socioambientais de cobertura florestal, diversidade biológica e etnocultural do Acre, associados aos problemas ambientais que ainda persistem, e algumas tendências de ocupação e desenvolvimento da região Amazônica, desafios se colocam para consolidar uma política ambiental que promova uma verdadeira conciliação entre o povo do Acre e os seus recursos naturais.

Dentre as questões a serem abordadas estão o risco de desmatamento e degradação florestal no âmbito das Unidades de Conservação e Terras

Indígenas, a irregularidade ambiental dos imóveis rurais e defasagem tecnológica do sistema de comando e controle das atividades potencialmente poluidoras, a degradação ambiental e a ocorrência de eventos extremos.

Neste sentido este programa tem como objetivo desenvolver uma gestão ambiental integrada, referenciada em processos participativos e de educação ambiental, de forma a obter o uso sustentável dos recursos naturais do estado do Acre.

8.2.1.1 SUBPROGRAMA SISTEMA DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – SEANP

O risco de desmatamento e degradação florestal no âmbito das Unidades de Conservação-UC e Terras Indígenas-TI é uma realidade, e dá-se principalmente pela abertura de estradas e caminhos não oficiais para exploração ilegal de madeira, invasões de terra, expansão da agropecuária, indicando que a pressão sobre as Áreas Naturais Protegidas-ANP pode afetar a biodiversidade regional.

Também, a inexistência e a inadequação dos planos de manejo e o passivo de regularização fundiária impactam diretamente a gestão das UC, pela indefinição quanto à posse e à propriedade dessas terras, em especial naquelas em que a situação de ocupação continua indefinida desde a época de sua criação, colocando em risco o patrimônio público ambiental. Ante o exposto, conclui-se que a fragilidade das instituições gestoras das UC aparece como causa comum.

Neste sentido, a principal estratégia a ser adotada é o desenvolvimento de ações que fortaleçam a gestão das UC, com destaque para o estabelecimento de mecanismos de financiamento contínuo para gestão das UC; a elaboração e implementação dos seus planos de manejo; a implantação de infraestrutura de apoio à gestão; o estabelecimento de rotina de vigilância e monitoramento de forma integrada com os órgãos de segurança pública e de controle ambiental para proteção das UC e TI; a promoção da regularidade fundiária das UC e as TI; e a implantação de mecanismos específicos para proteção de UC e TI em áreas de fronteira.

Assim, o objetivo deste subprograma é proteger os atributos naturais e etnoculturais, a diversidade biológica e os recursos hídricos, assegurando o caráter sustentável da ação humana nas áreas protegidas, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades tradicionais residentes e do entorno.

8.2.1.1.1 PROJETO GESTÃO, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Descrição:

O projeto visa aperfeiçoar a gestão das UCs estaduais, de forma a garantir o seu financiamento, implementação dos planos de manejo e infraestrutura de apoio, além do estabelecimento de rotina de vigilância e monitoramento de forma integrada com os órgãos de segurança pública e de controle ambiental. Este projeto prevê também fomentar o uso sustentável dos recursos naturais, apoio a pesquisa e, no caso das UCs federais, fortalecer os mecanismos de gestão compartilhada.

Objetivo:

Garantir a viabilidade econômica para a gestão das UC, a regularização fundiária e a efetiva implantação dos planos de manejo, com destaque para a sustentabilidade e qualidade de vida das populações tradicionais residentes.

8.2.1.1.2 PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS

Descrição:

Este projeto prevê apoio à continuidade do Etnozoneamento em Terras Indígenas e à elaboração de planos de gestão ambiental e territorial, como parte de uma política de gestão para as TI, em sinergia com programas voltados a incentivar os serviços ambientais, a conservação e o uso sustentável dos ativos socioambientais das terras indígenas. Prevê ainda a vigilância dos limites de seus territórios, pelo estabelecimento de parcerias institucionais com órgãos federais, com competências sobre a fiscalização e proteção das TI, em articulação com as unidades de territoriais limítrofes, em especial com a Fundação Nacional do Índio-Funai.

Objetivo:

Garantir a autonomia, integridade e sustentabilidade das populações indígenas a partir de uma gestão efetiva de seus territórios, acesso aos serviços públicos básicos e a segurança alimentar.

8.2.1.2 SUBPROGRAMA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE AMBIENTAL

No Estado do Acre mais de 90 % dos imóveis rurais, entre propriedades e posses, estão fora da base de planejamento e controle ambiental, portanto, considerados irregulares perante a legislação, principalmente no que se refere ao novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012). Atualmente, em virtude do desenvolvimento econômico pelo qual passa o Estado tem gerado um aumento

significativo da demanda de licenciamento das diferentes tipologias de atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras, sugerindo a necessidade de modernização e atualização dos respectivos sistemas de gestão do comando e controle estadual.

Diante das causas elencadas destaca-se a necessidade de promover a regularização ambiental dos imóveis rurais em consonância com o novo Código Florestal e a modernização do Sistema Estadual de Comando e Controle para a gestão das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras, com destaque para as tipologias de manejo florestal, infraestrutura, exploração mineral e atividades rurais.

Desta forma, o objetivo deste subprograma é promover a regularização ambiental dos imóveis rurais em consonância com o novo Código Florestal, juntamente com a modernização do Sistema Estadual de Comando e Controle para a gestão das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras.

8.2.1.2.1 PROJETO REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS

Descrição:

A produção agrícola e a gestão ambiental do Estado são prejudicadas pela insegurança jurídica causada aos produtores rurais, dificultando o acesso às linhas oficiais de crédito e demais programas oficiais de incentivo a produção, além de comprometer o acesso ao mercado que atualmente tem cobrado a regularidade ambiental do imóvel rural como requisito para comercialização da produção. Com relação à gestão ambiental, o fato de os imóveis rurais não estarem sendo acompanhados pelo órgão ambiental, impede a regularização de passivos ambientais relativos a multas e déficit de vegetação nativa em áreas de preservação permanente e reserva legal, por exemplo, bem como a prevenção e o combate aos desmatamentos e queimadas ilegais.

Objetivo:

Regularizar todas as propriedades e posses rurais do estado do Acre, incluindo-as, por meio do Cadastro Ambiental Rural – CAR, na base de dados do órgão ambiental estadual e, promover, caso necessário, a sua adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA nos termos do novo código florestal.

8.2.1.2.2 PROJETO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE COMANDO E CONTROLE AMBIENTAL-LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Descrição:

Este projeto prevê a continuidade da modernização do controle ambiental no Estado do Acre, através da implementação de ações que

possibilitem o aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos processos de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental de atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras ao meio ambiente. Estes processos deverão estar vinculados ao Sistema de Informações Ambientais-Seiam.

Objetivo:

Garantir a melhoria continuada dos serviços ofertados pelo órgão executor da política ambiental no Estado, através da correção de pontos críticos identificados, da modernização do sistema de gerenciamento de informações ambientais e, da formulação e implementação de um plano de educação ambiental voltado ao controle ambiental.

8.2.1.3 SUBPROGRAMA EDUCAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL

Segundo a Política Nacional, a Educação Ambiental deve considerar o meio ambiente em sua totalidade, contemplando os aspectos naturais e criados pelo homem. Enquanto processo contínuo e permanente, a Educação Ambiental deve atingir todas as fases do ensino formal e não formal; examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, analisando suas causas, consequências e complexidades.

O desenvolvimento do senso crítico e das habilidades humanas é necessário para a solução de problemas e utilizar métodos e estratégias adequadas para aquisição de conhecimentos e comunicação, valorizando as experiências pessoais e enfatizando atividades práticas delas decorrentes²².

Em relação às áreas urbanas identifica-se a poluição das águas, a destinação inadequada dos resíduos sólidos, como resultado da falta de sensibilidade por parte da sociedade quanto às questões ambientais, provocando a tendência de degradação dos recursos naturais. Neste sentido faz-se necessário prover aos municípios acreanos capacidade institucional para a gestão ambiental, com ênfase para a gestão dos resíduos sólidos, a arborização urbana, bem como a ampliação ao acesso da sociedade à formação em temas ambientais.

O objetivo é prover os municípios acreanos de capacidade institucional para a gestão ambiental, com ênfase para os resíduos sólidos e arborização urbana, ampliando o acesso da sociedade à formação em temas ambientais.

²² Dias, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

8.2.1.3.1 PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

Descrição:

O aperfeiçoamento da gestão ambiental se dá principalmente por meio de processos de descentralização das competências e atribuições institucionais, pois é no território municipal que se estabelecem as relações da sociedade com seu ambiente. Como forma de garantir a qualidade ambiental das cidades do Acre este projeto propõe um amplo apoio institucional às prefeituras locais, dotando-as de condições para implantar de forma efetiva as políticas ambientais em seu território.

Objetivo:

Dotar todos os municípios do Acre de capacidade institucional, incluindo a formação dos conselhos de controle social, para a implementação das políticas ambientais.

8.2.1.3.2 PROJETO GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Descrição:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) estabeleceu diretrizes e prazos para que os municípios brasileiros elaborassem seus planos de resíduos, propondo principalmente erradicar os lixões. Desta forma, este projeto visa garantir que todos os municípios do Acre elaborem seus planos municipais de resíduos sólidos, criando soluções para a disposição final em aterro sanitário até 2018. Esta proposta considera ainda o desenvolvimento de uma metodologia para o gerenciamento de resíduos sólidos na área rural, a partir de alternativas e tecnologias inovadoras com a participação comunitária.

Objetivo:

Prover os municípios acreanos de capacidade institucional para a gestão ambiental dos resíduos sólidos.

8.2.1.3.3 PROJETO EDUCAÇÃO E DIFUSÃO AMBIENTAL

Descrição:

O projeto visa promover a participação, sensibilização e capacitação das comunidades e dos gestores públicos em relação aos temas da área ambiental, de forma a permitir o atendimento da legislação ambiental vigente, a adoção de práticas sustentáveis de produção, consumo e modos de vida, tendo como principal instrumento metodológico a Mochila do Educador Ambiental, desenvolvida pela equipe da Sema, que contém diversos materiais educativos e de difusão, voltados para a produção e o consumo sustentável, e com alcance às comunidades rurais e urbanas e a todos os níveis escolares e faixas etárias.

Objetivo:

Desenvolver a sensibilidade da população quanto à necessidade de adotar novos padrões de produção e consumo conciliados com a capacidade suporte do meio ambiente.

8.2.1.3.4 PROJETO ARBORIZAÇÃO URBANA**Descrição:**

As cidades do Acre mesmo estando localizadas na maior floresta tropical do planeta, não atendem as recomendações da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBRU) que é de 15m² de área verde por habitante, dado que desperta preocupação ao poder público considerando que no verão amazônico a temperatura ultrapassa os 35°C com média de índice de raios ultravioleta variando de alto a extremo, representando risco potencial a saúde humana.

Assim o projeto de Arborização Urbana tem por objetivo promover a arborização das cidades do estado do acre de forma planejada, integrada e com envolvimento da comunidade. Como forma de melhorar a qualidade de vida de sua população, à medida que a presença de árvores contribui com a melhoria do clima, purificação do ar, redução de erosão e assoreamento, formação de corredores ecológicos e promove beleza estética.

Objetivo:

Plantar árvores em todas as cidades do Acre, de forma planejada, priorizando as espécies nativas, e com adoção de tecnologias adaptadas a região.

8.2.2 PROGRAMA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) e a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 1.500/2003) visam assegurar água de boa qualidade à atual e às futuras gerações. Como princípio, fica estabelecido a descentralização e a participação dos usuários, sociedade civil e poder público para garantir água para os usos múltiplos nas bacias hidrográficas.

O Objetivo deste subprograma é promover a qualidade e o uso sustentável das águas a partir da gestão integrada e participativa das águas e dos recursos hídricos, de forma a implementar os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, em especial àqueles constantes no Plano Estadual de Recursos Hídricos-PLERH/AC.

8.2.2.1 PROJETO GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Descrição:

A gestão de bacias hidrográficas com a implementação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos constitui-se na base da gestão para o uso sustentável das águas, a fim de que se possa planejar melhor as ações que garantam os seus usos múltiplos, além da conservação e recuperação dos ecossistemas aquáticos. O presente projeto, portanto, pretende implementar os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, como forma de garantir a qualidade e o uso sustentável das águas no território acreano.

Objetivo:

Estruturar o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos.

8.2.2.2 PROJETO CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Descrição:

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Acre apontou a necessidade de ampliação dos conhecimentos a respeito dos sistemas aquáticos, considerando que os pontos de lançamentos de esgoto em todos os municípios acreanos são realizados nos principais rios e igarapés, comprometendo a qualidade da água e a biota aquática. Neste sentido, o projeto prevê a implantação de instrumentos e metodologias para o controle e monitoramento da qualidade da água, o que permitirá avaliação periódica dos impactos sobre os sistemas aquáticos, em face principalmente de intervenções na área urbana e produção rural.

Objetivo:

Garantir que o uso múltiplo dos recursos hídricos no estado do Acre seja sustentável, de forma a resguardar a integridade dos ecossistemas aquáticos, de sua diversidade biológica, e a qualidade de vida da população.

8.2.2.3 PROJETO CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E MATAS CILIARES

Descrição:

O novo Código Florestal (Lei 12.561/12, o Art. 61) define como obrigatoriedade a recomposição da Área de Preservação Permanente-APP em áreas consolidadas, tendo como base o tamanho do módulo fiscal. Isto por sua vez constitui-se em um mecanismo de adaptação para a manutenção da quantidade e qualidade da água. Portanto, o presente projeto propõe a continuidade das ações de conservação e recuperação de nascentes e matas

ciliares em bacias de maior vulnerabilidade, com especial atenção para a bacia do Rio Acre.

Objetivo:

Concluir o processo de recuperação da bacia do Rio Acre, ampliando para as demais bacias hidrográficas do estado, tendo como princípio o envolvimento das comunidades locais.

8.2.2.4 SUBPROGRAMA GESTÃO DO TERRITÓRIO E RISCOS AMBIENTAIS

O uso e ocupação inadequada do solo, a degradação das nascentes e matas ciliares e os métodos tradicionais de produção baseados na agricultura itinerante, se constituem nos principais fatores de comprometimento ambiental. Por outro lado, existem indicações de que o ciclo hidrológico tenha sido intensificado globalmente, aumentando a frequência e a intensidade de eventos extremos climáticos²³ de chuva e de secas prolongadas²⁴. As mudanças observadas são consistentes com respostas estimadas pela combinação de efeitos antropogênicos e forçantes naturais. As oscilações atuais do clima podem estar refletindo modificações causadas pelo uso da terra, especialmente devido ao desmatamento e queimadas, que acentuam as secas e alteram o padrão de chuvas.

Num quadro de aquecimento global e secas prolongadas, as florestas perdem muita umidade, tornam-se mais vulneráveis às queimadas, aumentando a mortalidade de árvores, com o aumento significativo nas emissões de carbono para a atmosfera²⁵. Como consequência promove variabilidade nos níveis dos rios, com situações de déficit hídrico e inundações, colocando em risco a biodiversidade e as populações urbanas e ribeirinhas²⁶.

Dar continuidade ao processo de ordenamento e desenvolvimento territorial, com prioridade para as comunidades tradicionais baseadas no Ordenamento Territorial Local-OTL, nos Planos de Desenvolvimento Comunitário-PDC, no Plano de Gestão de Terras Indígenas-PGTI, integrando aos mesmos a gestão de riscos ambientais. A consolidação do Sistema de Monitoramento de Eventos Hidrometeorológicos no Estado, associado a implantação de mecanismos de adaptação e mitigação aos extremos climáticos e ao fortalecimento do Sistema de Prevenção e Controle do Desmatamento e

²³ IPCC, 2012: Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation. *A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change*.

²⁴ MARENGO, J. A., Borma, L.S., Rodriguez, D.A., Pinho, P., Soares, W.R., Alves, L.M. Recent Extremes of Drought and Flooding in Amazonia: Vulnerabilities and Human Adaptation. *American Journal of Climate Change*, 2013, 2, 87-96p.

²⁵ Nepstad, D., Lefebvre, P., Silva, U.L. da, Ella, J.T., Schlesinger, P., Solozamo, L., Moutinho, P. & Ray, D. Amazon drought and its implications for Forest flammability and tree growth: a basin-wide analysis. *Global Change Biology*. 2004. 10: 1-14p.

²⁶ MARENGO, J. A. *Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI*. Brasília: MMA, 2006. 212p.

Queimadas, são imprescindíveis enquanto instrumentos para a redução dos riscos socioambientais na região.

O Objetivo das ações deste subprograma é consolidar o ordenamento e desenvolvimento territorial integrado a gestão de riscos ambientais e a mecanismos de adaptação e mitigação dos extremos climáticos.

8.2.2.4.1 PROJETO PREVENÇÃO E CONTROLE DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS – PPCDQ

Descrição:

O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre - PPCD/AC tem por meta uma redução da taxa de desmatamento em 80% até 2020, com relação à linha de base do período de 1996 a 2005, o que corresponde a uma diminuição de 3.648 km² do desmatamento e à redução da emissão de 164 milhões de toneladas de CO₂ para o período 2006 a 2020. Neste sentido este projeto visa dar continuidade ao desenvolvimento de ações de prevenção e controle do desmatamento e queimadas de forma integrada com os municípios, através dos seus respectivos planos.

Objetivo:

Reduzir o desmatamento e queimadas a níveis compatíveis com as metas estabelecidas no PPCDQ/AC.

8.2.2.4.2 PROJETO MONITORAMENTO, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE RISCOS E EVENTOS EXTREMOS

Descrição:

Ao longo da década de 1990, observou-se uma significativa variabilidade interanual, com quedas nas vazões dos rios durante as secas que afetaram a Amazônia, provocando aumento das queimadas e graves impactos à população associados ao El Niño. No entanto, em 2005 foi outro tipo de anomalia climática que secou o oeste e o sul, e não o centro e o leste amazônico. No Acre, a seca de 2005 foi a maior dos últimos 100 anos, e em toda a região amazônica, e foi uma das quatro piores do século²⁷.

Desta forma este projeto visa a modernização da rede de monitoramento hidrometeorológico para a maior resolutividade dos modelos, cenários e alertas, capazes de orientar a tomada de decisão e a resposta rápida.

Objetivo:

²⁷ Idem

Obter uma previsão mais realista das alterações extremas e a uma melhoria substancial da avaliação da vulnerabilidade do Estado do Acre e de sua capacidade de adaptação frente a estes eventos²⁸.

8.2.2.4.3 PROJETO GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Descrição:

A partir do ZEE foram desenvolvidos instrumentos para o ordenamento territorial local e desenvolvimento de comunidades tradicionais e rurais. Observa-se que estes instrumentos têm contribuído para melhorar a gestão municipal no momento em que subsidia e qualifica a tomada de decisão. Esta proposta, portanto, consiste na consolidação da gestão e ordenamento territorial, promovendo a efetiva integração de políticas públicas para inclusão de comunidades rurais e famílias inseridas em áreas de vulnerabilidade ambiental e social, em processos produtivos sustentáveis.

Objetivo:

Promover a inclusão socioeconômica de comunidades rurais, a partir da incorporação de processos produtivos sustentáveis e melhorar a gestão municipal integrada à gestão de riscos ambientais.

8.2.2.4.4 PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL

Descrição:

A grande problemática existente hoje no Estado do Acre no que tange a regularização fundiária refere-se à atipicidade da questão dominial dos imóveis inseridos em nosso território. Isso ocorre em consequência de uma grande sobreposição de áreas decorrentes de expedições de títulos pelo Governo da Bolívia, Peru e pelo Estado do Amazonas, tornando assim todo procedimento de regularização complexo e moroso, bem como o grande número de assentamentos informais que somente na capital Rio Branco perfazem um quantitativo de mais de 200 loteamentos irregulares.

O Programa Estadual de Regularização Fundiária foi criado visando à solução do problema das ocupações informais ou irregulares existentes em todo território do Estado do Acre. Para tanto foram estabelecidas parcerias com instituições das esferas nacional, estadual e municipais, e assim impulsionar a política de regularização, garantindo cidadania, desenvolvimento social, econômico e segurança jurídica da propriedade aos beneficiários.

²⁸ Idem.

No período de 2001 a 2011, o Iteracre expediu 1.800 títulos de propriedade, em 2012 foram entregues 3.000, e somente em 2013 foram expedidos 12.000 títulos. Para 2014 a meta é a entrega de 24.000 títulos de propriedade.

Objetivo:

Complementar o processo de regularização fundiária do estado do Acre.

8.2.2.4.5 PROJETO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE TERRAS DO ACRE – SITACRE

Descrição:

Além do alcance dos objetivos específicos relacionados ao avanço na regularização fundiária, cuja fragilidade constitui um dos gargalos estruturantes do desenvolvimento socioeconômico na Amazônia, também é cada vez mais necessária a integração das informações fundiárias e ambientais, integrando-o como um módulo do Sistema de Informações Ambientais-Seiam.

Este projeto apoiará o desenvolvimento tecnológico do Sistema de Terras do Acre, que unificará as bases fundiárias através da digitalização de todo o acervo técnico fundiário-cartográfico do estado e do órgão fundiário federal Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que corresponde a aproximadamente 50.000 peças técnicas, ajustando os dados ao Sistema Geodésico Brasileiro. O Sitacre reunirá em um grande banco de dados compartilhado todas as plantas digitalizadas, possibilitando a implementação de um sistema customizado para a análise e planejamento, bem como o desenvolvimento de um sistema gerencial.

Objetivo:

Ter o Sitacre funcionando e servindo de base para o monitoramento e avaliação dos processos de regularização fundiária.

8.2.3 PROGRAMA DE ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

O processo de mudanças climáticas globais exigem ações em diversas áreas da atividade humana, como a modificação de padrões de produção e consumo, visando a promoção da qualidade de vida dos seres vivos. Dessa forma surge um forte debate sobre as fontes de geração de energia os sistemas produtivos e a produção com vistas a uma economia de baixa emissão de carbono. Nesse sentido, o Estado do Acre criou a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, que busca incentivar a conservação ambiental, as cadeias produtivas sustentáveis e estabelecer o sistema de incentivo a serviços

ambientais baseado em princípios e objetivos que visam o fomento da manutenção e ampliação dos serviços e produtos ecossistêmicos que garantam a conservação dos recursos florestais.

Propostas para a Gestão 2015-2018

8.2.3.1 SUBPROGRAMA SERVIÇOS AMBIENTAIS

O Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais possui características únicas, vinculado a Política de Valorização da Floresta e ao Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento, para sustentar a possibilidade de incentivos a serviços ambientais nas suas mais diversas formas: carbono florestal nas vertentes de redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento evitado (REDD) ou por reflorestamento (modelo consagrado no protocolo de Quioto), recursos hídricos, biodiversidade, conhecimento tradicional, beleza cênica, regulação do clima, conservação dos solos. Trata-se, assim, de um complexo sistema, onde foi criado um Instituto de Normatização e Regulação, de natureza autárquica, responsável por garantir a confiabilidade técnica e científica para o Sistema de acordo com o melhor conhecimento científico disponível. Além disso, criou-se uma Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais, com a natureza de sociedade de economia mista, com viés de mercado, responsável por viabilizar economicamente Projetos que utilizem o sistema para alcançar os objetivos sociais e ambientais que instruem o Sisa, adequando-se dinamicamente a outros sistemas, como o futuro sistema nacional, mecanismos subnacionais internacionais como a Califórnia ou mesmo um almejado sistema ordenado pela ONU no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Há ainda instâncias de garantia de controle social sobre o sistema, por meio da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento, bem como uma Ouvidoria, de maneira a se permitir a participação e acompanhamento constantes pela sociedade acreana sobre os rumos do sistema e seus Programas.

Assim, o objetivo desse subprograma é Promover a redução progressiva, consistente e permanente das emissões de gases de efeito estufa oriundas de desmatamento e degradação florestal, com vistas ao alcance da meta voluntária definida no âmbito do Plano Estadual de Prevenção e Controle dos desmatamentos do acre, através do financiamento de fomento de cadeias produtivas sustentáveis e dos provedores de serviços ambientais. Estabelecer mecanismo de incentivos para promover ações definidas no Plano de manejo de Recursos Hídricos ou instrumentos econômicos para valorar os usos da água. Estabelecer mecanismos de valoração econômica da biodiversidade com vistas

a minimizar a perda da biodiversidade de habitats, genética e de integridade dos ecossistemas.

8.2.3.1.1 PROJETO ISA CARBONO

Descrição:

Sistema voltado para a captação de recursos oriundos de mercado de carbono e não mercado, em função da redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, possibilitando incentivos econômicos aos provedores dos serviços ambientais e ao fomento de atividades sustentáveis, com base nas regras de estoque e fluxo de floresta.

Objetivo:

Redução contínua e duradoura das taxas de desmatamento e degradação florestal; Estabelecer equações halométricas para determinar o estoque de carbono no estado do Acre e definição de um nível de referência de degradação florestal que permita quantificar a redução de emissões por essa atividade; consolidar mecanismos financeiros de valoração econômica dos serviços Ambientais.

8.2.3.1.2 PROJETO ISA CONSERVAÇÃO DA ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS

Descrição:

Sistema de serviços ambientais voltado para manutenção da qualidade e quantidade hídrica por meio da regulação dos fluxos das águas, do controle e deposição de sedimentos, da conservação de habitats e espécies aquáticas, da quantidade de nutrientes, bem como da deposição de substâncias químicas e salinidade.

Objetivo:

Definir a métrica para quantificação dos ativos ambientais; definir e quantificar os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos; beneficiar os produtores que colaboram para os serviços ambientais globais.

8.2.3.1.3 PROJETO ISA BIODIVERSIDADE

Descrição:

Sistema de valoração da biodiversidade a partir de um conjunto de interações de ordem física, química e biológica entre ecossistemas e componentes e que permite reger a vida em todas as suas formas e proteger espécies, habitats naturais e artificiais e recursos genéticos agregados a melhoria da qualidade de vida.

Objetivo:

Definir a métrica para quantificação dos ativos ambientais; definir e quantificar economicamente o custo dos serviços ecossistêmicos; beneficiar os provedores ambientais que colaboram para os serviços ambientais globais.

8.2.3.1.4 PROJETO ISA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS**Descrição:**

Sistema de valoração do conhecimento dos provedores ambientais no manejo e uso dos recursos naturais e em atividades ecoturísticas, decorrente de culturas vinculadas a comunidades indígenas, tradicionais e extrativistas ou de produtores rurais, associada à preservação, manutenção, recuperação ou conservação dos recursos naturais, com respeito a sua forma de organização, de recreação, de expressão estética e espiritual, bem como de suas informações e práticas individuais ou coletivas.

Objetivo:

Definir a métrica para quantificação dos ativos ambientais; Definir e quantificar economicamente o custo dos serviços ecossistêmicos; Beneficiar os provedores ambientais que colaboram para os serviços ambientais globais.

8.2.4 SUBPROGRAMA CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS

Os projetos deste subprograma serão instrumentos de planejamento do SISA, que visam identificar e incluir no Sisa os provedores e beneficiários de setores da economia ou áreas prioritárias específicos. Definirão as diretrizes para elaboração dos planos de ação e/ou projetos para um referido seguimento, assim como a estimativa de geração de ativos (créditos de carbono no caso do ISA-carbono), assim como a potencial contribuição ao sistema jurisdicional.

8.2.4.1.1 PROJETO PECUÁRIA SUSTENTÁVEL**Descrição:**

É um instrumento básico de planejamento voltado para o setor produtivo da pecuária e deverá apontar as diretrizes e planos de ação prioritários o setor inserir-se como provedor e beneficiário no SISA.

Objetivo:

Identificar os gargalos e avanços do setor da pecuária visando otimizar a intensificação da pecuária de baixo carbono no estado do Acre; gerar indicadores para otimizar o uso das pastagens na pecuária; identificar de forma

participativa o papel dos pequenos, médios e grandes produtores na cadeia produtiva e quais as barreiras para a transição para uma pecuária intensificada e de baixo carbono para cada uma destas escalas; fazer a estimativa de meta de geração de créditos de REDD + ou outra definição para contribuição ao sistema jurisdicional (ISA Carbono); estruturar o mecanismo de avaliação de performance e aplicação dos incentivos.

8.2.4.1.2 PROJETO EXTRATIVISMO

Descrição:

É um instrumento básico de planejamento voltado para o setor produtivo do extrativismo florestal e deverá apontar as diretrizes e planos de ação prioritários o setor inserir-se como provedor e beneficiário no SISA.

Objetivo:

Estruturar plano de ação de forma participativa com o setor; definir a métrica para quantificação dos ativos ambientais no setor; estruturar o mecanismo de avaliação de performance e aplicação dos incentivos; estimar metas de geração de créditos de REDD+.

8.2.4.1.3 PROJETO PRODUÇÃO FAMILIAR (CERTIFICAÇÃO, PDC)

Descrição:

É um instrumento básico de planejamento voltado para o setor produtivo da produção familiar e deverá apontar as diretrizes e planos de ação prioritários o setor inserir-se como provedor e beneficiário no SISA.

Objetivo:

Estruturar plano de ação de forma participativa com o setor; definir a métrica para quantificação dos ativos ambientais no setor; Reestruturar o mecanismo de avaliação de performance e aplicação dos incentivos; e estimar metas de geração de créditos de REDD+.

8.2.4.1.4 PROJETO GESTÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS (PGTI)

Descrição:

É um instrumento básico de planejamento voltado para os territórios e populações indígenas e deverá apontar as diretrizes e planos de ação prioritários para inserção dos povos indígenas como provedores e beneficiários no SISA.

Objetivo:

Elaborar e implementar o ISA Valorização da cultura e conhecimentos tradicionais; definir do mecanismo de investimento: Fundo Específico; definir a

métrica para quantificação dos ativos ambientais nos territórios indígenas; fazer a estimativa de meta de geração de créditos ou outra definição para contribuição ao sistema jurisdicional (ISA Carbono).

8.3 ÁREA DE RESULTADO PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A área de ciência, tecnologia e inovação é estratégica para o desenvolvimento econômico do país, da Região Amazônica e do Estado do Acre. A estruturação e consolidação de um sistema de CTI (Ciência Tecnologia e Inovação) interfere diretamente no desempenho econômico das regiões e do país, que pelos dados apresentados pela balança comercial brasileira em 2010 precisa diversificar e agregar valor à sua produção.

Verifica-se por esses dados, que os produtos de alta intensidade tecnológica foram responsáveis por um déficit de US\$12,4 bilhões na balança comercial, os setores de média-alta intensidade tecnológica tiveram um déficit de US\$16,1 bilhões, já os de média-baixa foram responsáveis por um déficit de US\$3,4 bilhões. Vale ressaltar que os segmentos de média e alta intensidade tecnológicas são os que apresentam maior crescimento no comércio internacional, 39% e 23%, respectivamente. Enquanto os produtos de baixa intensidade tecnológica apresentam um crescimento de 18%. Exemplificando, observa-se que é necessário exportar 21.445 toneladas de minério de ferro ou 1.742 toneladas de soja para importar uma tonelada de circuitos impressos.

Para o Acre ela ganha maior importância face a necessidade de criação de *know-how* capaz de propiciar a exploração sustentável, econômica e socialmente, da sua biodiversidade e para minorar o insucesso das políticas tradicionalmente implantadas pelos governos conservadores, que desencadeou uma série de tensões sociais, diante das suas características excludentes e predatórias.

As políticas públicas de CTI devem ser estruturadas para incorporar os habitantes e ao mesmo tempo evitar o impacto ambiental da região. Portanto devem ser direcionadas para superar a concepção de que o desenvolvimento econômico não é um bem em si mesmo e compreender que o desenvolvimento econômico deve estar relacionado com a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia, ou seja, os frutos do desenvolvimento econômico devem ser democratizados. É necessário superar a abordagem tradicional que considera a região uma economia de fronteira para uma abordagem que a trate como uma fonte de capital natural, possibilitando um modelo de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Todo o esforço estadual deve estar conectado com uma luta política para que o Estado brasileiro possa ampliar seus investimentos em CTI na Região Norte do país. Um exemplo patente das distorções inter-regionais é a concentração de doutores nas regiões Sul e Sudeste. O Norte concentra o menor número de doutores do Brasil (cerca de 4.000) e o menor número de programas de Doutorado. A região possui apenas 3% dos programas, enquanto o sudeste concentra 63%, o que, conseqüentemente, deixa um vazio em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. No Estado do Acre essa conjuntura não é muito diferente e mesmo com os esforços do Governo do Estado em investir na

área percebe-se uma concentração dos investimentos federais nos Estados do Amazonas e do Pará. O Acre é o quarto estado da região que mais investe em CTI, enquanto o Governo Federal concentra cerca de 85% dos investimentos no Amazonas e no Pará.

O estado ainda possui um número limitado de doutores e uma distribuição irregular em áreas do conhecimento fundamentais para o seu desenvolvimento como as engenharias. Dos 286 doutores, somente 6 (2%) são da área de engenharia. Os demais estão distribuídos da seguinte forma: ciências agrárias: 71 (25%); ciências humanas: 67(23%); ciências biológicas: 39 (14%); ciências da saúde: 25 (9%); linguística, letras e artes: 23 (8%) e, outras áreas: 59 (21%).

Além disso, como no restante do País, o corpo técnico-científico do Estado tem pouca produção na pesquisa aplicada e na produção de patentes. De acordo com os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no período de 2001 a 2005 a Região Norte registrou 81 patentes, sendo que o Acre registrou apenas uma patente. Esse fato não decorre tão somente do número reduzido de doutores, mas também da falta de infraestrutura destinada à inovação, bem como de uma política articulada, capaz de agregar o conjunto de ICT (Instituições de Ciência e Tecnologia) e as instituições de Ensino Superior.

Para superar esses desafios o Estado criou dois órgãos essenciais, completando assim a estrutura de governança de CTI, quais sejam: a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre (FAPAC) que em conjunto com a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC) e o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais (IMC), articuladas com as ICT federais passam a compor o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado.

Esse sistema tem sua atuação dirigida em três eixos estruturantes:

Eixo Formação – refere-se ao conjunto de ações públicas que tenham por objetivo a ampliação, melhoria de qualificação e diversificação das áreas de conhecimento do corpo técnico-científico presente no Estado;

Eixo Infraestrutura – refere-se ao conjunto de ações públicas cujo objetivo é a melhoria da capacidade laboratorial das ICT do Estado, bem como sua articulação e redirecionamento para a inovação.

Eixo Fomento - refere-se ao conjunto de ações públicas que tem por objetivo financiar as estruturas de pesquisa e desenvolvimento, bem como as atividades do corpo técnico-científico com foco na inovação.

A Inovação passa a ser um eixo transversal que perpassa e orienta os outros eixos estruturantes da política do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, orientando-o para uma maior integração com o mercado, tendo por objetivos o aumento da intensidade tecnológica da produção, a diversificação de produtos e serviços e a sustentabilidade ambiental. Desta forma a Frente Popular propõe:

Programa Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Acre

Assim sendo, elencamos a seguir, com base nos instrumentos de planejamento e avaliação os projetos prioritários para atingir as metas propostas para o quadriênio 2015-2018.

8.3.1 PROJETO INOVA ACRE

Descrição:

Redirecionar o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, para o aumento da densidade tecnológica da produção industrial acriana, bem como de sua diversificação, através de várias ações como: o habitat de inovação (articulação das pesquisas com o mercado); o fomento de startups (subvenção econômica a empresas empreendedoras de bases tecnológicas) e diversificação e aumento da densidade tecnológica de produtos acrianos (recursos para pesquisa aplicada com potencial de mercado). As áreas prioritárias a serem trabalhadas são: TI (Tecnologia da Informação), alimentos, biotecnologia, madeira, Sistemas Integrado de Produção e energia.

Objetivo:

Implantação de uma incubadora de base tecnológica e de uma metodologia de investimentos para o fortalecimento do empreendedorismo inovador e a estruturação de um parque tecnológico propícia para o surgimento de startups, como também articular o potencial do corpo técnico-científico e da infraestrutura presente nas ICT (Instituições de Ciência e Tecnologia) do Estado para as necessidades do mercado, com prioridade às demandas das cooperativas.

8.3.2 PROJETO DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Descrição:

Aumentar os investimentos destinados à formação de um corpo técnico-científico mais empreendedor e dirigir suas atividades para a inovação tecnológica. Direcionar os investimentos em bolsas de pós-graduação para áreas estratégicas do mercado, como por exemplo as engenharias. Promover a cultura da inovação no ambiente acadêmico e empresarial.

Objetivo:

Aumentar a capacidade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre (FAPAC) para investir na formação de mestres e doutores em áreas de pesquisa estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

8.3.3 PROJETO DE DIFUSÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Descrição:

Aproximar a população, principalmente a juventude, do conhecimento científico e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo entre saber codificado e conhecimentos tradicionais não codificados.

Objetivo:

Fortalecer as atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Estado do Acre e transformá-la num Fórum de encontro entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais dos povos da floresta; criar o clube da ciência, com infraestrutura laboratorial básica, nas principais escolas de nível médio do Estado e a organização e uma série de atividades, jogos e premiações com o objetivo de despertar o interesse pela ciência e tecnologia na juventude acriana, bem como desenvolver o empreendedorismo inovador.

9 EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL



No Eixo Desenvolvimento Social, o desafio proposto pelo Governo da Frente Popular do Acre é a construção de um Governo voltado para a cidadania, assegurando oportunidades de trabalho, igualdade, inclusão social, lazer, cultura, garantia dos direitos humanos e proteção dos segmentos vulneráveis, tendo a multidiversidade e especificidade do povo acreano como bússola orientadora das políticas sociais.

Ao longo de mais de 15 anos de gestão, a FPA fez importantes investimentos em programas sociais, visando o desenvolvimento de ações articuladas nas áreas de resultado de Inclusão Social, Atendimento aos Segmentos Vulneráveis e Direitos Humanos, Política para Mulheres, Juventude, Esporte e Lazer, Cultura e Povos Indígenas, com o propósito de realizar um governo voltado para o cidadão.

O processo de desenvolvimento social exige uma intervenção tática para mitigação de impactos imediatos de situações sociais nocivas à sociedade. E uma estratégia de longo prazo para debelar, extinguir a situação social em si. A bolsa família mitiga a extrema pobreza, a inclusão produtiva e o acesso a serviços básicos debelam a extrema pobreza.

O governo da FPA, do período 2011-2014, trabalha, em cooperação com o governo federal, o programa Bolsa Família e, ao mesmo tempo, implanta em larga escala pequenos negócios e promove o acesso dos extratos mais carentes da população a serviços básicos, como educação, saúde e saneamento integrado, visando a emancipação econômica e social desses grupos sociais em situação de extrema pobreza.

Contudo o Desenvolvimento Social é um processo complexo que precisa assegurar direitos humanos fundamentais, igualdade de gênero e etnia; cuidar dos jovens, criar oportunidades de esporte, lazer e cultura; e valorizar e melhorar a situação social dos Povos Indígenas, nos limites do seu universo cultural. Além de fazer um grande avanço na implantação de pequenos negócios, o atual governo da FPA tem adotado políticas sociais adequadas para cuidar dessas áreas, porém, no marco dos desafios de um novo governo, é preciso o seu aprofundamento.

Faz-se necessário o desenvolvimento de um amplo arco de ações, de longo termo, no sentido de desenvolver iniciativas audaciosas para um salto no desenvolvimento social correspondente aos largos passos dados no desenvolvimento econômico.

9.1 ÁREA DE RESULTADO PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A melhoria da qualidade de vida, a ascensão social, a garantia dos direitos fundamentais e o combate à pobreza são bandeiras de luta do projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado.

Crescimento econômico, inclusão social, redução das desigualdades, liberdades democráticas, legitimidade, cidadania, direitos humanos,

fortalecimento da cultura própria e responsabilidade ambiental são ideais e objetivos que resumem o propósito de desenvolvimento não predatório e orientaram, nos últimos quinze anos, a trajetória política do projeto dos governos do Estado do Acre.

O novo projeto social pode ser resumido num ideário simples, porém de grande significado. O povo do Acre constrói um processo de desenvolvimento em conformidade com o propósito de conservação dos recursos naturais, da cultura e modo de vida próprios.

Sua especificidade cultural tem origem no isolamento e na relação íntima, secular, que seringueiros, ribeirinhos, índios e pequenos agricultores estabeleceram com a floresta. Está na essência desse processo o fortalecimento da identidade, a garantia de direitos humanos fundamentais e a qualidade de vida.

O modelo de desenvolvimento em construção permitirá que governo e sociedade edifiquem uma vida social de bem-estar, próspera, justa com respeito e atenção à conservação dos recursos naturais

Assim, a importância desta área de resultados se dá tanto na proteção socioeconômica mínima das pessoas em situação de vulnerabilidade quanto na garantia dos direitos principalmente das minorias e menos instruídos.

9.1.1 PROGRAMA PROTEÇÃO SOCIAL FORTALECENDO AS FAMÍLIAS ACREANAS

Avanços

Nos últimos quatro anos observam-se avanços na expansão e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social no Acre. Esses avanços são constatados nas seguintes dimensões: Garantia de Renda, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, consolidação da participação social e aumento do valor do repasse financeiro fundo a fundo.

Em junho de 2011 foi lançado o Plano Brasil sem Miséria com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que, a despeito dos avanços sociais e econômicos do Brasil nos últimos anos, continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa (parâmetro até maio de 2014). Com o referido Plano, a fórmula de cálculo dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superaram o patamar da extrema pobreza do ponto de vista da renda.

O percentual de cobertura do Programa Bolsa Família atingiu 103,37% do público potencial; De junho de 2011 a fevereiro de 2014, 6.507 famílias em situação de extrema pobreza foram incluídas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família, através da busca ativa (atuação da equipe volante); O valor total de repasse as famílias do Programa Bolsa Família teve um aumento de 127, 6% no

estado entre 2010 e 2013 (melhoria na cobertura cadastral, melhor qualidade das informações registradas); Desde o lançamento do Brasil sem Miséria (junho 2011) 165.472 pessoas saíram da extrema pobreza no estado, de acordo com os parâmetros citados acima.

Considerando a principal porta de entrada do SUAS, os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que tiveram um aumento de 3,7%, passando de 27 unidades em 21 municípios e para 28 em 22 municípios, garantindo cobertura em 100% dos municípios; Desde 2012, já foram implantadas 10 equipes volantes em 10 municípios com o objetivo de levar os serviços da Assistência Social para as comunidades de difícil acesso (ribeirinhos, comunidades indígenas, assentamentos). Os municípios que implantaram a equipe volante receberem lancha para facilitar o acesso às comunidades ribeirinhas e indígenas. Além de ser instituído o cofinanciamento estadual de fundo a fundo com o objetivo de fortalecer os serviços ofertados pela equipe volante e a reforma e ampliação de 4 CRAS para garantir melhor atendimento às famílias.

O número de CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) no estado aumentou em 44,4%, passando de 9 CREAS em 9 municípios para 13 centros em 12 municípios. Em 2013, foi implantado, na capital, o primeiro Centro para População em Situação de Rua (Centro POP) e Casa de Passagem. Também foi realizado repasse financeiro para o fortalecimento das equipes de Abordagem Social do CENTRO POP a fim de garantir maior cobertura do serviço e o fortalecimento de 14 Comunidades Terapêuticas e da CADES, através da entrega de auto veículos, equipamentos, mobiliários, contratação de profissionais (psicólogos e Assistente Sociais) e capacitação.

Situação Atual

Apesar dos avanços ainda há precariedade na oferta de serviços, programa, projetos e benefícios direcionados a população em situação de risco e vulnerabilidade social através da rede socioassistencial. Isso acontece em virtude da escassez de recursos financeiros para serem aplicados na infraestrutura (física, recursos humanos e equipamentos) dos integrantes da rede socioassistencial, ausência de indicadores que permitam a avaliação da qualidade dos serviços ofertados e de seus impactos na comunidade, falta de integração entre os equipamentos públicos que compõem a rede, carência da população em relação a obtenção de informações sobre o acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; bem como onde os mesmos são ofertados.

Também há deficiências na execução das Políticas de Assistência Social, no âmbito estadual e municipal, no que tange a gestão dos serviços e programas ofertados na rede socioassistencial, devido à fragilidade no acesso às informações estratégicas necessárias para tomadas de decisão. Neste caso, a dificuldade de se obter informações de forma rápida e precisa sobre serviços e usuários da Assistência Social tanto em serviços e programas ofertados pelo estado quanto pelo município. Fragilidade nos processos de tomadas de decisão

pela falta de indicadores que representem as características dos usuários, da estrutura e qualidade dos serviços ofertados pela rede Socioassistencial. Impossibilidade de compartilhamento de informações entre os componentes da rede que ofertam os serviços da Assistência Social.

O objetivo deste programa é garantir a reestruturação da rede socioassistencial como fator de fortalecimento da Proteção Social às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

Propostas para 2015-2018

9.1.1.1 PROJETO COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRÓ MUNICÍPIOS SOCIAIS

Descrição:

Conforme pactuação dos entes federados cabe ao estado cofinanciar os serviços, programas e projetos executados por parte dos municípios a fim de atender a população em situação de risco e vulnerabilidade social, bem como aprimorar a gestão estadual. Além disso, se faz necessário criar um sistema de monitoramento e avaliação que consiste no acompanhamento contínuo e sistemático, dos indicadores relacionados ao cumprimento dos objetivos e metas pactuadas no cofinanciamento.

Objetivo:

Cofinanciar os serviços, programas e projetos executados por parte dos municípios a fim de atender a população em situação de risco e vulnerabilidade social.

9.1.1.2 PROJETO OCA SOCIAL

Descrição:

Há dificuldades da população obter informações sobre o acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como onde os mesmos são ofertados. Para superar essa deficiência será necessário definir as atribuições de cada secretaria e implantar, na OCA, uma praça onde as secretarias que compõem o eixo desenvolvimento social, além outras secretarias que tenham interface, possam prestar informações e realizar encaminhamentos que se fizerem necessários conforme atribuições e fluxo desenhado.

Objetivo:

Implantar a OCA Social, ofertando um rol de serviços e informações sociais integradas em um mesmo espaço.

9.1.1.3 PROJETO REESTRUTURAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Descrição:

Atualmente a rede socioassistencial é precária para atender as demandas das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Para tanto, será necessária a reestruturação física do espaço (reforma, ampliação e implantação) e disponibilizar os serviços.

Objetivo:

Reestruturar a Rede Socioassistencial, dotando-a de infraestrutura adequada e oferecendo serviços de qualidade.

9.1.1.4 PROJETO OBSERVATÓRIO SOCIAL

Descrição:

Atualmente, existe uma grande dificuldade de obter informações atualizadas de forma rápida que permita aos gestores (estadual e municipais) embasamentos precisos nas tomadas de decisões. Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de um Sistema Informatizado de Gestão Integrada da Assistência Social, na plataforma Web, onde os integrantes da Rede Socioassistencial possam inserir suas informações e permitir o compartilhamento das mesmas dentro das regras de cada programa e serviço. Com isso, busca-se obter um banco de dados com informações atualizadas, fidedignas de forma mais ágil, buscando, a elevação de indicadores que retratem a eficiência, eficácia e efetividade da gestão.

Objetivo:

Desenvolver um Sistema Informatizado de Gestão Integrada da Assistência Social, na plataforma Web.

9.1.1.5 PROJETO AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS NO ESTADO DO ACRE

Descrição:

Ampliação da Política sobre drogas no Estado do Acre, através de uma estrutura pública específica para, de forma articulada e integrada com outras secretarias e instituições, estudar, planejar, propor, desenvolver ações que tenham como objetivo a prevenção, o acolhimento e o tratamento, a reinserção social, a repressão ao tráfico de drogas. Tal estrutura pública específica pode ser principal fonte ou coadjuvante na busca por financiamentos das políticas sobre drogas, colaborando assim para: o protagonismo juvenil; educação para a paz; participação e reestruturação de valores da família; envolvimento da escola e da sociedade; ampliação e articulação junto à educação, esporte e cultura; diversificação de mensagens através de campanhas; realização de pesquisas científicas; valorização e estímulo a grupos de mútua ajuda, etc.

Objetivo:

Ofertar um serviço integrado de atendimento para pessoas em situação de dependência química.

9.1.2 PROGRAMA DIREITOS HUMANOS SIM!**Avanços**

O CRDH (Centro de Referência em Direitos Humanos) desenvolveu atividades de mobilização social na nossa periferia, acolheu, orientou e acompanhou cidadãos na resolutividade de diversas causas; bem como fez acompanhamento psicossocial e jurídico: foram atendidos 7.933 mil cidadãos neste período. O Centro, hoje, é uma referência para a elucidação de problemas de violação de Direitos Humanos.

Treze municípios do nosso Estado foram atendidos com o Curso de Capacitação em Direitos Humanos, atendendo cerca de 500 lideranças comunitárias, religiosas e agentes públicos e como resultado final foram constituídas 11 Comissões de Direitos Humanos que passarão a ser as referências da SEJUDH no interior do Estado.

O Projeto Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica – SER HOMEM, desenvolvido em parceria com diversos órgãos públicos e com a sociedade civil, tem como destaque a ação permanente com o Poder Judiciário, através da Vara de Execuções Penais. Sua ação é tão exitosa que este Projeto passa a ser referência dentro do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.

Foi através do PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas) que, no Estado do Acre, muitos crimes bárbaros foram elucidados, quadrilhas foram desbaratadas e o famigerado Esquadrão da Morte foi desarticulado e seus membros presos e condenados pela Justiça.

Fortalecimento dos Conselhos Tutelares, através do investimento na estrutura de equipamentos para facilitar o trabalho dos Conselheiros, na formação e na instalação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB, que faz o intercâmbio de informações entre os atores envolvidos na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes.

O acolhimento humanitário aos imigrantes e refugiados, colocou o Estado do Acre no cenário nacional e internacional como exemplo de como acolher bem os imigrantes e refugiados, demonstrando que dar dignidade aos cidadãos do mundo é recebê-los, dar abrigo, alimentação, facilitar o acesso a sua documentação e possibilitar que eles cheguem a seus destinos na busca de emprego, de melhorar suas vidas e ajudarem na reconstrução de seu país. Isto é Assegurar a Promoção e a Valorização dos Direitos Humanos Universais.

Este Programa tem como objetivo a garantia da participação popular e do controle social das Políticas Públicas em Direitos Humanos, em um diálogo plural e transversal entre os vários atores sociais, priorizando os Direitos Humanos de crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de drogadição e de rua, pessoas homossexuais e transexuais, pessoas negras, populações tradicionais e populações indígenas. Uma estratégia fundamental do programa é a elaboração do Plano Estadual dos Direitos Humanos, do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e do Plano Estadual dos Direitos Humanos Homossexual e Transexual a luz do 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos que nos chama para um novo desafio que é mobilizar todos os atores envolvidos para poder discutir e definir as propostas do plano e depois aprova-lo como lei Estadual.

Situação Atual

A participação popular é a forma ideal para o diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil. Os movimentos sociais são a instância que, de direito, deve fazer este diálogo franco e aberto com o Poder Público. No estado do Acre, ao longo dos anos, está havendo um refluxo dos Movimentos. Com isto, perde a sociedade e o Estado.

Ainda há no nosso Estado também, um cenário árduo de violações de Direitos Humanos. Uma cultura enraizada de preconceitos, caracterizados por uma divisão social onde as relações se dão pelo ter e não pelo ser. Isto está bem marcado no preconceito contra as crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de drogadição, pessoas em situação de rua, pessoas homossexuais e transexuais, pessoas negras, populações tradicionais e nossos irmãos índios, e nos últimos anos os imigrantes.

O objetivo deste programa é a priorização destes problemas, atacando-os fortemente com o fortalecimento da estrutura e dos recursos humanos e financeiros, com o desenvolvimento de ações a médio e longo prazo, com recursos próprios, não dependendo, somente, de Convênios com o Governo Federal, que se fazem com projetos de curto prazo, ou seja, anuais.

Propostas para 2015-2018

9.1.2.1 PROJETO GOTA DE LUZ: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Descrição:

Conforme preceitua o Estatuto dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - ECA, as ações deste projeto fortalecem os Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes à medida que prevê criar e implantar os fundos municipais dos direitos das crianças e adolescentes,

fortalecer a rede de atenção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, priorizar o combate de forma permanente à violência contra as crianças e adolescentes, em especial a pedofilia.

Objetivo:

Assessorar o conselho estadual e os conselhos municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes na formulação da política e na criação e implantação dos fundos dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

9.1.2.2 PROJETO SER HOMEM

Descrição:

Este projeto trata do serviço de educação e responsabilização para homens autores de violência doméstica, que se tornou referência no combate a este crime aqui no nosso Estado.

Objetivo:

Contribuir para a redução da violência contra as mulheres no Estado do Acre.

9.1.2.3 PROJETO PROVITA

Descrição:

Dar continuidade ao projeto como forma de combater a violência e evitar que novos grupos armados e de criminosos se instale em nosso Estado e aumente a violência.

Objetivo:

Consolidar o PROVITA como política pública de proteção, com o sigilo que ele precisa, dando proteção às testemunhas e as vítimas da violência em nosso Estado.

9.1.2.4 PROJETO PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Descrição:

Consolidação da Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial definida no Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial e pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - PLANEPIR.

Objetivo:

Conscientizar a sociedade de que as conquistas que a população negra vem obtendo no País é fruto de suas organizações e um resgate histórico dos seus direitos negados por mais de 500 anos.

9.1.2.5 PROJETO HUMANIZA GERAL: HUMANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Descrição:

Constitui-se no zelo pelas diretrizes, normas e procedimentos referentes ao Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE, na área que cabe ao Estado, e planejar e avaliar a aplicação de políticas de atenção às pessoas que cumprem medidas restritivas e privativas de liberdade, bem como de atenção aos egressos e seus familiares.

Objetivo:

Aumentar a articulação entre as instituições que fazem a guarda das pessoas em situação de privação de liberdade para tornar mais eficiente o processo de ressocialização do indivíduo aprisionado.

9.1.2.6 PROJETO CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS

Descrição:

Instalar a Central de Penas Alternativas (órgão de coordenação, articulação e acompanhamento da execução de penas que não requer a privação de liberdade), evitando, assim, que pessoas que cometem crimes de pequeno poder ofensivo sejam privadas de liberdade, podendo desenvolver atividades definidas pela justiça e, ao mesmo tempo, oferecendo um processo de reintegração social comunitária e assistidas por equipes multifuncionais e multissetoriais.

Objetivo:

Coordenar, articular e acompanhar as pessoas que cometeram crimes e foram condenados pela justiça com penas que não requerem sua privação de liberdade.

9.1.2.7 PROJETO PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Descrição:

Este projeto tem como função fundamental divulgar e mobilizar a sociedade de todo o nosso Estado para conhecerem e valorizarem, bem como defenderem os Direitos Humanos das Pessoas Idosas assegurados no Estatuto da Pessoa Idosa.

Objetivo:

Promover atividades de mobilização, sensibilização, capacitação, responsabilização e valorização dos Direitos da Pessoa Idosa em nosso Estado.

9.1.2.8 PROJETO VIDA NOTA MIL: PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Descrição:

Este projeto pretende desenvolver atividades de informação e mobilização junto a sociedade civil e os gestores públicos, fazendo com que as pessoas com deficiência tenham, na nossa sociedade, assegurados plenamente todos seus direitos. Visando ainda, a implantação do Plano Viver sem Limites e da Lei Estadual nº 2.019 de 2008, que detalha um conjunto de ações importantes.

Objetivo:

Mobilizar a sociedade civil e os gestores públicos do nosso Estado na implantação e implementação das políticas públicas já definidas para o público das pessoas com deficiência.

9.1.2.9 PROJETO ACRE SEM DROGAS: CUIDADO E GERAÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DROGADIÇÃO E DE RUA

Descrição:

A proposta é de promover atividades entre os gestores públicos e a sociedade civil organizada no sentido de abrir o diálogo com a nossa sociedade para discutir uma política pública coerente no enfrentamento a estas duas situações e que merecem um olhar humano e de solidariedade.

Objetivo:

Criar uma de uma equipe com sensibilidade, motivação e competência que possa desenvolver as atividades do programa, consciente da urgente necessidade de o Estado enfrentar o problema.

9.1.2.10 PROJETO IGUALDADE SIM: PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E ANCESTRAIS DOS POVOS INDÍGENAS

Descrição:

Este projeto prevê a dialogar com o Conselho Estadual dos Direitos Humanos e Cidadania e nas instâncias dos Povos Indígenas, sem preconceito a convivência pacífica e respeitosa com nossos irmãos índios e seus direitos milenários que estão sendo violados cotidianamente.

Objetivo:

Realizar seminários e uma conferência estadual no sentido de definir a Política Estadual dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas no Acre.

9.1.2.11 PROJETO ACRE ACOLHEDOR: ACOLHIMENTO HUMANITÁRIO A IMIGRANTES E REFUGIADOS

Descrição:

Consiste na continuidade ao acolhimento com dignidade humana que o Governo do Estado do Acre vem dando a todos os imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil através das fronteiras com o Estado.

Objetivo:

Realizar campanhas de informações e esclarecimentos, fazendo com que a nossa sociedade preconceituosa entenda que o acolhimento aos imigrantes faz parte do processo histórico e da movimentação da humanidade que acontece em todo o mundo e que se veja como um futuro migrante.

9.1.2.12 PROJETO PRÓ-CONSUMIDOR: FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Descrição:

Esse projeto prevê a continuidade das atividades do PROCON, que vem desenvolvendo um grande trabalho integrado de parcerias com diversos órgãos para cada vez mais defender os Direitos do Consumidor Acreano.

Objetivo:

Ampliar e Interiorizar as atividades do Procon, implantando PROCON nas sedes das regionais do nosso Estado, favorecendo e promovendo os Direitos do nosso consumidor.

9.2 ÁREA DE RESULTADO POLÍTICA PARA AS MULHERES

A autonomia econômica das mulheres é um dos grandes desafios para a área de políticas para as mulheres. Historicamente, lhes foram associados trabalhos relacionados ao ambiente doméstico e, até hoje, essas atividades são consideradas aptidões naturais das mulheres. Segundo dados do IPEA 2011, elas encontram mais dificuldades de acessarem o mercado de trabalho, estudam 02 (dois) anos a mais que os homens e ganham 75% a menos que eles desenvolvendo as mesmas atividades, e além do trabalho remunerado, elas ainda têm que trabalhar dentro de casa.

A saúde da mulher é uma pauta que deve ser estruturante nas políticas de saúde, não apenas pela sua importância numérica, mas especialmente, porque neste campo as históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres implicam em forte impacto nas condições de saúde das mulheres, sendo as

questões gênero um dos determinantes de saúde a ser considerado na formulação das políticas públicas.

É dever do Estado, enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres (doméstica, sexual, tráfico de pessoas, violência contra vulneráveis, dentre outras), no que diz respeito à prevenção e a garantia da qualidade no atendimento.

Os direitos sexuais e direitos reprodutivos são constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. É portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza.

Desta forma, o objetivo de fortalecer a política para as mulheres de forma transversal, através da articulação e do diálogo constante com os organismos governamentais e não governamentais sobre a garantia dos direitos das mulheres, através de ações interdisciplinares e a formação de fóruns permanentes de monitoramento e acompanhamento da política, como também, a consolidação de instâncias de governança da política para as mulheres como os organismos municipais de políticas para as mulheres, o conselho estadual dos direitos das mulheres e os conselhos municipais dos direitos das mulheres.

9.2.1 PROGRAMA MULHERES PROTEGIDAS, VALORIZADAS E INCLUÍDAS

A partir das demandas apontadas pelas mulheres, nas conferências, no diálogo cotidiano com a sociedade civil e a experiência nos últimos quatro anos de governo, apontam-se os seguintes macroproblemas:

A violência contra as mulheres ainda é muito incidente. Apesar dos avanços, é alto o número de homicídios de mulheres, sendo necessária a intensificação da capacitação dos profissionais da rede de atendimento para garantir a humanização no acolhimento e a garantia do acesso das mulheres rurais do campo e da floresta à Lei Maria da Penha.

A inclusão produtiva das mulheres é baixa, sendo necessário ampliar as ações, notadamente no campo, bem como discutir a democratização da divisão do trabalho doméstico, pois atualmente as mulheres têm uma sobrecarga acumulada devido à cultura de que cabe a elas os afazeres domésticos. Ainda, é importante fortalecer o acesso das mulheres a trabalhos historicamente masculinos, como os da construção civil, por exemplo.

A transversalidade da política para as mulheres ainda é um desafio frente aos inúmeros problemas que afetam as mulheres em sua diversidade. Apesar da pactuação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, é necessário que

exista o comprometimento de todos os órgãos envolvidos para a sua implementação e monitoramento de suas ações.

Outro desafio de alta relevância é o fortalecimento da política de saúde da mulher em aspectos como seus direitos sexuais e reprodutivos, através de ações de planejamento familiar e prevenção da gravidez na adolescência; e a prevenção e tratamento de doenças como os cânceres de cólo do útero e mama.

Nos quatro primeiros anos, realizou-se a articulação para a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres nos municípios, incentivando a municipalização e interiorização da política. O desafio agora é implementar um processo de capacitação e acompanhamento destes organismos para fortalecer a intervenção municipal e garantir a transversalidade em nível local.

Os principais avanços foram a organização de uma agenda interinstitucional de sensibilização da sociedade sobre a temática através da campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra as Mulheres. Os 22 municípios do Estado envolvidos na Campanha “Basta – viver sem medo também é um direito nosso”, divulgando a Lei Maria da Penha e a Rede Local de atendimento às mulheres, resultando no aumento do número de denúncias nas delegacias especializadas e delegacias comuns e também nos serviços de saúde e assistência social; o resgate dos saberes culturais da mulheres indígenas (etnias Yawanawá e Huni kuin do município de Tarauacá), através da construção de 05 casas de produção e cultura, equipadas com máquinas de costura, além de máquinas para o aperfeiçoamento do artesanato com sementes e barcos para facilitar a produção; outro avanço foi a realização dos cursos profissionalizantes tradicionalmente ligados ao universo masculino, como os de pintura predial, mecânica de automóveis e pedreira, ajudando a quebrar o preconceito e inserir mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

Foram articulados e implantados 20 organismos de políticas para as mulheres, impactando diretamente na visibilidade das ações para as mulheres em nível local. Foi fortalecido também o controle social, através do apoio administrativo ao Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, como também a capacitação de suas conselheiras sobre a política nacional, a questão de gênero, o feminismo, o papel dos conselhos de direitos, dentre outros assuntos, objetivando qualificar a intervenção das conselheiras. Foram criados 14 conselhos municipais dos direitos da mulher em 14 municípios, garantido a participação da sociedade civil.

Na questão da transversalidade da política para as mulheres, foi elaborado o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, utilizando como estratégia a instalação de um comitê governamental, formado por 15 órgãos e mais o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, com a finalidade de elaborar o plano à luz da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, tendo como referencial o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/PNPM. Além da

elaboração, este Comitê Intersetorial realizará também a implementação e monitoramento do Plano.

Na saúde da mulher e direitos sexuais e reprodutivos, os avanços apontam para a ampliação da licença maternidade das servidoras do Estado de 4 para 6 meses, através da Lei Complementar nº 261 de 10 de março de 2013. Outro avanço se dá com a criação em dez/2013 do Programa Bolsa Parteira, através da Lei n. 2.834, cuja regulamentação está em andamento. O Bolsa Parteira contemplará inicialmente 04 municípios, a saber: Marechal Thaumaturgo, Jordão, Santa Rosa do Purus e Porto Walter. Este Programa demonstra o reconhecimento e valorização do saber tradicional pelo Governo do Povo do Acre e Secretaria de Políticas para as Mulheres, numa atitude de compromisso para com essas verdadeiras guardiãs da vida e da floresta.

Para a Gestão 2015-2018, o Governo Tião Viana pretende continuar protegendo os direitos das mulheres e valorizando mais intensamente seus saberes e competências, buscando a promoção de sua inclusão social, econômica e política. Dessa forma, apresenta a seguir as propostas para essa área pautas na inclusão socioproductiva, no enfrentamento a todo e qualquer tipo de violência contra a mulher e na garantia dos seus direitos.

Propostas para 2015-2018

9.2.1.1 PROJETO FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Descrição:

O fortalecimento da rede estadual de enfrentamento a violência contra as mulheres envolve a capacitação de profissionais da rede sobre o protocolo estadual de atendimento; o fortalecimento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAM'S; o cumprimento da agenda de atendimento às mulheres, crianças e adolescentes do campo e da floresta em situação de violência; a implantação da Casa da Mulher Brasileira; o apoio a implantação do Núcleo de Atendimento às Mulheres Migrantes em BRASILÉIA; o monitoramento e acompanhamento do atendimentos às mulheres nos municípios, através dos comitês de gestão das redes municipais de atendimento às mulheres em situação de violência; e a implantação da uma ouvidoria da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Objetivo:

Estruturar e qualificar os serviços que atendem as mulheres em situação de violência, através do cumprimento do protocolo estadual de atendimento, capacitações continuadas dos profissionais pertencentes aos serviços da rede, acompanhamento dos atendimentos realizados e estruturação e implantação de serviços.

9.2.1.2 PROJETO DIFUSÃO DA IGUALDADE PARA UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA

Descrição:

Este projeto prevê a realização de campanhas e ações educativas para o enfrentamento a violência contra as mulheres com a sociedade e com segmentos específicos, tais como os jovens e os alunos da rede estadual de educação; debater e a qualificar o atendimento aos casos de tráfico de mulheres no Estado; ampliar o acesso das mulheres a informações sobre políticas públicas e direitos; trabalhar junto aos professores e profissionais da rede de educação o Caderno Pedagógico “Gênero – construindo a igualdade”, com o objetivo de capacitá-los para a abordagem desta temática junto aos educandos das diversas faixas etária; e realizar a Agenda Mensal do Mês da Mulher, alusiva ao dia internacional da mulher, como uma ação política de difusão da igualdade e respeito às mulheres.

Objetivo:

Construir uma consciência crítica sobre a condição das mulheres na sociedade, tendo como parâmetro a difusão da equidade, a partir do marco legal dos direitos das mulheres e também de conceitos como gênero e patriarcado.

9.2.1.3 PROJETO INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES INDÍGENAS

Descrição:

Este projeto visa trabalhar o resgate e o aperfeiçoar dos saberes tradicionais das mulheres indígenas, assim como trabalhar processos de inclusão produtiva dos produtos confeccionados, através de capacitações, apoio a formação de associações e cooperativas, estruturação para o aperfeiçoamento de seus produtos, articulação para inserção das mulheres indígenas em espaços de produção e comercialização.

Objetivo:

Apoiar à participação dos grupos de produção em espaços de comercialização de seus produtos; capacitar mulheres indígenas de 05 aldeias em processos organizativos e produtivos relacionados às atividades tradicionalmente desenvolvidas nas aldeias.

9.2.1.4 INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES RURAIS

Objetivo:

Promover a formalização de grupos produtivos de mulheres; ampliar o acesso das mulheres e grupos de mulheres trabalhadoras rurais à documentação civil, jurídica, trabalhista e serviços previdenciários; ampliar o acesso ao mercado das mulheres rurais, através de capacitação em gestão e estratégias de

comercialização, do estímulo à compra dos produtos de coletivos de mulheres pelas prefeituras, da apresentação de projetos aos editais do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; fortalecer a participação das mulheres rurais na construção e monitoramento de políticas, através da participação de representantes de associações no comitê gestor do projeto "Fortalecimento da Cidadania e Organização Produtiva de Mulheres Rurais do Estado do Acre", e comitê dos Territórios de Cidadania e através de oficinas para definição de estratégias/ações/projetos a serem incorporados nos Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.

Descrição:

Realizar a inclusão socioprodutiva das mulheres do campo e da floresta, através de processos de capacitação, organização de grupos produtivos, oportunizar a participação em espaços de comercialização e acesso a documentação civil.

9.2.1.5 INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES URBANAS

Descrição:

Ampliar o apoio a pequenos negócios de mulheres urbanas em situação de extrema pobreza, através de capacitação e fomento; promover a formalização de grupos produtivos de mulheres; promover a capacitação profissional de mulheres em áreas como: construção civil, pintura predial, serviços elétricos, mecânica, pedreira, etc; realizar debates sobre a divisão do trabalho doméstico, no sentido de promover a democratização do espaço doméstico para as mulheres.

Objetivo:

Realizar a inclusão socioprodutiva das mulheres urbanas, através de processos de capacitação, organização de grupos produtivos, oportunidade de participação em espaço de comercialização e a quebra paradigmas através da inclusão em áreas de trabalho historicamente masculinas.

9.2.1.6 PROJETO INTERIORIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA AS MULHERES

Descrição:

Esse projeto pretende viabilizar acesso as políticas para as mulheres em todos os municípios, por meio da implantação e fortalecimento dos organismos municipais de políticas para mulheres (OPM) e dos conselhos municipais dos direitos da mulher (CMDM); da capacitação das equipes e conselheiras dessas instituições sobre políticas para mulheres, conceito de gênero, feminismo e o papel do conselho como instância de proposição; do fortalecimento da atuação do CEDIM através de capacitação e estruturação; do apoio aos municípios na construção de seus planos locais de políticas para mulheres; e da

ampliação do acesso das mulheres urbanas, rurais e da floresta a informações sobre políticas públicas, direitos e assuntos de seu interesse, através de programas de rádio no sistema público de comunicação.

Objetivo:

Fortalecer e dar assessoria técnica aos organismos de políticas para as mulheres dos 22 municípios, como também o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e os conselhos municipais dos direitos das mulheres, através capacitação continuada e monitoramento.

9.2.1.7 PROJETO IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Descrição:

O PEPM do Acre se constitui numa ferramenta estratégica de gestão governamental, considerando as peculiaridades e diversidades do universo feminino, a partir da priorização, implantação e implementação de ações intersetoriais, integradas e baseadas na transversalidade de gênero. Está em consonância ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2011-2015, sobretudo acerca das diretrizes, princípios norteadores, prioridades, linhas de ação.

Objetivo:

Fortalecer o controle social sobre as políticas para as mulheres, através da divulgação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres; divulgar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e seus resultados junto à Sociedade Civil; implementar, acompanhar e monitorar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – PEPM, com integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos do governo estadual.

9.2.1.8 PROJETO FORTALECIMENTO DO TRABALHO DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS

Descrição:

Este projeto visa reconhecer e fortalecer o trabalho das parteiras tradicionais do Acre, no sentido de fomentar e articular, junto à área de saúde, as condições de continuidade de seu trabalho, que é primordial para as comunidades mais distantes. O histórico de trabalho das parteiras contribui para o desenvolvimento social e humano deste Estado, portanto, é de suma importância a promoção de debates, incentivos e apoio a organização do trabalho das parteiras tradicionais.

Objetivo:

Implantar o programa Bolsa Parteira, como uma forma de valorização do trabalho dessas mulheres e seus conhecimentos tradicionais sobre saúde da mulher.

9.2.1.9 PROJETO DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER**Objetivo:**

O projeto pretende realizar, em parceria com a Saúde e a Assistência Social, uma campanha educativa sobre a questão do planejamento familiar, no que diz respeito ao acesso a métodos contraceptivos, procedimentos médicos dentre outros direitos reprodutivos; realizar Oficinas, palestras e rodas de conversas nas comunidades dos 22 municípios sobre todo processo de planejamento familiar, métodos, acesso à política pública, dentre outras informações; realizar junto à rede de estadual de educação e os Organismos de Políticas para as Mulheres das Prefeituras, uma Campanha informativa e educativa sobre a gravidez na adolescência, envolvendo os jovens e familiares.

Descrição:

Difundir informações para as comunidades sobre o planejamento familiar, prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, através de ações educativas como palestras, oficinas, rodas de conversas e campanhas.

9.3 ÁREA DE RESULTADO CULTURA

A política de valorização e fortalecimento da cultura do Acre constitui um dos eixos da proposta de desenvolvimento sustentável do Estado, recebendo um grande impulso a partir do início da década de 2000, quando foram desenvolvidas ações impactantes nas áreas de afirmação identitária local; fortalecimento institucional; participação e o controle social; recuperação, valorização e promoção do patrimônio histórico e cultural; promoção e apoio às artes; promoção e difusão do livro e da leitura; fomento e incentivo à cultura; formação cultural; apoio e fomento às culturas indígenas.

A história da formação cultural do povo do Acre é marcada por lutas pelos direitos dos povos da floresta (indígenas, seringueiros, ribeirinhos) por vida, por brasilidade, por terra e pela valorização da floresta que deram ao Acre uma cultura com características peculiares.

Desta forma, a importância desta área de resultado se dá a partir da mobilização da sociedade acreana para a apropriação de seu patrimônio

cultural, norteando-se pelos princípios da compreensão ampla da cultura, respeito à diversidade cultural, sustentabilidade, busca da qualidade estética, transversalidade da cultura e gestão co-participativa com as comunidades.

9.3.1 PROGRAMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA

Na área da Cultura, os principais macroproblemas são a cobertura insuficiente da política cultural; falta de evidência no fazer cultural, pois a cultura deve ser considerada sempre em suas três dimensões: 1) enquanto produção simbólica, tendo como foco a valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; 2) enquanto direito de cidadania, com foco na universalização do acesso à cultura e nas ações de inclusão social através da cultura; e 3) enquanto economia, com foco na geração de emprego e de renda, no fortalecimento de cadeias produtivas e na regulação da produção cultural e dos direitos autorais, considerando as especificidades e valores simbólicos dos bens culturais; e insuficiência de eventos de ação continuada dos segmentos culturais.

Ao longo dos quatro anos de gestão do Governador Tião Viana, podemos destacar como principais resultados, os investimentos robustos de espaços e equipamentos multiculturais, tais como Parque de Exposições, Concha Acústica Jorge Nazaré, Parque Histórico da Gameleira, Museu do Palácio Rio Branco, Memorial dos Autonomistas, recuperação dos antigos teatros do Estado e criação de novos, implantação/revitalização de dezenas de centros culturais, casas de leitura, espaços de memória, construção de espaços culturais multiuso nas escolas, criação da Usina de Arte, dentre outras.

A construção do Plano Estadual de Cultura está se configurando como um grande avanço para a cultura acreana, visto que os planos municipais, estaduais e nacionais são peças fundamentais para a consolidação das políticas públicas de cultura no processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura.

Atualmente o Estado do Acre é uma referência nacional na gestão pública da cultura. A criação do Sistema Estadual de Cultura, através da lei 2312/2010, é um marco nacional determinado por uma política de gestão descentralizada, planejada e inclusiva. Do ponto de vista de gestão, o Governo Estadual estabeleceu uma dinâmica que trata da gestão da Cultura como uma política de Estado. O passo adiante deverá ser o fortalecimento dos diversos segmentos culturais, fortalecendo a cadeia produtiva, considerando as inovações empreendedoras que tem norteado a sociedade brasileira.

Em uma construção participativa e democrática pelo poder público e sociedade civil, esse Plano significa a consolidação de um grande pacto político no campo da cultura que, transformado em lei pela Assembleia Legislativa, dará estabilidade institucional, assegurando a continuidade das políticas públicas de cultura.

Ademais, um elemento fundamental para uma gestão democrática e transparente foi o aumento significativo na participação e controle social, na

formulação e execução das políticas culturais, evidenciado pela Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2013; e a criação da Lei nº 2312/2010, que estabelece o Sistema Estadual de Cultura e organiza a gestão da cultura, considerada uma referência nacional.

Em articulação com os outros estados, a implementação do Fórum Estadual de Gestores Públicos de Cultura, em 2013, foi fator decisivo e elo de apoio dos gestores no intercâmbio de cases bem sucedidos, e ainda na proposição de novos elementos para fortalecimento das políticas públicas de cultura.

Apoiou-se a criação e o funcionamento de 18 conselhos municipais de política cultural em 18 municípios do Estado.

Anualmente, foram lançados editais para os vários segmentos culturais, com cobertura estadual, beneficiando a sociedade civil, as entidades representativas de classe e culturas indígenas, dentre outros.

Com todos esses significativos avanços é necessário se considerar que a sociedade contemporânea é dinâmica, complexa e heterogênea, exigindo cada vez mais do poder público, políticas públicas que antes eram consideradas "secundárias". Assim, a cultura é um componente que contribui na construção e afirmação da identidade social.

Desta forma, este o Programa de Valorização da Cultura visa mobilizar a sociedade acreana para conscientização do seu patrimônio cultural, norteando-se pelos princípios da compreensão ampla da cultura, respeito à diversidade cultural, sustentabilidade, busca da qualidade estética, transversalidade da cultura e gestão co-participativa com as comunidades.

Para tanto, o Governo da Frente Popular propõe os projetos descritos a seguir para a Gestão 2015-2018.

Propostas para 2015-2018

9.3.1.1 PROJETO CULTURA COM AS FRONTEIRAS

Descrição:

O intercâmbio cultural com os países e estados fronteiriços visa promover a difusão cultural por meio de intercâmbio nas áreas das artes visuais, do circo, da dança, do teatro, da música, do audiovisual, da memória, do movimento social negro, do patrimônio museológico, do patrimônio cultural, das novas mídias, do design, de serviços criativos, das humanidades, da diversidade cultural e de outras expressões culturais.

Objetivo:

A difusão, a capacitação e a multiplicação cultural.

9.3.1.2 PROJETO PONTOS DE CULTURA INDÍGENA – CONECTADOS NA FLORESTA

Descrição:

Dar continuidade e visibilidade às manifestações artísticas e culturais e de apropriação das novas tecnologias de informação resultantes do processo de implantação de 30 Pontos de Cultura Indígena – realizado no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, na Amazônia ocidental brasileira, com povos tradicionais, em áreas remotas, em sua maioria, de fronteira. Pretende-se ainda promover no observador uma experiência de deslocamento, aproximando-o da realidade dos povos indígenas e colaborando na desconstrução dos estereótipos que envolvem a figura do índio no imaginário coletivo.

Objetivo:

Divulgar a cultura indígena para revelar seu valor e promover um diálogo intercultural com respeito às diferenças e fortalecimento da diversidade cultural, colaborando na desconstrução dos estereótipos que envolvem a figura do índio no imaginário coletivo.

9.3.1.3 PROJETO JAMAXIN

Descrição:

O Jamaxin Cultural é entendido como o elemento que vai reunir as diversas práticas ou experiências de ações bem sucedidas, que contribuem com a construção sócio, cultural e econômica do Estado. O Projeto Jamaxin Cultural agrega em sua composição ações como: continuidade do Projeto Acústico em Som Maior, segunda edição do projeto Gameleira Cultural, continuação do edital e calendário de ocupação da Galeria Juvenal Antunes (2014-2015), além do projeto que trata dos editais de circulação dos espetáculos por todos os municípios.

Objetivo:

Garantir a produção e circulação de espetáculos e atividades culturais no Estado do Acre, dando continuidade aos projetos culturais, em consonância com o Plano Estadual e Nacional de Cultura;

9.3.1.4 PROJETO MODERNIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ACRE

Descrição:

Implantar uma rede de bibliotecas informatizadas, integrando as sete bibliotecas públicas estaduais do Acre, de modo que cada uma delas, ao final do projeto, esteja com as informações de seu acervo descritas, de acordo com as regras biblioteconômicas, e armazenadas em um banco de dados, por meio de um Sistema gerenciador, que automatize todas as operações desta

biblioteca. Esse banco de dados bibliográfico deverá ser comum a todas as bibliotecas do Estado, e o aplicativo conectará essas bibliotecas em uma rede, configurando, portanto, a rede de Bibliotecas do Estado do Acre informatizada.

Objetivo:

Obter sete bibliotecas estaduais do Acre trabalhando tanto em rede como individualmente, com todas as operações (aquisição, catalogação, circulação, pesquisa e gerenciamento) totalmente informatizadas e com acervos catalogados de acordo com padrões internacionais biblioteconômicos.

9.3.1.5 PROJETO CULTURA E COMUNIDADE

Descrição:

Neste projeto encontram-se todas as ações que reconhecem os fazeres da comunidade artística cultural e estabelece uma política de fomento do Estado às essas ações, o que permite uma apropriação pela comunidade e uma gestão partilhada dos recursos.

Objetivo:

Formar, fomentar e valorizar as artes.

9.3.1.6 PROJETO HUMANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Descrição:

Nesse projeto propõe-se a ênfase no aprimoramento contínuo da gestão, manutenção de equipamentos e espaços culturais e desenvolvimento de atividades para capacitação, sensibilização e atenção básica a saúde do servidor. Fortalecimento da comunicação institucional, utilizando novas mídias e mídias alternativas.

Objetivo:

Aprimorar as atividades de gestão humanizada e de atenção à saúde básica do servidor.

9.3.1.7 PROJETO FOMENTO ÀS AÇÕES DA BIBLIOTECA DA FLORESTA

Descrição:

Desenvolvimento de ações com ênfase no diálogo entre os saberes tradicionais e modernos, apoio a criação de grupos temáticos e realização de semanas temáticas e do projeto usina de humanização.

Objetivo:

Fortalecer o diálogo e o apoio a grupos da diversidade socioambiental.

9.3.1.8 PROJETO FOMENTO À POLÍTICA DO LIVRO E DO CONHECIMENTO

Descrição:

Esse projeto destina-se a promoção de acesso aos bens literários, a realização de duas edições da Bienal do Livro e da Leitura, a implantação de 100 pontos de leitura e a Biblioteca de Referência em Cruzeiro do Sul.

Objetivo:

Fomentar o acesso à leitura e ao conhecimento, através da Bienal do Livro e da implantação de pontos de leitura.

9.3.1.9 PROJETO IDENTIFICAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DOS BENS HISTÓRICOS E REFERENCIAIS ACREANOS

Descrição:

Realização de ações de conscientização, difusão e fortalecimento institucional e afirmação das identidades culturais locais; realização de inventários culturais, pesquisas arqueológicas e históricas; realização de atividades de tombamento, preservação e promoção de bens reconhecidos com valor histórico, arquitetônicos e referenciais, além da implantação do Sistema Estadual de Museus.

Objetivo:

Conscientizar, difundir e fortalecer as identidades culturais locais através de estudos e tombamentos e implantar o Sistema Estadual de Museus.

9.3.1.10 CRIAÇÃO DE PÓLOS DA ESCOLA DE MÚSICA DO ACRE - EMAC NAS REGIONAIS DO ESTADO

Descrição:

Considerando os esforços do Poder Público do Estado na criação da Escola de Música do Acre – EMAC, cuja finalidade é a formação, extensão, difusão e valorização da música nas comunidades acreanas, tem-se na constituição de polos da escola uma possibilidade de atendimento a todas as regionais do Estado, permitindo a ampliação do acesso à música, bem como o desenvolvimento de ações de Educação Musical. Assim, pretende-se mapear as especificidades musicais de cada regional do Estado; realizar oficinas, palestras, workshops e cursos; formar grupos musicais e apresentações do Projeto Sexta Tem.

Objetivo:

Promover o diálogo com os órgãos municipais e as comunidades sobre a importância da Educação Musical enquanto componente disciplinar obrigatório dos currículos da Educação Básica, conforme propõe a Lei 11769/2008; incentivar

e/ou auxiliar os órgãos municipais e outros na elaboração de ações, estratégias e planos com vistas à oferta da educação musical nas comunidades; e ampliar o acesso da comunidade à música.

9.4 ÁREA DE RESULTADO JUVENTUDE

A juventude constitui um dos mais importantes segmentos sociais no Brasil. No Acre, onde representa praticamente 1/3 da população, sua presença é especialmente sentida. Entretanto, seu valor como grupo social não deriva apenas disso. Para uma sociedade em formação como a nossa, o potencial de desenvolvimento está diretamente condicionado à qualidade da atenção e do esforço direcionado aos jovens. Por isso, em sua luta constante pela promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a Frente Popular considera estratégico seguir apostando no protagonismo e na capacidade pessoal dos jovens acreanos. A seguir, está detalhada a proposta de investimento na Área de Resultados “Juventude”; antes, porém, será apresentado um breve balanço dos grandes avanços obtidos na área na última década.

9.4.1 PROGRAMA JUVENTUDE, TEU FUTURO É AGORA

Antes dos governos da Frente Popular, o Acre não sabia o que era política de juventude. O Governo e as instituições acreanas sequer reconheciam as especificidades sociais, culturais e econômicas desse segmento social. Foram os governos populares que introduziram a ideia de que a juventude demanda investimentos próprios, voltados para a promoção do ambiente de oportunidades que os jovens reivindicam.

Tomados em seu conjunto, os investimentos voltados para a população juvenil dos últimos 15 anos representaram uma profunda transformação de expectativas. Até bem pouco tempo atrás, no Acre, somente os filhos dos grupos de maior renda e prestígio social sonhavam com educação superior e acesso qualificado ao mercado de trabalho. Uma dura realidade em que conhecer teatro e música ou estudar uma língua estrangeira era “coisa de rico”. Participar de debates políticos e exercitar o direito à opinião e à posição na apreciação de temas relevantes para o conjunto da sociedade era outro privilégio reservado aos jovens membros da elite, àqueles com acesso ao ensino universitário.

Hoje a juventude acreana desfruta de um ambiente de amplas oportunidades, ainda que muito esteja por ser feito. São avanços como a universalização da educação básica, a ampliação do acesso à educação superior, a facilidade em se profissionalizar por meio da educação tecnológica, a existência dos conselhos de juventude, os múltiplos espaços de prática esportiva e lazer juvenil, os jogos escolares, o estímulo ao teatro e às artes plásticas por meio da Usina de Artes e à música através da Escola de Música Acreana; as ações especificamente voltadas ao público jovem no campo da saúde, dos pequenos negócios, da assistência social e do desenvolvimento rural. Como visto, são investimentos espalhados por quase todas as áreas de governo. Mas, eles têm sido especialmente eficazes no campo da educação.

Na última década e meia, no Acre, o ensino público viveu uma verdadeira revolução. A escola chegou onde jamais estivera; chegou pela primeira vez para boa parte dos projetos de assentamentos, para as reservas extrativistas e aldeias indígenas. Onde já estava, foi ampliada e fortalecida por meio da formação e valorização dos professores, da reforma, adequação e modernização da infraestrutura escolar.

Como consequência vieram a melhoria da qualidade do ensino e a elevação do desempenho dos alunos - o que é atestado pela rápida e inédita evolução da educação do Acre nos indicadores do Ministério da Educação. O analfabetismo e a distorção idade-série, dois importantes sinais do fracasso da educação acreana até então, foram profundamente impactados, sendo reduzidos 50% e 70%, respectivamente (2013 em relação a 1999). A interiorização do ensino médio, que hoje é ofertado em larga escala até mesmo na zona rural e em terras indígenas; a Escola de Idiomas, as escolas técnicas e o Pronatec são também demonstrações do profundo compromisso desse Projeto com a juventude.

Para seguir avançando, entretanto, é necessário redobrar o esforço, inovar na forma do governo se relacionar com os grupos juvenis, e recriar ou reinventar medidas que até aqui têm dado certo, porque, quando o assunto é juventude, não cabe “mais do mesmo”.

Propostas para 2015-2018

9.4.1.1 TALENTO PROFISSIONAL: AMPLIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO

Descrição:

Criar e manter meios efetivos de discussão e pactuação dos projetos de investimentos em formação profissional voltados para a juventude, escolarizada ou fora da escola, de modo a possibilitar que todos os grupos que demandam tais investimentos sejam atendidos, em Rio Branco e nos municípios, evitando a sobreposição de ações entre as diversas instituições ofertantes de formação profissional, bem como, a concentração da oferta em setores sociais de alta visibilidade. Realizar ou estimular a realização de pesquisas que identifiquem os grupos de juventude com maiores dificuldades de acesso aos ambientes formais de qualificação profissional. Promover a criação de instancias formais de tomadas de decisão, como Fóruns, Conselhos, etc. Monitorar e avaliar os investimentos, promovendo ajustes e correções.

Objetivo:

Realizar a governança institucional dos investimentos em formação profissional no Estado, integrando e fortalecendo as ações desenvolvidas na área, tais como as financiadas pelo PRONATEC, possibilitando que as demandas

dos diferentes grupos sociais em todo o Estado sejam atendidas, garantindo a todos os jovens a oportunidade de acesso qualificado ao mercado de trabalho;

9.4.1.2 CULTURA, ESPORTE E LAZER COMO FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL NA JUVENTUDE

Descrição:

O Acre dispõe hoje de aparelhos culturais de extraordinária capacidade técnica no campo da promoção cultural, tais como a Usina de Artes, a Escola de Música Acreana, a Bibliotecas da Floresta, a Biblioteca Pública de Rio Branco, a Biblioteca Pública de Cruzeiro do Sul, além de museus, casas de cultura, praças de juventude, etc. Por meio deles serão realizados cursos, festivais, mostras e outros eventos culturais, esportivos e de lazer, com foco na juventude, principalmente das periferias, objetivando a revelação de talentos ou tão somente o estímulo ao crescimento cultural, intelectual e emocional dos participantes. A implementação dessas ações deverá envolver uma ampla rede colaborativa de organizações juvenis e organizações públicas voltadas para a juventude, como escolas, centros de juventude, igrejas, grêmios estudantis, centros acadêmicos e outros.

Serão realizados estudos e debates para identificação das comunidades com maior carência por espaços de sociabilidade para os jovens em Rio Branco e no interior. Nessas, em parceria com mandatos parlamentares, serão construídas praças de juventude, quadras poliesportivas, dentre outros aparelhos de esporte e lazer.

Objetivo:

Possibilitar aos jovens o acesso a bens culturais e de lazer fomentadores do desenvolvimento pessoal, como o teatro, a música, o cinema, as artes plásticas, os esportes, a dança, dentre outros, principalmente no interior do Estado e na periferia de Rio Branco.

9.4.1.3 AÇÃO INTEGRADA DE PROTEÇÃO CIDADÃ SOBRE JOVENS EXPOSTOS A DROGAS E EXCLUSÃO SOCIAL

Descrição:

Em integração com o sistema de segurança pública serão identificadas as regiões com maior vulnerabilidade ao comércio e consumos de drogas; nessas regiões serão articuladas redes colaborativas locais envolvendo o poder público e a sociedade civil; será realizada pesquisa para identificação do tamanho e do perfil da população juvenil vulnerável; por meio das redes locais, em articulação com organizações do poder público, serão direcionados investimentos em formação profissional e promoção cultural, além da realização de eventos esportivos e de lazer; tais iniciativas visam proporcionar localmente

oportunidades de ocupação e desenvolvimento pessoal que atuem como alternativa social ao consumo de drogas e à sedução do crime.

Objetivo:

Reduzir a incidência de drogas e crimes sobre a população juvenil, notadamente em Rio Branco e Cruzeiro do Sul;

9.4.1.4 INTEGRAÇÃO, AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES PÚBLICAS DE COMBATE À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, ABANDONO E REPROVAÇÃO ESCOLAR

Descrição:

Serão implementadas ações voltadas para a sensibilização, educação e alteração de hábitos dos jovens mais vulneráveis ou que já apresentam problemas sociais relacionados ao baixo desempenho escolar, principalmente abandono e reprovação; fumo, álcool, obesidade, DSTs e, principalmente, gravidez na adolescência; com foco nas cidades, regiões e segmentos populacionais com maior incidência de tais problemas. As medidas serão desenvolvidas por meio da ação integrada das áreas de educação, saúde, juventude e assistência social, tendo a escola como *locus* privilegiado de sua efetivação.

Objetivo:

Proteger os jovens em maior exposição contra problemas sociais que comprometem seu desenvolvimento pessoal e condicionam suas possibilidades futuras, como a gravidez na adolescência, as DSTs, o alcoolismo, o abandono e reprovação escolar, o fumo e a obesidade, dentre outros, em estreita articulação com as políticas de saúde e educação.

9.4.1.5 EMPREENDEDORISMO SOCIAL JOVEM: FORMAÇÃO E APOIO PARA A VIDA CÍVICA

Descrição:

Visa mobilizar e colocar em ação o potencial empreendedor dos jovens, fazendo bom uso de sua predisposição ao envolvimento em questões de interesse coletivo. Serão realizadas ações de fomento ao empreendedorismo social juvenil, tais como a identificação de iniciativas sociais (de segmentos ou comunidades), a capacitação técnica dos jovens envolvidos nas iniciativas, a articulação dos projetos decorrentes de tais iniciativas com as instituições de governo diretamente relacionadas, a realização de feiras e seminários sobre o tema, com a distribuição de premiação para as iniciativas mais promissoras. Em parceria com os mandatos parlamentares, será realizado estudo para identificação da possibilidade de financiamento de projetos sociais

desenvolvidos por jovens, mediante seleção, por meio da alocação de recursos no Orçamento Federal.

As ações de capacitação técnica envolverão conteúdos fundamentais para o sucesso de iniciativas sociais, tais como mediação de conflitos, planejamento, elaboração e gestão de projetos, negociação, dentre outros.

Objetivo:

Ampliar a participação dos jovens em iniciativas sociais que fortaleçam laços de pertencimento e vida cívica e que contribuam para o crescimento da sociedade civil no Estado do Acre.

9.4.1.6 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE JUVENTUDE

Objetivo:

Ampliar e fortalecer a participação popular na elaboração e execução da política pública de juventude; envolver os municípios e a sociedade civil na temática juvenil, integrando ações e consolidando ferramentas de governança setorial.

Descrição:

Será elaborado o Plano Decenal de Políticas de Juventude, com ampla participação popular e sob a coordenação do Comitê Estadual de Políticas Públicas de Juventude, que coordenará, ainda, sua implementação.

Será implantado o marco legal com a aprovação de lei estadual que instituirá as instancias de decisão, as obrigações governamentais e os mecanismos de gestão da política de juventude. Por meio de intenso trabalho de articulação, os municípios serão estimulados a criar órgãos locais de juventude, bem como a desenvolver ações focadas em sua população juvenil. Será criado, ainda, o Observatório da Juventude Acreana, cujo papel envolverá o monitoramento dos indicadores de desenvolvimento juvenil, a sugestão de projetos, campanhas, eventos e outras iniciativas públicas, privadas ou comunitárias, e o assessoramento ao Fórum de Políticas de Juventude na análise de temas e indicação de medidas de promoção do bem estar dos jovens.

9.5 ÁREA DE RESULTADO POVOS E TERRAS INDÍGENAS

Localizadas em 11 municípios, há no Estado do Acre 36 terras indígenas, com extensão agregada de 2.436.581 ha (14,6% do território acreano), das quais 70% estão regularizadas. Patrimônio da União Federal, com usufruto exclusivo destinado aos indígenas, essas terras indígenas integram o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), e junto com as unidades de conservação, somam pouco mais de 7,8 milhões de hectares (46% da extensão do Acre).

Quinze povos indígenas, falantes de línguas das famílias Pano, Arawak e Arawa, vivem nessas terras. Somam uma população de 17,4 mil índios, distribuída em 204 aldeias, que constitui 2% da população acreana e 6% da população florestal e rural. Outros três povos, considerados "isolados", tem população estimada em 600 pessoas. Há ainda considerável população indígena, de vários povos, residindo em centros urbanos, tanto na capital Rio Branco como em outras sedes municipais.

Criadas a partir de 1988, há hoje no Acre 43 associações indígenas, três cooperativas indígenas, três organizações "regionais" (que representam diferentes povos dos rios Juruá, Tarauacá e Envira), duas organizações de representação profissional (de professores e de agentes agroflorestais indígenas), duas organizações de mulheres indígenas, uma organização de indígenas "urbanos" e uma organização de base étnica, que representa as comunidades Huni Kui (Kaxinawá) que vivem em 12 terras indígenas.

A atual Gestão do Governador Tião Viana avançou aos processos iniciados em 1999 pelos governos anteriores da Frente Popular, de efetivo reconhecimento da importância dos povos indígenas na formação e na contemporaneidade da sociedade e da cultura acreanas e do seu protagonismo em inovadoras iniciativas para o uso e a conservação das florestas do estado. E procurou tanto consolidar como inovar as políticas públicas para fazer frente aos atuais desafios enfrentados pelos povos indígenas, em sinergia com as principais diretrizes da atual gestão.

9.5.1 PROGRAMA ATENÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS

Para a área de Povos Indígenas as principais demandas identificadas tanto nas consultas populares para construção do Plano de Governo 2011-2015, como na própria gestão da área nesse período são: aprimoramento das estratégias de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas aos povos e terras indígenas; a consolidação de estratégias adequadas de assistência técnica, de acompanhamento e monitoramento das ações de gestão territorial e ambiental e de produção sustentável nas terras indígenas; e a promoção do acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania, respeitando suas formas de organização social, suas tradições culturais.

Uma das causas da necessidade de aprimorar as estratégias de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas aos povos e terras indígenas é a baixa capilaridade da política pública voltada aos povos indígenas em um amplo conjunto de secretarias e autarquias do governo estadual. Há a necessidade de construir transversalidade nesses programas e ações, de forma que cheguem de forma articulada nas terras indígenas, em sinergia com as prioridades elencadas pelos povos indígenas nos seus Planos de Gestão e as pautas históricas das comunidades e organizações indígenas.

A atual Gestão do Governador Tião Viana avançou nos processos iniciados em 1999 pelos governos anteriores da Frente Popular, de efetivo reconhecimento da importância dos povos indígenas na formação e na contemporaneidade da sociedade e da cultura acreanas e do seu protagonismo em inovadoras iniciativas para o uso e a conservação das florestas do Estado. E procurou tanto consolidar e como inovar as políticas públicas para fazer frente aos atuais desafios enfrentados pelos povos indígenas, em sinergia com as principais diretrizes da atual gestão.

Criadas a partir de 1988, há hoje no Acre 43 associações indígenas, três cooperativas indígenas, três organizações “regionais” (que representam diferentes povos dos rios Juruá, Tarauacá e Envira), duas organizações de representação profissional (de professores e de agentes agrofloretais indígenas), duas organizações de mulheres indígenas, uma organização de indígenas “urbanos” e uma organização de base étnica, que representa as comunidades Huni Kui (Kaxinawá) que vivem em 12 terras indígenas.

Na gestão ocorreu a ampliação do número de secretarias e autarquias de governo, hoje treze, que desenvolvem programas, projetos ou ações específicas nas terras indígenas, abrangendo áreas de atuação antes não exploradas (como é o caso do etnoturismo, do incentivo aos serviços ambientais e da habitação). Há hoje instâncias (gerências, coordenações) formalizadas em cinco secretarias para o tratamento dos assuntos indígenas; há também vários grupos técnicos interinstitucionais para tratar de assuntos setoriais. Ampliou-se, por outro lado, o universo de terras indígenas beneficiadas pela atuação do governo estadual, alcançando regiões (como os altos rios Envira e Purus).

Avançou-se na consolidação da política de gestão territorial e ambiental para as terras indígenas, calcada nas diretrizes das duas etapas do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), na experiência acumulada nos programas de mitigação e compensação implementados nas terras indígenas impactadas pela pavimentação das BRs 364 e 317, bem como nas iniciativas da sociedade civil, associações indígenas e poder público, começadas em 2004, durante os processos de etnozoneamento e etnomapeamento das terras indígenas e da elaboração dos respectivos planos de gestão ambiental e territorial. Esta experiência pioneira serviu de subsídio, inclusive, à construção e ao delineamento das diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), promulgada por decreto presidencial em junho de 2012.

Das 36 terras indígenas no Acre, 29 tiveram etnozoneamentos e planos de gestão elaborados. Em 24 dessas terras, ações prioritárias dos planos de gestão, definidas pelas comunidades, nas áreas da produção sustentável, da valorização cultural e do fortalecimento institucional, foram implementadas por meio de convênios assinados com as associações indígenas, com recursos do ProAcre. O etnozoneamento está em fase de implementação dos planos das 34 terras indígenas (exceção feita às duas terras destinadas exclusivamente a povos isolados), e dar continuidade à atualização dos planos, em alguns casos, elaborados há uma década e à sua implementação.

De forma pontual, vale destacar ainda como iniciativas bem-sucedidas de apoio às comunidades indígenas, no marco mais amplo da gestão territorial, implementadas pelo governo estadual nos últimos três anos: a realização de oficinas de legislação indigenista e ambiental, capacitação e a distribuição de equipamentos para apoiar a vigilância dos limites das terras indígenas feitas pelas comunidades; a remuneração dos serviços prestados pelos agentes agrofloretais indígenas na coordenação das atividades de gestão territorial e produção agroflorestral em suas aldeias; a progressiva definição de mecanismos específicos, no âmbito do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), para apoiar, nas terras indígenas, iniciativas que possam fortalecer as ações de gestão territorial e contribuir para a manutenção da floresta em pé; o apoio às iniciativas culturais indígenas, tanto na forma de editais específicos com recursos do Funcultura, como aos festivais e às atividades de etnoturismo e de recepção de visitantes; e o apoio à organização do trabalho artesanal das mulheres indígenas.

Propostas para a Gestão 2015-2018

9.5.1.1 PROJETO ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS POVOS INDÍGENAS

Descrição:

Coordenar mecanismos interinstitucionais de articulação com secretarias e autarquias, de coordenação da política e das ações de governo nas terras indígenas, bem como de interlocução política com as comunidades e organizações indígenas. A orientação, coordenação e integração das ações de governo para os povos indígenas, executadas pelas diferentes secretarias e autarquias do governo terá como principal locus institucional o Comitê Gestor da Política para os Povos Indígenas, instituído em setembro de 2011, apoiado por outros grupos técnicos e instâncias setoriais, coordenadas por secretarias focais. Avançar, ainda, na institucionalização de instâncias de diálogo, participação e consulta com as comunidades e organizações indígenas. Esta discussão poderá resultar, por exemplo, na constituição de Conselho colegiada, de caráter consultivo, paritário, composto por membros de secretarias e autarquias do governo estadual, organizações indígenas e da sociedade civil, com objetivo de pactuar diretrizes, prioridades, normas e instrumentos, bem como de monitorar e

avaliar programas e ações, assegurando um mecanismo formal de diálogo, consulta e controle social pelos povos indígenas. Realizar Fóruns dos Povos Indígenas, reunindo organizações e lideranças indígenas de todas as terras indígenas do Acre, resultando na legitimação dessa instância anual de diálogo como momento importante para a apresentação dos programas e ações em curso, sua avaliação e a produção de subsídios pelas organizações e lideranças indígenas visando ao seu aprimoramento.

Objetivo:

Consolidar instâncias de governança da política pública para os povos indígenas.

9.5.1.2 PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL E DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM TERRAS INDÍGENAS

Descrição:

Priorizar a gestão territorial e ambiental enquanto foco da política do governo com relação às terras indígenas, por meio de processos de etnozoneamento e do apoio, técnico e financeiro, à implementação de ações nas áreas da produção sustentável, da valorização cultural e do fortalecimento institucional, definidas pelas comunidades e suas organizações nos planos de gestão de suas terras.

Objetivo:

Fortalecer os etnozoneamentos e os Planos de Gestão como instrumentos de diagnóstico e planejamento dos povos indígenas sobre as estratégias de conservação, uso sustentável e vigilância de seus territórios, e como norte para o diálogo e a pactuação com os órgãos de governo sobre como os programas e ações são executados em cada terra indígena. Apoiar as comunidades e suas organizações, com recursos humanos, técnicos e financeiros, na elaboração dos etnozoneamentos e dos Planos de Gestão, e em sua periódica atualização. Fomentar iniciativas produtivas agrofloretais e extrativistas, de criação de animais e de piscicultura, aliadas à incorporação de novas tecnologias e à oferta de uma assistência técnica adequada, visando à garantia da soberania alimentar, bem como à abertura de novas alternativas de renda para as comunidades e famílias indígenas. Garantir o acesso dos povos indígenas a mecanismos públicos de compra da produção, inclusive para a gradual "regionalização" da merenda nas escolas nas aldeias. Aproveitar novas oportunidades para fortalecimento da gestão territorial em sinergia com programas voltados a incentivar os serviços ambientais e a conservação e o uso sustentável dos ativos socioambientais dos das terras indígenas. Qualificar e fomentar ações protagonizadas pelas comunidades e suas organizações visando à vigilância dos limites de seus territórios, inclusive pelo estabelecimento de parcerias institucionais com órgãos federais com competências sobre a

fiscalização e proteção das terras indígenas e as unidades de conservação limítrofes.

9.5.1.3 PROJETO VALORIZAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS E TRADIÇÕES CULTURAIS DOS POVOS INDÍGENAS

Descrição:

Implementar mecanismos que garantam o respeito aos conhecimentos, usos, costumes, às crenças e tradições dos povos indígenas, em suas diferentes práticas e manifestações, por meio de sua valorização, fortalecimento, proteção, fomento, registro e divulgação.

Objetivo:

Fortalecer as expressões culturais e as identidades dos povos indígenas, contribuindo para a valorização de suas tradições e seu patrimônio material e imaterial, para sua proteção, registro e divulgação e para o reconhecimento de sua relevância para a diversidade cultural acreana. Assegurar um efetivo protagonismo das comunidades e organizações indígenas na formulação e execução das políticas públicas de cultura, dentre outras formas, pela sua participação em conselhos, fóruns e conferências; Facilitar o acesso dos povos indígenas aos recursos destinados à cultura e ao esporte, no âmbito de editais e prêmios específicos e de outros mecanismos contemplados no âmbito da Política Estadual de Cultura, garantindo estratégias de divulgação e comunicação apropriadas às realidades culturais das comunidades e das organizações indígenas. Promover encontros e eventos visando a possibilitar o intercâmbio cultural entre os povos, de forma a também divulgar a diversidade sociocultural para a sociedade acreana e a fomentar a construção de atitudes de maior respeito e orgulho com relação aos povos indígenas; Implementar programas e ações para a valorização da arte e do artesanato indígenas, por meio de sua valorização, registro, divulgação e, ainda, a qualificação dos artesãos e das organizações indígenas para a gestão da produção e para seu relacionamento com o mercado, como estratégia de geração de renda, no âmbito dos Planos de Gestão das Terras Indígenas. Apoiar atividades de etnoturismo e de ecoturismo sustentáveis nas terras indígenas, garantindo o protagonismo indígena dessas iniciativas, por meio da regulamentação dessa atividade, a capacitação das comunidades e demais atores envolvidos na cadeia e a certificação dos serviços oferecidos, enquanto alternativa para a valorização cultural, o fortalecimento institucional e a geração de novas alternativas econômicas, no marco dos Planos de Gestão das Terras Indígenas.

10 EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO



Nos últimos 16 anos, em governos da Frente Popular, os avanços no Eixo Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano estão marcados pelo fortalecimento da malha viária do Estado; pela promoção da integração – local, nacional e internacional (Estrada do Pacífico); pelo fortalecimento dos modais de transporte (rodoviário, aeroviário e hidroviário), e no desenvolvimento urbano por meio da habitação, saneamento ambiental, pavimentação das vias, obras estruturantes e energia.

Obras foram muitas, em todo Estado, e como destaque temos: Canal da Maternidade, Gameleira, Complexo Viário Amadeo Barbosa, Via Verde, Estrada do Pacífico, Cidade do Povo, Ruas do Povo e BR-364.

No caso da BR-364, merece um destaque especial, pois se alcançou a abertura definitiva da ligação entre a Capital e o Vale do Juruá, encerrando definitivamente o isolamento sazonal a qual estava sujeito os moradores daquela região.

Desafios ainda são muitos, mas adequar a infraestrutura às necessidades impostas pela sociedade é uma prioridade. No âmbito do desenvolvimento urbano, o desafio é consolidar as metas de construção de unidades habitacionais e urbanização, garantindo melhorias urbanísticas.

O governo da Frente Popular busca sempre melhorias nas condições de habitabilidade da população, em todos os municípios, por meio da pavimentação de vias urbanas, construção da infraestrutura para assegurar a circulação de passageiros e cargas no Estado, melhoria e expansão de saneamento e ampliação do acesso à energia.

Para viabilizar o alcance dos compromissos assumidos no âmbito do Eixo Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, se propõe uma programação organizada em 4 (quatro) áreas de resultados, sendo elas: Pavimentação e Saneamento Integrado, Habitação, Transporte e Obras.

10.1 ÁREA DE RESULTADO PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO INTEGRADO

O saneamento básico pode ser considerado o mais essencial de todos os serviços públicos, sob qualquer ângulo que se queira analisar. É indispensável à vida, consagrando-se, por isso, como direito humano fundamental. É elemento primordial para a melhoria da qualidade de vida e de saúde, sobretudo, pela sua interface com as ações de saúde pública, meio ambiente e uso sustentável de recursos hídricos. O saneamento constitui ainda, importante eixo do desenvolvimento sócio-econômico. Assim sendo, facilitar o acesso irrestrito a esses serviços, ou seja, promover a universalização, significa impulsionar o desenvolvimento com sustentabilidade.

Em que pese o notável avanço alcançado nos últimos anos, persistem históricos déficits dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado do Acre. A ausência de serviços afeta mais diretamente as

populações mais carentes, em todos os aspectos, exatamente as que mais necessitam dos benefícios do saneamento.

A presente proposta tem por objetivo contribuir para a elaboração do Plano de Governo Gestão 2015-2018 para o Estado do Acre no setor de saneamento básico, contemplando em sua plenitude as necessidades do estado para a universalização do serviço público de saneamento básico, abrangendo os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, conforme previsto na Lei Federal Nº11.445/07, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, garantindo qualidade e suficiência no suprimento dos mesmos, proporcionando melhores condições de vida à população do estado Acre, bem como a melhoria das condições ambientais

O Plano abrange as áreas urbanas dos municípios e contempla os componentes do saneamento básico, que compreende o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) Abastecimento de Água: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; e b) Esgotamento Sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados de esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o lançamento final no meio ambiente.

Este Plano proporcionará a universalização dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios do estado do Acre, bem como maior confiabilidade no sistema e na qualidade do produto gerado e melhorará os índices de saúde pública, de qualidade de vida e do meio ambiente, além de proporcionar benefícios salutar e sociais, ampliará a vida produtiva dos indivíduos economicamente ativos e diminuirá gastos particulares e públicos com consultas e internações hospitalares.

Neste sentido, a estruturação do setor de saneamento, pelas suas características de importante componente da saúde pública, é de vital importância para ampliar a eficiência operacional e para regularizar de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no município. Por outro lado, a autarquia obterá maior saúde financeira para perseguir seus objetivos e proporcionar sustentabilidade aos recursos investidos.

10.1.1 PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO INTEGRADO

O Programa de Pavimentação e Saneamento Integrado foi concebido para atender aos anseios da sociedade acreana manifestados nas oficinas de consulta pública para a elaboração do Plano de Governo para a Gestão 2011-2014, que ocorreram nos 22 municípios do Acre. Nessas atividades, a população acreana elegeu o déficit de saneamento e pavimentação nos municípios como

um dos macroproblemas que deveria ser tratado como prioritário na elaboração das políticas públicas na atual gestão estadual.

Além do compromisso de acolher a vontade da comunidade, o atual Governo, assim como os demais governos da Frente Popular do Acre, compreende a pavimentação de vias urbanas e os serviços de saneamento básico como elementos essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população, além de garantidores do exercício dos direitos à saúde e à livre locomoção, previstos na Constituição Federal.

De acordo com estudo divulgado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 65% das internações hospitalares estão relacionadas a condições inadequadas de saneamento. De forma geral, as doenças oriundas da falta de saneamento básico são decorrentes da quantidade e qualidade das águas de abastecimento, do afastamento e destinação adequada dos esgotos sanitários, do afastamento e destinação adequada dos resíduos sólidos e da ausência de uma drenagem adequada para as águas pluviais.

Quanto às externalidades proporcionadas pelos investimentos em obras de infraestrutura para abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, cabe destacar que dados da Organização Mundial da Saúde – OMS indicam que cada R\$ 1,00 aplicado produz uma economia de R\$ 4,00 nos gastos com saúde pública.

O déficit na oferta adequada de serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água é uma dívida histórica que o poder público brasileiro, nas suas três esperas de governo, possui com a sociedade. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE em 2000, até o fim da década de 1960 as políticas públicas de implantação dos serviços de saneamento básico no Brasil foram caracterizadas por medidas esporádicas e localizadas, realizadas geralmente pelos governos municipais, que na sua maioria não possuíam disponibilidade financeira para realizar os investimentos necessários para garantir a oferta adequada desse serviço.

Diante da insuficiência orçamentária dos municípios e da aceleração do processo de urbanização, o Governo Federal lançou, em 1971, o Plano Nacional de Saneamento – Planasa, que implantou um modelo de financiamento centralizado, com exploração dos serviços por companhias que integravam a estrutura dos governos estaduais. Com a execução do Planasa, a cobertura de abastecimento de água apresentou aumento significativo, atingindo, em 1991, uma abrangência de 86% da população brasileira urbana. O serviço de esgotamento sanitário apresentou resultados mais modestos, em 1991, apenas 49% dos brasileiros que residiam nos centros urbanos tinham acesso ao serviço por meio de rede coletora.

Nas décadas seguintes, com a extinção do Planasa e a consequente descentralização das ações, por meio de incentivos a uma maior participação dos municípios e do setor privado na oferta dos serviços, os índices de cobertura

de saneamento básico apresentaram avanços muito tímidos. De acordo com o Censo de 2000, o percentual de domicílios urbanos com cobertura de abastecimento de água pela rede geral era de 89%, enquanto que o percentual com acesso ao serviço de esgotamento sanitário por meio da rede coletora era de 56%. Em 2010, esses indicadores atingiram, respectivamente, os valores de 92% e 63%.

No Acre, as políticas públicas para o setor de saneamento básico, a partir do início do século XXI, têm sido tratadas com especial atenção pelos governos estaduais. Na cidade de Rio Branco, capital do Estado, entre 2000 e 2010, a oferta de água potável pela rede geral de abastecimento apresentou um crescimento de 55%, atendendo aproximadamente 50 mil domicílios urbanos, que corresponde a uma cobertura de 57%. Nesse mesmo período, a ampliação da oferta do serviço de esgotamento sanitário urbano com rede coletora, aumentou 80%, chegando a mais de 42,5 mil residências, que representa 49% dos domicílios urbanos.

Em termos relativos, a ampliação dos serviços de saneamento básico nos municípios do interior do Acre obteve resultados ainda mais expressivos; contudo, analisando-se a dimensão do percentual de cobertura da população nota-se que o déficit ainda é grande, principalmente no que se refere a esgotamento sanitário. Entre 2000 e 2010, o aumento da oferta de abastecimento de água potável foi 178% e da rede coletora de esgoto de 154%. Porém, em 2010, os índices de cobertura desses serviços eram de 70% e 7%, respectivamente.

O déficit de pavimentação de vias urbanas constitui uma herança do crescimento desordenado das cidades acreanas, que é consequência da dinâmica populacional do estado. O principal elemento das mudanças demográficas é o crescimento da taxa de urbanização dos municípios, fomentado pela falência dos seringais e a implantação de grandes fazendas pecuárias que ocorreram nas últimas décadas do século XX.

De acordo com o Censo 2010, o percentual de domicílios urbanos no Acre que estão localizados em ruas que possuem pavimentação é de 57%. Assim, estima-se que o déficit de pavimentação seja de aproximadamente 62 mil domicílios urbanos. Contudo, diferente do que ocorre com os serviços de saneamento básico, a cobertura de pavimentação é maior nos municípios do interior em relação a capital. Em Rio Branco, a quantidade de residências com rua pavimentada atinge um percentual de 56%, enquanto no interior do estado esse é uma característica de 58% dos domicílios urbanos.

Dados do Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento – DEPASA, indicam que, em 2011, o déficit de pavimentação de vias urbanas era equivalente a 860 km, referentes a 3.813 ruas, das quais 2.149 estão situadas em Rio Branco e as outras 1.664 pertencem os municípios do interior do Estado.

Enfim, apesar dos investimentos realizados e dos resultados obtidos pelas políticas públicas nas áreas de saneamento e pavimentação na última década, nota-se que a reivindicação da sociedade acreana recepcionada no Plano de

Governo é legítima e coerente com a realidade dos centros urbanos dos municípios do Acre. Ante o exposto, o Programa de Pavimentação e Saneamento Integrado assume o desafio de garantir que todo o cidadão acreano tenha a possibilidade de acesso aos serviços de pavimentação de vias urbanas, distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgotos e drenagem urbana.

Propostas para a Gestão 2015-2018

10.1.1.1 PROJETO RUAS DO POVO

Descrição:

O projeto prevê a continuidade das ações de pavimentação de vias urbanas iniciado durante a gestão 2011-2014, atendendo especificamente as ruas novas que foram abertas no decorrer dos últimos quatro anos e que ainda não receberam nenhum tipo de revestimento.

Objetivo:

Elevar a qualidade de vida da população acreana por meio da melhoria da mobilidade urbana, facilitando o acesso aos serviços públicos.

10.1.1.2 PROJETO REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – “ABASTECIMENTO 24 HORAS”

Descrição:

As perdas de água em sistemas de abastecimento englobam tanto as perdas reais (físicas) que representam a parcela não consumida e não registrada, como as perdas aparentes (sub-medição). As perdas reais originam-se de vazamentos no sistema que vão desde a captação até a distribuição propriamente dita, além de procedimentos operacionais como a ausência de manutenção preventiva nos equipamentos hidromecânicos e o rodízio no abastecimento. No que diz respeito às perdas aparentes, as mesmas originam-se de ligações clandestinas ou não cadastradas, hidrômetros parados ou com sub-medição, fraudes em hidrômetros e outras. É fundamental para a gestão eficiente do DEPASA que se implante e mantenha um programa de redução permanente de perdas, uma vez que esta providência se traduz em economia de insumos e aumento de receita, gerando recursos e possibilitando ao gestor promover novos investimentos para ampliação do sistema existente.

O sistema de abastecimento de água do município e Rio Branco opera, atualmente, com uma perda elevada causando impactos negativos nos serviços prestados pelo DEPASA. Estima-se que, aproximadamente, 68% da água tratada produzida em nosso município não é contabilizada. Assim, torna-se necessário a proposição de medidas para a redução e o controle das perdas, que vise tornar

mais eficiente a distribuição de água no município. Desse modo, o plano de ação de redução de perdas contempla a implementação de programas para a redução e controle de perdas reais e aparentes, além de também desenvolver ações voltadas para a eficiência energética e melhoria da gestão dos serviços prestados pelo DEPASA.

Objetivo:

Reduzir o índice de perdas e melhorar a eficiência do sistema de abastecimento de água do município de Rio Branco.

10.1.1.3 PROJETO OTIMIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS COM FOCO NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

Descrição:

A presente intervenção tem como meta a execução de benfeitorias para revitalização das unidades operacionais dos sistemas de abastecimento de água contemplando as unidades de Captação, Estações de Tratamento de Água, Estações de Bombeamento, Laboratórios e Centros de Reservação, garantindo a regularização do abastecimento de água para a população do município.

Objetivo:

Adequação das unidades consumidoras de energia com o objetivo de padronizar e modernizar suas instalações, visando a redução de custos de energia elétrica e de manutenção, agregando maior confiabilidade e regularidade ao sistema e garantindo a distribuição de água tratada para o atendimento da população do município.

10.1.1.4 PROJETO REGULARIZAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DA VAZÃO E ENCOSTAS DO RIO ACRE NAS ÁREAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO ACRE

Descrição:

A presente intervenção tem como meta a elaboração de diagnóstico, estudos e indicação de alternativas para regularização da vazão e estabilização das encostas na margem esquerda do Rio Acre, nas imediações da Captação de Água Bruta do complexo de produção ETA de Brasília, ETA I e ETA II em Rio Branco, tendo em vista que o avanço do processo erosivo do talude marginal apresenta elevado risco de desmoronamento das unidades que compõem os sistemas de captação. Considerando ainda a possibilidade de escolha de novo ponto, em encosta estabilizada, para a construção de nova Captação, se necessário, garantindo a produção de água tratada para a população dos Municípios. Além de mantermos o nível do Rio Acre numa cota estável para patrocinar captação de água bruta no verão e contornando o transtorno das

enchentes das cidades que estão implantadas nas margens do Rio Acre no período do inverno.

Objetivo:

Garantir a captação de águas no Rio Acre.

10.1.1.5 PROJETO COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DO POVO

Descrição:

A presente intervenção tem como meta a complementação do sistema de abastecimento de água para atendimento do Loteamento Cidade do Povo, abrangendo redes de distribuição, Ligações domiciliares, hidromedicação, poços tubulares, adutoras de água bruta e tratada, Estações Elevatórias e Centros de Reservação.

Objetivo:

Garantir o abastecimento regular de água pela rede geral de distribuição a todas as famílias residentes no loteamento Cidade do Povo.

10.1.1.6 PROJETO AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS COM FOCO NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR

Descrição:

A presente intervenção tem como meta a ampliação do sistema de abastecimento de água para atendimento das áreas não beneficiadas, bem como a execução de benfeitorias para a modernização e revitalização das unidades operacionais dos sistemas de abastecimento de água dos municípios do interior contemplando as unidades de Captação, Estações de Tratamento de Água, Estações de Bombeamento, Laboratórios e Centros de Reservação.

Objetivo:

Universalizar o abastecimento de água para a população dos municípios, bem como a regularizar o fornecimento de água potável, com maior confiabilidade no sistema e na qualidade do produto gerado, melhorando os índices de saúde pública e de qualidade de vida da população do estado.

10.1.1.7 PROJETO CONSOLIDAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE RIO BRANCO

Descrição:

O projeto prevê ações voltadas para a conclusão das obras dos sistemas de esgotamento sanitário do município de Rio Branco, abrangendo os sistemas da ETE Conquista, ETE Redenção, ETE São Francisco, ETE Cidade do Povo e dos

Sistemas Compactos de Tratamento de Esgoto. Contempla melhorias nas estações elevatórias de esgoto, emissários, estação de tratamento de esgoto, rede coletora de esgoto e ligações domiciliares.

Objetivo:

Consolidar e gerir o sistema de esgotamento sanitário do município de Rio Branco para alcançar, nesta etapa, a meta de 70% de atendimento da população com coleta de esgoto e índice de 100% de tratamento de esgoto.

Projeto Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nos Municípios do Interior

Descrição: A ausência de esgotamento sanitário relaciona-se, diretamente, com a saúde pública e gera inúmeros problemas para a população, tais como doenças, aumento de mortalidade infantil e consequente diminuição da qualidade de vida. Este projeto tem como meta a ampliação do índice de atendimento de esgotamento sanitário através da implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios do interior abrangendo: rede coletora, emissários, estações elevatórias de esgoto, estações de tratamento de esgoto, ligações domiciliares e módulos sanitários.

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida, de saúde e ambientais, através da implantação dos sistemas de coleta e tratamento dos efluentes domésticos gerados nos municípios do interior, reduzindo com isso o índice de doenças causadas pela veiculação hídrica.

10.2 ÁREA DE RESULTADO HABITAÇÃO

Habitação de Interesse Social é uma denominação de habitação exclusiva para o atendimento de famílias de baixa renda que são desprovidas de recursos financeiros próprios para aquisição de moradia salubre e digna no mercado imobiliário comum.

O local onde moramos é definido como o nosso lar, onde temos nossa privacidade, repousamos, expressamos nossos sentimentos familiares, desenvolvemos nossas vidas pessoais, cuidamos do nossa higiene e saúde, em um ambiente que ofereça a mínima condição de habitabilidade e dignidade humana.

Segundo Fernandes (2003), a habitação desempenha três funções diversas: social, ambiental e econômica. Como função social, tem de abrigar a família e é um dos fatores do seu desenvolvimento. Segundo Abiko (1995), a habitação passa a ser o espaço ocupado antes e após as jornadas de trabalho, acomodando as tarefas primárias de alimentação, descanso, atividades fisiológicas e convívio social. Assim, entende-se que a habitação deve atender os princípios básicos de habitabilidade, segurança e salubridade.

Na função ambiental, a inserção no ambiente urbano é fundamental para que estejam assegurados os princípios básicos de infraestrutura, saúde, educação, transportes, trabalho, lazer etc., além de determinar o impacto destas estruturas sobre os recursos naturais disponíveis. Além de ser o cenário das tarefas domésticas, a habitação é o espaço no qual muitas vezes ocorrem, em determinadas situações, atividades de trabalho, como pequenos negócios (ABIKO, 1995). Neste sentido, as condições de vida, de moradia e de trabalho da população estão estreitamente vinculadas ao processo de desenvolvimento.

Já a função econômica da moradia é inquestionável: sua produção oferece novas oportunidades de geração de emprego e renda, mobiliza vários setores da economia local e influencia os mercados imobiliários e de bens e serviços. A construção da habitação responde por parcela significativa da atividade do setor de construção civil.

10.2.1 PROGRAMA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O programa Habitação de Interesse Social é gerido pela Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB, criada em dezembro 2007 através da lei complementar nº 178 de 04 de dezembro de 2007, com o objetivo de planejar, executar e coordenar a política habitacional estadual, dentre outras funções, desde então vem prestando seus serviços com alta relevância para a sociedade acriana, com objetivo de diminuir e zerar o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, produzindo habitação e realizando intervenções urbanísticas em áreas insalubres de fundos de vale, com recuperação ambiental, remoção e realocação de famílias em unidades habitacionais salubres e dotadas de toda infraestrutura básica e equipamentos públicos, através de parcerias com o Governo Federal em Programas de Habitação Urbana e Rural, além de ser constantemente demandada por Habitação Emergencial de famílias em vulnerabilidade social.

Os beneficiários são subdivididos em três grupos de acordo com a faixa de renda familiar. A primeira faixa contempla famílias que se enquadram na renda até R\$ 1.600,00, estas são beneficiadas com unidades habitacionais a custo zero (remoção e reassentamento) ou com contrapartida do beneficiário de até R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais. Na segunda faixa estão as famílias que se enquadram na renda de até R\$ 3.250,00, neste caso a aquisição de unidades habitacionais são financiadas por agentes financeiros com subsídios monetários do Governo Federal. E, por fim, a terceira faixa compreende as famílias que se enquadram na renda até R\$ 5.400,00, neste caso a aquisição de unidades habitacionais financiadas por agentes financeiros com subsídios nas taxas de juros do Governo Federal.

Ainda que todo o esforço do Governo do Estado do Acre tenha sido empregado para uma solução no problema habitacional do Estado do Acre,

segundo o instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA houve um aumento no déficit habitacional no estado, ainda que nos anos de 2007 a 2008 e de 2009 a 2011 tenha reduzido. Atualmente o déficit habitacional do Estado do Acre é de 28.188 domicílios, que corresponde a 13,4% dos domicílios do Acre, isto significa uma evolução de 44,8% com relação ao déficit de 2007 (19.468 domicílios) e um aumento de 21,8% na relação de déficit por domicílios, com relação ao déficit de 2007 (11,0% dos domicílios), conforme nota técnica nº 05 do IPEA página 09, publicada em novembro de 2013.

A classificação do déficit atual ocorre da seguinte forma: coabitação, aqueles em que há mais de uma família no mesmo domicílio, colaboram com 49,7%; famílias que moram de aluguel 23,8%; famílias com domicílios em situação precárias 15,9%; e outras situações 10,6%. A causa crítica para esse comportamento do déficit está relacionada ao crescimento vegetativo da população, êxodo rural, migração de municípios do interior com a oferta de unidades habitacionais na capital, além da insuficiência de renda da população para aquisição de moradia digna.

Dentro de suas ações a SEHAB em parceria com o Governo Federal através da Caixa Econômica Federal – CAIXA, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, e prefeituras municipais, até o ano de 2010 fez a entrega de 2.689 unidades habitacionais em todo o estado do Acre.

Através da continuidade do programa estadual de habitação na gestão do Governador Tião Viana (2011 – 2014), a SEHAB já entregou 6.367 unidades habitacionais, em todo o estado, até maio/2014 e finalizará até dezembro/2014 mais 3.797 unidades habitacionais, totalizando mais de 10.164 unidades habitacionais.

O Projeto Cidade do Povo, criado na Gestão Tião Viana, estar sendo executado com a implantação de 10.518 unidades habitacionais em um só lugar, planejado com integração das políticas públicas e sustentabilidade social, ambiental e econômica, e em dimensões tem a magnitude, em relação à quantidade de domicílios, a 3ª maior cidade do Acre, e sozinha já representa a diminuição de 37,3% do déficit habitacional do Estado, e comparando ao déficit inicial de 2007 chega a 54%.

Propostas para a Gestão 2015-2018

10.2.1.1 PROJETO HABITAÇÃO URBANA

Descrição:

O Programa de Habitação Urbana contempla a produção moradias de interesse social em oferta quantitativa para a livre participação dos candidatos a beneficiários através de manifestação de interesse em um cadastro habitacional disponibilizado em formas normatizadas, além de também incidir na melhoria das

condições de habitabilidade da população carente que reside em áreas inadequadas através de remoção e reassentamentos em novas unidades habitacionais com requalificação urbana e recuperação ambiental das áreas de origem, com recursos dos programas federais Minha Casa Minha Vida e Programa de Aceleração do Crescimento.

Objetivo:

Reduzir do déficit habitacional quantitativo e qualitativo, com Produção de habitação de interesse social nas áreas urbanas regulamentadas dos municípios do Acre.

10.2.1.2 PROJETO HABITAÇÃO RURAL

Descrição:

O Programa de Habitação Rural estar direcionado para a melhoria qualitativa das moradias rurais abrangendo os produtores rurais, pescadores, extrativistas e os povos tradicionais indígenas, em conformidade com o Plano Nacional de Habitação, através de suas entidades representativas com estruturas organizacionais como sindicatos, associações e cooperativas, e ainda podendo o próprio Governo estadual ou municipal coordenar e executar diretamente como entidade organizadora, além de fornecer o apoio técnico e institucional viabilizando a execução do programa para a população rural.

No Acre, a partir de 2012 o Governo do Estado, tanto executou de forma direta como entidade organizadora, como mobilizou, apoiou e viabilizou para a população rural em todo o estado, a produção de mais 1.000 unidades habitacionais que melhorou a qualidade de vida do homem do campo e dos povos indígenas, dentre os quais, os primeiros indígenas contemplados foram os de Cruzeiro do Sul na TI Kampinas Katukinas, Tarauacá na TI 27 e em Feijó na Aldeia Morada Nova, além de mais unidades em projetos e contratação.

Objetivo:

Redução do déficit habitacional rural qualitativo, com Produção de habitação rural para os produtores rurais, indígenas, pescadores e extrativistas dos municípios do Acre.

10.2.1.3 PROJETO HABITAÇÃO EMERGENCIAL

Descrição:

Este programa visa atender àquela parcela da população carente que é atingida por algum desastre natural ou situação de sinistro em que venham a perder totalmente ou parcialmente sua casa e não possuam condições de se restabelecerem, ou que não possam retornar as casas por condições de riscos caracterizadas pela Defesa Civil, ou ainda os casos em que algum integrante da

família seja acometido de mobilidade reduzida definitiva, e a família não tenham condições de realizar as devidas adaptações/modificações em sua casa, para maior dependência deste ente, ou ainda em que a sua saúde ou de um membro direto da família, como pai, filho, irmão, dependa exclusivamente de uma unidade habitacional, comprovado por laudo médico a necessidade de uma habitação para adaptações especiais para aparelhos médicos.

Objetivo:

Produção de habitação de interesse social ou melhoria habitacional para famílias em situação emergencial de vulnerabilidade social, que não pode esperar o tempo necessário de contemplação nos demais programas habitacionais estabelecidos pelo governo federal e estadual.

10.3 ÁREA DE RESULTADO TRANSPORTE

O projeto político da Frente Popular, para o período 2015 - 2018, na Área de Resultado Transporte, está direcionado para a total consolidação dos benefícios que a integração do Estado alcançou com a ligação terrestre entre as regiões do Vale do Juruá e Vale do Acre, por meio da abertura definitiva da BR-364. Contempla também a manutenção e pavimentação asfáltica das principais rodovias estaduais, o aperfeiçoamento do sistema de transporte, nos modais terrestres, fluviais e aéreos. Além da integração estadual, o desafio para o quadriênio é garantir a infraestrutura necessária para promover o desenvolvimento econômico dos municípios e a mobilidade da população.

Dotar as cidades de equipamentos públicos capazes de fortalecer a infraestrutura de transporte é uma necessidade imposta pelos avanços econômicos, e nesse contexto o programa está recheado de intervenções como a construção de portos, rodoviária, pontes, rampas e outros dispositivos.

Os problemas a serem enfrentados pela gestão estão ligadas as precárias condições de trafegabilidade de parte dos ramais e rios, que dificultam o escoamento da produção agrícola. Os problemas são potencializados pelas condições inadequadas do solo, e alto custo de manutenção de ramais e desobstrução de rios e igarapés.

Como estratégia específica para fortalecer o escoamento da produção, se tem a elaboração de instrumentos específicos para o controle e fiscalização do transporte de cargas em rodovias e ramais; asfaltar pontos críticos dos ramais e melhorar a drenagem; ampliar novas tecnologias para tratamento e pavimentação dos ramais e estruturas de pontes; inovar na gestão da política de ramais; e ampliar as parcerias locais para a manutenção e aquisição de

maquinas e equipamentos, visando atendimento aos municípios na conservação e manutenção dos ramais, rios e igarapés.

Também são problemas para o programa: o alto custo de manutenção de rodovias e estradas; custo elevado de transporte aéreo, transporte hidroviário e falta de segurança nos serviços; trafegabilidade restrita de trechos rodoviários; custos elevados e deficiência na segurança dos transportes; falta de regulamentação estadual do transporte rodoviário de cargas e maior fiscalização nas rodovias estaduais, e estrutura precária ou até inexistentes em pontos de parada dos ônibus nos municípios.

10.3.1 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O programa visa consolidar a integração rodoviária do estado, garantindo a trafegabilidade de ramais e rodovias e dotando o Estado de equipamentos públicos necessários para o bom funcionamento do transporte rodoviário de passageiros e cargas.

Propostas para a Gestão 2015-2018

10.3.1.1 PROJETO CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA DE CRUZEIRO DO SUL

Descrição:

O município de Cruzeiro do Sul está ligado através de rodovias com os Municípios de Rodrigues Alves, Mâncio Lima e restante do Estado (através da BR-364), e ainda ligação com o município de Guajará - AM. Os vizinhos encontram em Cruzeiro do Sul os principais parceiros, tanto comercial, como na opção de oferta de serviços públicos e privados.

O projeto visa construir no município um Terminal Rodoviário, dotado de banheiros, pontos de venda de passagem, áreas de embarque e desembarque, pátio de manobra de ônibus, praça de alimentação, e outros equipamentos necessários para prestação de um serviço de transporte com qualidade, segurança e conforto.

Objetivo:

Dotar o transporte rodoviário intermunicipal de maior conforto e organização para os passageiros.

10.3.1.2 PROJETO CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA DE TARAUCÁ

Descrição:

Tarauacá, além de ser ponto de origem e destino de passageiros é rota de passagem dos ônibus que se deslocam do Vale do Juruá para Capital e vice versa.

O projeto visa construir em Tarauacá um Terminal Rodoviário, dotado de banheiros, pontos de venda de passagem, áreas de embarque e desembarque, pátio de manobra de ônibus, praça de alimentação, e outros equipamentos necessários para prestação de um serviço de transporte com qualidade.

Objetivo:

Dotar o transporte rodoviário intermunicipal de maior conforto e organização para os passageiros.

10.3.1.3 PROJETO CONSTRUÇÃO DA RODOVIÁRIA DE FEIJÓ

Descrição:

Feijó está localizada, praticamente na metade da distância rodoviária entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, além de ser ponto de origem e destino de passageiros é rota de passagem dos ônibus que se deslocam do Vale do Juruá para Capital e vice versa.

O projeto visa construir em Feijó um Terminal Rodoviário, dotado de banheiros, pontos de venda de passagem, áreas de embarque e desembarque, pátio de manobra de ônibus, praça de alimentação, e outros equipamentos necessários para prestação de um serviço de transporte com qualidade.

Objetivo:

Dotar o transporte rodoviário intermunicipal de maior conforto e organização para os passageiros.

10.3.1.4 PROJETO CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E VIAS ESTRUTURANTES NOS MUNICÍPIOS

Descrição:

O projeto abrange a execução dos serviços de tapa buraco, remendos profundos, sinalização e capina com intuito de conservar estrutura do corpo estradal. Bem como, executar a restauração do pavimento através dos serviços de reciclagem e recapeamento da capa asfáltica.

Objetivo:

Garantir trafegabilidade na malha rodoviária acriana.

10.3.1.5 PROJETO PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA AC – 445, TRECHO BUJARI – PORTO ACRE (VILA DO V)

Descrição:

Consiste em concluir a pavimentação asfáltica de trecho da Rodovia AC-445. A ligação é estratégica para os dois municípios, pois viabiliza um elo de

ligação comercial, facilita o escoamento da produção e materializa um segundo acesso do Município de Porto Acre ao restante do Estado.

Objetivo:

Garantir trafegabilidade da AC-445.

10.3.1.6 PROJETO PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÃO AC-10 COM BR-317 (NA VILA CAQUETÁ)

Descrição:

O projeto visa conceber uma ligação trafegável o ano todo, entre a Vila Caquetá e a sede administrativa do município de Porto Acre. No inverno, as condições de trafegabilidade são muito precárias, restando apenas uma alternativa, quatro vezes mais distante.

Objetivo:

Garantir ligação rodoviária entre Sede Administrativa de Porto Acre e Vila Caquetá.

10.3.1.7 PROJETO REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE LIGAÇÃO VIÁRIA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE RODRIGUES ALVES E PORTO WALTER

Descrição:

Não há ligação rodoviária entre o município de Porto Walter e o restante do estado. O acesso de pessoas e cargas, ao município, é realizado exclusivamente em pequenos aviões ou barcos. O projeto visa conceber um estudo de viabilidade técnica de uma ligação rodoviária do município com o restante do estado.

Objetivo:

Definir proposta técnica de ligação do município.

10.3.2 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE VIAS ESTRUTURANTES

O programa visa dotar os municípios de estrutura viária que melhore a fluidez no trânsito, garanta a segurança dos transeuntes e respeite as normas de acessibilidade.

Propostas para a Gestão 2015-2018

10.3.2.1 PROJETO URBANIZAÇÃO DAS VIAS DE ENTRADA DAS CIDADES DE FEIJÓ, TARAUCÁ E PORTO ACRE

Descrição:

Consiste em reconstruir pavimento, conceber drenagem, rede de água e esgoto, ciclovias, calçadas, arborização, sinalização e outras ações que tragam conforto e segurança para moradores, dos municípios de Feijó, Tarauacá e Porto Acre.

Objetivo:

Melhorar fluidez no trânsito, com segurança e conforto.

10.3.2.2 PROJETO URBANIZAÇÃO DA SAÍDA PARA O PACIFICO EM BRASILÉIA

Descrição:

Consiste em urbanizar toda a extensão do acesso a Estrada do Pacífico, desde a Ponte de Brasiléia, passando pela Av. Marinho Monte, chegando ao Hospital do Vale do Acre (em construção). O projeto vai dotar as vias de drenagem, rede de esgoto e água, calçadas acessíveis, ciclovias, arborização, iluminação e sinalização.

Objetivo:

Melhorar fluidez no transito, com segurança e conforto.

10.3.2.3 PROJETO URBANIZAÇÃO DA AC-405 (ESTRADA DO AEROPORTO) EM CRUZEIRO DO SUL

Descrição:

Consiste em urbanizar a Estrada do Aeroporto de Cruzeiro do Sul, entre a rotatória da Cohab a entrada do Mutirão. O projeto vai dotar as vias de drenagem, rede de esgoto e água, calçadas acessíveis, ciclovias, arborização, iluminação e sinalização.

Objetivo:

Melhorar fluidez no trânsito, com segurança e conforto.

10.3.3 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE VICINAL PARA ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO

As estradas vicinais (Ramais), são as principais vias de acesso as áreas de produtores rurais do nosso Estado. Vários avanços foram alcançados nos Governos da Frente Popular, quanto a trafegabilidade e a drenagem, porém, não foram o suficiente para tirar todos os produtores rurais do isolamento durante o período invernos. Atualmente, nossa malha viária de Ramais é de 13.000 km.

Os ramais geralmente estão em áreas onde o material existente é muito argiloso e muito expansivo, fazendo com que todo trabalho de melhoramento executados durante o verão, seja completamente destruído durante o inverno causando assim a interrupção do tráfego no período.

O Governo Federal e Estadual, vem a anos tentando resolver esta situação, através de vários convênios com o INCRA, que atua exclusivamente em Projetos de Assentamentos. Porém, temos visualizado que uma das soluções, para tentar solucionar o problema da trafegabilidade nas estradas vicinais (Ramais), é a de investir cada vez mais nos dispositivos de drenagem (Bueiros e Pontes de madeira).

Propostas para a Gestão 2015-2018

10.3.3.1 PROJETO MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DE RAMAIS.

Descrição:

O projeto visa investir em melhorias que garantam a trafegabilidade em ramais, dotando de obras de arte, utilização de pavimentação do tipo rachão (ramais tronco), drenagem superficial e solução de pontos críticos, fortalecendo o escoamento da produção rural, transporte escolar e movimentação de pessoas.

Objetivo:

Garantir o escoamento da produção agrícola.

10.3.4 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FLUVIAL

Este Programa visa tornar o Transporte Fluvial acriano forte, com a construção ou manutenção de estruturas físicas que viabilizam a operação desse modal de transporte.

Propostas para a Gestão 2015-2018

10.3.4.1 PROJETO CONSTRUÇÃO DE MINI PORTO NO RIO CAETÉ

Descrição:

O Rio Caeté é a principal alternativa de deslocamento para os moradores da Comunidade Boa Esperança. Há necessidade de construir rampas de desembarque e depósito de cargas, no entorno do encontro do rio com a BR-364, para facilitar o transbordo de carga entre modais de transporte e viabilizar o escoamento da produção daquela comunidade ribeirinha.

Objetivo:

Dotar o Rio Caeté de uma estrutura portuária.

10.3.4.2 PROJETO CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO PORTUÁRIO EM PORTO ACRE

Descrição:

Visa construir no município de Porto Acre, um porto do Tipo IP4, que tem estrutura para ancoragem de embarcações, dotado de iluminação apropriada, pátio de manobra de caminhões, depósito de cargas, rampas e demais estruturas de apoio.

Objetivo:

Garantir condições seguras para transbordo de cargas do transporte hidroviário para o transporte rodoviário.

10.3.4.3 PROJETO CONSTRUÇÃO DO TERMINAL PORTUÁRIO DE PASSAGEIROS EM CRUZEIRO DO SUL

Descrição:

Em Cruzeiro do Sul, chegam ou saem através do Rio Juruá 2 mil passageiros/semana, em média, utilizando vários tipos de embarcação. Como origem ou destino, eles estão relacionados principalmente aos municípios acrianos de: Rodrigues Alves, Porto Walter e Taumaturgo, ou ainda aos municípios amazonenses: Guajará, Ipixuna e Eirunepé.

Hoje o desembarque é feito em qualquer ponto as margens do rio, nas proximidades do Centro da cidade, sem estruturas mínimas de conforto e segurança.

10.3.4.4 O PROJETO VISA CONSTRUIR UM TERMINAL FLUTUANTE DOTADO DE BANHEIROS, ÁREAS DE EMBARQUE/DESEMBARQUE, ÁREAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PASSAGENS E OUTROS SERVIÇOS BÁSICOS

Objetivo:

Dotar o transporte hidroviário de passageiros de uma estrutura segura e confortável para os usuários.

10.3.4.5 PROJETO CONSTRUÇÃO DE DOIS PORTOS NO RIO PURUS

Descrição:

A Hidrovia do Purus é a única alternativa para deslocamento de cargas pesadas para o Município de Santa Rosa do Purus. O embarque/desembarque das cargas é feito precariamente as margens do rio, nas proximidades da ponte da BR-364 e nas proximidades do município.

O projeto contempla a construção de rampa, pátio de manobra de caminhões e iluminação específica.

Objetivo:

Garantir o embarque/desembarque de cargas pesadas nos portos do Rio Purus, próximo a ponte da BR-364 e próximo ao Município de Santa Rosa do Purus.

10.3.4.6 PROJETO CONSOLIDAÇÃO DAS HIDROVIAS DO JURUÁ E PURUS

Descrição:

O projeto consiste na consolidação do uso das Hidrovias dos Rios Juruá e Purus. E meta estabelecer o monitoramento de assoreamento de leito, implantação de sinalização de segurança, monitoramento de cota, desobstrução de canais e outras atividades que garantam a viabilidade e segurança da navegação.

Objetivo:

Garantir a navegabilidade no trecho acriano dos Rios Juruá e Purus.

10.3.4.7 PROJETO MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA HIDROVIÁRIA E PORTUÁRIA EXISTENTE.

Descrição:

Contempla a manutenção e melhoria da estrutura hidroviária e portuária existente. Ações como desobstrução de canais, reparos em acessos aos portos e

pátios de manobra, reparos na iluminação portuária, e outras, serão realizadas para que as atividades hidroviária e portuária possam ser realizadas.

Objetivo:

Garantir o funcionamento da estrutura hidroviária e portuária existente.

10.3.4.8 PROJETO CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSO A VILA CAQUETÁ

Descrição:

O projeto visa construir as margens do Rio Acre, rampas em concreto de acesso a ligação da sede administrativa do município de Porto Acre a Vila Caquetá. Atualmente, as rampas em terra batida necessitam constantemente de manutenção.

Objetivo:

Garantir segurança operacional na travessia do Rio Acre em Porto Acre.

10.3.5 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE AEROVIÁRIO

O programa visa garantir ao Estado uma infraestrutura Aeroportuária segura e eficiente, e que efetivamente auxilie na diminuição do impacto decorrente do isolamento que alguns municípios do Estado estão sujeitos.

10.3.5.1 PROJETO AMPLIAÇÃO DOS AERÓDROMOS DE TAUMATURGO E PORTO WALTER

Descrição:

O projeto contempla a ampliação da pista de pouso, construção de pequeno Terminal, dotar de equipamentos que auxiliam a viação e investir no acesso viário dos aeroportos.

Objetivo:

Aumentar a capacidade de operação do Aeródromo.

10.3.5.2 PROJETO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AERÓDROMOS ACRIANOS

Descrição:

O projeto vai garantir a manutenção das pistas de pouso, pavimento e drenagem, bem como os equipamentos de segurança do entorno do aeródromo.

Objetivo:

Garantir o funcionamento dos Aeródromos.

Projeto Operacionalização de Rotas Aéreas Acrianas

Descrição:

O projeto visa viabilizar a regularidade de rotas aéreas para os municípios isolados, disponibilizando passagens subsidiadas para a população.

Objetivo:

Garantir alternativa de transporte a população

10.3.6 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Este Subprograma busca dar os primeiros passos para a implantação do modal de transporte sobre trilhos no Estado do Acre. Além de outras vantagens, o uso de ferrovias é bem menos impactante, do ponto de vista ambiental, do que o modelo mais utilizado em nosso estado (rodovias). Buscar novas alternativas de transporte é uma necessidade imposta pela sociedade.

Propostas para a Gestão 2015-2018

10.3.6.1 PROJETO REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FERROVIA ENTRE O PERU E CRUZEIRO DO SUL

Descrição:

A necessidade de expandir as relações comerciais, geralmente esbarra na logística de transporte. Ofertas de rotas e modais de transporte facilita o estabelecimento de novas parcerias comerciais.

O projeto vai conceber um estudo de verificação de viabilidade técnica para a construção de ferrovia no Estado.

Objetivo:

Elaborar estudo de viabilidade técnica.

10.4 ÁREA DE RESULTADO OBRAS PUBLICAS

Através das últimas gestões de governo a partir do ano 2000, o Acre conseguiu reorganizar e ampliar a estrutura física da administração pública estadual, além de viabilizar a melhoria da qualidade de vida da população, resgatando a confiança e a autoestima dos cidadãos. Foram realizados planos,

programas e projetos no sentido de trazer melhorias não só à estrutura organizacional do Estado, como também para a qualidade urbana e ambiental nos municípios, como o bem estar social e na eficiência do atendimento público aos cidadãos.

O enfoque da área de resultado “Obras públicas” foi especialmente proposto para as regiões de alta concentração populacional e áreas de maior vulnerabilidade social. Por meio de ações articuladas com os municípios que visam atender demandas populares e projetos de infraestrutura foram realizados investimentos para suprir demanda por habitação, educação, saúde, segurança, cultura e lazer.

Dando continuidade ao trabalho realizado na última década de governo, a proposta é de continuar com a elaboração de projetos em programas existentes para contribuir com o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado do Acre, levando em consideração a cultura, a identidade e as características locais, priorizando o bem estar dos cidadãos e a evolução das cidades.

O crescimento populacional do Estado do Acre nos últimos anos imprimiu a necessidade de investimento em habitação de interesse social, notadamente no Município de Rio Branco. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, produto de um estudo que analisou as necessidades habitacionais da capital do Estado, traz diretrizes ocupacionais para atender às demandas por habitação de interesse social no Município.

O projeto Cidade do Povo visa suprir as carências de moradia do município de Rio Branco, advindas não somente de assentamentos precários em áreas inundáveis do Rio Acre e que sofrem com as cheias do período de chuvas na região, como também relacionadas à melhoria das condições de moradia já existentes. Tal fato demonstra o potencial que o empreendimento tem de minimizar o déficit habitacional do município de Rio Branco considerando a demanda por incremento de estoque e por reposição de estoque.

Propostas para a Gestão 2015-2018

O Estado do Acre tem passado por um intenso processo de transformação urbanística nos últimos anos, notadamente a partir do ano 2000, período em que os acreanos passaram a receber os maiores benefícios como a ampliação das redes de infraestrutura, implantação de equipamentos urbanos, obras de urbanização e habitação, entre outros.

O fato de o Este é hoje o principal gargalo da infraestrutura no estado, já que o Poder Público não pode ter relevância superior ao restante da sociedade, devendo sim colaborar e gerenciar intensamente os principais construtores, que são os cidadãos em suas atividades cotidianas, desde os empreendimentos

privados e a manutenção física da propriedade privada, até o pagamento pelos serviços públicos ofertados.

Neste período ocorreu a reconstrução de praticamente toda a área central, incluindo os espaços institucionais, o patrimônio histórico, da capital e de Xapuri, além da orla do Rio Acre em diversos municípios, permanecendo apenas o polígono correspondente ao entorno do Terminal Urbano em Rio Branco, atualmente em fase de projeto e execução por parte da prefeitura.

Nos bairros ocorreu, após décadas de inoperância, uma verdadeira retomada da centralidade local, com construção e revitalização de mais de 40 praças e inúmeros equipamentos comunitários nos últimos 8 anos e a atual ênfase nos centros comerciais locais por parte da prefeitura.

Como parte integrante das obras mais significativas do Estado do Acre ao longo da última década, destaque-se a ampliação da malha viária em conjunto com urbanização do entorno. A proposta de alargamento das vias mais importantes dos municípios com urbanização garante fluidez do tráfego e traz segurança aos pedestres, bem como promove integração de espaços e equipamentos públicos no local.

Durante este período todas as regiões da capital foram contempladas com o alargamento de vias como forma de constituir a hierarquia viária então inexistente, além de haver sido dobrada a quantidade de pontes sobre o Rio Acre e, no mínimo, triplicada a capacidade de tráfego através destas.

10.4.1.1 PROJETO CIDADE DO POVO SETOR I – OBRAS DA 2ª ETAPA

Descrição:

A Cidade do Povo SETOR I, maior empreendimento habitacional já idealizado pelo Estado, compreende um plano de ocupação para a área denominada SETOR I do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. O projeto foi dividido em duas etapas de execução, sendo que a primeira etapa teve suas obras iniciadas no ano de 2012 e seguem com previsão de conclusão para o ano de 2014. A segunda etapa da Cidade do Povo SETOR I é o objeto de execução desta obra para a próxima gestão de governo, que deverá contar com a construção de 7 mil moradias populares e de uma rede de equipamentos públicos de educação, saúde, segurança, lazer e cultura para atender aos moradores da região.

Objetivo:

O objetivo principal desta obra é de reduzir o déficit habitacional do município de Rio Branco. Segundo o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, o déficit habitacional estimado no ano de 2011 era de 31.096 moradias, considerando dados levantados pelo Governo do Estado do Acre e a Federação das Indústrias do Acre (FIEAC) em 2007, e considerando a entrega de unidades habitacionais pelos programas habitacionais. Paralelamente,

adotando-se a estimativa de habitantes no Município de Rio Branco para o ano de 2013, segundo o IBGE, de 357.194 habitantes e, de 336.038 habitantes levantados no censo de 2010, calcula-se que houve uma taxa de crescimento populacional de 6% nesse período, ou seja, de 2% ao ano. Com base nisso, pode-se estimar o déficit habitacional para o ano de 2014 calculando-se uma evolução de 2% por ano sobre o déficit habitacional apontado pelo PMHIS para o ano de 2011, subtraindo-se deste total, a quantidade de moradias entregues entre 2011 e 2013 e o total de moradias em construção na Cidade do Povo – Setor I. Através desses cálculos, tem-se um déficit de 17.209 estimado para o momento pós-ocupação da Cidade do Povo SETOR I. Nesse sentido, observa-se que o projeto demonstra significativo potencial em reduzir o déficit habitacional do município de Rio Branco, além proporcionar melhorias na infraestrutura urbana existente e descentralizar os serviços públicos de Rio Branco, atendendo a população com maior eficiência, através da implantação de equipamentos urbanos no empreendimento.

10.4.1.2 PROJETO CIDADE DO POVO SETOR II

Descrição:

A Cidade do Povo SETOR II compreende um plano de ocupação do SETOR II proposto pelo Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. O projeto deverá contar com a construção de moradias populares, além de fornecer uma rede de equipamentos comunitários que atenda à população local.

Objetivo:

Reduzir significativamente o déficit habitacional do município de Rio Branco e ampliar a rede de atendimento à população no que tange aos setores de educação, saúde, segurança, cultura e lazer. Através da análise feita com o impacto positivo gerado pela implantação da Cidade do Povo SETOR I e levando em conta o déficit habitacional estimado para o momento posterior à sua ocupação, calcula-se que a Cidade do Povo SETOR II deverá contar com a construção de, pelo menos, mais 10.500 moradias populares, que deverão ser atendidas por uma rede de equipamentos comunitários e de infraestrutura urbana, necessária para a manutenção do espaço urbano. Assim sendo, considerando a construção de 10.500 moradias na Cidade do Povo SETOR II, haverá ainda um déficit de 6.709 moradias, que deverá ser considerado para o desenvolvimento de planos ocupacionais futuros.

10.4.1.3 PROJETO CIDADE DO POVO – CRUZEIRO DO SUL

Descrição:

Propõe-se a construção de moradias populares concentradas em um novo bairro urbano: “Cidade do Povo em Cruzeiro do Sul”. Uma intervenção

urbanística nos padrões utilizados na Cidade do Povo em Rio Branco cuja meta será de 5.000 novas moradias cujo benefício direto será aproximadamente 17.500 habitantes e indiretamente terá impacto positivo sobre aproximadamente 70.000 habitantes .Com o Plano de Habitação de Interesse Social-PLHIS, o Município de Cruzeiro do Sul credencia-se perante o Governo Federal , especialmente, o Ministério das Cidades que é o gestor maior da Política Nacional de Habitação de Interesse Social e, assim, poderá receber recursos do Fundo Nacional de Habitação. De acordo com o Plano de Habitação – PLHIS da Cidade de Cruzeiro do Sul, a projeção da taxa de urbanização até 2023 terá um incremento de 23,6 %.

Objetivo:

Reduzir significativamente o déficit habitacional do município de Cruzeiro do Sul e ampliar a rede de atendimento à população no que tange aos setores de educação, saúde, segurança, cultura e lazer.

10.4.1.4 PROJETO IMPLANTAÇÃO DO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO NA AVENIDA AMADEO BARBOSA

Rio Branco é o centro administrativo, cultural e econômico do Estado do Acre. São aproximadamente 30.400 funcionários públicos na Capital, distribuídos em 65 órgãos e entidades. A grande quantidade de órgãos e entidades que hoje compõem a máquina político-administrativa que continua em instalações dispersas, e, muitas em instalações inadequadas para as atividades fins, como em prédios antigos e reformados, outras em edificações alugadas, em contexto provisório e, finalmente outras ficaram como anexos de edifícios. O desperdício na máquina administrativa poderia ser substituído, caso houvesse uma nova centralidade administrativa. Os beneficiários diretos deste empreendimento somam aproximadamente 38.046 pessoas e a população indireta beneficiada é de 776.463 pessoas. Os custos orçamentários estão estimados em: 1.350.000.000,00 (Hum bilhão e trezentos e cinquenta milhões de reais).

Objetivo:

Congregar atividades funcionais estratégicas ao desempenho da cidade na sua economia e proporcionar condições ambientais para as novas gerações, além de proporcionar economia de tráfego, de combustível e de tempo para funcionários e comunidade, contribuindo, sem dúvida, para construir com uma cidade mais sustentável.

10.4.1.5 PROJETO ORGANIZAÇÃO DAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO – OCA

A implantação da Organização das Centrais de Atendimento – OCA, na Cidade do Povo surgiu a partir da necessidade da introdução de melhores condições de acesso aos serviços públicos.

A Cidade do Povo terá uma alta demanda em relação à procura destes serviços, tanto da população que morará no local, quanto das pessoas que residem no seu entorno que irão apenas utilizar os serviços. Com isso, estima-se aproximadamente um fluxo de oitenta mil pessoas que terão este serviço à disposição.

A OCA reúne mais de 600 serviços, distribuídos entre 26 órgãos das esferas municipal, estadual e federal. Com previsão de cinco mil atendimentos diários, por meio do Balcão Multisserviços, traz uma inovação na prestação de serviços públicos, levando o cidadão a ganhar tempo, pois poderá solicitar vários serviços num mesmo ponto de atendimento, realizando-os sem a necessidade de passar por diversos órgãos.

O terreno possui uma área de, 5.821,149m². Para a elaboração do projeto deverá ser levado em consideração questões ambientais e de sustentabilidade que já predominam na Cidade do Povo.

Para o partido arquitetônico deverá ser definido um fluxo coerente para que os serviços possam ficar integrados, com as devidas conexões, gerando assim um funcionamento único e mantendo a independência de cada um deles.

Para que tudo isso aconteça, uma arquitetura procedimental inovadora será criada, para que facilite a interligação entre os serviços e a articulação das informações colhidas do cidadão no Balcão Multisserviços e repassá-las aos órgãos provedores de serviços, criando uma teia de ações para que cada órgão receba a informação de que necessita, a fim de que o cidadão receba o produto final: seus documentos.

Objetivo:

Melhorar o relacionamento do Estado com cidadãos, por meio da redução da burocracia, simplificação de processos e clareza nas informações, além de como impulsionar a permanente melhoria nos serviços prestados pelo Estado com foco pautado em facilitar a vida dos usuários e reduzir custos sociais e financeiros do serviço público.

10.4.1.6 PROJETO IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE GESTÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL – CIGMA

Descrição:

A Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), em conjunto com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas (SEOP), criaram o primeiro “Centro Integrado de Gestão e Monitoramento Ambiental-CIGMA” do Brasil.

O terreno, que tem uma área de 113.371.83m², possui duas nascentes e com o principal afluente ao Igarapé Judia a nível local. O projeto contempla e respeita essas particularidades e acontecerá em torno das mesmas considerando a área como: - uma “bacia de retenção” amortecendo o impacto do volume da água que chega ao Igarapé Judia devido à impermeabilização da área urbana.

Funcionará como um “corredor biológico”, a qual antes era uma área antropizada (pastagem) e será valorizada sendo futuramente área de contemplação, paisagismo e totalmente integrada ao projeto.

Todos esses aspectos citados acima colaboraram para a elaboração do Programa de Necessidades deste projeto, que conta com a articulação de 05 (Cinco) Órgãos Públicos diferentes, porém todos relacionados a questões ambientais. São estes: SEMA (Secretaria de Meio Ambiente – Área = 2.115m²), IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre - Área = 3.000m²), IMC (Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - Área = 1.290m²), ITERACRE (Instituto de Terra do Acre - Área = 1.500m²) e o Núcleo do CIGMA (Núcleo do Centro Integrado de Gestão e Monitoramento Ambiental - Área = 600m²) que vão se organizar conformando o novo Centro Integrado de Gestão e Monitoramento Ambiental, com área total de A=9.210m².

O partido arquitetônico foi definido levando em consideração um fluxo coerente para que as edificações pudessem ficar integradas, com as devidas conexões, gerando assim um funcionamento único e mantendo a independência de cada um deles, contribuindo finalmente com a gestão ambiental de maneira geral.

Objetivo:

Valorizar a ideia de Sustentabilidade e exatamente por isso sua construção foi destinada à Cidade do Povo, que também é um modelo de empreendimento desenvolvido levando em consideração as questões ambientais e, além disso, é uma zona de crescimento e reforça o objetivo do Plano Diretor de Rio Branco, pois colabora com a descentralização da mesma.

10.4.1.7 PROJETO IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE INTERESSE SOCIAL

Descrição:

O crescimento populacional na cidade de Rio Branco, o desenvolvimento econômico e as ações do Poder Público em prol da melhoria da infraestrutura urbana, bem como o fortalecimento da integração regional e internacional do Acre, tornaram-se fatores que impactaram diretamente na questão da mobilidade urbana, fazendo-se necessária a criação de planos, programas e projetos no sentido de contribuir para melhor fluidez do tráfego e o deslocamento por meio do caminhar e dos meios de transporte alternativos e sustentáveis.

Para tanto, é necessária a elaboração de um Plano Diretor de Mobilidade Urbana, o qual estabeleça diretrizes para ampliação e integração da malha viária dos Municípios do Estado do Acre, em especial da capital Rio Branco, que apresenta a situação mais crítica, bem como melhorias no sistema de transporte coletivo, propondo meios alternativos e sustentáveis de deslocamento, a exemplo do uso da bicicleta, e promover a acessibilidade de pedestres articulando-se funcionalmente com a dinâmica social, cultural e econômica da cidade. As obras de melhoria da estrutura física viária propõem a eliminação de pontos críticos e possibilitam a mobilidade acessível, com ciclovias, e corredores exclusivos para ônibus e, desta forma, incentivam a utilização do transporte coletivo e da bicicleta sobre o transporte individual.

Face às recentes intervenções urbanas realizadas no Município de Rio Branco, a exemplo da Cidade do Povo, torna-se imprescindível também o desenvolvimento de projetos estruturantes que permitam o fácil acesso e deslocamento entre o centro da cidade e as demais centralidades criadas com as intervenções urbanas.

Sendo assim, propõe-se a ampliação e da malha viária existente, notadamente das rodovias de acesso à capital e seus entornos próximos, bem como às vias de acesso à Cidade do Povo, além da urbanização com parque linear contíguo às vias estruturantes que fazem a interligação do eixo entre Cidade do Povo e Rodovia AC 40, o qual conte com ciclovias, calçadas e espaços para lazer e cultura.

Tais projetos dependem de estudos aprimorados quanto a:

- a) Entorno da BR 364 e bairros vizinhos;
- b) Impactos de circulação de pedestres e tráfego de veículos;
- c) Segurança e acessibilidade dos pedestres ao longo do eixo viário;
- d) Elaboração de legislação específica para a área de influência da BR 364, em um raio mínimo de 03 quilômetros;
- e) Elaboração de um novo zoneamento urbano para a região.

Objetivo:

Manutenção da dinâmica urbana, melhoria da acessibilidade e do conforto nos deslocamentos, redução no tempo das viagens e conseqüentemente, redução dos custos operacionais do sistema de transporte coletivo, proporcionando o aumento da velocidade média dos veículos (ônibus) e assegurando também melhorias nos índices de segurança e fluidez ao trânsito em geral.

10.4.1.8 PROJETO INTERLIGAÇÃO DA CIDADE DO POVO SETOR I COM A RODOVIA AC 40

Descrição:

Com a Cidade do Povo em fase de consolidação a partir das primeiras entregas de unidades habitacionais aos moradores, é imprescindível que sejam

realizados estudos para propiciarem uma maior mobilidade da população local tanto ao Centro de Rio Branco, como também aos demais Municípios do Estado.

A implantação da Cidade do Povo SETOR I apresenta-se de forma estratégica, pois permite que uma das principais vias arteriais do empreendimento faça a ligação do empreendimento à Rodovia AC 40, no trecho da curva do Tucumã. Dessa forma, o projeto prevê a ampliação da malha viária existente em Rio Branco com a construção de novas vias partindo da Cidade do Povo SETOR I em direção à Rodovia AC 40, garantindo a fluidez do tráfego local.

Objetivo:

O objetivo do projeto é de, além de consolidar-se em uma rota alternativa para o acesso ao centro da cidade e dar fluidez ao tráfego, facilitar a integração regional.

10.4.1.9 PROJETO URBANIZAÇÃO DO ACESSO DA CIDADE DE RIO BRANCO

Descrição:

Atualmente, o trecho compreendido entre a Via Chico Mendes e a Cidade do Povo, interligado pela BR 364, apresenta problemas de mobilidade, face à alta concentração de pedestres e ciclistas que circulam às margens da rodovia e ao alto tráfego de veículos provenientes da capital, dos demais municípios do Estado do Acre e dos Estados vizinhos. Nesse sentido, é fundamental desenvolver projetos que deem condições de trafegabilidade e de acessibilidade com segurança na região.

Com o objetivo de conciliar mobilidade com sustentabilidade urbana, propõe-se a criação de um parque urbano linear que faça a interligação entre a Cidade do Povo e a Via Chico Mendes, de modo que se estimule o deslocamento com segurança através do uso bicicleta e do caminhar. O parque linear deverá conter passeios acessíveis para os pedestres que transitam na região, oferecendo conforto e segurança no deslocamento, além de ciclovias, de forma a estimular o meio de transporte alternativo. Paralelamente, propõe-se a criação de espaços de lazer, de esportes, de recreação e de cultura no parque além de áreas para contemplação.

Além disso, é importante considerar um ponto de convergência de veículos e pessoas que se deslocam dos municípios e estados vizinhos no sentido da capital do Acre e que, por conta disso, é considerável o volume de veículos provenientes de três eixos de acesso a Rio Branco: BR 364 no trecho Via Verde, Rodovia AC 40 e BR 364 no trecho Porto Velho/Rio Branco. Levando em conta a atual configuração da malha viária no ponto nodal, deve-se considerar, ainda, o tráfego que será gerado após a ocupação plena da Cidade do Povo, ocasião em que cerca de 50 mil moradores do loteamento se deslocarão ao centro de Rio Branco e retornarão às suas moradias diariamente, além do acréscimo do

volume de pedestres e veículos que já faziam esse percurso antes da implantação do empreendimento.

Para a elaboração deste projeto, é necessário um estudo aprofundado que leve em consideração os bairros vizinhos, os fluxos diários de veículos e a segurança dos pedestres e ciclistas. É necessário fazer um levantamento de quantidades de veículos e pessoas na presente data, além de traçar uma projeção para os fluxos após a ocupação plena da Cidade do Povo, por ser um potencial polo gerador de tráfego para a região. Paralelamente, deverá ser previsto um projeto de urbanização do entorno dos eixos principais, além da ampliação da malha viária.

Objetivo:

Garantir a fluidez e segurança do deslocamento através da construção de um viaduto para dar suporte aos eixos viários existentes, de forma que se torne uma alternativa para os veículos que chegam à capital por meio das rodovias BR 364 e AC 40. Proporcionar acessibilidade a pedestres e segurança do tráfego de veículos e

10.4.1.10 PROJETO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA NA SERRA DO DIVISOR

Descrição:

O projeto visa conceber estudo de viabilidade técnica quanto a exploração mineral na Serra do Divisor. Esse estudo definirá o local e forma de exploração, a logística do transporte do produto, a necessidade de adequações as normas ambientais, o valor final do mesmo e a finalmente a viabilidade econômica.

Objetivo:

Garantir alternativa de oferta de agregado mineral para a construção civil, na Região do Vale do Juruá.

10.4.1.11 PROJETO CONSTRUÇÃO DE 2 PONTES NO ALTO ACRE

Descrição:

O projeto prevê a construção de uma ponte em Xapuri (acesso ao Sibéria) e uma ponte em Brasiléia (anel viário). Essas intervenções vão resolver problemas de isolamento e garantir a fluidez no trânsito.

Objetivo:

Garantir eficiência da malha viária.

10.4.1.12 PROJETO CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO VIÁRIO QUINTA PONTE, EM RIO BRANCO

Descrição:

O projeto prevê a construção da Quinta Ponte em Rio Branco, ligando Bairro 15 ao Aeroporto Velho, com urbanização da Boulevard Augusto Monteiro e Av. Nossa Senhora da Conceição (ambas Bairro 15) e Rua Acre (Bairro Aeroporto Velho). Essa proposta vai ajudar a diluir a concentração de fluxo viário existente na região da Rua Minas Gerais e Av. Ceara.

Objetivo:

Melhorar fluidez no trânsito da Capital.

10.4.1.13 PROJETO CONSTRUÇÃO DO PARQUE DOM GIOCONDO, EM RIO BRANCO

Desafio:

Com a consolidação do Projeto Cidade do Povo, várias famílias que habitam a área de risco localizada no Bairro Dom Giocondo serão remanejadas para o projeto habitacional. A área hoje habitada precisa ser ocupada com equipamento público apropriado. Conceber um Parque, dotado de pista de Cooper, cercas de proteção, linhas de drenagem e outros dispositivos, vai dotar a cidade de equipamento que contribui para a qualidade de vida e ainda caminha pela preservação dos recursos naturais.

Objetivo:

Levar mais qualidade de vida a população e respeitar o meio ambiente.

10.4.1.14 PROJETO REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA QUANTO A URBANIZAÇÃO DA MARGEM DO RIO ACRE, NO BAIRRO CIDADE NOVA, EM RIO BRANCO

Descrição:

Com a consolidação do Projeto Cidade do Povo, várias famílias que habitam as margens do Rio Acre no Bairro Cidade Nova, dentro da cota de alagação, serão remanejadas para o projeto habitacional. A área hoje habitada precisa ser destinada para uso público apropriado. Conceber a urbanização da margem, dotado de pista de Cooper, linhas de drenagem, avenida marginal e outros dispositivos, vai dotar a cidade de equipamento que contribui para a qualidade de vida, caminha pela preservação dos recursos naturais e ajuda a embelezar a cidade.

É preciso realizar estudo que demonstre a viabilidade do projeto e norteie uma aprovação de execução do mesmo.

Objetivo:

Nortear gestores quanto à viabilidade do projeto.

10.4.1.15 PROJETO URBANIZAÇÃO DO BALNEÁRIO IGARAPÉ PRETO, EM CRUZEIRO DO SUL**Descrição:**

O projeto prevê a revitalização e urbanização do mais conhecido espaço de lazer do Vale Juruá, dotando de quiosques, banheiro público, iluminação adequada, pátio de estacionamento, restaurantes, postos de observação, quadra de esportes, áreas de banho e outros equipamentos necessários.

Objetivo:

Levar maior qualidade de vida a população.

11 EIXO SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA



A proposta de governo da Frente Popular do Acre, para o quadriênio 2015-2018, está estruturada em Eixos Estratégicos que representam os campos de atuação prioritários das políticas públicas, a serem implementadas pela gestão do poder executivo estadual, orientadas, em conformidade com a imagem-objetivo do Plano, para promover a melhoria contínua e progressiva da qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva, a decisão política manifestada no plano é manter congregados em um Eixo Estratégico específico os serviços essenciais básicos de saúde, educação e segurança pública. Essa decisão reafirma e renova o compromisso dos governos da Frente Popular do Acre de empreender todo o esforço possível no sentido de garantir a todo o cidadão acreano o acesso pleno a esses serviços básicos, cuidando sempre do aumento da qualidade do serviço ofertado.

Ademais, essa escolha também é pautada na compreensão de que a saúde, a educação e a segurança pública constituem a base fundamental dos direitos sociais. Assim, a continuidade da política de ampliação do acesso e da qualidade desses serviços é essencial para seguir elevando a qualidade de vida das famílias acreanas, combatendo as desigualdades sociais e garantindo a construção de uma sociedade cada vez mais equânime.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o IBOPE Inteligência, realizou a pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira: Problemas e Prioridades do Brasil para 2014, que tinha o objetivo de identificar a opinião da população sobre os problemas e prioridades do Brasil para 2014. O resultado desse estudo mostra que para a sociedade acreana as políticas públicas devem atender a seguinte priorização: em primeiro lugar, a saúde pública, que foi indicado por 48% dos entrevistados; em segundo, a qualidade da educação, sugerido por 31% dos entrevistados; e, em quarto lugar, o combate à violência e à criminalidade, que recebeu a indicação 30% das pessoas ouvidas pela pesquisa.

Por conseguinte, fica evidente a importância desse Eixo Estratégico para a elaboração e execução das políticas públicas para a próxima gestão, tendo em vista que ele atua nas áreas que a sociedade considera mais vulneráveis e, por isto, importantes para intervenção governamental.

O Eixo Saúde, Educação e Segurança Pública está subdividido em três áreas de resultados, quais sejam: Área de Resultado Saúde; Área de Resultado Educação; e Área de Resultado Segurança Pública. Estas áreas de resultados comportam individualmente um conjunto de programas que agregam, em si, as propostas de projetos para a Gestão 2015-2018, apresentadas abaixo.

11.1 ÁREA DE RESULTADO: SAÚDE

A saúde constitui um direito fundamental e social garantido pela constituição nos artigos 6º e 196. Sendo um direito de todos os brasileiros, o Estado

tem o dever de assegurar que cada cidadão tenha acesso, igualitário e integral aos serviços de saúde, sejam eles de promoção, prevenção ou assistência.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) em sua constituição afirma que “Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social”. E continua dizendo que “Os Governos têm responsabilidade pela saúde dos seus povos [...]”.

Para garantir a efetivação do direito à saúde, conforme previsto na constituição, foi criado no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de assegurar a prestação de serviços de saúde gratuitos a todo cidadão. O SUS é a única forma de acesso aos serviços de saúde para a maioria do povo brasileiro.

De acordo com dados do Ministério da Saúde e Agência Nacional de Saúde, em 2012, apenas 5,9% da população acreana possuía cobertura de assistência médica por planos privados de saúde, o que significa que 94,1% da população acreana depende única e exclusivamente do sistema de saúde pública.

Importante ressaltar que mesmo o percentual coberto por planos particulares de saúde faz utilização de serviços do SUS para procedimentos de média e alta complexidade, tendo em vista a maior estruturação da saúde pública para estas modalidades frente à saúde privada em nosso Estado.

Entendendo a importância da saúde pública para a sociedade acreana, que possui mais de 90% de seus habitantes contando com os serviços do SUS, o Governo do Acre criou uma Área de Resultado da Saúde e o Programa de Promoção da Saúde.

O Sistema Único de Saúde - SUS tem, por todo gestor, uma constante e crescente busca do ideal democrático do direito a saúde a ser atingido para garantir o acesso de toda a população a ações e serviços saúde de forma integral, equânime e universal, permeado por princípios de humanização e de qualidade no atendimento ao cidadão.

A complexidade atual da situação epidemiológica, em que doenças transmissíveis, muitas delas tradicionalmente relacionadas com precárias condições de vida e/ou de saneamento ambiental, em que se incluem desde a tuberculose até doenças transmitidas por vetores (como a dengue, a malária), dividem importância com doenças e agravos não transmissíveis, muitos dos quais decorrentes de novos padrões econômicos e culturais (como a obesidade, a diabetes, os acidentes e a violência).

Esses fatos, associados às rápidas alterações demográficas, com a diminuição progressiva dos nascimentos e crescimento rápido da população de idosos, têm levado o Sistema Único de Saúde a agregar, com grande rapidez, novas regras, diferentes compromissos e diversificada tecnologia de gestão, na busca de responder às demandas de uma sociedade cada vez mais plural e complexa.

Assim, têm sido constantemente repensadas as formas de se alcançar a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as diretrizes em que foi concebido, implicando a mudança do modelo de atenção, privilegiando a promoção da saúde, a prevenção da doença, a organização de redes de atenção a saúde, sem prejuízo à assistência, ao planejamento e à regulação, o que exige o aprimoramento das ferramentas de gestão.

Nos últimos 16 anos do Governo da Frente Popular, é reconhecida a melhoria da infraestrutura, verificadas nas reformas, ampliações, construções de novas unidades de saúde e aquisição de equipamentos e mobiliários para qualificar e habilitar os serviços das redes de atenção à saúde do Estado em consonância com as normas técnicas vigentes e padrões de qualidade.

Os concursos públicos ocorridos nos últimos anos, os cursos técnicos, as especializações, mestrados e doutorados acessados pelos profissionais de saúde, tem garantido ganhos reais aos trabalhadores e a melhoria da qualidade da rede assistencial.

A reorganização das regiões de saúde e a articulação dos colegiados interfederativos regionais vêm contribuindo para o fortalecimento das regiões de saúde, quer seja pelo planejamento ascendente, quer seja pelo processo regulatório de acesso as ações e serviços de saúde oferecendo maior racionalidade ao sistema.

As intervenções de promoção da saúde, prevenção e organização da rede assistencial e fortalecimento da atenção primária têm concorrido para a redução da mortalidade infantil de forma sustentável.

Nas doenças endêmicas como malária, dengue, hanseníase, entre outras, tem-se utilizado estratégias de controle mais efetivas e articulação inter-setorial, cujos resultados rendeu prêmio da OPAS da 2ª melhor estratégia de controle da malária das Américas, assim como por dois anos consecutivos evitou a ocorrência de epidemia de dengue.

A gestão avançou no planejamento no que diz respeito tanto aos instrumentos de planejamento como aos novos instrumentos de planejamento das redes de atenção à saúde, captação de recursos, relatórios de gestão, contratualização, regulação e execução de ações estabelecidas a partir das metas propostas.

11.1.1 PROGRAMA PROMOÇÃO DA SAÚDE

O Programa de Promoção da Saúde tem como objetivo ampliar o acesso aos serviços de saúde, elevar a qualidade e humanizá-los, logrando com isso a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações. Este programa foi criado em atendimento às necessidades levantadas pela população durante consulta pública para elaboração do Plano de Governo da atual gestão (2011-2014).

Foram apontados três macroproblemas concernentes à área da saúde. A população identificou baixa cobertura e resolutividade no serviço de saúde, alto índice de doenças infectocontagiosas e doenças crônico-degenerativas e alta mortalidade materna e infantil no Estado do Acre.

Para aumentar a cobertura dos serviços de saúde o governo ampliou a rede de assistência em Rio Branco e no interior do Estado. Entregou à população do Juruá o Hospital da Mulher e da Criança com 65 leitos, sendo cinco de UTI e cinco UCI. Entregou a unidade hospitalar de Assis Brasil. Fez ampliação do número de leitos no Hospital da Criança, de 54 para 74 leitos, e da FUNDACRE de 151 para 227, totalizando um incremento de 96 leitos. Entregou obras de ampliação no Hospital da Família de Santa Rosa do Purus, Hospital da família de Porto Walter e hospital da Família Marechal Thaumaturgo, aumento de 24 leitos.

Além disso, implantou Salas de Coleta e Laboratórios nos hospitais do interior, nos municípios de Santa Rosa, Vila Campinas, Marechal Thaumaturgo e Jordão e aparelhos de Raio X nos Hospitais de Rodrigues Alves, Porto Walter, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo e Jordão.

Existem obras em execução, em diferentes níveis de andamento, que irão ampliar ainda mais a oferta dos serviços públicos de saúde. Entre elas podemos citar o Hospital Regional de Brasília, o Instituto de Traumatologia do Acre (INTO), a UPA da Sobral, a UPA da Cidade do Povo, a UPA de Cruzeiro do Sul, e finalização do Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco (HUERB).

Houve também a contratação de 36 médicos nas especialidades de pediatria, clínica geral e gineco-obstetria, o que permitiu melhorar e elevar o número de atendimentos. Em 2010, foram feitos 86.627 atendimentos. Em 2013, o número elevou-se para 151.002 atendimentos.

O projeto Saúde Itinerante, que atende populações de lugares isolados e comunidades de difícil acesso no interior e unidades penitenciárias, ampliou o número de atendimentos de 12.178 em 2011 para 17.292 em 2013, apresentando um crescimento de 42% em dois anos. Os procedimentos realizados também cresceram 39,4%, no mesmo período. Por meio desse projeto, entre 2011 e 2013, foram atendidas ainda cinco unidades penitenciárias do Estado.

Outro importante projeto que beneficiou a população acreana, especialmente os idosos, foi o projeto "Cuidando dos Seus Olhos". Entre 2011 e 2013 foram realizadas 60.209 consultas oftalmológicas, 26.650 cirurgias de catarata, 6.231 cirurgias de pterígio (carne crescida) e 339.014 exames complementares necessários à realização das diversas cirurgias.

O governo também organizou operações especiais de cirurgias (os mutirões de cirurgia) nos municípios de Senador Guiomard, Feijó, Tarauacá e Brasília, para zerar a fila de cirurgia no Acre.

Para garantir atendimento humanizado à população acreana foi criado o projeto de humanização dos serviços de saúde. Este projeto busca o respeito aos direitos do usuário, a qualidade do atendimento e a valorização do trabalho e

do trabalhador da saúde, construindo um ambiente mais humanizado e com garantia de resolutividade.

Ainda com o intuito de melhorar o atendimento da saúde, o governo do Estado instalou a Ouvidoria do SUS, para que a população possa manifestar a sua opinião sobre os atendimentos prestados nos hospitais acrianos e demais unidades de saúde. A missão da Ouvidoria é promover o exercício da cidadania e fortalecer as diretrizes do SUS na busca da crescente qualidade dos serviços prestados.

O Governo do Acre também desenvolveu ações como forma de prevenir doenças e agravos, entre estas ações podemos citar o projeto de fortalecimento da atenção primária, que tem como base a Estratégia de Saúde da Família (ESF). As equipes de Saúde da Família são responsáveis por prestar assistência integral e permanente nas unidades básicas de saúde e nas residências e são compostas por, no mínimo, um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com um dentista, um auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de cerca de 3 mil a 4 mil pessoas de uma determinada área, e estas passam a ter corresponsabilidade no cuidado à saúde, sobretudo na prevenção das doenças. De 2010 a 2013 foi ampliado o número de equipes ESF de 171 para 187, importando um aumento de 16 equipes em nosso Estado, o que significa mais 48.000 pessoas cobertas pela Estratégia de Saúde da Família.

Outro importante projeto de prevenção de doenças e agravos é o projeto de combate à malária. Para o combate à malária foram realizadas ações de controle do vetor da doença com eliminação dos focos e criadouros, distribuição de mosquiteiros impregnados, borrifação de inseticida, telagem das janelas e portas das casas localizadas em áreas de alto risco, sendo a prioridade para a regional do Juruá. O trabalho do Acre no combate à malária foi reconhecido internacionalmente em 2011 e 2012 como uma das melhores estratégias de controle da malária das Américas.

O projeto guerra contra a dengue desenvolveu ações de combate à dengue em parcerias com o Governo Federal, os municípios e a comunidade, especialmente na capital, Rio Branco. As ações de interrupção da cadeia de transmissão da doença tiveram como estratégia a limpeza de terrenos e remoção de lixo, bloqueio químico com borrifação de inseticida, distribuição de capas para caixas e reservatórios de água, além de ações de natureza educativa para a população. Entre 2011 e 2012, o Acre obteve importantes resultados no combate à dengue, reduzindo o número de casos notificados de dengue de 20.654, em 2010, para 3.260, em 2012. Nos dois últimos anos não foram registrados óbitos por dengue.

Para reduzir a mortalidade materna e infantil, terceiro macroproblema apontado pela população, foi criado o projeto de estruturação da rede de atenção à saúde da mulher e da criança que implementou o Plano de

Qualificação das Maternidades (PQM). Houve também ações de qualificação dos trabalhadores que atuam na rede obstétrica e neonatal. Ações de Promoção do aleitamento materno com a implantação da Rede Amamenta em 12 Municípios; implantação da estratégia nacional de promoção da alimentação saudável (ENPACS), em 12 municípios, e certificação 01 serviço de maternidade na Iniciativa Hospital Amigo da Criança – IHAC. Dentro da Saúde Itinerante foram realizados 2.595 exames de controle do câncer de colo de útero (PCCU) em mulheres de 25 a 59 anos, 3.456 consultas em ginecologia e 2.645 consultas em pediatria. Todas estas intervenções têm concorrido para a redução da mortalidade materna e infantil de forma sustentável.

Os indicadores de saúde confirmam os resultados apresentados acima, mostrando a significativa melhora dos serviços prestados à população.

A taxa de mortalidade infantil declinou de 17,4 por mil nascidos vivos, em 2010, para 13,9, em 2011, sendo a segunda maior redução do Brasil. A tendência é de queda nos últimos anos. Entre 2000 e 2011, o Estado conseguiu reduzir em 55,6% a taxa de mortalidade infantil, sendo a maior redução verificada no Brasil, o que nos leva a crer que, em 2012 e 2013, a mortalidade tenha diminuído ainda mais.

A taxa de mortalidade materna diminuiu 45%, entre 2010 e 2012, e hoje o Estado encontra-se em primeiro lugar com o maior índice de queda da mortalidade materna.

Com as ações de combate à Malária, entre 2010 e 2012, houve queda no Índice Parasitário da Malária (IPA) de 49 para 35 exames positivos por mil habitantes. Neste mesmo período, a taxa de incidência de dengue diminuiu 94%. O índice de infestação predial em Rio Branco caiu de 6,5%. Em 2010, para 2,8%, em 2013. A taxa de letalidade por dengue no Acre saiu de 10,5% para 0% no mesmo período, não havendo nenhum registro de morte por dengue desde 2012.

O Acre apresentou ainda o maior percentual de cura de casos novos de hanseníase em comparação com as demais Unidades da Federação, com 94% de cura em 2012. Em se tratando de atenção primária, no Estado, houve ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família - ESF de 63,7%, em 2010, para 73,9% em 2012.

Propostas para a Gestão 2015-2018

11.1.1.1 PROJETO ATENÇÃO À SAÚDE

Descrição:

Promover o atendimento das necessidades de saúde da população com qualidade, em todos os níveis de assistência, por meio de um conjunto de ações e serviços de caráter individual e coletivo. Intensificando os investimentos com foco no aperfeiçoamento do modelo de gestão participativa e por resultados

nas áreas estratégicas da gestão e assistência, bem como atuar na formulação e implementação das políticas de atenção básica e especializada no Estado.

Objetivo:

O projeto objetiva garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado para o atendimento das necessidades de saúde, promovendo o reposicionamento da Atenção Primária no sistema organizacional articulada com a Atenção Especializada e demais pontos de atenção à saúde. Fortalecer a Redes de Atenção à Saúde, priorizando os componentes da organização das Redes Temáticas: Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção as Pessoas com Deficiência, Rede de Atenção as Doenças Crônicas, Rede de Atenção Psicossocial.

11.1.1.2 PROJETO APRIMORAMENTO DA GESTÃO

Descrição:

Implementação da gestão por resultados, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa, participação social e financiamento estável, bem como a efetivação das ações de planejamento, revisão da estrutura organizacional, desenvolvimento do plano diretor de investimentos, controle, avaliação, regulação, auditoria e ouvidoria no SUS, gestão do trabalho e fomentar a articulação das redes de atenção à saúde.

Objetivo:

Implementar o planejamento no sistema de saúde do Estado, dando ênfase ao combate ao desperdício de recursos e a otimização dos recursos disponíveis, planejamento de investimentos na saúde, aprimoramento da regulação, contratualização da relação público-privado, geração de maior racionalidade e qualidade no setor de saúde.

11.1.1.3 PROJETO GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Descrição:

Contribuição à adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos trabalhadores do SUS.

Objetivo:

Implementar e fortalecer a Política de Educação Permanente nas Regiões de Saúde de acordo com a necessidade dos serviços, assim como a política de Valorização dos trabalhadores do SUS.

11.1.1.4 PROJETO VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Descrição:

Desenvolvimento permanente da observação e análise da situação de saúde da população promovendo um conjunto de ações integradas com vistas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde da população, por meio das ações de vigilância em saúde.

Objetivo:

Implementar a Política de Vigilância Saúde, desenvolvendo ações de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador nas Regiões de Saúde do Estado do Acre.

11.1.1.5 PROJETO SAÚDE PARA A POPULAÇÃO VULNERÁVEL

Descrição:

Implementação da política de atenção à saúde indígena, das populações negra, ribeirinha, campo e floresta; LGBT, de rua, com privação de liberdade; e de profissionais do sexo, baseado no cuidado integral, com observância às práticas de saúde e às medicinas tradicionais, com controle social, e garantia do respeito às especificidades culturais.

Objetivo:

Ofertar assistência integral às populações vulneráveis, ações de educação permanente para os profissionais de saúde, intensificar a mobilização social e aperfeiçoar as instâncias de decisões compartilhadas.

11.1.1.6 PROJETO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES EM SAÚDE

Descrição:

Fomentar e difundir ações de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação em saúde no âmbito do Estado.

Objetivo:

Fortalecer o complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda estadual de desenvolvimento econômico, social e sustentável, com redução da vulnerabilidade do acesso à saúde.

11.1.1.7 PROJETO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

Descrição:

Garantia da assistência farmacêutica e insumos estratégicos no âmbito da rede de atenção à saúde do SUS.

Objetivo:

Fortalecer e qualificar o acesso à Assistência Farmacêutica e aos insumos estratégicos de acordo com a legislação vigente, no sistema de saúde.

11.2 ÁREA DE RESULTADO: EDUCAÇÃO

A educação é um dos direitos humanos fundamentais, amparado por normas nacionais e internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “toda pessoa tem direito à educação”, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional afirma que “é direito de todo ser humano o acesso à educação básica”. Quando se trata de crianças e adolescentes, tanto a Constituição Federal (artigo 227) como o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4 da Lei nº 8.069/90) preveem que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os direitos fundamentais com absoluta prioridade, entre os quais, o direito à educação.

Além de constituir-se um direito, é consenso que a educação tem importância fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, contribuindo ativamente para o seu crescimento econômico, desenvolvimento cultural e social. A educação possui um alto potencial de transformação dos indivíduos e desempenha um papel central na superação da condição de pobreza. Por meio da educação as pessoas têm maiores chances no mercado de trabalho, participam mais ativamente da vida democrática, têm pleno conhecimento de seus direitos e deveres.

Por este motivo, no Estado do Acre, a educação é considerada uma área estratégica para o desenvolvimento local e, desde 1999, o Governo do Estado tem realizado fortes investimentos em todos os segmentos da educação básica, empenhando-se para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

As políticas públicas implantadas na área da educação visam assegurar à população a universalização do ensino escolar com qualidade. As medidas adotadas para atingir essa finalidade envolvem a ampliação do acesso aos serviços educacionais, inclusive para as comunidades rurais mais isoladas; a melhoria na infraestrutura física das escolas; o combate ao analfabetismo adulto; o aumento da permanência do aluno na escola; a valorização dos professores por meio de melhores salários, programa de formação continuada, formação inicial superior, dentre outras.

No que se refere à educação profissional, o processo de dinamização e crescimento econômico experimentado pelo Estado do Acre, na última década, evidenciou alguns obstáculos para o pleno desenvolvimento da sociedade acreana, dentre eles a baixa escolaridade, escassas oportunidades de qualificação profissional e o elevado contingente de pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, nas zonas urbana e rural.

Dessa forma, com o objetivo de superar essa situação e ciente da importância da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, o Governo do Acre posicionou-se estrategicamente no sentido de reunir esforços para a promoção dessa modalidade educativa em todo o território acreano, visando à elevação da base de competências dos trabalhadores e à ampliação das oportunidades educacionais de jovens e adultos, sobretudo os de baixa escolaridade. Esse incentivo reflete a visão de governo e o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do Estado, focado na elevação do potencial produtivo do homem, através da educação profissional para acesso ao mercado de trabalho.

Atuando como uma rede dinâmica, o Instituto Dom Moacyr, por meio de suas unidades de educação profissional e tecnológica, vem beneficiando milhares de pessoas, entre jovens e adultos, alavancando os arranjos produtivos locais e empoderando as organizações comunitárias, com áreas de abrangência que contempla os centros urbanos, comunidades rurais e florestais e até as mais distantes terras indígenas da fronteira Amazônica.

11.2.1 PROGRAMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

Na elaboração do Plano de Governo para a Gestão 2011-2014, a sociedade acreana, por meio de oficinas públicas realizadas em todos os municípios do Estado, teve a oportunidade de manifestar sua opinião e apontar os principais problemas vivenciados pelo povo do Acre e que deveriam ser o foco das políticas públicas da atual gestão. Na área de educação foram elencados quatro grandes problemas que pautaram a elaboração do programa de educação do Governo Tião Viana.

De acordo com a opinião da população manifestada nas oficinas de consultas públicas, até 2010, a qualidade da educação no Acre havia melhorado substancialmente, mas ainda não tinha atingido padrões satisfatórios; e a evasão e a repetência continuavam sendo desafios para o sistema público de ensino. Foram definidas como causas críticas dessa situação a deficiência da prática pedagógica na sala de aula em relação à necessidade de aprendizagem dos alunos e a baixa frequência dos alunos na escola.

Outro macroproblema definido pela sociedade foi que o estado do Acre ainda não havia universalizado o acesso à educação básica. Como causa crítica para esse problema foi identificado um quadro insuficiente de pessoal

qualificado para atender a demanda da educação básica, principalmente nos municípios de difícil acesso e nas comunidades mais isoladas. Assim, a estratégia a ser adotada deveria ser a ampliação de ações de atendimento às comunidades rurais e indígenas com condições básicas para o funcionamento das modalidades de ensino nessas comunidades de difícil acesso.

Além disso, a população manifestou a necessidade de aperfeiçoamento dos processos de gestão da escola e da Secretaria de Estado de Educação, principalmente no que se refere aos mecanismos de avaliação e controle da gestão escolar e ao fortalecimento da autonomia da escola para que possam construir projetos escolares que assegurem o alcance de padrões de qualidade satisfatórios.

Diante desses macroproblemas, o Governo Tião Viana construiu o Programa Educação Básica de Qualidade para Todos, conduzido pela Secretaria de Estado de Educação e Esporte que tem como objetivo garantir o acesso à educação básica de qualidade, buscando o desenvolvimento pleno do aluno e a redução do analfabetismo.

Nas ações voltadas para a aceleração da aprendizagem, até dezembro de 2013, os resultados mostram o atendimento de 7,5 mil alunos nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e 10,8 mil alunos segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano). No ensino médio, o número de alunos matriculados em projetos de enfrentamento ao problema de distorção idade-série chega a 5,2 mil estudantes.

O projeto Alfabetização de Jovens e Adultos que tem como objetivo reduzir o analfabetismo da população com idade entre 15 e 64 anos, conseguiu atender 20 mil estudantes. Além disso, nas ações de promoção da educação indígenas foram atendidos, em média, 4,7 mil alunos por ano, enquanto na promoção da educação especial foram atendidos anualmente, na rede regular de ensino, em média, 5,9 mil alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

A qualificação dos profissionais da educação também constitui um dos focos da política de educação com vistas à melhoria da qualidade do serviço ofertado a população. Nas ações voltadas para essa temática, foram ofertados 1,4 mil vagas para servidores não docentes em cursos técnico e superior de tecnologia em processos escolares; 1,9 mil vagas em cursos de graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização; e 400 vagas em cursos de graduação para professores da rede estadual de ensino interessados em fazer uma segunda licenciatura.

No projeto de reestruturação dos espaços que integram a rede pública estadual de educação os principais resultados obtidos foram a ampliação de escolas com a implantação de 163 novas salas de aula, a construção de 30 novas escolas, a melhoria de estrutura física de 275 escolas que foram reformadas e a construção de 11 quadras poliesportivas.

Esses resultados alcançados pela política de educação do Governo Tião Viana são evidenciados pelo comportamento dos indicadores de educação. Assim, pode-se notar uma significativa redução da taxa de analfabetismo que, em 2009, era 16,2%, reduzindo para 13,2%, em 2012, o que mostra uma variação negativa de 18,5% no percentual da população analfabeta no Acre. O principal obstáculo para erradicar o analfabetismo no Estado é atrair o público alvo para a sala de aula, visto que 91% dos analfabetos têm acima de 30 anos.

No que diz respeito à qualidade, os indicadores educacionais também apontam alguns avanços. No ensino fundamental, a taxa de aprovação apresentou uma variação positiva, em 2009, o percentual era de 85,6%, em 2012, esse valor chegou a 88,6%; outra evidencia observada no mesmo período é a redução da taxa de abandono, que apresentou uma alteração de 4,9% para 3,4%. No ensino médio, nota-se que houve uma importante redução na taxa de abandono, que, em 2009, era de 13,5% e, em 2012, chegou a 10,8%, ou seja, houve uma redução de 20% no valor desse indicador; contudo, apesar de conseguir manter mais alunos na sala de aula, nesse período observa-se um decréscimo de 1,7% na taxa de aprovação, que saiu de 78,3% para 77,0%.

A distorção idade/série, que representa a defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando, constitui um dos grandes problemas das escolas públicas não apenas no Acre, mas no país. Em 2010, a taxa de distorção idade/série mostrava que, no Acre, 26% dos alunos do ensino fundamental não estavam matriculados na série recomendada para a idade que possuíam; em 2013, esse percentual apresentou uma pequena redução, chegando à marca de 25,7%. No ensino médio, no mesmo período, nota-se um resultado mais positivo na redução do percentual de alunos que estão em séries não compatíveis com o ideal para sua idade, o percentual de alunos nessa condição, em 2010, era de 38,2%, em 2013, esse valor reduziu para 35,8%. Esses resultados mostram que a política de educação voltada para o enfrentamento da distorção idade/série tem sido eficaz, contudo, os esforços precisam ser mantidos.

A expansão da oferta de vagas na rede pública estadual é evidenciada pela evolução do número de matrículas, em 2011, a quantidade de alunos matriculados no ensino médio era de 36,2 mil estudantes, em 2013, esse valor atingiu o número 39,2 mil alunos, o que mostra um crescimento de 8%, no período. No ensino infantil e fundamental, nesse mesmo período, houve uma redução no número de matrículas em vista de que esses segmentos são de competência legal da esfera municipal, assim, em 2011, eram atendidos por escolas estaduais, no ensino infantil e fundamental, 100,4 mil alunos; em 2013, esse valor reduziu para o montante de 95,5 mil estudantes.

Propostas para a Gestão 2015-2018

11.2.1.1 PROJETO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Descrição:

Para que o aluno possa obter sucesso no seu percurso educativo é necessário que seja constituído um conjunto de ações que promovam a permanência dos alunos na escola. Dentre essas medidas está o programa de alimentação escolar, que tem como objetivo assegurar o complemento nutricional necessário ao desenvolvimento das crianças e jovens, de acordo com suas especificidades. O programa de alimentação escolar deverá avançar na regionalização do cardápio dialogando com os investimentos da ampliação de industrialização da produção local. Além da regionalização do cardápio é necessário investir na escolarização do programa para que o serviço atenda as características das comunidades e possibilite um melhor e maior acompanhamento da qualidade da merenda ofertada.

Outra medida a ser adotada é o fortalecimento do programa de transporte escolar com a adequação de todos os veículos e barcos aos padrões estabelecidos pelo FNDE. Esse processo irá requerer uma intensa discussão com as comunidades para que a utilização do transporte escolar seja uma das últimas alternativas para assegurar o acesso dos alunos à escola.

A promoção de um programa de saúde escolar é fundamental para prevenir doenças que possam comprometer o pleno desenvolvimento das crianças, jovens e adultos. É necessário fortalecer o programa de saúde na escola, universalizando o atendimento e ampliando o cardápio de serviços de saúde, principalmente nas áreas de psicologia, fonoaudiologia, odontologia, oftalmologia e nutrição.

A provisão de materiais escolares para que os alunos possam desenvolver suas atividades escolares de modo adequado é uma exigência principalmente nas comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, que às vezes não possuem se quer espaços que revendam essas mercadorias. Dotar os alunos de material e fardamento é fundamental para melhorar as oportunidades educacionais.

Desafio:

Fortalecer o programa de apoio ao estudante que assegure as condições de nutrição, locomoção, saúde, acesso a materiais didáticos e fardamento para todos os alunos da educação básica.

11.2.1.2 PROJETO ESCOLA INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Descrição:

O governo do estado fez adesão aos programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador que vem assegurando 7h de atividades letivas para mais de 50.000 alunos. Para dar uma maior efetividade ao projeto de educação integral em tempo integral é necessário rever a organização didático-pedagógico das escolas para assegurar que a ampliação do tempo em que o aluno tem contato com o conhecimento seja revertido em atividades que o possibilitem aprender mais e melhor. Para isso é necessário que as propostas pedagógicas das escolas associem os objetivos de ampliação do universo cultural dos alunos, domínio dos conhecimentos e habilidades requeridas pelo currículo, desenvolvimento de atitudes que favoreçam a convivência democrática e saudável. Adequar os espaços físicos das escolas dotando-as de uma estrutura física que favoreça o bem-estar dos alunos e o melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas. É fundamental o desenvolvimento de capacidades profissionais aos professores e demais membros da equipe escolar para que a proposta da educação integral seja internalizada em cada uma das ações da escola. Estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade favorecerá a integração dos saberes locais com o currículo dando um maior significado e relevância às atividades pedagógicas.

Desafio:

Assegurar que 80% das matrículas sejam em tempo integral até 2018, adequando as condições físicas e as propostas curriculares das escolas à educação integral.

11.2.1.3 PROJETO ESCOLA RURAL EM TEMPO INTEGRAL

Descrição:

Dentre as dificuldades para a oferta da educação na zona rural estão as longas distâncias que os alunos têm que percorrer, chegando a alguns casos, a mais de 100 km no percurso ida/volta, dedicando às vezes até 8h de seu dia ao deslocamento e à escola. Para assegurar um melhor aprendizado é necessário que seja realizada uma reorganização na oferta da educação na zona rural. A educação em tempo integral é uma importante estratégia para otimizar o tempo que os alunos dedicam ao processo educativo. O projeto tem como objetivo assegurar 7h de escolarização em unidades mais próximas às residências dos alunos. Será realizado um processo de discussão com as comunidades para definir a forma de atendimento que assegure a conclusão da Educação Básica. Será realizado um amplo processo de formação para todos os profissionais da educação lotados nestas unidades de ensino para que possam organizar uma proposta pedagógica que utilize, com o máximo de eficiência, o

tempo escolar. A estruturação das escolas se fará necessário para que sejam criadas as condições de permanência dos alunos em tempo integral.

Desafio:

Ofertar educação integral de tempo integral para as crianças da zona rural com a criação e adequação dos espaços e ambientes físicos das escolas, fortalecer os programas de transporte e merenda escolar, construção de propostas pedagógicas adequadas.

11.2.1.4 PROJETO REDE DE TEMPO INTEGRAL.

Descrição:

O projeto tem como finalidade constitui uma rede de escola construída para atender exclusivamente alunos em tempo integral. Essas novas unidades de ensino deverão ser construídas em regiões do Estado de maior vulnerabilidade social como mecanismo de ampliar as oportunidades de aprendizagem das crianças residentes nessas áreas. Essas escolas terão no seu projeto arquitetônico ambiente de multiuso pedagógico que favorecerão o desenvolvimento das atividades acadêmicas, artísticas, esportiva, culturais e sociais. Nessas serão desenvolvidos projetos pilotos que servirão de inspiração e orientação para as demais escolas da rede. Será promovida uma formação específica para os profissionais da educação com o objetivo de desenvolver capacidades próprias para uma escola de tempo integral. O processo de lotação dessas escolas terá como premissa o desenvolvimento de suas atividades laborais em uma única unidade escolar.

Desafios:

Construir uma rede de 20 escolas de tempo integral, assegurando 8400 novas matrículas.

11.2.1.5 PROJETO VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Descrição:

É indiscutível que qualquer política que tenha como eixo a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos, tem que ter a valorização do professor como foco prioritário. Os processos pedagógicos desenvolvidos pelo professor em sala de aula é o que efetivamente possibilita o acesso aos conhecimentos, à formação de habilidades e à construção de atitudes por parte dos alunos. O projeto visa assegurar a valorização do professor a partir de um programa de formação inicial e continuada que o ajude a ensinar melhor; do estabelecimento de um Plano de Carreira que eleve os padrões salariais aos das carreiras de nível superior equivalentes e possibilite a ascensão funcional; e melhoria das condições de trabalho favorecendo o acesso a ferramentas pedagógicas que aperfeiçoem a gestão da sala de aula e ampliem seu universo cultural.

Desafio:

Fortalecer a carreira docente e melhorar as condições de trabalho dos professores para efetivar a profissionalização do magistério e assegurar uma melhor qualidade de vida aos profissionais.

11.2.1.6 PROJETO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ACRE (IDEA)**Descrição:**

As políticas educacionais desenvolvidas nos últimos 16 anos promoveram melhorias na qualidade da aprendizagem dos alunos, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O grande desafio é fazer com que todas as escolas da rede pública ofereçam uma educação que assegure a aprendizagem em padrões adequados. O monitoramento da qualidade da aprendizagem é uma estratégia que vem possibilitando à SEE e às escolas ajustar suas intervenções às necessidades de aprendizagem dos alunos. O Projeto IDEA visa promover a constituição de um indicador de qualidade anual nos mesmos parâmetros do IDEB com o objetivo de orientar as escolas e o sistema público a alcançar até o ano de 2030 padrões de aprendizagem de alto nível.

Desafio:

Desenvolver um indicador anual da qualidade da aprendizagem que permita às escolas e à SEE monitorar e ajustar as intervenções políticas e pedagógicas em função de uma aprendizagem de alto nível para todos os alunos.

11.2.1.7 PROJETO ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**Descrição:**

Alfabetizar todas as crianças na idade certa além de um direito do cidadão é um dever do Estado. Crianças plenamente alfabetizadas na idade correta tem uma maior possibilidade de obter sucesso em seu percurso escolar. A SEE tem promovido ações que tem possibilitado a alfabetização de aproximadamente 90% dos seus alunos nas séries previstas. É um resultado que faz jus às políticas efetivadas para este fim. São políticas de formação de professores, avaliação e acompanhamento pedagógico sistemático às salas de aula. A política de alfabetização na idade correta para os três primeiros anos do Ensino Fundamental precisa ser consolidada e fortalecida a partir da certificação dos professores alfabetizadores, da avaliação semestral do desempenho dos alunos, da lotação de professores certificados nas salas de alfabetização, na promoção da leitura para as crianças de 6 a 8 anos e a bonificação para as escolas que alcançarem 100% de alunos alfabetizados na idade certa.

Desafio:

Alfabetizar 100% das crianças até os 7 anos de idade, assegurando o domínio das capacidades leitoras e escritoras, raciocínio lógico matemático e observação científica com autonomia.

11.2.1.8 PROJETO: TODA CRIANÇA COM APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA**Descrição:**

As avaliações externas vêm demonstrando que os alunos ao final do 5º ano do Ensino Fundamental vêm alcançando padrões de aprendizagem dentro do padrão adequado do SEAPE. É necessário que a política para o 4º e 5º ano do Ensino Fundamental acelere a elevação destes padrões, assegurando que todos os alunos dominem as habilidades da leitura e da escrita, os conceitos básicos da matemática e os princípios elementares da ciência. O projeto irá desenvolver ações como o fortalecimento das capacidades profissionais dos professores e coordenadores pedagógicos, na melhoria dos processos de avaliação da escola e no uso dos resultados das avaliações internas e externas para a construção de intervenções didáticas adequadas as necessidades dos alunos, na consolidação de um quadro de professores próprio para os 4º e 5º anos para fortalecer suas competências profissionais.

Desafio:

Assegurar a todas as crianças a aprendizagem compatível com os padrões que se espera para cada ano.

11.2.1.9 PROJETO PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**Descrição:**

A melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental tem proporcionado o crescimento da matrícula dos anos finais deste nível de atendimento. Porém, este crescimento vem produzindo uma série de novos desafios que devem ser enfrentados pela política educacional: os alunos chegam aos anos finais cada vez mais cedo, exigindo uma mudança no modelo de escola que assegure o acolhimento e a interação alunos/professores e alunos/alunos para evitar a não aprendizagem e outras formas de violência como bullying e agressões diversas. É fundamental que sejam adotadas medidas que favoreçam o acolhimento e a integração dos alunos; a promoção dos domínios e capacidades de leitura e escrita, lógico-matemáticas, científicas; criação de uma cultura de paz; promoção da participação em atividades culturais, artísticas, esportivas, sociais e de educação ambiental, adequadas às necessidades de aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos. É necessário que a SEE promova junto com os professores o desenvolvimento de atividades pedagógicas que deem subsídios para a construção de propostas de

intervenção adequadas às necessidades dos alunos. É importante fortalecer o uso das avaliações externas e internas, tanto do diagnóstico quanto no controle dos resultados das políticas das ações desenvolvidas nas escolas.

Desafios:

Assegurar a aprendizagem adequada para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, através da adequação das propostas pedagógicas das escolas, de acordo com a faixa etária, do desenvolvimento das capacidades profissionais dos professores para atuar com essa demanda e da melhoria do ambiente escolar.

11.2.1.10 PROJETO NOVO ENSINO MÉDIO

Descrição:

O Ensino Médio duplicou a matrícula nos últimos 16 anos. Esse crescimento foi decorrente das políticas de promoção do acesso tanto na zona urbana quanto na zona rural, em especial nas comunidades rurais de difícil acesso. Em 1998, o Acre possuía 255 matrículas na zona rural e, em 2014, devemos ultrapassar as 13 mil matrículas. Associar o crescimento de matrículas com a melhoria da qualidade constitui-se o grande desafio para esta etapa de ensino. Em todo o mundo o debate sobre o Ensino Médio é o que tem tido a maior atenção de educadores, pais, alunos, pesquisadores e políticos, por se constituir a etapa final da Educação Básica e a transição para o mercado do trabalho. Construir uma política de Ensino Médio que dialogue com as características dos adolescentes e jovens, com os problemas da modernidade, com a necessidade de aprender permanentemente e com os conhecimentos produzidos pela humanidade é o propósito que deve ser alcançado nos próximos anos no Estado do Acre. Este projeto parte do princípio de que é necessária a construção de uma nova escola de Ensino Médio, que além de promover o domínio do conhecimento, habilidade e atitude requeridos para o final da Educação Básica, possibilite a ampliação do universo cultural dos alunos, a inserção no mundo do trabalho e o envolvimento em atividades culturais, artísticas, sociais e ambientais que desenvolvam a cidadania.

Desafio:

Assegurar o domínio dos conhecimentos, habilidades, atitudes que assegurem as concludentes da Educação Básica a continuação dos estudos, a inserção no mundo do trabalho e o pleno exercício da cidadania.

11.2.1.11 PROJETO POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA (ACRE CARINHOSO)

Descrição:

Investir no desenvolvimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos é uma das políticas mais recomendadas por especialistas em desenvolvimento

infantil. É nesta fase da vida em que há o maior crescimento das conexões cerebrais o que impacta diretamente no desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida. A oferta da Educação Infantil é responsabilidade dos municípios e onde há o menor investimento na ampliação da oferta de vagas. O projeto visa apoiar os municípios na criação das condições que possibilitem duplicar o percentual de atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos e universalizar o atendimento para as crianças de 4 e 5 anos. Apoiar a construção de creches e pré-escolas, fortalecer as políticas de formação inicial e continuada para os profissionais da Educação Infantil, universalizar o Programa Asinhas da Florestania para as comunidades de difícil acesso e ampliá-lo para atender as crianças de 0 a 3 anos. É fundamental ainda reorganizar o atendimento na zona urbana com a criação das escolas de primeira infância, que atenderiam a faixa etária de 4 a 10 anos.

Desafio:

Universalizar o atendimento para a população de 4 e 5 anos e duplicar o atendimento para a população de 0 a 3 anos. Em 2015, todas as crianças de 5 anos deverão estar matriculadas e em 2016, será realizado o esforço para universalizar o atendimento para as crianças de 4 anos. Apoiar os municípios para que ampliem o atendimento nesta faixa etária.

11.2.1.12 PROJETO FAMÍLIA ACREANA FORTALECIDA

Descrição:

O projeto tem como objetivo desenvolver programa de comunicação para apoiar as famílias no desenvolvimento afetivo e cognitivo e na disseminação de ações básicas de cuidados com a saúde das crianças. Serão produzidos programas de rádio e material impresso que apresentem às famílias as principais atividades e cuidados que devem ser realizadas e tomadas para assegurar um crescimento saudável e que favoreça a formação das capacidades que permitam o pleno desenvolvimento do indivíduo. Esses materiais serão utilizados pelos professores das creches, das pré-escolas, agentes comunitários de saúde e organizações que atuam na promoção do bem-estar da infância.

Desafio:

Construir material impresso e programas de rádio para apoiar as famílias nos cuidados com a saúde e com o desenvolvimento das crianças.

11.2.1.13 PROJETO TODOS NA ESCOLA - NENHUMA CRIANÇA DE 6 A 17 ANOS FORA DA ESCOLA

Descrição:

A política educacional desenvolvida nos quatro governos da Frente Popular possibilitou a ampliação da cobertura da educação na zona urbana e rural do Estado. Os anos iniciais do Ensino Fundamental estão praticamente universalizados. É necessário universalizar o atendimento do 6º ao 9º ano e Ensino Médio. É fundamental que seja realizado um novo reordenamento da rede pública de ensino, para que se possa otimizar os espaços físicos existentes; construir novas unidades de ensino nas regiões que não possuem cobertura dos serviços educacionais; fortalecer as políticas de busca ativa das crianças que não estão matriculadas ou que são infrequentes, de modo que se possa combater a evasão e a reprovação.

Desafio:

Universalizar o atendimento da educação para a faixa etária de 6 a 17 anos, combater a infrequência e a evasão escolar, aproximando a oferta de vagas cada vez mais das residências dos alunos.

11.2.1.14 PROJETO ASAS DA FLORESTANIA FUNDAMENTAL II E MÉDIO

Descrição:

O Programa Asas da Florestania de ensino fundamental e médio constitui-se como uma alternativa e uma possibilidade de conclusão da Educação Básica para os alunos que concluíram a primeira etapa do ensino fundamental. Para assegurar a universalização da oferta de vagas da Educação Básica em todas as localidades ainda não atendidas com o ensino regular é necessário fortalecer a política de incentivo para que os profissionais com qualificação possam atender as comunidades mais isoladas. Esses profissionais atuam como professores unidocentes (Fundamental) ou como professores de áreas de conhecimento (Médio), o que exige investimento na formação continuada com ênfase no domínio de conteúdos e no desenvolvimento de atividades pedagógicas que mobilizem os alunos a aprender mais. Para favorecer a qualidade do ensino faz-se necessário a produção de materiais de apoio para professores e alunos que contemplem as expectativas de aprendizagem para o ensino fundamental e médio. O Projeto Asas da Florestania Fundamental e Médio requer ainda a melhoria das condições físicas dos prédios, incluindo a adequação e a construção de alojamentos para os profissionais, além de dotar os espaços com equipamentos, mobiliários e acervo bibliográfico para auxiliar o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Desafio:

Universalizar a oferta da Educação Básica para as comunidades isoladas, dotando-as de profissionais devidamente qualificados e com condições de trabalho adequadas.

11.2.1.15 PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL**Descrição:**

O sistema educacional deve assegurar as condições básicas para o funcionamento das unidades de ensino para que seja garantido o sucesso dos alunos. As ações desse projeto visam fortalecer a gestão do sistema educacional através da melhoria dos processos e serviços ofertados às unidades de ensino e aos alunos; o fortalecimento das capacidades profissionais das equipes técnicas e gestores da SEE; o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio à gestão escolar; a difusão das boas práticas desenvolvidas pelas unidades de ensino.

Desafio:

Aperfeiçoar os processos de gestão do sistema educacional para assegurar as condições adequadas de funcionamento das unidades de ensino.

11.2.1.16 PROJETO GESTÃO DEMOCRÁTICA**Descrição:**

A atual Lei de Gestão Democrática (Lei nº 1.513/2003) foi promulgada em novembro de 2003 e nesses 11 anos de sua implantação verifica-se a necessidade de aperfeiçoar os processos de participação da comunidade na gestão das unidades de ensino e do processo de eleição dos diretores de escolas. É necessário que sejam estabelecidos critérios para o controle social das políticas públicas desenvolvidas em cada espaço escolar e fortalecer o processo de certificação dos candidatos à direção das unidades de ensino. O estabelecimento de um contrato de gestão entre a SEE, equipes gestoras e comunidade escolar e a consolidação da certificação dos profissionais que serão candidatos à direção das escolas, tornam-se necessários para que os processos pedagógicos assegurem uma aprendizagem escolar de qualidade.

Desafio:

Construir uma nova lei de gestão democrática que amplie a participação e o controle social das famílias e dos alunos, das políticas públicas de educação para que se assegure o alcance de padrões adequados de aprendizagem.

11.2.1.17 PROJETO GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA (GIDE)

Descrição:

A gestão das escolas tem se tornado algo extremamente complexo. É necessário assegurar padrões de aprendizagem adequados para todos os alunos, realizar a gestão administrativa e financeira, liderar equipe de profissionais, articular pais e alunos para efetivação da proposta pedagógica da unidade de ensino. Esta ação tem por finalidade promover a articulação dos processos internos da escola para o alcance dos resultados e das metas para o alcance de uma aprendizagem adequada.

Desafios:

Desenvolver uma gestão escolar que integre as dimensões pedagógica, estratégica e administrativa para favorecer a aprendizagem dos alunos.

11.2.1.18 PROJETO ESCOLA DE FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO ESTADUAL

Descrição:

A melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos passa pelo fortalecimento da liderança pedagógica das escolas. Quando a equipe gestora desenvolve mecanismos que tenham como foco o cuidado com o desenvolvimento de cada aluno, com a construção de uma comunidade de aprendizagem em sua escola e toma decisões baseadas em evidências ampliam-se as perspectivas de sucesso dos alunos. A criação de um centro de capacitação e certificação permanente para as equipes gestoras da rede estadual (diretores, coordenadores de ensino, pedagógico, administrativo e secretários escolares), tem o papel de implantar uma nova política de gestão escolar, voltada para os resultados da aprendizagem e para a gestão democrática.

Desafios:

Criar uma escola de gestores que realizem formação permanente para equipes gestoras da rede estadual (diretores, coordenadores de ensino, pedagógico, administrativo e secretários escolares), para o desenvolvimento das capacidades profissionais com foco no sucesso dos alunos.

11.2.1.19 PROJETO CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTORES ESCOLARES

Descrição:

A ocupação de todos os cargos das equipes gestoras deverá ser precedida de um processo de certificação de competências profissionais. Valorizar os talentos e as capacidades profissionais dos servidores favorece a construção de uma organização que prima pela excelência dos serviços

públicos ofertados à população. O projeto visa desenvolver processo de certificação para ocupação das funções de diretor, coordenadores de ensino, pedagógicos e administrativos e de secretários escolares.

Desafio:

Promover a ocupação das funções (diretor, coordenadores de ensino, pedagógicos e administrativos e de secretários escolares) a partir de certificação ocupacional.

11.2.1.20 PROJETO EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Descrição:

Dentre as políticas que asseguram o acesso, a que possibilitou o ingresso de pessoas com deficiência no processo de escolarização foi uma das que teve maior impacto na vida dos acreanos. De cerca de 100 matrículas existentes em 1999, ampliamos para 6400 em 2014. O projeto tem como desafio disseminar práticas que assegurem a inclusão de todos e de cada um dos alunos, independente das suas condições socioeconômicas e de desenvolvimento físico. Assegurar que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham acesso à escola e que nela recebam o tratamento adequado às suas necessidades de aprendizagem. É necessário fortalecer a universalização do atendimento, desenvolver competências dos profissionais da educação para a educação inclusiva e adequar as escolas para receber os alunos de acordo com suas especificidades.

Desafio:

Garantir a universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, do acesso à educação básica aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino, fortalecer as competências profissionais dos professores e membros da equipe escolar para assegurar a inclusão de todas as crianças com qualidade.

11.2.1.21 PROJETO NÚCLEO ESTADUAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA OS MUNICÍPIOS (NETA):

Descrição:

O Núcleo Estadual de Tecnologia Assistiva deve concorrer para a adoção de medidas de apoio necessárias à efetivação do direito de todos à educação, promovendo os recursos necessários para a escolarização das pessoas com deficiência, assegurado em um sistema educacional inclusivo, em todos os níveis, em igualdade de condições com as demais pessoas. A expansão dos núcleos para os municípios irá favorecer a melhoria da qualidade do atendimento aos alunos com deficiência matriculados na rede nos seus próprios municípios. A

oferta de serviços de produção de material de alta e baixa tecnologia assistiva, formação continuada para os professores da rede e comunidades.

Desafio:

Expandir o Núcleo de Tecnologia Assistiva nos municípios e os serviços de produção de material de alta e baixa tecnologia, formação continuada para os professores da rede e comunidades.

11.2.1.22 PROJETO: AMPLIANDO O UNIVERSO CULTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Descrição:

Para que a política de inclusão seja plena é necessário que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades e eventos que ampliem seu universo cultural. Assegurar o acesso das pessoas com deficiência em eventos produção de material de alta e baixa tecnologia assistiva, formação continuada para os professores da rede e comunidades, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. O projeto irá desenvolver atividades que possibilitem o acesso a bens culturais para as pessoas com deficiências, de modo a proporcionar a inclusão plena.

Desafio:

Ampliar o acesso a bens culturais para pessoas com deficiências.

11.2.1.23 PROJETO EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Descrição:

O atendimento a pessoas com deficiência auditiva tem sido realizada através de atividades em salas de recursos multifuncionais que garante o ensino da Libras e em Libras, da disponibilização do intérprete da Libras na sala de aula e do apoio do Centro de Apoio ao Surdo-CAS que promovem a formação de professores do ensino regular e dos profissionais do Programa de Atendimento Educacional Especializado-AEE e intérpretes, da disponibilização de material de apoio didático para alunos e professores. Para favorecer a inclusão dos alunos com deficiência auditiva é necessário que todos os profissionais lotados nas unidades de ensino que realizam esse atendimento tenham pleno domínio da Libras. O projeto irá desenvolver atividades de formação continuada para os profissionais da educação com o objetivo de assegurar as capacidades comunicativas em Libras favorecendo o processo de inclusão.

Desafio:

Fortalecer a educação bilíngue em Libras como primeira língua para os surdos e promover a formação da Libras para os profissionais da educação que

atuam nas escolas que realizam o atendimento às pessoas com deficiência auditiva.

11.2.1.24 PROJETO INCLUSÃO E CUIDADOS

Descrição:

Com a ampliação do atendimento às pessoas com deficiência há necessidade de melhoria da oferta dos serviços educacionais. As especificidades dos alunos vão além do desenvolvimento de atividades cognitivas, exigindo cuidados com a saúde, alimentação, higienização e locomoção. O projeto visa assegurar garantir o auxiliar educacional para alunos com transtornos globais do desenvolvimento e aos que possuem mobilidade reduzida, conforme necessidade. É necessário investir na profissionalização e formação desses agentes para favorecer a melhoria da qualidade do atendimento.

Desafio:

Prover as escolas do Auxiliar Educacional para todas as crianças que necessitam de atendimento a saúde, higienização, locomoção e alimentação.

11.2.1.25 PROJETO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.

Descrição:

Desenvolver programa de assistência estudantil para alunos com deficiência que possibilite uma melhor qualidade de vida, ampliando sua autonomia de locomoção e transporte. Assegurar que a merenda disponibilizada às crianças com deficiência atenda a suas necessidades nutricionais e especificidades.

Desafio:

Assegurar as condições às pessoas com deficiência para que possam viver de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Para tanto, serão adotadas medidas que assegurem transporte acessível e um programa de alimentação escolar adequado às especificidades dos alunos.

11.2.1.26 PROJETO FORMAÇÃO EM MAGISTÉRIO INDÍGENA

Descrição:

A Educação Escolar Indígena é uma modalidade de ensino que requer dos professores domínio dos conhecimentos ocidentais e indígenas, específicos de cada etnia. São sociedades ágrafas, ainda que possuam alguns aspectos de suas línguas descritas e escritas, porque a cultura é oral. As línguas indígenas, em sua grande maioria, não tem gramática descrita e o professor é o pesquisador da cultura e da língua. A legislação referente à Educação Escolar Indígena

delega ao professor a responsabilidade pela elaboração de materiais específicos e a liderança no processo de elaboração do Currículo geral e específico “adequados ao desenvolvimento e à aprendizagem dos estudantes indígenas nas dimensões biopsicossociais, culturais, cosmológicas, afetivas, cognitivas, linguísticas, dentre outras.”

Desafio:

O principal desafio do Programa de Formação de Professores Indígenas é formar, em serviços, profissionais indicados pelas lideranças comunitárias, cuja grande maioria sem a formação escolar básica completa. A considerar-se que essa demanda é resultado da ausência de política de formação de professores indígenas, pelas gestões anteriores à da Frente Popular, foram muitos os avanços, porém para que a formação torne-se uma política de estado.

11.2.1.27 PROJETO KENEMATI

Descrição:

As línguas indígenas do Brasil e especificamente do Acre possuem poucos estudos referentes à sua gramática. Não obstante a pouca produção escrita, nas línguas indígenas do Estado, a SEE, com apoio financeiro do MEC já elaborou e publicou com a participação de professores indígenas e a consultoria de profissionais especializados, 17 (dezessete) livros didáticos, nas 10 línguas ainda faladas nas aldeias do Estado. Para que as línguas indígenas sejam descritas é necessária a capacitação de professores falantes de suas respectivas línguas e a parceria com Instituições de Ensino Superior, que tenham em seu corpo docente professores especialistas na área e com as comunidades de falantes.

Desafio:

Elaborar e publicar livros didáticos e paradidáticos bilíngues experimentais, através da qualificação e contratação de profissionais indígenas e não indígenas capacitados para realizar o estudo das línguas faladas pelos autóctones.

11.2.1.28 PROJETO ESCOLAS INDÍGENAS ADEQUADAS À DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA

Descrição:

As escolas indígenas construídas no período de 2000 a 2013 seguiram os padrões estabelecidos pela SEE, com base no padrão das moradias das comunidades e às práticas pedagógicas mais recentes. Neste período, não foi possível consultar a cada grupo étnico para definir o padrão arquitetônico considerado adequado à cultura desses grupos. É fundamental que sejam revistos os padrões arquitetônicos das escolas indígenas em decorrência da mudança do perfil educacional dos alunos.

Desafio:

Construir, adequar e ampliar os prédios das escolas indígenas de acordo com o padrão arquitetônico definido por cada comunidade e atendendo as necessidades pedagógicas de cada uma das etapas de ensino ofertada.

11.2.1.29 PROJETO GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS INDÍGENAS**Descrição:**

As escolas indígenas até o ano de 2000 ofereciam apenas o ensino de 1º ao 5º ano. A partir dos investimentos do Governo do Estado em formação de professores, construção de escolas e elaboração de material didático específico, as comunidades passaram a ver a escola como um espaço de escolarização e político, passando a escola a ser o aparelho social mais importante nas comunidades. Tais ações incentivaram o crescimento de matrículas e as reivindicações de uma escola com todos os direitos das demais. A forma de organização das escolas indígenas vem sendo repensada a partir da ampliação do número de turmas e a criação de turmas de outros níveis de ensino, que até o ano de 2003 não era oferecido na maioria das escolas. Além do crescimento da demanda tem-se uma peculiaridade que é a cogestão das escolas pelas lideranças das comunidades: caciques, pajés, professores, agentes de saúde e outros, que deve ser considerada e para isso a criação de uma lei de gestão específica para atender a essas realidades, que varia de povo para povo, de comunidade para comunidade, dos povos menos contatados e dos mais contatados.

Desafio:

Implantar a gestão democrática das escolas indígenas

11.2.2 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Na elaboração do Plano de Governo para a Gestão 2011-2014, na área de educação profissional e tecnológica, o grande problema exposto pela sociedade foi a insuficiente oferta de educação técnica e profissionalizante no Estado, para superar essa situação a política pública deveria direcionar esforços para ampliar e modernizar a rede estadual de educação profissional e tecnológica e apoiar a estruturação do IFAC, a fim de aumentar a oferta de formação e qualificação profissional.

Para atender essa demanda, o Governo Tião Viana elaborou o Programa Desenvolvimento da Educação para o Trabalho, conduzido pelo Instituto Dom Moacyr – IDM, que tem o objetivo de fortalecer e aprimorar a Educação Profissional Tecnológica no Estado, visando à inclusão social e à qualificação do trabalho, mediante a expansão da oferta de cursos, expansão da rede de ensino profissionalizante e fortalecimento da política.

Em 2012, com adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, a oferta de cursos do Instituto Dom Moacyr alcançou os 22 municípios acreanos, chegando a ofertar, em 2013, mais de 19 mil vagas em todo o Estado, beneficiando trabalhadores em geral e jovens e adultos matriculados no ensino médio da rede pública de educação. Com isso, a meta política do Instituto firmada no Plano Plurianual 2011-2014, que previa a oferta de 30.000 vagas/curso ao longo de quatro anos de gestão, não apenas foi alcançada como ultrapassada, até o término de 2014, mesmo com a redução de metas estabelecida pelo MEC, esse número foi ultrapassado, com aproximadamente 56 mil vagas ofertadas.

Os avanços da política de educação profissional e tecnológica da atual gestão também podem ser constatados pela ampliação da diversificação da oferta de cursos, com uma variedade de mais de 130 tipos de cursos profissionalizantes entre cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos; além do aumento da diversificação do público atendido no âmbito do PRONATEC, que contempla trabalhadores, jovens estudantes do ensino médio, pessoas em situação de conflito com a lei, o público do Cadastro Único e do programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O novo desafio envolve a ampliação das oportunidades de profissionalização da população adulta acreana e a aproximação da Educação Profissional Tecnológica - EPT da educação básica, principalmente do ensino médio. Essa medida é de grande importância para o fortalecimento pedagógico, bem como para a geração de novas possibilidades educacionais aos jovens.

Propostas para 2015-2018

11.2.2.1 PROJETO PROFISSIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ACREANA

Descrição:

O projeto visa à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos, das zonas rural e urbana, matriculados em Ensino Médio, inseridos no mercado de trabalho ou pertencentes às comunidades produtoras e indígenas, por meio da oferta de cursos de curta duração (Formação Inicial e Continuada) e de longa duração (Cursos Técnicos), nos 22 municípios do Estado do Acre, implementando uma proposta pedagógica e curricular de ensino profissional inovadora, fundamentada no desenvolvimento de competências para o trabalho, com foco ao fortalecimento social, da economia sustentável e da melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Desafio:

Dar continuidade ao processo de expansão da oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, especialmente para as comunidades da zona rural e de difícil acesso, bem como fortalecer o ensino profissionalizante e aproximá-lo da educação básica, ampliando as oportunidades de qualificação profissional da população jovem e adulta.

11.2.2.1 PROJETO EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Descrição:

O projeto visa à expansão e à estruturação da rede estadual de ensino profissional e tecnológico, por meio de ações de construção, ampliação e reforma de Centros de Educação Profissional e Tecnológico (CEPT) e de Núcleos de EPT, nos municípios acreanos, com a finalidade de implementar mecanismos de governança e ampliar a capacidade de oferta, formação e qualificação da população das zonas

Desafio:

Construir o Centro de Educação Profissional e Tecnológica Escola de Design do Acre; negociar a implantação de, pelo menos, mais 02 unidades de EPT; ampliar e reformar 06 unidades de ensino de EPT localizadas nos municípios de Rio Branco (CEPT Campos Pereira, Maria Moreira da Rocha, Roberval Cardoso e Usina de Arte), Cruzeiro do Sul (CEFLORA) e Plácido de Castro (João de Deus).

11.2.3 PROGRAMA DE ESPORTE

O esporte tem grande importância na formação da juventude no mundo pós-moderno, em que se verifica a dissolução dos valores da civilização, associada a enormes diferenças sociais.

O estímulo à prática de esporte, especialmente pelos jovens dos extratos da população em situação de pobreza, contribui para sua integração à sociedade, opondo-se aos riscos de marginalização.

Além disso, o esporte deve constituir-se em prática universal e saudável para o conjunto da população.

Assim, o programa de Esporte visa criar oportunidade e incentivar a prática esportiva de todos, contribuindo para a socialização, formação, saúde e qualidade de vida da população, centrado em propostas que se ajustem à realidade de cada segmento social.

Para isto, é necessário também a construção da parceria entre as organizações esportivas, da sociedade civil e do governo, visando formar uma estrutura forte, com base em planejamento de curto, médio e longo prazo. Por

meio do esporte, consegue-se educar, diminuir os índices de violência e consumo de drogas, prevenir doenças degenerativas e tornar as pessoas mais felizes.

Somente através da conjugação de esforços envolvendo todos os arranjos institucionais do Governo, em parceria com a iniciativa privada, Sistema "S", entidades administrativas do esporte e sociedade civil organizada, será possível construir um trabalho sólido e com verdadeiras chances de se colher bons resultados, seja um cidadão ativo, saudável e consciente e até a formação de potenciais atletas olímpicos.

O esporte deve ser planejado e trabalhado em conjunto, como partes de um todo, por meio das políticas públicas, envolvendo saúde, educação, segurança, cultura, assistência social, comunicação e outros.

Propostas para 2015-2018

11.2.3.1 PROJETO GESTÃO COMUNITÁRIA DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS

Descrição:

O Projeto pretende garantir o pleno funcionamento das estruturas esportivas existentes, vinculadas ao Governo do Estado. Além disso, visa dotar os ginásios e praças esportivas, com manutenção e conservação para estarem sempre aptos ao uso e a prática esportiva e consolidar os mecanismos de gestão e uso dos equipamentos esportivos.

Objetivo:

Promover a inclusão dos grupos organizados na gestão participativa da administração dos centros da juventude, praças esportivas e ginásios poliesportivos, envolvendo setores organizados da comunidade, visando cuidar e regular o uso desses espaços pela comunidade.

11.2.3.2 PROJETO ESPORTE EDUCAÇÃO

Descrição:

O projeto consiste na ampliação das ações dos Jogos Escolares e Paraescolares em todo o Estado, com a inclusão de novas modalidades e a garantia da participação das escolas vencedoras na fase nacional desses jogos. Esse projeto deverá contribuir para a obtenção de avanços no ensino aprendizagem para o desenvolvimento pessoal do aluno e para a socialização da comunidade escolar.

Objetivo:

Estimular a implementação de projetos esportivos no contraturno escolar, promovendo interação entre o ensino, conhecimento e ações esportivas.

11.2.3.3 CENTRO DE TREINAMENTO DE LUTAS OLÍMPICAS**Descrição:**

Edificação dotada de infraestrutura, de equipe multidisciplinar de profissionais (mestres lutadores, professores de educação física, fisioterapeutas, psicólogos, etc) e dos equipamentos para práticas das respectivas modalidades de lutas Olímpicas, além ser o ginásio para acolher as competições.

Objetivo:

Formar lutadores de alto nível para representar o estado em competições regionais, nacionais e internacionais nas modalidades olímpicas de lutas. Espaço onde ocorrerão as competições.

11.2.3.4 PROJETO ESPORTE PARTICIPAÇÃO**Descrição:**

Esse projeto visa garantir a participação de diversos segmentos esportivos e sociais em competições como a edição anual dos Jogos da Floresta, que é o maior evento esportivo amador do interior do Acre; os Jogos Intersecretarias, ação esportiva entre os servidores estaduais, em que cada órgão estadual e convidados inscrevem um time para competição; e, por fim, criar um calendário anual e garantir a realização de Campeonato de Futebol Máster para promover lazer e interação social nessa faixa etária.

Objetivo:

Promover a participação e interação de diversos segmentos sociais através da prática esportiva.

11.2.3.5 PROJETO ESPORTE RENDIMENTO**Descrição:**

Consolidar o Programa Bolsa Atleta que, através de valor mensal, contribui para o treinamento de atletas nas modalidades de rendimento, possibilitando a preparação para competições regionais, nacionais e internacionais.

Objetivo:

Criar mecanismos de acompanhamento dos treinamentos e dos resultados para garantir a participação em competições regionais, nacionais e internacionais.

11.3 ÁREA DE RESULTADO: SEGURANÇA PÚBLICA

No Estado Democrático de Direito, instituído pelo Magno Texto Republicano de 1988, a segurança pública constitui dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. De acordo com o Pacto Federativo Brasileiro, esse dever de promover a segurança pública recai fundamentalmente na competência dos estados, que possuem suas forças policiais e outras instituições que carregam a responsabilidade de atuar na prevenção e repressão da violência e da criminalidade.

A promoção da segurança pública compreende a atuação do poder público, por meio de suas instituições próprias, no enfrentamento a todo perigo ou o mal capaz de afetar a ordem pública, causando prejuízo à vida, à liberdade ou aos direitos de propriedade dos cidadãos. Assim, nessa perspectiva, a segurança pública representa no Estado Democrático de Direito um instrumento de garantia e preservação de direitos e liberdades individuais resguardados constitucionalmente a todo cidadão brasileiro.

Diante dessa compreensão, os governos da Frente Popular, desde o início da década passada, têm considerado a segurança pública uma área estratégica para o desenvolvimento do Acre. O primeiro grande desafio posto e superado foi o combate ao crime organizado que utilizava as instituições públicas como instrumentos para praticar delitos e oprimir a população, violando todos os direitos e garantias fundamentais do povo acreano.

Além do enfrentamento direto à violência e à criminalidade, feito por meio de operações repressivas realizadas pelas forças policiais, a política de promoção da segurança pública também tem contemplado investimentos massivos na prevenção do crime.

No âmbito da prevenção primária, o Governo tem trabalhado no intuito de garantir a todo o cidadão acreano o acesso aos direitos sociais básicos, nesse sentido, cabe destacar as grandes obras de infraestrutura, que contemplam a pavimentação de vias urbanas, implantação de saneamento básico e a urbanização de fundos de vales; a universalização do acesso a educação básica e a ampliação das opções de cultura e lazer; além de um amplo programa de habitação de interesse social. Essas ações do Governo, além de contribuir de forma imediata para a melhoria da qualidade de vida da população, também produzem impacto positivo no enfrentamento a violência e a criminalidade.

Dessa forma, o Governo Tião Viana renova o compromisso com o povo do Acre de continuar empreendendo todo o esforço possível no sentido de garantir um ambiente de convivência social seguro e pacífico, onde todos os cidadãos possam exercer seus direitos e liberdades individuais assegurados pela Constituição.

11.3.1 PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA

Na elaboração do Plano de Governo para a Gestão 2011-2014 o Governador Tião Viana decidiu ouvir da sociedade quais problemas mais comprometiam o bem-estar das famílias acreanas. Nesse diálogo com a população, que foi realizado por meio de assembleias populares ocorridas em todos os municípios do Estado, um grande problema elegido pelos participantes foi o crescimento da violência e da criminalidade nos municípios do Acre.

Para enfrentar esse grave problema social o Governo Tião Viana criou o programa Segurança Pública que tem como objetivo central elevar a sensação de segurança da população acreana, por meio de ações policiais repressivas e políticas públicas de prevenção da violência e da criminalidade. A estratégia adotada é pautada na articulação entre as instituições de segurança pública, direitos humanos e inclusão social como forma de garantir o exercício pleno dos direitos e liberdades individuais dos cidadãos; na prevenção social da violência e da criminalidade, compatibilizando as ações repressivas e preventivas por meio do fortalecimento da inteligência policial, da adoção de novas tecnologias e da modernização da gestão.

Assim, a segurança pública tem recebido especial atenção do Governo do Estado do Acre. Em 2011, o Governo implementou o Pacto pela Paz, plano de metas do Sistema Integrado de Segurança Pública. O objetivo do Pacto é reduzir a violência e criminalidade no Estado mediante o estabelecimento de metas toleráveis para algumas naturezas criminais, denominada de indicadores estratégicos de violência, e metas para as operações policiais, denominada de metas operacionais.

O Acre foi um dos primeiros Estados do País que aderiu, junto ao Governo Federal, ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. O Plano está direcionado para as ações de enfrentamento ao tráfico de drogas e crime organizado, além de educação, informação, capacitação, aumento da oferta do tratamento de saúde e atenção ao usuário. Os investimentos ultrapassam R\$ 1,8 milhão.

Por estar localizado em uma região de fronteira, aproximadamente 2 mil quilômetros de fronteira seca com os países Bolívia e Peru, o Acre aderiu à Estratégia Nacional de Fronteira – ENAFRON, programa destinado exclusivamente a combater os diversos crimes na área de fronteira.

A estratégia consiste em promover o envolvimento de diversos atores não governamentais das três esferas de poder: municipal, estadual e federal, somada a operações de repressão qualificadas e prevenção como policiamento comunitário, capacitação de líderes da comunidade, ampliação do programa de prevenção e redução de drogas.

Além disso, o ENAFRON compreende a estruturação das unidades que atuam no Programa Estadual de Polícia de Fronteira e Vias Hídricas e a operacionalização das ações nas regiões de floresta. Para isso foram adquiridos

barcos com motor de 80 HP, motocicletas, quadrículos e camionetes. Os investimentos realizados para o fortalecimento são da ordem de 41 milhões.

Os investimentos e ações conjuntas do Governo do Estado com o Governo Federal e Prefeituras, vêm alcançando resultados como a prévia da Pesquisa Nacional de Vitimização, feita pelo Datafolha e encomendada pelo Ministério da Justiça e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, onde o Acre aparece em último lugar no ranking de corrupção entre as polícias de todo o Brasil.

Apesar de todos os esforços empreendidos pelo Governo, os indicadores de violência e criminalidade ainda apresentam uma tendência crescente, principalmente no que se refere aos crimes de homicídio e roubo. Contudo, o grande resultado obtido na área de segurança pública nos últimos três anos está na redução da violência no trânsito, em 2011, o índice de vítimas fatais em acidentes de trânsito foi de 128 óbitos para cada 10 mil veículos; em 2013, esse indicador apresentou um valor de 88 óbitos, que representa uma redução de 31,25%.

Proposta para a Gestão 2015-2018

11.3.1.1 PROJETO COMUNIDADE SEGURA

Descrição:

Este projeto prevê a realização de um conjunto de atividades educacionais voltadas para as comunidades, a fim de melhor qualificar a relação entre a polícia e a comunidade, ampliando a sensação de segurança e confiabilidade na relação das famílias e das comunidades em completa interação com a Polícia Militar e com as demais instituições parceiras, através da realização de reuniões comunitárias para análise e debate dos problemas locais e suas potenciais soluções em conjunto com os organismos de segurança pública e demais entidades sociais. Assim como através da realização de visitas solidárias às vítimas de crimes violentos e seus agentes e também das ações de visitas preventivas residenciais e comerciais, para proporcionar consultoria e orientação calcadas na prevenção situacional e prevenção ao crime através do desenho urbano.

Desafio:

Mobilizar as comunidades para atuarem em parceria com a Polícia Militar e demais instituições públicas e privadas, de modo a desenvolverem senso e educação de autoproteção e cuidado com todos os integrantes das comunidades.

11.3.1.2 PROJETO REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL E OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR

Descrição:

O modelo de organização de uma Polícia é fator determinante para o sucesso de suas ações. Para tanto, esse projeto se propõe a reorganizar as unidades operacionais da Polícia Militar do Acre, estruturando-as de modo a aumentar sua proximidade com a população e elevar sua capacidade de resposta preventiva e repressiva, por meio da qualificação do efetivo, reaparelhamento contínuo das unidades PM, padronização das ações operacionais e administrativas, definição e cumprimento eficiente de política de pessoal e de logística e aprimoramento do modelo e da estratégia de atuação preventiva com foco na solução dos problemas de segurança das comunidades.

Desafio:

Preparar a Polícia Militar para atuar na raiz dos problemas de segurança pública, levando-a a combater de modo eficaz, eficiente e efetivo os problemas decorrentes das desordens sociais, do medo do crime e do crime propriamente dito, em conjunto com as comunidades e demais instituições públicas e privadas.

11.3.1.3 PROJETO ESCOLA MAIS SEGURA

Descrição:

O projeto prevê a realização de ações preventivas nas escolas urbanas e rurais da capital e interior do estado, a partir da realização de visitas técnicas, com a finalidade de identificar problemas que geram medo e insegurança à comunidade escolar, para daí traçar um diagnóstico e propor soluções conjuntas com a direção, corpo técnico da escola, pais, responsáveis, alunos e instituições parceiras, com a finalidade de gerar e implantar respostas que erradiquem ou minimizem os problemas identificados. Sua atuação terá como base o modelo de policiamento orientado para o problema. Além das visitas técnicas também serão realizadas palestras com temas que afetam a segurança da comunidade escolar e reuniões e eventos visando o estímulo ao debate para a construção de ambientes e comunidades seguras.

Desafio:

Sensibilizar as famílias e a comunidade escolar acerca da importância de adotarem modelo atuação proativa e da busca responsável por soluções de problemas que são da responsabilidade de todos, de modo a assegurar melhor qualidade de vida nas escolas e nas comunidades.

11.3.1.4 PROJETO PROERD NAS ESCOLAS E COMUNIDADES

Descrição:

O projeto prevê a ampliação das ações do PROERD, que visa basicamente ensinar as crianças a dizerem não às drogas, estendendo suas lições também aos pais dos alunos e a comunidade em geral, realizado em parceria com as secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, com associações de moradores e entidades de classe com potencial de mobilização social, de modo a preparar, não só as crianças, mas, especialmente os adolescentes e adultos a aprenderem os riscos e as consequências nefastas das drogas e seu impacto nas famílias e na sociedade, através da realização de palestras e encontros para discussão dessa problemática e de suas soluções.

Desafio:

Educar crianças, adolescentes, pais e adultos em geral para dizerem não às drogas. Assim como prepará-los para serem promotores da construção de famílias e comunidades sem drogas.

11.3.1.5 PROJETO GUARDA MIRIM

Descrição:

Este projeto pretende trabalhar com adolescentes em situação de vulnerabilidade social e em conflito com a lei, os quais serão identificados e selecionados em conjunto com o CRAS e com as Secretarias de Ação Social dos municípios, com a finalidade de comporem os Pelotões de Guarda Mirim das Unidades de Polícia Comunitária Regionais, onde serão capacitados como promotores de cidadania juvenil nas comunidades em que residem e estudam. Estes jovens receberão conhecimentos sobre disciplina, cidadania, responsabilidade social, relações interpessoais, além de frequentarem cursos profissionalizantes por intermédio do PRONETEC.

Desafio:

Reduzir o risco potencial desses jovens serem cooptados pela criminalidade, através da intervenção proativa em seu percurso formativo, possibilitando-lhes novas oportunidades de crescimento pessoal e familiar.

11.3.1.6 PROJETO GABINETE INTEGRADO DE GESTÃO DE POLICIAMENTO ORIENTADO PARA O PROBLEMA

Descrição:

Este projeto prevê a criação e composição de um colegiado com atuação multidisciplinar, composto por Policiais Militares, Policiais Civis, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, representantes da SESP e de Secretarias Estaduais e Municipais com potencial de solução de problemas

afetos a sua área de atuação, que se reunirão regularmente, com a finalidade de debater os principais problemas identificados nas comunidades e apresentar soluções conjuntas na esfera de suas competências, de modo a apresentar pronta resposta para problemas que afetam a qualidade e vida das comunidades e que individualmente as instituições do poder público não conseguiriam combatê-lo, muito menos as comunidades.

Desafio:

Reduzir o tempo de resposta para a solução de problemas de elevado impacto social.

11.3.1.7 PROJETO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO RURAL E FLUVIAL

Descrição:

Este projeto prevê a realização de policiamento nos ramais e comunidades rurais e ribeirinhas, assim como o desenvolvimento de atividades preventivas como palestras e reuniões, com a finalidade de proporcionar maior segurança e orientações às famílias que residem nas regiões afastadas, de modo a inibir práticas delituosas típicas dessas regiões e aproximar as pessoas da Polícia Militar e do Estado, através da construção de parceria interativa.

Desafio:

Reduzir os indicadores de violência e criminalidade nas comunidades rurais e ribeirinhas.

11.3.1.8 PROJETO PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

Descrição:

O projeto prevê a criação de condições para melhorar a assistência a saúde, a moradia e judiciária aos profissionais da área de segurança pública, assim como criar mecanismos motivacionais tais como aperfeiçoamento do processo de progressão na carreira e de reconhecimento do mérito, continuidade ao processo de valorização profissional, além de possibilitar o aperfeiçoamento de suas condições físicas e psicológicas, para que de fato possa se comprometer integralmente com a atividade de proteção da vida e do patrimônio das pessoas e da sociedade.

Desafio:

Elevar ainda mais a autoestima e conseqüentemente o grau de compromisso dos servidores da área de segurança pública para com sua missão de servir e proteger.

11.3.1.9 PROJETO APRIMORAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO 190

Descrição:

O atendimento ao cidadão através do sistema 190 representa a vitrine do serviço de segurança pública, por ser o primeiro elo de contato do cidadão com o sistema estadual de segurança pública. Portanto, esse atendimento precisa ser ágil, esclarecedor, completo e confiável. Começa pelo atendimento da chamada telefônica e termina com a entrega da ocorrência na delegacia de polícia. Assim, é necessário que todas as fases desse processo sejam realizadas por profissionais de carreira policial preparados para o contato e interação com o cidadão e equipados com os meios adequados para o efetivo atendimento, tais como: sistema de atendimento e gerenciamento de ocorrências moderno, sistema de comunicação de voz e dados eficaz e guarnições em número suficiente e com viaturas e equipamentos de proteção individual adequados e suficientes para o serviço.

Desafio:

Reduzir tempo de resposta no atendimento da chamada telefônica, do despacho da ocorrência, da chegada da guarnição ao local e assegurar capacidade de solução do problema de insegurança apresentado pelo solicitante.

11.3.1.10 PROJETO POLÍCIA OSTENSIVA NA COMUNIDADE

Descrição:

Este projeto compreende a elevação da capacidade preventiva e repressiva da Polícia Militar por meio da criação de Unidades Especiais de Fronteira e de uma Unidade de Força Tática, para em conjunto com as Unidades de Polícia Comunitária, realizarem ações e operações nas áreas urbanas e rurais/florestais, com a finalidade coibir, com apoio da atividade de inteligência, os crimes contra a vida e contra o patrimônio nos locais de maior incidência desses delitos, atuando de forma pontual e precisa sobre organizações criminosas e infratores contumazes que instabilizam a segurança das comunidades.

Desafio:

Assegurar pronta resposta no combate a ação de criminosos que atentam contra a vida e a integridade física das pessoas e de seus patrimônios.

11.3.1.11 PROJETO ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR

Descrição:

Este projeto visa estruturar o modelo de gestão da tecnologia da informação na Polícia Militar, com a finalidade de apresentar soluções tecnológicas que aprimorem a atividade operacional e administrativa da Corporação, por meio de programas que processem de forma integrada as informações qualificadas de segurança pública, possibilitando um suporte ágil e seguro do processo de tomada de decisão, o que levará a uma gestão mais eficaz, eficiente e efetiva da segurança pública.

Desafio:

Disseminar na Corporação o uso de programas e tecnologias que tornem mais ágeis, eficazes e eficientes os processos decisórios e operacionais e levar informações qualificadas e seguras em tempo real aos profissionais em serviço, salvaguardando a atuação de todos os Policiais Militares e do Estado.

11.3.1.12 PROJETO ENFRENTAMENTO AO CRIME DE HOMICÍDIO

Descrição:

O projeto contempla a criação de uma Delegacia de Homicídios da Polícia Civil – DHPP que contará com uma equipe policial completa, composta por delegado de polícia, escrivão, agente (investigador) e perito criminal, em condição permanente de pronta reposta. Essa delegacia especializada trará a qualificação do próprio serviço, que atualmente é atendido pelas unidades circunscricionais da Polícia Civil. Assim, os crimes contra a vida passarão a ser tratados de forma mais rigorosa e especializada.

Desafio:

Tornar a investigação dos crimes violentos contra a vida mais ágil e qualificada, contribuindo para a redução de ocorrência dessa prática criminosa.

11.3.1.13 PROJETO CRIAÇÃO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA 6ª REGIONAL

Descrição:

A Criação da Delegacia de Polícia Civil da 6ª Regional se faz necessária com a construção do complexo residencial “Cidade do Povo”, que receberá em torno de 10 mil famílias. Essa unidade de polícia seguirá os padrões e modelos das demais delegacias e com a finalidade de executar a política governamental de segurança destinada a garantir a ordem pública, prevenindo e reprimindo a criminalidade, garantindo o cumprimento da lei e permitindo a execução de um novo modelo adotado de integração e polícia comunitária.

Desafio:

Atender a população da região do 2º Distrito compreendida pela Cidade do Povo e adjacências, como os bairros Santa Cecília, Dom Moacir, Belo Jardim I e II e Vila Albert Sampaio, além da zona rural da BR 364.

11.3.1.14 PROJETO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE DROGAS A PARTIR DA FRONTEIRA**Descrição:**

O Estado do Acre compõe uma tríplice fronteira com os países Peru e Bolívia, dois dos maiores produtores de cocaína do mundo. Diante disso, a fim de dar continuidade à política de combate ao crime de tráfico de drogas, este projeto propõe a implantação de núcleos de investigação especializados nos municípios de Brasiléia, Cruzeiro do Sul e Plácido de Castro, com vistas a intensificar as atividades policiais nas portas de entrada e elos da cadeia do tráfico de substâncias ilegais e outros bens em geral.

Desafio:

Combater os crimes diretamente relacionados ao tráfico e uso de drogas, aumentando a eficácia dessa repressão nas regiões de limites internacionais.

11.3.1.15 PROJETO FORTALECIMENTO DA INTELIGÊNCIA POLICIAL E GESTÃO DA INFORMAÇÃO**Descrição:**

Diante da necessidade de fazer frente aos novos desafios do processo de desenvolvimento pelo qual passa o Estado do Acre, o projeto se propõe a modernizar tecnologicamente as unidades de inteligência da Polícia Civil e qualificar ainda mais os seus operadores, a fim de incorporar às atividades de polícia judiciária o uso de novas ferramenta e tecnologias capazes de se contraporem com competência e excelência aos avanços da criminalidade, principalmente daquelas oriundas de organizações criminosas que hoje se apresentam como verdadeiro vírus no cerne da sociedade Brasileira. Além disso, outro foco é o aprimoramento e padronização dos processos administrativos e policiais da Polícia Civil.

Desafio:

Ampliar a capacidade investigativa da Polícia Civil, reduzindo o tempo de conclusão dos processos policiais e dando maior celeridade na elucidação dos crimes.

11.3.1.16 PROJETO COMBATE A CIRCULAÇÃO DE DROGAS, ARMAS E DINHEIRO SUJO E DEMAIS ATIVOS

Descrição:

A proposta do projeto é empenhar esforços no combate à criminalidade por meio de três ativos criminais fundamentais: armas, drogas e dinheiro oriundos do crime. A repressão à livre circulação e utilização destes ativos criminais faz parte de um conjunto de ações da Polícia Civil em parceria com as demais instituições que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública, que resultem na redução da quantidade, disponibilidade e facilidade de acesso a estes ativos.

Desafio:

Desarticular e descapitalizar grupos criminosos, contribuindo para a redução do número de ocorrência de crimes contra o patrimônio, contra a vida e de tráfico de drogas.

11.3.1.17 PROJETO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA POLÍCIA CIVIL NO ESTADO DO ACRE

Descrição:

Este projeto compreende investimentos em construção, ampliação e reforma das unidades da Polícia Civil, principalmente dos municípios do interior do estado.

Desafio:

Elevar o padrão de qualidade do atendimento nas delegacias de polícia, ampliar a capacidade de reposta à população e aperfeiçoar suas atividades operacionais a fim de atender a comunidade de forma rápida e eficiente.

11.3.1.18 PROJETO FORTALECIMENTO DA DELEGACIA ITINERANTE

Descrição:

A Delegacia Itinerante visa, utilizando-se da filosofia de Polícia Comunitária, levar às comunidades os serviços da Polícia Civil a fim de promover a sensação de segurança para todo cidadão acreano, independente do lugar que reside. Na área urbana essa unidade policial atende prioritariamente os bairros com maior índice de criminalidade, que concentram a maior “mancha criminal”.

Desafio:

Ampliar e fortalecer as atividades da Delegacia Itinerante, por meio da promoção de ações de cidadania, com aplicação dos princípios de Polícia

Comunitária com foco na redução dos índices de crimes contra a vida, furtos e outras tipologias criminosas.

11.3.1.19 AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS

Descrição:

A proposta desse projeto consiste na criação da Delegacia Especializada no Atendimento ao Idoso, tendo em vista que a sociedade acreana passa por um acelerado processo de envelhecimento que podem ser constatado por dados estatísticos populacionais que indicam o crescimento da população de idosos na última década. Além disso, compreende ainda a criação da Delegacia de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, atendendo aos preceitos do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com a criação dessa unidade teremos um espaço unificado de atendimento, fazendo a fusão dos serviços prestados pela Delegacia Especializada em Atendimento ao Menor em Conflito com a Lei e do Núcleo de Atendimento a Criança e ao Adolescente Vítima – NUCRIA.

Desafio:

Qualificar o enfrentamento aos crimes relacionados aos grupos vulneráveis, cumprindo o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso.

11.3.1.20 PROJETO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Descrição:

Serão implantadas ações de estruturação e modernização na área de fiscalização, com a implementação de novos procedimentos com vistas a coibir a realização de condutas infracionais à legislação de trânsito, e, principalmente, ensejar a redução do número de acidentes de trânsito, difundindo nos municípios do interior do Estado, a política pública estadual denominada Operação Álcool Zero, como ação de prevenção de lesões de acidentes de trânsito, além da realização dos procedimentos de fiscalização de desmanches e ferro velho. O marco deste projeto será a centralização do trânsito na capital e implantação de comitê gestor composto pelos órgãos de policiamento, fiscalização, engenharia e educação de trânsito, das secretarias do eixo e de planejamento e obras, bem como outras instituições públicas ou privadas com interesse na área de trânsito, objetivando o estabelecimento de diretrizes para redução dos índices de mortalidade, morbidade e de acidentes de trânsito.

Desafio:

Reduzir o índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito no âmbito da circunscrição do Estado.

11.3.1.21 PROJETO DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO

Descrição:

Será realizado em parceria com os municípios e visa a implementação de ações de engenharia de tráfego que permitam garantir a segurança e fluidez do trânsito, através de medidas que reduzam o número de acidentes e o conflito entre modais. Serão elaborados estudos técnicos de sinalização, implantação de dispositivos viários de segurança viária, implantação de travessia segura e fortalecimento da análise estatística de acidentes com definição de indicadores de trânsito em cada município. É necessário que haja o fortalecimento dos municípios na gestão de trânsito para que possam assumir as responsabilidades que lhes são incumbidas no art. 24 c/c 333 do CTB. Esta transição deve ser gradativa e o DETRAN deve fornecer apoio técnico para a concretização dessas ações.

Desafio:

Garantir a segurança aos usuários da via por meio da implementação de intervenções viárias previstas pela norma de trânsito, bem como proporcionar a municipalização do trânsito em todos os municípios do Estado.

11.3.1.22 PROJETO DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Descrição:

Através de campanhas educativas, leva-se conhecimento ao cidadão, habilitado ou não, quanto às regras de trânsito. A necessidade de envolver a sociedade nas questões educativas de trânsito é ponto crucial, e consolidar o Projeto Escola de Trânsito que vai formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres no trânsito, enquanto condutores e/ou pedestres. Captação de parceiros locais e nacionais é uma das marcas desse projeto. Serão realizadas campanhas educativas para o trânsito na capital e nos municípios do interior do Estado, com vistas à transmissão de princípios básicos de segurança no trânsito, nos termos da legislação vigente, para a conscientização de condutores, através de implementação de medidas específicas, bem como dos demais usuários do trânsito.

Desafio:

Promover a educação para o trânsito em geral, voltada para o exercício da cidadania, priorizando o desenvolvimento do convívio social no espaço público, proporcionando uma melhor compreensão do sistema de trânsito com ênfase na segurança e no meio ambiente.

11.3.1.23 PROJETO DETRAN MODERNO

Descrição:

O crescimento econômico do Estado reflete-se diretamente no crescimento da frota. Nos últimos 10 anos a frota cresceu mais de 160% e mais cidadãos tornaram-se aptos a dirigir. Para acompanhar esse crescimento, e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, o Departamento Estadual de Transito – DETRAN/AC precisa modernizar-se, implementando ações como: ampliação do quadro de servidores, construção de nova sede administrativa, implantação de novo sistema de gerenciamento de serviços, modernização da estrutura organizacional, implantação do DETRAN Virtual (evolução nos serviços on-line) e implantação do DETRAN Itinerante (levar serviços a áreas mais distantes). Trata-se da melhoria da infraestrutura física dos espaços de trabalho dos servidores, bem como os de atendimento ao público, com a ampliação e melhoria da tecnologia da informação e capacitação dos servidores. Com a implementação desse projeto, almeja-se proporcionar a melhoria da infraestrutura física da sede do Departamento e das Circunscrições Regionais de Trânsito – CIRETRAN's, assim como o atendimento ao cidadão em todos os municípios do Estado.

Desafio:

O projeto visa à modernização da gestão e do atendimento ao público, proporcionando a prestação de serviço público cada vez mais ágil e qualificado ao cidadão.

11.3.1.24 PROJETO GESTÃO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO

Descrição:

O projeto tem como objetivo garantir um melhor controle da informação gerada a partir dos registros e procedimentos feitos nas Unidades de Segurança Pública do Estado. Para tanto, a SESP propõe que sejam centralizadas no seu Núcleo de Análise Criminal (NACSESP) todas as informações não sigilosas demandadas pela SENASP/MJ, assim como as relacionadas aos indicadores de violência/criminalidade, de desempenho/produtividade e de estratégia/integração. Torna-se necessário para a concretização do projeto que a composição do NACSESP seja ampliada garantindo a participação de um integrante de cada Instituição do SISP visando a celeridade no fluxo das informações.

Desafio:

Melhorar a articulação interinstitucional propiciando uma disponibilização adequada, oportuna e abrangente de dados básicos, indicadores e análises de situações de Segurança Pública e suas tendências no Estado do Acre, com vistas

ao aperfeiçoamento da capacidade de formulação, coordenação, gestão e operacionalização de políticas e ações públicas dirigidas à Segurança Pública.

11.3.1.25 PROJETO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA

Descrição:

Fomentar o ensino e a pesquisa continuada na área de Segurança Pública a partir de parcerias e convênios com instituições de nível superior garantindo aos profissionais o conhecimento necessário para o bom desempenho da função e a consequente melhoria da prestação de serviço à sociedade.

Desafio:

Transformar o Centro Integrado de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública (CIEPS) em fundação/autarquia para possibilitar a captação de recursos, celebrar acordo de Cooperação Técnica com Instituições de Ensino.

11.3.1.26 PROJETO ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA

Descrição:

A compreensão da dinâmica da comunidade é fator determinante para a orientação das ações de prevenção e o consequente controle do crime e da desordem. Um dos maiores desafios enfrentados pela Segurança Pública recai na motivação e participação do público no que se refere ao envolvimento e comprometimento dos cidadãos na busca de soluções para problemas locais. Partindo desta premissa, a Secretaria de Segurança Pública formalizou a criação de Fóruns Comunitários e realizou a eleição dos Coordenadores em quase todo o Estado do Acre com o objetivo de estreitar a relação dos atores do Sistema Integrado de Segurança Pública com a comunidade. A proposta para a próxima gestão é de realizar a capacitação dos Coordenadores locais e de dar cumprimento a uma agenda de reuniões para todo o Estado, com regularidade prevista, coordenadas pela Secretaria de Segurança com a garantia de participação dos responsáveis diretos pela Segurança da Regional, garantindo uma relação permanente entre a Segurança Pública e Comunidade.

Desafio:

Garantir a participação da comunidade na discussão da problemática de Segurança pública, assim como garantir o recurso necessário para o cumprimento da agenda de reuniões. Encaminhar as demandas da comunidade para o nível de responsabilidade pela resolução do problema.

11.3.1.27 PROJETO GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Descrição:

Criação e implantação de um Gabinete de Gerenciamento de Crise integrante da Estrutura Organizacional da Secretaria da Segurança Pública, ligado diretamente ao Titular da Pasta, que tem como finalidade equacionar crises no campo de ação dos órgãos da Segurança Pública com a adoção imediata de medidas de antecipação, prevenção e/ou resolução, a fim de assegurar o completo restabelecimento da ordem pública.

Desafio:

Garantir, diante de uma situação de crise, que a tomada de decisão seja fundamentada e orientada a partir de deliberação em reunião de convocação imediata dos integrantes do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).

11.3.1.28 PROJETO AMPLIAÇÃO DO USO DA TECNOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Descrição:

Consiste na aplicação imediata de recursos tecnológicos visando o aumento da eficiência das ações produzidas no âmbito da Segurança Pública. Entre os pontos de maiores destaques podemos citar a maior celeridade no atendimento das instituições Policiais às demandas sociais. Ademais, é importante destacar que a ampliação dos recursos tecnológicos subsidia ações voltadas ao enfrentamento de diversos cenários de criminalidade, desde as situações mais comezinhas até as que exigem maior grau de complexidade.

Tais recursos possibilitam a realização de ações específicas a cada tipo de crime, ou situação conflitante, pois otimizam as atividades de inteligência, análise criminal e execuções operacionais.

Desafio:

Ampliar os parques tecnológicos nas unidades policiais da Capital e Interior do Estado, ofertar de forma contínua capacitações e oficinas dirigidas aos servidores dos órgãos envolvidos na política de Segurança Pública, implantar um canal de comunicação direto entre unidades policiais de todo o Estado e a gestão das ferramentas tecnológicas utilizadas nas rotinas policiais.

11.3.1.29 PROJETO FORTALECIMENTO DO CONTROLE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Descrição:

Esse projeto visa a criação de uma biblioteca para a procuradoria do IAPEN/GCEP, permitindo assim, uma melhoria contínua das competências e habilidades do quadro. Objetivando ainda o avanço no que se refere a modernização e economicidade das ações se propõe a realização de vídeos audiências; ações de caráter contínuo como o fortalecimento do atendimento jurídico aos presos provisórios e sentenciados e dar continuidade ao cumprimento das determinações de transferências/ audiências de presos são objetivos desse projeto bem como ao fortalecimento do sistema de monitoramento eletrônico.

Desafio:

Os desafios se referem: a dar continuidade ao cumprimento das determinações de transferência/audiências de presos; a implantação do sistema de vídeo audiência; ao fortalecimento do atendimento jurídico aos presos provisórios e sentenciados; a implantação de sistema informatizado institucional de execução da Pena; ao fortalecimento do SIGO e o fortalecimento do Sistema de Monitoramento Eletrônico.

11.3.1.30 PROJETO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E SAÚDE DOS REEDUCANDOS

Descrição:

O Projeto prevê o fortalecimento do atendimento psicossocial do Núcleo de Apoio a Família – NAF, fortalecer ações de Reintegração Social nas Unidades prisionais do Estado, aumentando em 20% os atendimentos psicossociais aos presos bem como garantir atenção integral à saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

Desafio:

Garantir a assistência à saúde do preso (PNAISP), no âmbito no Sistema único de Saúde – SUS, conforme portaria interministerial nº 01 e 02 de Janeiro de 2014; bem como aumentar em 20% os atendimentos psicossociais aos presos e fortalecer o atendimento psicossocial do Núcleo de Apoio a Família - NAF

11.3.1.31 PROJETO DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Descrição:

O Projeto visa à uniformização de todos os agentes penitenciários bem como a participação dos mesmos em cursos de formação e em capacitações

continuadas nas áreas de segurança; no que se refere aos servidores administrativos o projeto visa a participação desses também em capacitações nas áreas técnico/administrativas promovidos pela EAP e por outras instituições.

Desafio:

Promover a capacitação continuada para os servidores penitenciário, das áreas meio e fim, garantindo ainda a uniformização, padronizada.

11.3.1.32 PROJETO ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DO IAPEN

Descrição:

Reduzir o déficit de vagas através da adequação e reformas dos alojamentos da Unidade de Recolhimento Provisório de Rio Branco e da Unidade Penitenciária de Regime Semiaberto nº 1/RB; reforma e adequação dos alojamentos da Unidade Penitenciária de Regime Fechado nº 01/RB, nº 02/RB; reforma e adequação dos alojamentos da Unidade Penitenciária Manuel Neri da Silva; reforma e adequação dos alojamentos da Unidade Penitenciária Moacir Prado; reformar e adequar a Unidade Penitenciária nº 5; reformar a Unidade Penitenciária Evaristo de Moraes, reformar a Unidade Penitenciária Evaristo de Moraes; Construir Blocos Educacionais nas Unidades Penitenciárias Evaristo de Moraes, Moacir Prado, Manoel Néri da Silva. Além disso, ampliar a Escola da Unidade Penitenciária de Regime Fechado nº 01/RB; construção de Blocos de Vivência, Triagem, Visita Familiar e Visita Íntima para a Unidade de Recolhimento Provisório; construir 1 Unidade de Recolhimento Provisório em Rio Branco; construção de Blocos de Vivência, Triagem, Visita Familiar e Visita Íntima para a Unidade de Regime Fechado Nº 01/RB; construção de Creche/Berçário para a Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco; Construção de Bloco de Vivência para a Unidade Penitenciária Feminina de Rio Branco; construção de Blocos de Vivência e Apoio para a Unidade Penitenciária de Cruzeiro do Sul. Melhorar a infraestrutura no que se refere a de acesso às Unidades através da pavimentação das vias de acesso interno e externo das Unidades Penitenciárias do Acre; fortalecer a segurança e limitar ao cesso através da construção de cercamento na Unidade Penitenciária Manoel Néri da Silva; adquirir Equipamentos de Segurança para as Unidades Penitenciárias do Acre; fortalecer a informatização das unidades através da Aquisição de Equipamentos de Informática para as Unidades Penitenciárias do Acre; melhorar as condições de trabalho a partir da aquisição de Mobiliários para as Unidades Penitenciárias do Acre; fortalecer a frota de veículos através da aquisição de veículos utilitários e de passeio para a Sede Administrativa e para as Unidades Penitenciárias do Acre.

Descrição:

Reduzir o déficit de vagas, proporcionando melhores condições de salubridade e habitabilidade ao preso, com ênfase ao fortalecimento da Gestão Prisional, proporcionando também, espaços adequados de trabalho ao servidor penitenciário.

11.3.1.33 PROJETO AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA**Descrição:**

Aumentar a capacidade de resposta das Unidades Penitenciárias do Estado do Acre através da modernização dos Mecanismos de Fiscalização e Controles; formação de grupos de atuação específica nas Unidades Penitenciárias do Estado; aparelhamento da Gerência de Inteligência e Segurança.

Desafio:

Aumentar a capacidade de resposta nas Unidades Prisionais, através da modernização do sistema de segurança e com aquisição de equipamentos.

11.3.1.34 PROJETO EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA PARA PRESOS**Descrição:**

Esse projeto visa garantir vagas para Educação Básica, trabalho interno, externo bem como qualificação profissional para presos de todas as unidades prisionais do Estado do Acre, que estejam dentro dos critérios pré-estabelecidos.

Desafio:

Garantir ações que contribuam com a ressocialização de pessoas em cumprimento de pena, através da educação, escolarização e trabalho, possibilitando a elevação da dignidade e da autoestima.

11.3.1.35 PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL DO IAPEN**Descrição:**

O projeto visa ampliar a eficiência e eficácia dos processos a partir da conclusão do Regimento Interno e Estatuto do IAPEN, onde a partir da normatização do funcionamento os Projetos executados, seguindo a Lei maiores, possam fazer uma interface; nesse sentido serão ao longo do período – 2015-2018, realizados 04(quatro) seminários para definição, redefinição e ou alinhamento de metas e objetivos (observando a consonância com as estratégias de ações do governo). Nesse sentido o acampamento contínuo do PPA será de suma importância. Além dos seminários está ainda sendo propostas visitas e reuniões com direções das Unidades, momento de visitar e verificar a

execução das demais ações das gerências e acompanhamento operacional das ações pleiteadas na ocasião dos seminários.

Desafio:

Fortalecer as ações através da estruturação de um modelo de gestão compartilhada sendo o estatuto e Regimento Interno a base para ações mais eficientes e eficazes, atuando sempre em consonância com os objetivos estratégicos do Governo.

11.3.1.36 PROJETO INTERIORIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Descrição:

O projeto prevê a Construção de Batalhões nos municípios do interior do Estado do Acre que ainda não tem estrutura física da corporação. É de fundamental importância para a população, bem como para a classe empresarial a efetivação desses quartéis nas cidades do interior, pois facilitará a liberação de laudos de vistoria predial, a realização de perícias de incêndio relacionadas com sua competência, a realização de serviços de prevenção e extinção de incêndios, a realização de serviços de busca e salvamento, a prestação de socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida, a realização de atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados, executar as atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental, fiscalizar, na área de sua competência, o cumprimento da legislação referente a prevenção contra incêndios, salvamentos e pânico, desenvolver na comunidade a consciência para os problemas relacionados com a prevenção contra incêndios, salvamento e pânico, participar de campanhas educativas da comunidade referente a sua área de atuação e realizar serviços de emergência pré-hospitalar, conduzindo as vítimas ao hospital que oferecer as melhores condições para recebê-las.

Desafio:

Mobilizar a população do município de modo a desenvolver o senso preventivo a sinistros, com menos ocorrências de incêndios florestais e urbanos, diminuir o tempo resposta das ocorrências da competência do CBMAC e trabalhar o senso preventivo com a população local.

11.3.1.37 PROJETO BOMBEIRO MIRIM

Descrição:

O projeto prevê a realização de ações de apoio pedagógico e complementação educacional, aborda temas como: noções de prevenção contra incêndio, primeiros socorros e acidentes de trânsito, evitando e/ou

minimizando o índice de acidentes. Ademais, a preservação meio ambiente e os cuidados para a sua preservação; a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas; os principais aspectos de higiene e de prevenção de doenças; entre outros. As instruções tem como ênfase a busca pela valorização da cidadania e do respeito ao ser humano com a apresentação e a motivação de valores, tais como, a disciplina individual e coletiva, respeito a todos os seres vivos e à natureza e a prática da solidariedade.

Desafio:

Promover orientação vocacional, desenvolvimento da personalidade, valorização da cidadania e inclusão social de crianças e adolescentes, através da preparação dos mesmos para as ações de defesa civil e com práticas vivenciais de prevenção e segurança junto ao Corpo de Bombeiros. Resultando ainda na melhoria da autoestima e da autoconfiança, criando uma expectativa de futuro melhor, principalmente nas crianças que vivem em situação socialmente vulnerável.

11.3.1.38 PROJETO BRIGADISTA VOLUNTÁRIO

Descrição:

O projeto prevê a realização de atividade voluntária desenvolvida a nível local pela Organização Bombeiro Militar, onde os participantes recebem aulas teóricas e práticas sobre prevenção de acidentes domésticos, nos meios aquáticos, terrestre e em ambientes elevados, bem como prevenção e combate a princípios de incêndios e primeiros socorros de uma vítima de trauma ou emergência médica, além de atividades que desenvolvem a ordem e disciplina. Tem como fundamentos a vida em equipe, incluindo a descoberta e aceitação progressiva de responsabilidade, a disciplina assumida voluntariamente e a capacidade tanto para cooperar como para liderar. Valoriza o desenvolvimento pessoal pela orientação individual, considerando a realidade e o ponto de vista de cada membro, a confiança nas potencialidades de cada jovem, a exemplo pessoal do adulto.

Desafio:

Promover orientação vocacional, valorização da cidadania e inclusão social de jovens, preparando-os para atuar como agente de defesa civil e nas primeiras respostas em princípios de incêndios e primeiros socorros, mas principalmente na prevenção, evitando que acidentes nas mais diversas áreas ocorram. Promover atividades voltadas para o auxílio da comunidade, incluindo, mas não se limitando, a campanhas sociais, palestras, demonstrações, prevenções, etc.

11.3.1.39 PROJETO FORMAÇÃO DE AGENTES DE PREVENÇÃO (COMUNIDADE)

Descrição:

O projeto prevê a realização do Curso de Agentes de Prevenção, que consiste na capacitação de pessoas da comunidade na área preventiva e operativa no campo da segurança relativa à atividade do Corpo de Bombeiros, propiciando uma nova realidade na segurança da comunidade, além de desenvolver o sentimento de solidariedade nas pessoas. Depois de concluídos os créditos de cada módulo - Prevenção e Combate à Incêndios, Primeiros Socorros, Noções de Salvamento e Prevenção de Acidentes – os alunos realizam o estágio operacional supervisionado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar, o que proporciona a experiência, aproximando o estagiário de situações reais, dando a ele uma condição psicológica desejada para agir corretamente quando se deparar com uma situação emergencial. Esses conhecimentos e experiências permitirão que os alunos pratiquem ações iniciais que poderão evitar ou minimizar as consequências de um acidente ou incêndio. Os procedimentos têm como objetivos indiretos: a multiplicação de conhecimentos e cuidados básicos, através de palestras e treinamentos, visando minimizar os efeitos desastrosos de primeiros atendimentos realizados por pessoas leigas. Isto faculta a criação de uma cultura de prevenção nas comunidades, propiciando mais segurança e melhoria na qualidade de vida de toda a sociedade e o aumento da interação do Corpo de Bombeiros Militar com a Comunidade.

Desafio:

Educar, nas áreas de abrangência do projeto, toda a comunidade para a percepção de situações de risco, bem como fazer possíveis correções para aumentar a segurança no que se refere a incêndios, acidentes domésticos e outros relacionados as atribuições do Corpo de Bombeiros militar do Estado do Acre.

11.3.1.40 PROJETO BOMBEIROS NA ESCOLA

Descrição:

O Projeto Bombeiro na Escola tem como objetivo principal a transmissão de informações. Ele é de cunho educativo e social, tendo a finalidade de promover a integração entre o Corpo de Bombeiros Militar, a Escola, a Família, a Comunidade e órgãos parceiros para que essas instituições unidas consigam criar nos jovens a cultura da prevenção e da responsabilidade social, proporcionando conhecimentos referentes à Prevenção e Combate a Incêndio, Primeiros Socorros, Defesa Civil, Prevenção a Acidentes Domésticos, Acidentes de Trânsito, Comportamento em Meio, os quais proporcionarão condições para minimizar os riscos e danos, no decorrer dos atendimentos, tornando-os parceiros da Corporação que, cumprindo com o seu compromisso social, elevará a qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

Desafio:

Promover a integração entre o Corpo de Bombeiros Militar, a Escola, a Família e a Comunidade e Órgãos parceiros, transmitindo informações, às escolas e ao público alvo, sobre as diversas áreas de atuação do Corpo de Bombeiros Militar, mostrar o compromisso social da instituição e despertar nos jovens a vontade de ajudar ao próximo, tornando-os assim, pessoas importantes para a sociedade e parceiros da Corporação.

12 EIXO GESTÃO PÚBLICA



No Eixo Gestão Pública, os desafios para a próxima gestão exigem do governo modernização e melhoria dos serviços públicos, o que requer, além de novas tecnologias, o fortalecimento de valores como “servir de todo coração, cooperação, redes, simplicidade, unidade”, aliados a diretrizes de sua agenda estratégica (Plano de Governo) como a legitimidade, a transparência, a coerência e foco no trabalho e nos resultados.

Eficiência, eficácia e efetividade, processados através do SIPLAGE (Sistema de Planejamento e Gestão Estratégicos) continuarão sendo os vetores norteadores que indicam o desempenho da gestão governamental, no período de 2015 a 2018, com atenção e aplicação redobrada no sentido de conciliar os objetivos da agenda estratégica com a estrutura e a capacidade de implementação. O Governo da FPA manterá o padrão de gestão por resultados e, para isto, permanecerá com os processos de monitoramento e avaliação das ações governamentais, por meio do SIG, acompanhando gastos financeiros, metas e impactos na sociedade.

As ações de Governo terão referência no Plano de Governo que se constitui no instrumento de planejamento, o mais abstrato, que funciona como uma agenda estratégica. Para governar será construída, como no período de governo 2011-2014, um alinhamento de ferramentas de planejamento: Plano de Governo, Colheita de Resultados, PPA, Planos Operativos Anuais, LDO e LOA. Estes instrumentos de planejamento marcam uma trajetória do abstrato ao concreto, aproximando-se cada vez mais da operacionalidade. O Plano de Governo define uma imagem-objetivo, descreve a situação atual, propõe a estratégia de gestão, os eixos estratégicos, os objetivos estratégicos e, enfim, o conjunto de ações a serem executadas, que expressam a programação de governo.

Para alcançar os resultados esperados são necessários, dentre outros, os seguintes requisitos:

Promover a participação popular no planejamento, como acontece no Plano de Governo, e organizar o controle social por meio de fóruns regionais, que permitam a discussão dos processos e resultados num coletivo representativo das comunidades locais.

Fortalecer a cultura de planejamento, em seus vários níveis de gestão, garantindo a racionalidade das operações, a eficiência, a eficácia e a efetividade na produção dos resultados;

Aperfeiçoar os instrumentos de planejamento utilizados, bem como fazer ‘benchmarking’ para inovação e melhoria contínua na gestão pública;

Nivelar e disseminar a agenda estratégica entre os diversos atores governamentais e efetuar o alinhamento necessário ao seu cumprimento, dando sentido de unidade; e,

Aperfeiçoar o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Agenda Estratégica, fortalecendo a atuação, na gestão, da Central de Resultados e da Sala de Situação, no intuito de maximizar o desempenho governamental.

Desta forma, para alcançar os resultados programados, o Eixo Gestão enfrentará novos desafios, especialmente o aprofundamento e aperfeiçoamento da gestão matricial, de projetos e processos, no marco das suas áreas de resultados.

São três as grandes áreas de resultado: Comunicação e Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Planejamento, Gestão e Finanças Públicas.

12.1 ÁREA DE RESULTADO COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1.1 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Alguns problemas cruciais fizeram com que o governo se preocupasse em efetuar um estudo das causas críticas e propor estratégias para resolver os problemas da área de comunicação e tecnologia da informação: o difícil acesso da sociedade à informação, a inexistência de sistemas de informação integrados e a deficiência na comunicação de dados, voz e vídeo na Administração Pública.

O Programa, durante os quatro períodos de governo da Frente Popular, desenvolveu-se por meio da criação e fortalecimento de emissoras de rádio e TV, aperfeiçoamento do Portal do Governo, criação e dinamização de canais informativos e ampliação do acesso do cidadão à internet por meio do Projeto Floresta Digital.

Os esforços foram imensos, todos no intuito de aperfeiçoar a Comunicação Pública. Por meio das mídias institucionais e dos equipamentos públicos de comunicação, o governo fez-se presente em todo o Acre, comunicando e dando publicidade às suas ações. A relação com a comunidade foi fortalecida ainda mais nos últimos anos. A unificação do Sistema Público aconteceu e a produção jornalística foi sistematizada, fruto, inclusive, do fortalecimento da rede de assessores de comunicação e da Agência de Notícias. Mudanças significativas aconteceram no processo de gerenciamento de informações, ocasionando um aumento significativo nos seguidores, registrando em 2013, 8 milhões de acessos ao site da Agência.

A regularização do Sistema Público de Comunicação junto ao Ministério das Comunicações também permitiu grandes avanços em termos de licenciamento e outorga. Todas as emissoras encontram-se licenciadas e outorgadas. Outro fato marcante foi o fato de, no final de 2013, ter acontecido o início do processo de migração da Rádio Difusora para frequência modulada, bem como a aquisição e instalação da Unidade Móvel da Rádio Difusora Acreana. Além disso, a criação da Fundação Aldeia de Comunicação registra a

ousadia de um governo que se preocupa tanto com a comunicação institucional quanto com a comunicação pública, marcando o seu compromisso com a transparência.

Os grandes desafios para a próxima gestão, em termos de comunicação e em tecnologia da informação e comunicação, consistem em: democratizar mais o acesso de todos às informações e notícias sobre as ações do governo; consolidar a digitalização dos processos de produção e transmissão e estreitar/aprimorar novos produtos como o Aldeia Mais, o Repórter Aldeia e o Almanaque Aquiri (na grade da TV Brasil); e, melhorar e/ou inovar em termos de TIC, como forma de contribuir para uma entrega mais apropriada dos produtos/serviços públicos.

Desta forma, constitui-se em objetivo central do Programa universalizar (e democratizar) o acesso à comunicação e a sistemas de informações, assegurando a prestação serviços de excelência à sociedade acreana.

12.1.1.1 SUBPROGRAMA DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA

Este subprograma objetiva assegurar a participação da comunidade na construção de uma comunicação pública que atue diante de vários conceitos e desafios, dentre os quais se destacam a governança digital, a regionalização da informação, a convergência midiática e as novas linguagens e ferramentas de comunicação. Envolvendo quatro projetos ousados, o subprograma será executado por meio de estratégias voltadas para o gerenciamento de processos e suas melhorias e inovação, bem como para o fortalecimento e ampliação de parcerias.

12.1.1.1.1 PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSMISSÃO

Descrição:

O projeto prevê a atualização tecnológica do sistema de transmissão de rádio e TV para a nova tecnologia digital, atualizando também o processo de produção, captação e finalização.

Objetivo:

Consolidar a digitalização dos processos de produção e transmissão de rádio e TV para a nova tecnologia digital, garantindo a melhoria da qualidade dos produtos gerados.

12.1.1.1.2 PROJETO DE FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM REDES DE COMUNICAÇÃO

Descrição:

O projeto prevê o fortalecimento da participação institucional dos agentes públicos que atuam na Comunicação em redes nacionais, regionais e locais, como forma de representar o governo, estreitar os laços institucionais e fazer benchmarking.

Objetivo:

Articular com as redes de comunicação nos níveis nacional e regional, fortalecer os elos institucionais e estabelecer parcerias.

12.1.1.1.3 PROJETO DE EXPANSÃO E PARCERIAS

Descrição:

O projeto prevê o fortalecimento de parcerias como forma de aumentar a capacidade técnica de transmissão e produção de programação local, com respeito à informação, interface educativa e conteúdo regionalizado.

Objetivo:

Levar o sinal da TV aberta estatal para todos os lares acreanos, possibilitando assim uma nova alternativa de programação de qualidade.

12.1.1.1.4 PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO/MEMÓRIA ORGANIZACIONAL DA SECOM

Descrição:

O projeto permitirá conservar e tornar pública parte da história do Acre, disponibilizando um acervo de mais de 40 anos, abrigado pela Secretaria de Estado de Comunicação, com produtos midiáticos sonoros e visuais que, por conta dos desgastes naturais do tempo, carecem de conservação para garantir a perenidade dos fatos históricos.

Objetivo:

Disponibilizar o acesso à história do Acre, por meio do acervo da SECOM, na INTERNET.

12.1.1.2 SUBPROGRAMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Este subprograma objetiva assegurar a prestação contínua e regular dos serviços de implantação e fortalecimento das redes internas de informação e telecomunicação, em todo o Acre, com vistas à elevação significativa da

qualidade das soluções tecnológicas utilizadas pelo governo. Caracterizado pela continuidade dos seus quatro projetos, o subprograma vem reforçar as estratégias já implantadas de continuidade nas parcerias público-privadas e de criação e uma plataforma única que consolide a integração dos vários sistemas utilizados na gestão pública.

12.1.1.2.1 PROJETO REDE DE ACESSO CORPORATIVA

Descrição:

Este projeto contempla ações de ampliação e consolidação do Floresta Digital no que concerne à rede de acesso corporativa.

Objetivo:

Implantar a rede corporativa no âmbito do Estado para assegurar a prestação contínua e regular dos serviços de comunicação, com alta disponibilidade, confiabilidade e segurança, reduzindo os gastos e fortalecendo a gestão pública.

12.1.1.2.2 PROJETO TELEFONIA CORPORATIVA IP

Descrição:

O projeto contempla a disponibilização da infraestrutura de rede de telefonia IP, por intermédio da utilização da rede de acesso corporativo.

Objetivo:

Consolidar a solução de telefonia IP nos órgãos do executivo, visando a redução dos gastos públicos e fortalecendo a comunicação no âmbito do Estado.

12.1.1.2.3 PROJETO REDE SOCIAL REMOTA

Descrição:

O projeto visa a disponibilização de acesso à internet gratuita para atendimento de localidades remotas.

Objetivo:

Universalizar o acesso à comunicação em localidades remotas, via internet, estreitando cada vez mais a relação do cidadão com o governo.

12.1.1.2.4 PROJETO REDE SOCIAL URBANA

Descrição:

O projeto contempla a consolidação e ampliação da cobertura do sinal de internet banda larga gratuita nas áreas urbanas das cidades.

Objetivo:

Universalizar o acesso à comunicação em localidades urbanas, via internet, estreitando cada vez mais a relação do cidadão com o Governo.

12.2 ÁREA DE RESULTADO GESTÃO DE PESSOAS

Esta área de resultado compreende a gestão de pessoas como um processo com o propósito de, no painel de desempenho traçado para o próximo governo, na perspectiva do 'aprendizado e crescimento', fortalecer a gestão estratégica de pessoas e as instituições públicas. Essas são estratégias importantes para os resultados a serem alcançados pela gestão.

No Acre, avanços consideráveis podem ser observados a partir de 1999. A realização de concursos públicos, a adoção da meritocracia, a aprovação dos planos de cargos, carreiras e remuneração, permitiram, respectivamente, um melhor desenvolvimento institucional e funcional e a valorização do servidor.

Nesse período também, a formação e capacitação de servidores públicos vêm sendo estimuladas e orientam-se para a formação profissional, possibilitando, além da formação especializada, o desenvolvimento de competências essenciais e básicas aos servidores para o desenvolvimento gerencial, aprimorando as competências de gestão, e para a especialização complementar, focalizada em cursos de pós-graduação em áreas estratégicas.

Neste sentido, o governo pretende redobrar os esforços para ter equipes de alto desempenho, com prestação de serviços de excelência como resposta ao que a sociedade espera, estimulando e reforçando o desenvolvimento, inclusive, de competências advindas da experiência adquirida, a qualidade nos contatos internos e externos, a expressão de liderança e o sentido de interesse comum e daquelas inerentes à qualidade de fundo, como a criatividade, a atitude decisiva, a honestidade/integridade, a cultura pessoal, a adaptabilidade, entre outras. São três programas robustos que serão reforçados por meio de iniciativas estratégicas que envolvem a humanização, a valorização do servidor público e o fortalecimento da instituição pública enquanto ambiência importante para o desenvolvimento do aprendizado e do crescimento organizacionais.

12.2.1 PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

O atual governo, para enfrentar os problemas já identificados de excesso de centralização na gestão pública, de mau atendimento ao público e à falta de interação entre os órgãos, como fruto da desmotivação de parte dos servidores e da ausência de uma cultura de serviço público, adotou estratégias para o desenvolvimento de ações de humanização, de aperfeiçoamento, de qualificação, da melhoria das condições de trabalho e de salários do servidor público. O Governo do Acre já iniciou e fortalecerá um processo de estímulo à motivação do servidor público.

Para tanto, fez-se uma pesquisa piloto sobre o clima organizacional, na Secretaria de Gestão Administrativa, onde questões sobre o gosto pelo ambiente de trabalho (83% gosta do ambiente), a felicidade em relação ao trabalho que executa (79% estava feliz), o lugar (79% considerou a instituição um bom lugar para trabalhar), o orgulho em trabalhar naquela instituição (70% respondeu ter orgulho), se tem amigos (57% tem amigos no ambiente de trabalho) e se as ações de humanização melhoraram o clima organizacional. Os resultados da pesquisa mostram que 62% dos servidores responderam que as ações de humanização contribuíram para a melhoria do clima organizacional.

Uma das prioridades do governo, até para favorecer todas as questões apontadas e reforçar o seu compromisso com o servidor público, foi manter a regularidade e pontualidade no pagamento dos salários e criar uma política de valorização de carreiras, a exemplo do que aconteceu nas áreas de saúde, educação, segurança, entre outras.

Assim, com o objetivo de promover a cidadania, a integração, a sensibilização e estimular a motivação de gestores, servidores e usuários, com foco na humanização do servidor, o governo, através deste programa, promoverá a melhoria do atendimento, ampliará as suas ações para fortalecer a gestão pública, especialmente no que se refere à política de humanização da gestão.

12.2.1.1 PROJETO FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Descrição:

O projeto objetiva estimular as instituições públicas a planejar e realizar ações de humanização, visando melhorar a produtividade no trabalho, o sentimento de pertencimento e as relações entre o governo e a sociedade. Promover maior socialização e integração entre os servidores e estimular a realização de atividades que reflitam positivamente no atendimento ao cidadão.

Objetivo:

Sensibilizar gestores, servidores e usuários para tornar o serviço público mais humanizado e contribuir para a construção do senso de pertencimento e de corresponsabilidade, e, fortalecer a parceria e cooperação entre os diversos atores/membros da rede.

12.2.1.2 PROJETO QUALIDADE DE VIDA**Descrição:**

O propósito do projeto é a promoção da melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor, por meio de eventos como campanhas, palestras e práticas de atividades físicas. As ações serão desenvolvidas por meio de parcerias público-privadas.

Objetivo:

Estimular o servidor a participar de eventos que venham contribuir para o seu bem-estar pessoal e coletivo no ambiente de trabalho. E sensibilizar os gestores para que estimulem suas equipes às práticas de melhoria de qualidade de vida e de segurança no trabalho.

12.2.1.3 PROJETO ARTE HUMANIZAR**Descrição:**

O projeto prevê a realização de um conjunto de eventos que utilizam a arte como ferramenta de sensibilização para aproximar as pessoas, possibilitar transformações de vínculos já instituídos, reforçar o sentimento de pertencimento, revalorizando o trabalho e melhorando o seu ambiente, buscando potencializar posturas inovadoras e criativas.

Objetivo:

Sensibilizar servidores e gestores para o desenvolvimento de competências voltadas para eventos e estimular as várias inteligências (musical, cinestésica, linguística, espacial, entre outras) no ambiente de trabalho.

12.2.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Dadas as preocupações com a inexistência ou perda da qualidade dos serviços públicos, com a fragmentação na execução, as fragilidades no monitoramento, na avaliação das políticas e no uso das ferramentas de gestão, o governo vem atuando fortemente na busca da melhoria da inovação, por

meio do fortalecimento da gestão estratégica de pessoas e das instituições públicas de modo geral.

No Acre, a gestão de pessoas tem obtido resultados no desenvolvimento institucional, por meio da realização de concursos públicos; no desenvolvimento funcional, mediante a adoção de critérios meritocráticos para a promoção na carreira, com a implantação de mecanismos de valorização do servidor, por meio da reorganização de estruturas de carreiras, com a aprovação dos planos de cargos, carreiras e remuneração. As ações desenvolvidas foram alicerçadas na premissa de que o alcance dos resultados esperados decorre da adoção de medidas que auxiliam na gestão estratégica de pessoas, pela qual há concentração de esforços para assegurar a prestação de serviços públicos que atendam ao interesse coletivo.

No período de 1999 a junho de 2013, foram desenvolvidas ações que fortaleceram o desenvolvimento institucional, a saber:

- a. Estruturação das carreiras: a partir 1999, o Governo do Estado do Acre iniciou um processo de estruturação das carreiras do Executivo, instituindo Planos de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais das diversas áreas de atuação.
- b. Reestruturação de carreiras por meio da revisão ou elaboração de 21 planos de cargos, carreiras e remuneração em diversas áreas do Estado, o que proporcionou significativa redução na amplitude remuneratória, possibilitando a adoção de critérios meritocráticos para o desenvolvimento funcional, uma vez que vinculou a promoção ao aprimoramento de competências individuais e organizacionais, à avaliação de conhecimentos e do desempenho individual; e instituiu o prêmio de valorização do servidor, com incentivo associado ao cumprimento de metas coletivas. Como resultado, foram promovidos por mérito, até junho de 2013, 1.476 servidores ocupantes de cargos de nível médio e superior.
- c. Recomposição dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, mediante a realização de 18 concursos públicos, para provimento de 6.620 vagas de cargos efetivos no serviço público estadual, nível médio e superior, possibilitando o ajuste do quadro de pessoal do Estado.
- d. Realização de processos seletivos simplificados para contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público, nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 58/98 e suas alterações, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e gestão.
- e. Implantação da gestão do conhecimento por meio da identificação do elenco de competências organizacionais, da avaliação dos conhecimentos dos servidores e da identificação das discrepâncias entre os conhecimentos necessários ao efetivo exercício dos cargos e os revelados pelos servidores.

- f. Definição do perfil profissional requerido do servidor, com indicação das habilidades, atitudes, conhecimentos necessários, níveis de complexidade e forma de avaliação do atendimento desejado, a partir de cinco competências: visão sistêmica, comprometimento com o serviço público, capacidade técnica, orientação para o trabalho em equipe e comprometimento com o autodesenvolvimento.
- g. Definição do Programa de Desenvolvimento Técnico Gerencial do Servidor com orientações para a organização da formação continuada em três grupos:
- Formação profissional, objetivando o desenvolvimento de competências essenciais a todos os servidores e a formação especializada em áreas específicas do Estado;
 - Desenvolvimento gerencial, com oferta de cursos para os servidores que atuam em áreas gerenciais;
 - Especialização complementar, focalizada em cursos de pós-graduação em áreas estratégicas do Estado.

Este Programa, que vem reforçar o olhar estratégico e sistêmico do governo para a gestão de pessoas, apresenta dois subprogramas, cujos projetos possibilitarão a melhoria e a inovação dos serviços prestados, mediante a promoção do desenvolvimento do servidor, principalmente por meio da formação e do aperfeiçoamento das competências técnicas e gerenciais, definidas como essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos, aliados ao fortalecimento institucional, por meio de projetos infraestruturais, de suporte tecnológico, básicos para o aumento da eficácia e da efetividade pretendidas.

12.2.2.1 SUBPROGRAMA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

O subprograma contempla três projetos sob a responsabilidade da Escola de Governo, mas terá uma atuação em rede, fortalecendo as parcerias, tanto internas quanto externas, de modo a otimizar o investimento que precisa ser feito para alcançar este fim, inclusive contando com o banco de talentos já presente na Administração Pública e experimentado com o desenvolvimento do Programa de Formação Continuada, implementado em 2014.

12.2.2.1.1 PROJETO FORTALECIMENTO DA ESCOLA DE GOVERNO

Descrição:

Este projeto está estruturado para possibilitar uma abordagem inovadora nos processos educativos, delineados para o desenvolvimento e aprofundamento de competências técnicas e gerenciais dos servidores. Neste contexto, pretende-se ofertar cursos em conformidade com as demandas prioritárias para assegurar o fortalecimento da capacidade institucional.

Objetivo:

Estimular a inovação na administração pública, atender à demanda por capacitação, alinhada ao desenvolvimento da capacidade institucional, com atuação em rede e garantir os recursos para a formação continuada dos servidores.

12.2.2.1.2 PROJETO DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E GERENCIAL DO SERVIDOR**Descrição:**

Este Projeto objetiva promover o desenvolvimento de competências do servidor, apontado no diagnóstico dos conhecimentos e das habilidades existentes e das necessárias para o pleno funcionamento do serviço público. Para tanto, será realizada uma pesquisa, tendo como base o Mapa do Conhecimento de cada órgão do Poder Executivo Estadual no qual constam as competências básicas para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, mediante a consolidação de uma nova política de gestão de pessoas.

Objetivo:

Estruturar a oferta de capacitação a partir do diagnóstico das competências dos servidores e potencializar a capacidade institucional e o desenvolvimento do potencial humano de cada servidor público.

12.2.2.1.3 PROJETO COMUNICAÇÃO VIRTUAL**Descrição:**

O projeto prevê o fortalecimento da rede de comunicação, sob a tutela da Escola do Servidor, contribuindo para a geração de conhecimento e maior interação entre os servidores públicos e a administração pública, por meio da ampliação de parcerias, da elaboração de uma matriz de elos institucionais com foco na educação corporativa e da garantia de recursos para o aperfeiçoamento da infraestrutura tecnológica da Escola do Servidor.

Objetivo:

Ampliar a comunicação e o acesso do servidor público como forma de reforçar a aprendizagem e a cultura organizacional, com ênfase nas etapas do processo de gestão do conhecimento: geração, captura e análise, síntese e arquivo e disseminação e uso.

12.2.2.2 SUBPROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Este subprograma está estruturado para tornar as instituições governamentais capazes de atender com eficiência às demandas da sociedade, mediante a modernização dos sistemas e dos processos de trabalho, com o objetivo de fortalecer a capacidade de gestão, combinada com transparência, inovação e efetividade no serviço público.

12.2.2.2.1 PROJETO GESTÃO DIGITAL DA VIDA FUNCIONAL

Descrição:

O projeto visa a implantação de uma solução tecnológica que aprimore os instrumentos necessários para uma gestão eficaz de pessoas, considerando que informações gerenciais confiáveis, atualizadas e disponíveis são fundamentais para o controle proativo e para a formulação e implantação de políticas de pessoal.

Objetivo:

Garantir infraestrutura tecnológica de modo a possibilitar um cadastro consistente de dados da vida funcional e assegurar uma maior descentralização, na qual cada instituição pública estadual, por meio da Web, possa lançar e consultar os dados de seus servidores, possibilitando o uso de informações que subsidiem efetivamente a gestão de pessoas.

12.2.2.2.2 PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Descrição:

O projeto contempla a implantação de novo sistema para a administração e o controle de pessoal – recrutamento e seleção, folha de pagamento, vida funcional, verbas diversas e demais rotinas administrativas bem como o desenvolvimento – gestão por competência, avaliação de desempenho, cultura e clima organizacional.

Objetivo:

Garantir os recursos necessários à implantação e desenvolver um plano estratégico de gestão de pessoas, além de nivelar fundamentos importantes nos vários níveis de gestão quanto ao pensamento sistêmico, organização em rede, parcerias e gerenciamento de processos.

12.3 ÁREA DE RESULTADO PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

Nesta área de resultado, o Acre, desde 1999, vem carreando recursos e esforços para a modernização da gestão, especialmente com relevante atuação na inovação, na melhoria das condições de trabalho e na crescente oferta de serviços com mais qualidade e eficiência ao cidadão acreano.

Nesse contexto, a modernização do aparato administrativo, com a informatização de todos os órgãos e entidades, o desenvolvimento de políticas capazes de otimizar os recursos aplicados na manutenção da máquina pública, bem como a ampliação da base de arrecadação de tributos estaduais, aliados ao fortalecimento da participação popular e do controle social, são de fundamental importância para uma gestão fiscal mais eficiente e eficaz e incremento do bem-estar social.

Todo esse esforço fez com que o Estado atingisse ótimos resultados em termos de equilíbrio fiscal ao longo desses últimos 16 anos. O Objetivo de manter essa situação é permanente sobretudo num Estado que vem reduzindo paulatinamente sua dependência de repasses constitucionais obrigatórios. O resultado de uma gestão fiscal equilibrada revela-se em capacidade de investimento público em infraestrutura, saúde e educação, pagamento em dia dos salários dos servidores e compromissos com fornecedores, bem como na manutenção das despesas com pessoal e da dívida pública dentro dos limites estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O crescimento da arrecadação tributária tem sido fator decisivo para a manutenção do equilíbrio fiscal. A variação nominal foi de 936%, saindo de um volume de R\$ 81,83 milhões em 1999, para R\$ 847,82 milhões em 2013.

Esse avanço significou menor dependência dos repasses da união. Em 1999, para cada real que o Estado arrecadava havia o repasse de cinco reais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), em 2013, essa relação caiu para 2,6, ou seja, o repasse passou para R\$ 2,60 para cada real que é arrecadado. Assim, a receita administrada (IRRF, ICMS, IPVA, ITCMD e taxas) atingiu cerca de R\$ 1.015 milhões e o FPE 2.279 milhões. A redução da dependência dos repasses da união foi essencial para o equilíbrio fiscal em épocas de crise econômica como a vivida nos últimos anos.

Dentre os fatores que justificam a eficiência na arrecadação, estão: mudança na sistemática de cobrança do ICMS, que passou a ser exigido quase totalmente na entrada dos bens, mercadorias e serviços no estado; implantação de controles fiscais; emergência dos documentos fiscais eletrônicos (nota fiscal eletrônica – nf-e, conhecimento de transporte eletrônico – CT-e, Escrituração Fiscal Digital – EDF, dentre outros); renovação e valorização do quadro de servidores do Fisco, entre outros.

Inobstante a arrecadação tenha comportado todas essas melhorias, não houve elevação da carga tributária. Pelo contrário, a partir do ano 2000 diversos

programas governamentais de incentivo à indústria e ao comércio forma implantados, além de desonerações tributárias que beneficiaram diretamente os consumidores finais. Programa de incentivo, como o da COPIAI, faculta a dedução de até 95% do saldo devedor do ICMS. Os incentivos oferecidos pela COPIAI permitiram que diversas indústrias se instalassem ou ampliassem seu parque industrial. O estímulo à produção de álcool possibilitaram que centenas de produtores de cana fossem beneficiados com isenções fiscais. As isenções de produtos hortícolas (batata, beterraba, cebola, cenoura e tomate), o aumento da faixa de isenção do ICMS no consumo de energia elétrica, que beneficiou milhares de consumidores, o incentivo permanente à adimplência dos contribuintes mediante desconto da ordem de 12% no valor do ICMS a pagar, dentre outras medidas.

O equilíbrio das contas públicas tem possibilitado a contratação de financiamento junto a organismos financeiros nacionais e internacionais, contribuindo para uma ampliação do investimento público e impulsionando o crescimento econômico doméstico.

A manutenção desse equilíbrio exige avanços na gestão fiscal. A implementação de novas medidas que permitam arrecadar mais, reduzindo a sonegação, sem aumento da carga tributária, aliada a medidas de controle, são medidas decisivas para a continuidade dos avanços experimentados nos últimos anos.

Para corroborar com melhores resultados na Gestão Pública, o governo estará atento ao disposto na Agenda de Gestão Pública União – Estados, pactuada em 2013, reforçando seus objetivos e atuando, inclusive, com vários projetos que coincidem com os eixos estabelecidos na Agenda, a saber: (1) Modelos Jurídico-Institucionais da Administração Pública, (2) Gestão de Pessoas, (3) Tecnologia da Informação, (4) Compras Governamentais, (5) Atendimento aos Usuários dos Serviços Públicos, (6) Gestão Patrimonial, (7) Planejamento, Monitoramento e Avaliação, (8) Orçamento Público, (9) Gestão do Desempenho Institucional e (10) Apoio à Melhoria e à Inovação da Gestão Municipal.

12.3.1 PROGRAMA MELHORIA E INOVAÇÃO DA GESTÃO

O Programa de Melhoria e Inovação da Gestão vem expressar a vontade política e a necessidade de traduzir a visão estratégica em ação. Para isto, é necessário, com urgência, consolidar e até mudar a cultura das organizações públicas. Essa mudança tem que ser orientada por uma visão moderna de gestão pública, um processo sistemático, com muita inspiração, criatividade, suor e persistência. Esse programa é o grande bastidor e deverá fazer de tudo para que todas as outras áreas de resultado tenham um excelente desempenho. Tudo em prol do interesse coletivo, da sociedade.

O Elevado custeio do Estado e a dificuldade em romper com os modelos tradicionais de gestão pública continuam sendo os macroproblemas a serem perseguidos pela Administração Pública.

Desta forma, o Programa tem o grande propósito de elevar a qualidade dos serviços prestados pela gestão pública estadual, por meio da compreensão e da adoção de novas práticas que fomentem a criação de nossos modelos de gestão e governança; produtos, serviços e ou processos.

12.3.1.1 PROJETO EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Descrição:

Consolidação do acesso aos serviços oferecidos à população, de forma integrada, abrangendo todos os serviços de natureza pública estadual e de outras esferas de poder, concessionárias disponíveis nas Centrais de Atendimento, identificando onde há excesso de burocracia, para garantir excelência no atendimento ao cidadão.

Objetivo:

Garantir a interação, eficiente e eficaz, dos órgãos prestadores de serviços com o cidadão, conforme o dever do Estado de assegurar prestação de serviço público de qualidade. Serão postas em ação estratégias de desburocratização e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos.

12.3.1.2 PROJETO GOVERNO ELETRÔNICO

Descrição:

O projeto prevê a consolidação e implantação de sistemas de governança eletrônica.

Objetivo:

Consolidar e implantar sistemas de governança eletrônica, visando a otimização dos gastos públicos e a melhoria na prestação do serviço aos cidadãos.

12.3.1.3 PROJETO MELHORIA DE SISTEMAS GERENCIAIS

Descrição:

O projeto contempla melhoria nos sistemas de gestão da informação no controle de processos internos e externos e de apoio à documentação e arquivo, aperfeiçoamento nos sistemas de gestão de recursos públicos voltados para as compras públicas, o patrimônio, o almoxarifado, além de outras funções e categorias administrativas.

Objetivo:

Organizar a rotina administrativa e dar celeridade aos processos de gestão da informação, documentos, compras públicas, almoxarifado, orçamento e finanças públicas.

12.3.1.4 PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO E DE FORTALECIMENTO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL - MO**Descrição:**

O projeto contempla ações para a implementação da política estadual de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Governo, garantindo acesso à informação e ações voltadas para a gestão do conhecimento e para o resgate e disseminação da memória organizacional.

Objetivo:

Implantar uma Gestão de Arquivo Público para garantir a preservação e o acesso, por meio de consulta, ao acervo documental do Estado do Acre, fortalecendo a política de gestão documental que inclui ações sobre memória organizacional e gestão do conhecimento (aprendizagem organizacional).

12.3.1.5 PROJETO MODERNIZAÇÃO/PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS**Descrição:**

Este projeto objetiva contribuir para o fortalecimento dos sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação institucional, com a adoção de inovações gerenciais no campo da gestão orientada para resultados, mediante a repactuação de compromissos sob a forma de metas coletivas, baseadas em indicadores de desempenho institucional. Nesse contexto, serão reestruturados os prêmios de valorização do servidor, vinculando-os às áreas de resultado governamental, bem como os requisitos para o desenvolvimento funcional por mérito.

Objetivo:

Orientar a ação pública para resultados, melhorar a oferta de serviços públicos e estimular o desenvolvimento do pensamento sistêmico na administração pública de forma a evitar a fragmentação das políticas de gestão com a agenda estratégica de governo, além de melhorar o desempenho institucional.

12.3.1.6 PROJETO MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PGE

Descrição:

Este projeto tem como objetivo o exercício pleno das competências legais da Procuradoria-Geral do Estado, com vistas a promover maior agilidade na prestação dos serviços internos e finalísticos, de forma que a PGE possa ser reconhecida como instituição essencial à realização do interesse público e referência da advocacia pública brasileira.

Objetivo:

Ampliar a participação na elaboração e concretização de políticas públicas, mantendo a qualidade do serviço prestado na consultoria e na defesa judicial e atuando de forma eficiente, célere, resolutiva e eficaz, a fim de facilitar o atendimento ao público e à Administração Pública.

12.3.1.7 PROJETO ACRECOMPRAS

Descrição:

O projeto prevê a elaboração de propostas de novas soluções para o processo de compras governamentais, por meio do aperfeiçoamento na legislação pertinente, na disseminação do Portal de Compras e na modernização dos catálogos de materiais e serviços/padronização de codificação e especificação unificada, assim como a elaboração de outras padronizações necessárias para planejamento, construção, instalações (e aquisições de equipamentos e materiais permanentes) de unidades no âmbito da Administração Pública (Unidades de Saúde, Escolas, entre outras).

Objetivo:

Diminuir/eliminar a rotatividade dos servidores da área de licitação e contratos, comprometendo a celeridade no processo de compras; selecionar e ou preparar as pessoas para a área dentro do perfil das competências exigidas para atuação nesse campo; maior integração dos sistemas (informatização).

12.3.1.8 PROJETO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS/BANCO DE BOAS PRÁTICAS

Descrição:

O projeto objetiva a melhoria e ou inovação na gestão com foco no gerenciamento por processos de negócios (BPM), envolvendo macroprocessos da gestão administrativa comum como: administração de pessoal, infraestrutura tecnológica, almoxarifado, patrimônio, orçamento, planejamento (considerando os vários níveis), entre outros.

Objetivo:

Disseminar a cultura da aprendizagem organizacional e compartilhar as lições aprendidas com toda a Administração Pública visando excelência na entrega dos serviços ao público interno e à sociedade em geral.

12.3.1.9 PROJETO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**Descrição:**

O Projeto terá um leque de atuação em três frentes: novo marco regulatório, integração do sistema de gestão patrimonial com outros sistemas e o impacto da nova contabilidade pública na gestão dos bens móveis e imóveis.

Objetivo:

Aprimorar o processo de gestão dos bens móveis e imóveis do Estado, por meio do fortalecimento das Comissões de Patrimônio, da promoção de estudos e elaboração de propostas e desenvolvimento de ações para a melhoria gerencial e de resultados junto aos órgãos de controle externo.

12.3.2 PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA

O objetivo do Programa consiste em modernizar os mecanismos de gestão fazendária, disseminando na administração pública o uso de tecnologias avançadas de informação e comunicação, aumentando a eficiência e a produtividade dos servidores, bem como ampliando a base de arrecadação estadual, garantindo maiores investimentos em áreas estratégicas, sem perder de vista a satisfação do contribuinte e o controle social da gestão de governo.

12.3.2.1 PROJETO APRIMORAMENTO DA GESTÃO FISCAL**Descrição:**

O projeto prevê o estabelecimento de um novo paradigma na relação sociedade – cidadão, com ênfase em mecanismos de transparência e controle fiscal (receita e despesa), estímulo aos princípios da ética e da moral, humanização no serviço público, valorização do servidor, permitindo um efetivo controle social dos agentes públicos e o acompanhamento das decisões políticas de governo.

Objetivo:

Aprimorar os mecanismos de arrecadação, manter o nível de satisfação dos contribuintes e dos servidores e reduzir os custos da gestão tributária.

12.3.2.2 PROJETO IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO FAZENDÁRIO

Descrição:

O projeto visa estabelecer mecanismos de controle do serviço público, aperfeiçoar os procedimentos e estreitar, cada vez mais, a relação com a sociedade.

Objetivo:

Pactuar com os vários atores a implantação de novos instrumentos de controle interno como o código de ética, a ouvidoria e a corregedoria fazendárias.

12.3.2.3 PROGRAMA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO

O objetivo do Programa consiste em constituir a carreira e estabelecer o quadro permanente da carreira de servidores da área de controladoria, fortalecendo a Rede de Controle Estadual, bem como aperfeiçoar os mecanismos operacionais da governança corporativa e os procedimentos técnicos necessários a um melhor gerenciamento dos processos.

12.3.2.4 PROJETO CONSTITUIÇÃO DA CARREIRA DO SERVIDOR DA ÁREA DE CONTROLE

Descrição:

O projeto prevê a consolidação/constituição da carreira do servidor atuante na controladoria, visando uma melhoria no controle da gestão pública.

Objetivo:

Dar fluidez aos processos no âmbito da Administração Pública, em observância às regras, orientações inerentes aos processos de planejamento e controle.

12.3.3 PROGRAMA DE PLANEJAMENTO, CAPTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS

O Programa pretende ofertar soluções para a problemática inerente ao financiamento da plataforma de investimentos governamentais. Em relação ao OGU, as Emendas de Bancada, no período de 1999 a 2007, tinham uma participação bastante significativa no financiamento do Estado e, em média, aproximadamente 72% dos recursos propostos eram liberados. A partir de 2009

essa dinâmica modificou-se radicalmente, sendo registrada uma média de liberação de 5% nos últimos 05 anos.

Mesmo tendo o OGU representado, em 2013, algo em torno de 19,1% dos recursos internalizados no Estado, estes não foram/são suficientes para financiar os Programas de Governo. Soma-se a isso a demora na aprovação de projetos e liberação de recursos, que em média levam um ano e meio, inclusive para investimentos do PAC.

Nesse aspecto, os Estados são obrigados a recorrerem às operações de crédito (financiamentos) para viabilizar os investimentos demandados pela sociedade. De outra maneira seria impossível garantir que os resultados e os benefícios sociais e econômicos cheguem aos municípios e as comunidades mais remotas.

Isso é possível, no caso do Acre, graças a uma situação fiscal favorável. Atualmente a capacidade de endividamento é de aproximadamente oito bilhões, podendo internalizar no Tesouro Estadual (limite de 16% da Receita Corrente Líquida) aproximadamente 638 milhões anualmente. E ainda possui um dos maiores níveis de investimentos do Brasil nos últimos 04 anos.

Assim, o objetivo deste programa consiste no planejamento, captação e gerenciamento de recursos visando o desenvolvimento dos Projetos constantes deste Plano, tomando como diretrizes básicas os princípios da sustentabilidade, da sociedade, da equidade e da promoção do exercício pleno da cidadania e da promoção da qualidade de vida, garantindo a eficácia das ações governamentais.

12.3.3.1 PROJETO CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Descrição:

O projeto prevê a promoção e a coordenação da cooperação interinstitucional técnica, financeira e administrativa visando o fortalecimento das ações do Estado e a captação de recursos nacionais e internacionais, bem como, acompanhar a liberação de recursos e projetos de interesse do Estado, junto ao OGU, Bancos e Organismos Multilaterais de Crédito.

Objetivo:

Fortalecer as ações governamentais, por meio da captação de recursos junto ao OGU, Bancos e Organismos Multilaterais de Crédito.

12.3.3.2 PROJETO GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

Descrição:

Este projeto prevê o monitoramento e avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das áreas estratégicas e dos programas e projetos multissetoriais e integrados, financiados junto ao PAC, BNDES e BIRD, em conjunto com a SAI.

Objetivo:

Garantir, ao Poder Público, a eficiência, eficácia e efetividade e levar um serviço e/ou bem público de maior qualidade para a população.

c) Monitoramento e avaliação de dados e informações estatísticas do Estado

Descrição:

Essa iniciativa prevê a compilação de informações visando a efetividade das ações governamentais, por meio do (a): (i) sistematização, elaboração e coordenação de estudos, pesquisas e estatísticas importantes para gestão pública; (ii) elaboração e análise dos indicadores de resultados dos projetos prioritários; (iii) suporte às demais Secretarias quanto ao sistema de coleta, agregação e circulação de informações; e (iv) disseminação de conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento de desenvolvimento regional.

Objetivo:

Gerar informações sobre as ações governamentais, fortalecendo e disseminando o Acre em Números, entre outros instrumentos informacionais.

12.3.3.3 PROJETO ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**Descrição:**

Essa iniciativa prevê a elaboração e execução dos instrumentos de planejamento, por meio da: (i) participação no processo de estabelecimento das diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária, bem como da negociação e definição de critérios para alocar recursos orçamentários para cada unidade da administração direta e indireta do Estado; (ii) orientação dos diversos órgãos da administração direta e indireta na elaboração dos programas setoriais; (iii) conferência das propostas orçamentárias parciais da administração direta e indireta, verificando a coerência e vinculação de tais propostas às áreas prioritárias de atuação do governo e a todo processo de planejamento governamental; e (iv) consolidação da proposta orçamentária dos diversos órgãos e entidades integrantes administração direta e indireta do governo do estado do Acre.

Objetivo:

Elaborar e executar o orçamento público estadual dentro das prioridades e rotinas contidas nos instrumentos de planejamento público, considerando os níveis estratégicos e tático-operacionais.
